Corte Interamericana de Direitos Humanos

Caso Goiburú e outros Vs. Paraguai

Sentença de 22 de setembro de 2006 (Mérito, Reparações e Custas)

No caso Goiburú e outros,

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "a Corte Interamericana", "a Corte" ou "o Tribunal"), integrada pelos seguintes juízes:*

Sergio García Ramírez, Presidente;
Alirio Abreu Burelli, Vice-Presidente;
Antônio A. Cançado Trindade, Juiz;
Cecilia Medina Quiroga, Juíza;
Manuel E. Ventura Robles, Juiz; e
Diego García-Sayán, Juiz.

presentes, ademais,

Pablo Saavedra Alessandri, Secretário;
Emilia Segares Rodríguez, Secretária Adjunta,

em conformidade com os artigos 62.3 e 63.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (doravante denominada "a Convenção" ou "a Convenção Americana") e com os artigos 29, 31, 53.2, 55, 56 e 58 do Regulamento da Corte (doravante denominado "o Regulamento"), profere a presente Sentença.

I

INTRODUÇÃO DA CAUSA

1. Em 8 de junho de 2005, de acordo com o disposto nos artigos 50 e 61 da Convenção Americana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante denominada "a Comissão" ou "a Comissão Interamericana") submeteu à Corte uma demanda contra o Estado do Paraguai (doravante denominado "o Estado" ou "o Paraguai"), a qual se originou nas denúncias números 11.560, 11.665 e 1.667 recebidas na Secretaria da Comissão, respectivamente, em 6 de dezembro de 1995 e em 31 de julho de 1996. Em sua demanda, a Comissão solicitou que o Tribunal declare que o Estado incorreu na violação continuada dos direitos consagrados nos artigos 7 (Direito à Liberdade Pessoal), 5 (Direito à Integridade Pessoal) e 4 (Direito à Vida) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento de Agustín Goiburú Gimenez, Carlos José Mancuello Bareiro e

* O Juiz Oliver Jackman informou à Corte que, por razões de força maior, não poderia estar presente durante o LXXII Período Ordinário de Sessões, razão pela qual não participou na deliberação e assinatura da presente sentença.

dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba. Da mesma forma, a Comissão solicitou que a Corte declare que o Estado é responsável pela violação continuada do artigo 5 (Direito à Integridade Pessoal) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento dos familiares das vítimas. Outrossim, a Comissão solicitou ao Tribunal que declare que o Estado violou de maneira continuada os artigos 8 (Garantias Judiciais) e 25 (Proteção Judicial) da Convenção, em conexão com o artigo 1.1 da mesma, em detrimento de Agustín Goiburú Gimenez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba e seus familiares.

2. A demanda se refere à suposta detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo Feliciano e Benjamín de Jesús Ramírez Villalba, supostamente cometidos por agentes estatais a partir de 1974 e 1977, bem como à impunidade parcial em que se encontram tais fatos, ao não terem sido sancionados todos os responsáveis. A Comissão alega que o "desaparecimento forçado d[essas] pessoas é uma violação continuada [...] que se prolonga até a presente data, porquanto o Estado não estabeleceu o paradeiro das [supostas] vítimas nem localizou seus restos, e tampouco sancionou penalmente todos os responsáveis pelas violações contra eles, nem assegurou a seus familiares uma reparação adequada". Segundo a demanda, o doutor Agustín Goiburú Giménez era um médico paraguaio, filiado ao Partido Colorado, e fundador de um grupo político opositor a Stroessner Matiauda. Em 9 de fevereiro de 1977, o doutor Agustín Goiburú Giménez foi detido arbitrariamente na Argentina por agentes do Estado paraguaio ou por pessoas que atuavam com sua aquiescência, depois foi levado ao Departamento de Investigação da Polícia em Asunción, onde permaneceu incomunicado, foi torturado e posteriormente desapareceu. "O desaparecimento do doutor Goiburú foi considerado como uma 'ação coordenada entre as forças de segurança paraguaia e argentina' que integraram a 'Operação Condor'". "O senhor Carlos José Mancuello Bareiro era um cidadão paraguaio que estudava engenharia em La Plata, Argentina. Foi detido em 25 de novembro de 1974, na alfândega paraguaia, quando ingressava no país, vindo da Argentina com sua esposa Gladis Ester Ríos de Mancuello e sua filha de oito meses. Em 23 de novembro de 1974, foram detidos os irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba, o primeiro ao entrar na fronteira paraguaia, vindo da Argentina, e o segundo, na cidade de Asunción. O senhor Mancuello e os irmãos Ramírez Villalba, os quais se acusava de pertencerem "a um grupo terrorista que preparava um atentado contra Stroessner", supostamente liderado pelo doutor Goiburú, estiveram detidos no Departamento de Investigações, entre outras dependências. As supostas vítimas permaneceram detidas por vinte e dois meses, foram objeto de torturas durante esse período, mantidos sem comunicação e posteriormente desapareceram.

3. A Comissão argumentou que esses fatos ocorreram dentro de um contexto "no qual agentes do Estado paraguaio detiveram ilegalmente, mantiveram em situação de incomunicação, torturaram, mataram e depois ocultaram os restos mortais de pessoas cujas atividades políticas enfrentavam e se opunham ao regime de Stroessner".

4. Além disso, a Comissão submeteu ao conhecimento da Corte o suposto dano que o Estado causou aos familiares das supostas vítimas pelo alegado sofrimento psíquico e moral causado pela suposta detenção e posterior desaparecimento das supostas vítimas e pela suposta ausência de uma investigação completa, imparcial e efetiva sobre os fatos. Ademais, a Comissão pediu ao Tribunal que, de acordo com o artigo 63.1 da Convenção, ordene ao Estado que adote determinadas medidas de reparação indicadas na demanda. Por último, solicitou à Corte que ordene ao Estado o pagamento das custas e gastos gerados na tramitação do caso na jurisdição interna e perante os órgãos do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

II COMPETÊNCIA

5. A Corte é competente para conhecer do presente caso, nos termos dos artigos 62.3 e 63.1 da Convenção Americana, já que o Paraguai é Estado Parte da Convenção desde 24 de agosto de 1989 e reconheceu a jurisdição contenciosa da Corte em 26 de março de 1993.

III PROCEDIMENTO PERANTE A COMISSÃO

6. Em 6 de dezembro de 1995, o *International Human Rights Law Group*, posteriormente chamado *Global Rights Partners for Justice* (doravante denominado "*Global Rights*") e o Comitê de Igrejas Para Ajuda de Emergência (doravante denominado "CIPAE"), (doravante denominados "os representantes"), apresentaram uma petição à Comissão Interamericana, na qual alegaram a suposta detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de Agustín Goiburú Giménez. Esse caso tramitou sob o número 11.560.

7. Em 31 de julho de 1996, *Global Rights* e CIPAE apresentaram uma petição à Comissão Interamericana na qual alegaram a suposta detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de Carlos José Mancuello Bareiro. Esse caso tramitou sob o número 11.665.

8. Em 31 de julho de 1996, *Global Rights* e CIPAE apresentaram uma petição à Comissão Interamericana na qual alegaram a suposta detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba. Esse caso foi tramitado sob o número 11.667.

9. A partir de 19 de outubro de 2004, a Comissão decidiu tramitar conjuntamente os casos número 11.560, 11.665 e 11.667.

10. Em 19 de outubro de 2004, no âmbito de seu 121º Período Ordinário de Sessões, a Comissão aprovou o Relatório de Admissibilidade e Mérito nº 75/04, mediante o qual concluiu, *inter alia*, que o Estado violou os direitos consagrados nos artigos 4 (Direito à Vida), 5 (Direito à Integridade Pessoal), 7 (Direito à Liberdade Pessoal), artigos 8 (Garantias Judiciais) e 25 (Proteção Judicial) da Convenção Americana, em conexão com o artigo 1.1 da mesma, pela detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e dos irmãos Rodolfo Feliciano e Benjamín de Jesús Ramírez Villalba a partir de 1974 e 1977, no Paraguai, bem como pela falta de investigação, processamento e punição dos responsáveis, e pela falta de reparação efetiva aos familiares das vítimas dessas violações. A Comissão recomendou ao Estado a adoção de uma série de medidas para sanar as mencionadas violações.

11. Em 8 de dezembro de 2004, a Comissão transmitiu o Relatório de Admissibilidade e Mérito ao Estado e lhe concedeu um prazo de dois meses para informar sobre as medidas adotadas para dar cumprimento às recomendações formuladas no mesmo. Nessa mesma data, a Comissão, de acordo com o artigo 43.3 de seu Regulamento, notificou os peticionários sobre a adoção do Relatório e seu encaminhamento ao Estado, solicitando sua posição a respeito da eventual submissão do caso à Corte Interamericana. Em 8 de fevereiro de 2005, o Estado pediu uma prorrogação de prazo para informar sobre as medidas adotadas para cumprir as recomendações formuladas pela Comissão. A

prorrogação foi concedida até 23 de fevereiro de 2005 e o Paraguai apresentou seu relatório no dia 24 de fevereiro do mesmo ano. Em 4 de março de 2005, o Estado solicitou uma prorrogação de três meses em relação ao prazo previsto no artigo 51.1 da Convenção, "aceitando expressa e irrevogavelmente que a concessão de tal extensão suspend[ia aquele] prazo [...] para levar o caso à Corte Interamericana e advertindo que o Estado renunciava expressamente interpor a exceção relacionada com a suspensão daquele prazo". Essa prorrogação foi concedida pela Comissão a partir daquela data até 4 de junho de 2005, com o objetivo de que "o Estado [contasse] com prazo adicional para cumprir as recomendações formuladas pela Comissão em seu Relatório nº 75/04".

12. Em 7 de junho de 2005, depois de avaliar a posição dos peticionários, a Comissão Interamericana decidiu submeter o presente caso à jurisdição da Corte, "diante da falta de cumprimento das recomendações por parte do Estado", incluídas no Relatório nº 75/04.

IV PROCEDIMENTO PERANTE A CORTE

13. Em 8 de junho de 2005, a Comissão Interamericana apresentou a demanda perante a Corte (par. 1 *supra*), à qual anexou prova documental e ofereceu prova testemunhal e pericial. A Comissão designou como delegados os senhores José Zalaquett, Comissário, e Santiago A. Canton, Secretário Executivo, e como assessores jurídicos os senhores Víctor Madrigal Borloz, Ignacio Álvarez e a senhora Manuela Cuvi Rodríguez.

14. Em 22 de agosto de 2005, a Secretaria da Corte (doravante denominada "a Secretaria"), depois de um exame preliminar da demanda realizado pelo Presidente da Corte (doravante denominado "o Presidente"), notificou a demanda junto com seus anexos ao Estado e lhe informou os prazos para contestá-la e para designar sua representação no processo. Na mesma data, a Secretaria comunicou ao Estado que, de acordo com o disposto nos artigos 18 do Regulamento da Corte e 10 do seu Estatuto, tinha direito a designar, dentro dos 30 dias seguintes à notificação da demanda, um juiz *ad hoc* para que participasse na consideração do caso. O Estado não realizou esta designação.

15. Neste mesmo dia 22 de agosto de 2005, a Secretaria, de acordo com o disposto no artigo 35.1, incisos d) e e) do Regulamento, notificou a demanda aos representantes, *Global Rights* e CIPAE, e lhes informou que contavam com um prazo de dois meses para apresentar seu escrito de petições, argumentos e provas (doravante denominado "escrito de petições e argumentos"). Os representantes não apresentaram este escrito.

16. Em 21 de setembro de 2005, o Estado designou o senhor Oscar Martínez como Agente e o senhor Francisco Bareiro como Agente Assistente no caso. Em 6 de dezembro do mesmo ano, o Estado designou o senhor Jorge Bogarin González como Agente, em substituição ao senhor Oscar Martínez.

17. Em 22 de dezembro de 2005, o Estado apresentou seu escrito de contestação da demanda (doravante denominado "contestação da demanda"), ao qual anexou prova documental. Neste escrito, o Paraguai acatou e reconheceu parcialmente sua responsabilidade internacional por determinadas violações alegadas pela Comissão (pars. 39 a 54 *infra*).

18. Em 5 de maio de 2006, o Presidente emitiu uma Resolução mediante a qual comunicou que o Plenário da Corte Interamericana havia avaliado os escritos principais do presente caso e decidiu que, diante das circunstâncias do mesmo, não era necessário convocar uma audiência pública. Além disso, ordenou receber, através de declarações

prestadas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*), os testemunhos das senhoras Gladis Meilinger de Sannemann, Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, Ana Arminda Bareiro, viúva de Mancuello, e dos senhores Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Ricardo Lugo Rodríguez e Julio Darío Ramírez Villalba, bem como as perícias dos senhores Alfredo Boccia Paz e Antonio Valenzuela Pecci, todas oferecidas pela Comissão, as quais deveriam ser remetidas ao Tribunal até 19 de maio de 2006. De acordo com o terceiro ponto resolutivo dessa Resolução, o Presidente concedeu às partes um prazo improrrogável até 5 de junho de 2006 para apresentar as observações que considerassem pertinentes. Ademais, requereu ao Estado que remetesse à Secretaria da Corte, o mais tardar até 19 de maio de 2006, e como prova para melhor resolver, cópias autenticadas e completas das gestões realizadas no âmbito interno, em sede administrativa e judicial, em relação ao suposto desaparecimento forçado das supostas vítimas, caso a documentação solicitada já não tivesse sido apresentada de forma completa e legível nos autos do presente caso. Finalmente, nessa Resolução, o Presidente informou às partes que contavam com um prazo improrrogável até 5 de junho de 2006 para apresentar suas alegações finais escritas em relação ao mérito e as eventuais reparações e custas, nas quais as partes deveriam apresentar as observações que considerassem pertinentes sobre os termos e alcances do acatamento e reconhecimento de responsabilidade internacional do Estado.

19. Em 19 de maio de 2006, o Estado manifestou-se a respeito do pedido de envio de prova para melhor resolver, requerido pelo Presidente da Corte na Resolução anterior (par. 18 *supra*), que “a documentação solicitada já se encontra agregada e se compõe dos anexos apresentados pela Comissão Interamericana [...] em sua demanda”. Ademais, afirmou que “com a contestação da demanda [...] [havia] acrescentado outros atos que possuem relação ao caso”. No dia 22 de maio de 2006, a Secretaria, seguindo instruções do Presidente, reiterou ao Estado o pedido de que apresentasse com a maior brevidade possível a documentação requerida e esclareceu que a mesma se devia ao fato de não ter sido apresentada pela Comissão Interamericana nem pelo Estado em seus respectivos escritos de demanda e contestação da demanda. Esse pedido foi reiterado pela Secretaria em 7, 17 e 24 de julho e 1º de agosto de 2006, seguindo instruções do Presidente. Apesar de o Estado não ter apresentado documentação adicional, em 8 de setembro de 2006 reiterou sua manifestação de 19 de maio (par. 60 *infra*).

20. Em 22 de maio de 2006, a Secretaria, seguindo instruções do Presidente da Corte e nos termos do artigo 45.2 do Regulamento, solicitou à Comissão Interamericana a remessa, o mais tardar até 1º de junho de 2006, de vários documentos aos quais fez referência na demanda, mas que não ofereceu nem apresentou como prova dentro dos anexos à mesma, a saber, os seguintes livros: *Es mi informe*, *Los archivos secretos de la policía de Stroessner*; *Testimonio contra el Olvido*, *Reseña de la Infamia y el Terror*; e *En los sótanos de los generales: Los documentos ocultos de la Operación Cóndor*. Em 5 de julho do mesmo ano, depois de concedida uma prorrogação de prazo, a Comissão remeteu os documentos solicitados.

21. Em 26 de maio de 2006, a Comissão Interamericana apresentou as declarações testemunhais prestadas perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) requeridas no ponto resolutivo primeiro da Resolução do Presidente da Corte, de 5 de maio de 2006 (par. 18 *supra*). Além disso, a Comissão Interamericana apresentou as declarações testemunhais prestadas pelas senhoras Gladis Ester Ríos e Ana Elizabeth Mancuello Bareiro e solicitou que fossem incorporadas ao acervo probatório do presente caso (pars. 56 a 59 *infra*).

22. Em 2 e 5 de junho de 2006, os representantes, a Comissão e o Estado apresentaram suas alegações finais escritas. Nesse escrito, os representantes fizeram suas, em geral, as alegações da Comissão em relação à violação dos artigos 4, 5, 7, 8 e 25 da Convenção, em

detrimento das supostas vítimas, bem como a maioria das alegações da Comissão relativas às reparações.

23. Nos dias 17 e 24 de julho, 1, 9 e 24 de agosto e 8 de setembro de 2006, a Secretaria, seguindo instruções do Presidente da Corte e com base no artigo 45 do Regulamento da Corte, requereu às partes que apresentassem a seguinte informação e documentação, para que fossem consideradas como prova para melhor resolver:

- a) ao Estado, informação sobre o estado atual e resultados dos procedimentos de extradição, pendentes ou concluídos, em relação às investigações e processos penais abertos a respeito dos fatos do presente caso, bem como cópia das atuações que dispusessem em seu poder sobre as gestões realizadas a respeito, por parte de autoridades paraguaias ou de qualquer outro país. Em 8 de agosto do mesmo ano, o Estado apresentou determinada informação e algumas resoluções emitidas por autoridades judiciais paraguaias, bem como outros atos, no âmbito dos processos penais abertos pelos casos de Agustín Goiburú Giménez e Carlos José Mancuello Bareiro, os quais já se encontravam nos autos perante a Corte. O Estado não apresentou informação relativa ao estado atual e aos resultados dos procedimentos de extradição, pendentes ou concluídos, em relação ao processo penal aberto no caso dos irmãos Ramírez Villalba, nem cópia de atuações que estivessem em seu poder sobre gestões realizadas por parte de autoridades de qualquer outro país (par. 60 *infra*);
- b) à Comissão e aos representantes, a documentação pertinente que provasse a existência ou, se for o caso, o falecimento e filiação de várias pessoas que supostamente eram familiares das supostas vítimas. Parte dessa documentação foi remetida pela Comissão em 31 de julho e em 4, 8 e 14 de agosto do mesmo ano (pars. 24 e 28 a 38 *infra*);
- c) aos representantes, à Comissão e ao Estado, informação relativa à tipificação do delito de desaparecimento forçado de pessoas, e cópia dos códigos penal e processual penal aplicados nos processos penais. Tanto a Comissão quanto o Estado remeteram informação a respeito em 31 de julho, 3 de agosto e 14 de setembro de 2006; e
- d) ao Estado, à Comissão e aos representantes, informação sobre quais das pessoas processadas e/ou condenadas nos três processos penais abertos em relação aos fatos do presente caso permaneceram e/ou se encontram atualmente privadas de liberdade, e nesse caso, se estiveram ou estão sob prisão preventiva ou na qualidade de condenados nesses processos. As partes apresentaram informação a respeito em 14 de agosto de 2006. O Estado havia apresentado determinada informação em 8 de agosto do mesmo ano.

24. Em 14 e 17 de agosto de 2006, a Comissão e os representantes remeteram, respectivamente, algumas declarações juramentadas das senhoras María Magdalena Galeano e Rosa Mujica Giménez, supostos familiares de Benjamín Ramírez e de Agustín Goiburú. Seguindo instruções do Presidente, a Secretaria informou ao Estado e aos representantes que, em caso de que tivessem observações a respeito dessas declarações, remetessem-nas mais tardar até 28 de agosto de 2006. As partes não apresentaram observações (pars. 56 a 59 *infra*).

V

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

25. A Comissão Interamericana apresentou em sua demanda uma lista de quatro supostas vítimas dos fatos do presente caso e de 12 familiares, a saber, Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba, Benjamín Ramírez Villalba, Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú, Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Herminio Arnaldo Ramírez Villalba e Julio Darío Ramírez Villalba. Em seu Relatório de Admissibilidade e Mérito, a Comissão Interamericana mencionou as quatro supostas vítimas, mas não individualizou os seus familiares, referindo-se a eles de forma genérica. Além disso, a Comissão, em sua demanda, informou à Corte que os peticionários haviam remetido informação sobre os sobrinhos dos irmãos Ramírez Villalba, filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba, a saber, Mirtha Hayde Ramírez de Morinigo, Ana María Ramírez de Mellone, Julio César Ramírez Vásquez, Rubén Darío Ramírez Vásquez e Héctor Daniel, todos Ramírez Vásquez. A esse respeito, solicitou que, “no caso de ser provada sua qualidade de parte lesada, fossem considerados como beneficiários”, sem especificar a quais pessoas se referia.

26. Em suas alegações finais, a Comissão incluiu, com base nas declarações juramentadas prestadas por familiares das supostas vítimas, 11 pessoas que também seriam familiares e também supostas vítimas e eventuais beneficiários de reparações, os quais não estavam incluídos na lista inicial apresentada na demanda. A esse respeito, manifestou que “foi demonstrado perante a Corte que pessoas adicionais às [...] mencionadas, e com similar grau de proximidade, encontravam-se com vida no momento do desaparecimento das [supostas] vítimas e foram por sua vez [supostas] vítimas das violações estabelecidas.” Ademais, reiterou seu pedido relativo aos filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba (par. 25 *supra*).

27. Em suas alegações finais escritas, os representantes indicaram como supostas vítimas quatro pessoas e 12 familiares, mencionadas pela Comissão em sua demanda. Ademais, solicitaram à Corte que ordenasse ao Estado realizar “as gestões e localiz[ar] o paradeiro de María Magdalena Galeano (ex-companheira de Benjamín Ramírez Villalba), indenizá-la] e prestar-lhe assistência médica e psicológica.” Outrossim, em relação à determinação dos beneficiários das indenizações solicitadas por danos materiais e imateriais, manifestaram que, “de igual maneira, devem receber as indenizações todos os familiares que legalmente possam ter acesso a elas.”

28. Finalmente, como prova para melhor resolver solicitada pelo Tribunal, os representantes e a Comissão apresentaram documentos sobre a existência de María Magdalena Galeano, Rosa Mujica Giménez, Sotera Ramírez Villalba, Herminio Arnaldo Ramírez Villalba, Adolfina Eugenia Ramírez de Espinoza, Mario Artemio Ramírez Villalba e Lucrecia Francisca Ramírez, viúva do senhor Borba, ou de sua filiação em relação às supostas vítimas.

29. A jurisprudência deste Tribunal quanto à determinação de supostas vítimas foi ampla e ajustada às circunstâncias de cada caso. As supostas vítimas devem estar indicadas na demanda e no Relatório da Comissão segundo o artigo 50 da Convenção. Desse modo, de acordo com o artigo 33.1 do Regulamento da Corte, corresponde à Comissão, e não a este Tribunal, identificar com precisão e na devida oportunidade processual as supostas vítimas

em um caso perante a Corte.¹ No entanto, em sua falta, em algumas ocasiões a Corte considerou como vítimas pessoas que não foram alegadas como tais na demanda, sempre e quando se respeitou o direito de defesa das partes e as supostas vítimas possuam relação com os fatos descritos na demanda e com a prova apresentada à Corte.²

30. Além das pessoas expressamente indicadas na demanda, este Tribunal utilizará os seguintes critérios para definir que outras pessoas considerará como supostas vítimas e familiares destas no presente caso: a) a oportunidade processual em que foram identificadas; b) o reconhecimento de responsabilidade realizado pelo Estado; c) a prova que consta a respeito, e d) as características próprias deste caso.

31. A respeito dos sobrinhos dos irmãos Ramírez Villalba, filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba (par. 25 *supra*), a Corte observa que o pedido a seu favor foi feito pela Comissão ao apresentar sua demanda e foi reiterado em suas alegações finais escritas, razão pela qual serão considerados como supostas vítimas nos capítulos correspondentes.

32. Outrossim, o Tribunal notou que a Comissão Interamericana incluiu em suas alegações finais escritas 11 pessoas, supostos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, para serem considerados como supostas vítimas e beneficiários, mas que não estavam referidos em seu escrito de demanda.

33. Diante desta situação, o Tribunal se viu na necessidade de realizar um trabalho exaustivo de exame da prova apresentada pela Comissão, orientado a reunir os elementos necessários para a identificação precisa das supostas vítimas, bem como solicitar prova para melhor resolver, e concluiu que existem duas situações. Por um lado, com respeito a alguns dos supostos familiares dos senhores Mancuello e Ramírez Villalba, a Corte nota que, apesar de a Comissão não tê-los incluído na lista de familiares apresentada na demanda, remeteu junto com os anexos a esta, carteiras de identidade civil, certidões de nascimento e/ou procurações de algumas dessas pessoas, a saber, dos senhores Mario Mancuello, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro e Fabriciana Villalba de Ramírez. Tal como foi indicado (par. 29 *supra*), corresponde à Comissão, e não a este Tribunal, identificar com precisão as supostas vítimas em um caso submetido perante a Corte. Não obstante, a respeito dessas pessoas, a Corte as considerará como supostas vítimas, pois sua existência foi posta em conhecimento do Tribunal ao menos indiretamente nos anexos à demanda.

34. Por outro lado, certamente surge das declarações prestadas perante agente dotado de fé pública por familiares das supostas vítimas (par. 56 *infra*), bem como da prova solicitada para melhor resolver (par. 23.b *supra*), sobre a existência de outros familiares das mesmas que possivelmente tenham sido afetados pelos fatos do presente caso, a saber, de María Magdalena Galeano Rotela, Rosa Mujica Giménez, Lucrecia Ramírez de Borba, Mario Artemio Ramírez Villalba e Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza. Nesse sentido, é pertinente avaliar os termos do reconhecimento internacional de responsabilidade realizado pelo Estado (par. 141 *infra*), bem como sua manifestação ao reconhecer os fatos relativos ao mérito do caso, no sentido de que, "em nenhuma circunstância, controverterá os relatos do peticionário sobre os casos objeto desta apresentação, os quais estão baseados no

¹ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C Nº 148, par. 98.

² Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 91; *Caso Acevedo Jaramillo e outros*. Sentença de 7 de fevereiro de 2006. Série C Nº 144, par. 227, e *Caso do Massacre de Mapiripán*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C Nº 134, par. 183.

testemunho das vítimas ou dos familiares dos desaparecidos, o que merece toda credibilidade”.

35. Por sua vez, a respeito da senhora María Magdalena Galeano Rotela, segundo a declaração do senhor Julio Darío Ramírez Villalba, seu irmão Benjamín tinha uma companheira com esse nome, que também teria estado detida junto com ele. Segundo o informado pela Comissão, em resposta ao pedido de prova para melhor resolver, esta pessoa está incluída no relatório da Comissão Interamericana sobre a situação dos direitos humanos no Paraguai de 1977, que contém uma lista de pessoas detidas, elaborada com fontes do Ministério do Interior paraguaio, bem como em uma lista de “detidos políticos mantidos em virtude do Artigo 79 da Constituição Nacional”, comunicada à Comissão pelo Estado em um escrito de 9 de agosto de 1977. Ademais, segundo a publicação *Testimonio contra el Olvido*, cuja publicação foi autorizada pela Corte Suprema de Justiça Paraguaia e que foi apresentada como prova pela Comissão a pedido da Corte, a senhora Galeano esteve detida desde 25 de novembro de 1974 -a mesma data em que foi detido o senhor Benjamín Ramírez Villalba (pars. 61.44 e 61.46 *infra*)- até 2 de março de 1978. Finalmente, a Comissão apresentou, ainda que extemporaneamente, uma declaração juramentada prestada por ela, na qual dá conta de sua relação com essa suposta vítima e relata as condições de detenção às quais esteve submetida junto com ele.

36. Em relação à senhora Rosa Mujica Giménez, surge do testemunho da senhora Elva Elisa de Goiburú e de uma certidão de nascimento apresentada pela Comissão como prova para melhor resolver, que ela é irmã do doutor Agustín Goiburú Giménez. Além disso, a Comissão apresentou, ainda que extemporaneamente, uma declaração juramentada prestada por ela, na qual manifestou ter sido detida por ser irmã do doutor Goiburú.

37. Por sua vez, segundo a declaração do senhor Julio Darío Ramírez Villalba e de certidões de óbito apresentadas como prova para melhor resolver, Lucrecia Ramírez de Borba, Mario Artemio Ramírez Villalba e Eugenia Adolfina Ramírez de Espinoza eram irmãos de Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba.

38. Portanto, a Corte tem como provada a existência das senhoras María Magdalena Galeano Rotela, Rosa Mujica Giménez, Lucrecia Ramírez de Borba e Eugenia Adolfina Ramírez de Espinoza e do senhor Mario Artemio Ramírez Villalba e de seus respectivos vínculos ou parentesco com os senhores Goiburú e Ramírez Villalba, de maneira que serão considerados como supostas vítimas nos capítulos correspondentes.

VI

ACATAMENTO PARCIAL

39. No presente caso, o Estado efetuou um reconhecimento de responsabilidade internacional tanto perante a Comissão quanto perante este Tribunal, de modo que procede a precisar os termos e alcances do mesmo.

40. Durante o trâmite do presente caso perante a Comissão Interamericana, o Estado reconheceu sua responsabilidade em relação às “considerações de fato formuladas com relação ao mérito”, bem como “às pretensões do peticionário quanto à violação em detrimento da[s] supostas] vítima[s], detid[as] ilegal e arbitrariamente e desaparecid[as] durante o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989)”, dos artigos 4, 5 e 7 da Convenção. Ademais, “reconheceu parcialmente sua responsabilidade [pel]a [suposta] violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial [...] com respeito ao grave atraso judicial”. De tal maneira, ao apresentar a demanda perante este Tribunal, a Comissão considerou que o Estado “ha[via] realizado uma confissão dos fatos” a que se refere o

presente caso e que "se dev[eria] dar plenos efeitos a essa confissão no processo perante a Corte".

41. Em seu escrito de contestação da demanda, e em termos quase idênticos em suas alegações finais, o Paraguai manifestou o seguinte:

A Corte é competente para conhecer do presente caso. O Estado paraguaio ratificou a Convenção Americana em 24 de agosto de 1989 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 26 de março de 1993 [...]

A Corte também é competente para conhecer do presente caso em razão do disposto no artigo XIII da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, ratificada pelo Estado em 26 de novembro de 1996. De acordo com o artigo III deste instrumento, o delito de desaparecimento forçado 'será considerado como continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima'. [...]

Atento às considerações sobre o estado da causa e de acordo com o Artigo 53, inciso 2, do Regulamento da Corte Interamericana [...] [o Agente do Estado comunica] a intenção do Estado paraguaio de reconhecer sua responsabilidade neste escrito de contestação da demanda em questão, tomando as precauções necessárias dirigidas a alcançar os resultados mais vantajosos para o Estado paraguaio. [...]

Deve-se destacar, em primeiro lugar, que o Estado paraguaio, de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão Interamericana [...], demonstrou sua absoluta disposição e realizou importantes esforços para alcançar um acordo de solução amistosa com as partes, o que inclui, conceder reparações aos familiares da vítima". [...] nesse sentido, [...] "o senhor Rolando Agustín Goiburú Benítez, filho da vítima, foi nomeado Vice-Cônsul do Paraguai em Buenos Aires, por Decreto do Poder Executivo nº 3.397 de 27 de maio de 1994. Em 25 de julho de 1997, ele foi promovido ao cargo de Cônsul na mesma cidade, desempenhando essa função até 7 de fevereiro de 2001, data na qual foi nomeado como funcionário do Ministério de Relações Exteriores no cargo de Assessor. [...]

O Estado reconhece que, no passado, especificamente durante o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989), foram perpetradas graves violações dos direitos humanos, as quais devem ser investigadas, punidas e reparadas adequadamente pelo Estado. Agora, é importante ressaltar que o Estado paraguaio, a partir de 1989, com a caída do General Stroessner e o restabelecimento da democracia, deu passos constantemente progressivos para respeitar e garantir de maneira efetiva os direitos humanos no Paraguai. Uma dessas medidas, de grande importância para o caso em análise, foi a reforma judicial, naturalmente lenta, por sua complexidade. [...]

É indiscutível que a primeira obrigação a que faz referência a jurisprudência da Corte, qual seja, a de "respeitar os direitos e liberdades" reconhecidos na Convenção, não foi observada pelo Estado durante o regime de 1954-1989. Com respeito à segunda obrigação, "a de garantir" o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos na Convenção, o Estado apresenta os seguintes argumentos que atenuam sua responsabilidade. A jurisprudência da Corte com respeito a esta obrigação afirma que a mesma implica o dever dos Estados Parte de organizar todo o aparato governamental e, em geral, todas as estruturas através das quais se manifesta o exercício do poder público, de maneira tal que sejam capazes de assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos humanos.

Não restam dúvidas que esta obrigação de garantir direitos foi descumprida pelo Estado durante o regime de 1954-1989, pois em lugar de organizar um aparato governamental, de maneira tal que fosse capaz de assegurar juridicamente o livre

exercício dos direitos humanos, o mesmo foi consolidando-se sob um sistema repressor e executor de violações sistemáticas dos direitos humanos.

Mas é importante mencionar que o Paraguai, diferentemente de outros países do [C]one [S]ul, nunca aprovou leis de anistia e reconhece a não aplicabilidade da prescrição às graves violações de direitos humanos. O Estado afirma que estes são exemplos de medidas preventivas orientadas a conter a reiteração de abusos tais como os registrados durante a ditadura de 1954-1989. [...O] Estado ressalta várias medidas positivas adotadas depois de reinstaurado o regime de direito. Nesse contexto, o Paraguai ratificou a Convenção Americana pouco depois de retornar ao regime civil, em 24 de agosto de 1989. Assim, a Convenção foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos que adquiriu força de lei no parlamento [...].

Quanto à reforma legal, o Estado sublinha a inclusão da proibição da tortura e a não aplicabilidade da prescrição aos delitos de lesa humanidade na Constituição Nacional de 1992, a reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal em 1997 e 1998, respectivamente, e a promulgação da Lei nº 2.225 "Através da qual se cria a Comissão Verdade e Justiça", em 11 de setembro de 2003.

Por último, o Estado paraguaio observa sua obrigação de indenizar as vítimas de violações dos direitos humanos disposta na Convenção Americana, [pois] se aprovou em 1996 a Lei nº 836 [sic] "Que indeniza as vítimas de violações de direitos humanos durante a ditadura de 1954 a 1989" [...]

O Estado acata as pretensões do peticionário quanto à violação, em detrimento da vítima Agustín Goburú, detido ilegal e arbitrariamente e desaparecido durante o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989), do artigo 4, direito à vida; do artigo 5 que garante o direito à integridade pessoal na forma que expressa o peticionário; do artigo 7 pela detenção arbitrária e ilegal da vítima e o desaparecimento forçado até a presente data, reconhecidos e garantidos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

O Estado acata as pretensões do peticionário quanto à violação, em detrimento da vítima Carlos José Mancuello, detido ilegal e arbitrariamente e desaparecido durante o regime do General Alfredo Stroessner (1954-1989), do artigo 4 [direito à vida]; do artigo 5 que garante o direito à integridade pessoal na forma que expressa o peticionário; do artigo 7 pela detenção arbitrária e ilegal da vítima e seu desaparecimento forçado até a presente data, reconhecidos e garantidos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

O Estado acata as pretensões do peticionário Julio Darío Ramírez Villalba quanto à violação, em detrimento das vítimas Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, detidos ilegal e arbitrariamente e desaparecidos durante o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989), do artigo 4, direito à vida; do artigo 5 que garante o direito à integridade pessoal na forma que expressa o peticionário; do artigo 7 pela detenção arbitrária e ilegal da[s] vítima[s] e seu desaparecimento forçado até a presente data, reconhecidos e garantidos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Em relação aos artigos 8 e 25 da Convenção, sobre o grave atraso judicial, o que implica a violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, o Estado faz um acatamento parcial [nos três casos de referência.]

[Outrossim, no caso de Agustín Goiburú Giménez, a]dmite a existência de uma demora judicial para proferir sentença[, a qual] obedece às falências próprias do antigo sistema penal sob o qual se iniciou o julgamento[. Não obstante isso,] o sistema processual paraguaio não admite o julgamento a revelia [de modo que] tendo em conta o falecimento de dois processados, os autos se encontram paralisados.

[...É] importante lembrar que os familiares das vítimas da Ditadura do General Stroessner, em todo momento –nesta etapa democrática do país– tiveram disponível o acesso à justiça, sem que nenhum órgão ou agente do Estado tenha interferido ou obstruído aos mesmos em seu direito de exercer as queixas criminais ou as ações civis correspondentes, de fazer uso das garantias judiciais e da proteção judicial. Nesse sentido, não se impediu aos familiares das vítimas ou seus representantes o acesso à jurisdição civil ordinária para reclamar a indenização por danos e prejuízos, bem como o acesso a outras instâncias, como a Defensoria do Povo, para requerer de maneira independente e autônoma as demandas judiciais e a indenização correspondentes, em virtude da Lei nº 838/96. [...] os familiares das vítimas não fizeram uso destes recursos judiciais ou administrativos para eventualmente obter uma justa indenização e isso não é imputável ao Estado.

No caso de José Mancuello, os autos [...] chegaram à última instância com decisões prévias em primeira e em segunda instância, respectivamente. [...] Com isso se demonstra que a Justiça paraguaia chegou a proferir sentença em duas instâncias e se encontra pendente a decisão da última instância, isto é, a Corte Suprema de Justiça, de tal modo que as decisões judiciais sejam definitivas e executadas, cumprindo assim a obrigação de investigar e punir fatos delitivos. O Estado solicita que a Corte tenha em consideração o exposto precedentemente [...].

[No caso de] Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, [...] já foi proferida a Sentença Definitiva em primeira instância [...] e a investigação segue aberta em relação aos acusados Alfredo Stoessner Matiauda, Sabino Augusto Montanaro e Eusebio Torres. A decisão de primeira instância condenou o Pastor Coronel à pena de 25 anos de prisão e os demais processados a 12 anos de pena privativa de liberdade, a qual deverá ser cumprida até o ano 2002. Ademais, declarou os condenados civilmente responsáveis pelos fatos cometidos. [...] Em relação a Alfredo Stroessner, beneficiado com o asilo político no Brasil, existe um pedido de extradição em trâmite perante a justiça da República Federativa do Brasil, em virtude de A.I. nº 843 de 5 de junho de 2001. Quanto ao fugitivo da justiça Sabino Augusto Montanaro, o mesmo se encontra asilado em Honduras, país com o qual o Paraguai não possui um Tratado de Extradição. [...]

[...] Cabe destacar [...] que apesar de o Estado paraguaio ter manifestado sua total disposição e de ter envidado importantes esforços dirigidos a resolver, da maneira mais adequada possível, todos os casos, deu-se uma atenção especial ao caso Goiburú, no qual o Estado paraguaio realizou os maiores esforços para ressarcir o dano causado às partes. [...] Por exemplo, o fato de ter denominado a praça localizada ao lado do Palácio de Governo como "PLAZA DE LOS DESAPARECIDOS", em memória das vítimas de desaparecimentos forçados durante a ditadura e de outras vítimas de graves violações de Direitos Humanos, onde se encontram preservados os documentos que conformam o denominado "ARQUIVO DO TERROR". [... Outrossim,] o Congresso da Nação sancionou a Lei que cria a Comissão da Verdade e Justiça no Paraguai em 11 de setembro de 2003. [...]

42. Em suas alegações finais, a Comissão manifestou, *inter alia*, que:

- a. o Estado reconheceu que a obrigação de respeitar os direitos reconhecidos na Convenção não foi cumprida durante o regime de 1954 a 1989, mas com respeito à sua obrigação de garantir esses direitos apresentou argumentos que pretendem atenuar sua responsabilidade;
- b. valora o reconhecimento de responsabilidade do Estado. O mesmo corresponde ao realizado previamente perante a Comissão, "o que tem efeitos no processo perante a Corte". Isto é, o Estado não contradisse os fatos perante a Comissão nem perante a Corte e acatou a violação dos artigos 4, 5 e 7 da Convenção. Mas o acatamento é parcial, pois apenas aceitou a violação dos artigos 8 e 25 da

Convenção em alguns aspectos dos três casos, de maneira que a Comissão considerou que o Estado é responsável pela impunidade parcial em que se encontram os mesmos;

- c. quanto às reparações, o Estado reconheceu sua obrigação de reparar adequadamente as vítimas das violações aos direitos humanos, perpetradas durante o regime de Stroessner, mas se referiu, em repetidas ocasiões, a seu direito interno, para indicar que as supostas vítimas podiam solicitar as reparações através do procedimento estabelecido mediante a Lei nº 836 (sic) de 1996, e
- d. o acatamento formulado no presente caso constitui uma aceitação total dos fatos alegados na demanda e faz cessar a controvérsia sobre os mesmos. Não obstante isso, solicita à Corte que a sentença inclua uma relação pormenorizada dos fatos “não apenas por constituir uma parte da motivação da própria resolução judicial, mas também por sua eficácia reparadora”.

43. Os representantes não apresentaram suas petições e argumentos de forma autônoma. Não obstante isso, em suas alegações finais manifestaram, *inter alia*, que:

- a. os supostos bons ofícios ou intenções do Estado “não existem na realidade, e sua pretensão de fazer crer na existência de esforços de sua parte para chegar a uma solução amistosa não é crível e carece de toda força e consistência”, e
- b. a confissão do Estado sobre a maioria dos fatos do presente caso faz cessar a controvérsia a respeito destes. Assim, consideram pertinente que a Corte declare mediante sentença a verdade sobre os fatos e as violações cometidas contra as supostas vítimas e seus familiares, bem como a consequente responsabilidade internacional do Estado.

44. O artigo 53.2 do Regulamento estabelece que

[s]e o demandado comunicar à Corte seu acatamento às pretensões da parte demandante e às das supostas vítimas, ou seus representantes, a Corte, ouvido o parecer das partes no caso, resolverá sobre a procedência do acatamento e seus efeitos jurídicos. Nesse contexto, a Corte determinará, se for o caso, as reparações e as custas correspondentes.

45. O artigo 55 do Regulamento dispõe que

[a] Corte, levando em conta as responsabilidades que lhe cabem em matéria de proteção dos direitos humanos, poderá decidir pelo prosseguimento do exame do caso, mesmo em presença das situações indicadas nos artigos precedentes.

46. A Corte, no uso de suas funções de tutela jurisdicional internacional dos direitos humanos, poderá determinar se um reconhecimento de responsabilidade internacional efetuado por um Estado demandado oferece uma base suficiente, nos termos da Convenção Americana, para continuar ou não com o conhecimento do mérito e a determinação das eventuais reparações e custas. Para esses efeitos, o Tribunal analisa a situação proposta em cada caso concreto.³

³ Cf. *Caso Montero Arangurén e Outros (Retén de Catia)*. Sentença de 5 de julho de 2006. Série C Nº 150, par. 33; *Caso do Massacre de Mampiripán*, nota 2 *supra*, par. 65, e *Caso Huilca Tecse*. Sentença de 3 de março de 2005. Série C Nº 121, par. 42.

47. Em casos nos quais ocorreram acatamentos e reconhecimentos de responsabilidade internacional, conhecidos anteriormente pela Corte, esta estabeleceu que:

[...] o artigo 53[2] do Regulamento se refere à hipótese em que um Estado demandado comunique à Corte seu acatamento dos fatos e das pretensões da parte demandante e, por conseguinte, aceite sua responsabilidade internacional pela violação da Convenção, nos termos indicados na demanda, situação que daria lugar a um encerramento antecipado do processo quanto ao mérito do assunto, tal como estabelece o capítulo V do Regulamento. A Corte adverte que com as disposições do Regulamento que entrou em vigor em 1º junho de 2001, o escrito de demanda está composto pelas considerações de fato e de direito e as petições quanto ao mérito do assunto e aos pedidos de reparações e custas correspondentes. Nesse sentido, quando um Estado acata a demanda, deve indicar com toda a clareza se o faz apenas sobre o mérito do assunto ou se também inclui as reparações e custas. Se o acatamento se refere apenas ao mérito do assunto, a Corte deverá avaliar se continua com a etapa processual de determinação das reparações e custas.

[...] à luz da evolução do sistema de proteção de direitos humanos, no qual hoje em dia as supostas vítimas ou seus familiares podem apresentar de maneira autônoma seu escrito de petições, argumentos e provas e esgrimir pretensões coincidentes ou não com as da Comissão, quando se apresenta um acatamento, este deve expressar claramente se aceita também as pretensões formuladas pelas supostas vítimas ou seus familiares.⁴

i) Reconhecimento do Estado quanto aos fatos

48. A Corte observa que o Estado reconheceu os fatos relativos à “detenção arbitrária e ilegal, tortura da[s] vítima[s] e [seu] desaparecimento forçado até a presente data”. Ademais, o Estado não contestou os fatos relativos aos processos penais desenvolvidos no âmbito interno em relação aos casos das supostas vítimas. Nesses termos tão amplos, e entendendo que a demanda constitui o marco fático do processo,⁵ o Tribunal considera que cessou a controvérsia sobre os fatos contidos na demanda referentes às detenções, torturas e desaparecimentos dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba.

ii) Acatamento do Estado quanto às pretensões de direito.

49. A Corte observa que cessou a controvérsia a respeito da responsabilidade internacional do Estado pela violação dos direitos consagrados nos artigos 4 (Direito à Vida), 5 (Direito à Integridade Pessoal) e 7 (Direito à Liberdade Pessoal) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, em relação aos fatos reconhecidos (par. 48 *supra*).

50. Da mesma forma, cessou a controvérsia a respeito da responsabilidade internacional do Estado pela violação dos direitos consagrados nos artigos 8.1 (Garantias Judiciais) e 25 (Proteção Judicial) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma,

⁴ Cf. *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 66; *Caso Molina Theissen*. Sentença de 4 de maio de 2004. Série C Nº 106, pars. 41 a 44, e *Caso do Massacre Plan de Sánchez*. Sentença de 29 de abril de 2004. Série C Nº 105, pars. 43 a 48.

⁵ Cf. *Caso do Massacre de Pueblo Bello*. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C Nº 140, par. 55; *Caso Gómez Palomino*. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C Nº 136, par. 59, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 59.

especificamente no que se refere à violação do princípio do prazo razoável, que o próprio Estado qualificou como “grave atraso judicial”. No entanto, o Estado argumentou que não lhe eram atribuíveis outros aspectos relativos aos processos penais em curso ou a procedimentos que os familiares das supostas vítimas supostamente poderiam ter exercido para reclamar reparações, entre outros. Essas alegações devem ser resolvidas oportunamente pelo Tribunal.

iii) Acatamento do Estado quanto às pretensões sobre reparações

51. A Corte observa que, tal como afirmou a Comissão, ainda que o Estado tenha reconhecido sua obrigação de reparar adequadamente as vítimas das violações aos direitos humanos, perpetradas durante o regime de Alfredo Stroessner, no presente caso o Estado não acatou as pretensões sobre reparações apresentadas pela Comissão Interamericana.

52. A Corte considera que o acatamento do Estado constitui uma contribuição positiva para o desenvolvimento deste processo e para a vigência dos princípios que inspiram a Convenção Americana.⁶

53. Tendo em conta suas atribuições de velar pela melhor proteção dos direitos humanos, e dada a natureza do presente caso, o Tribunal considera que proferir uma sentença na qual se determine a verdade dos fatos e todos os elementos do mérito do assunto, bem como as correspondentes consequências, constitui uma forma de contribuir à preservação da memória histórica, de reparação para os familiares das vítimas, e também de contribuição para evitar que se repitam fatos similares.⁷ Sem prejuízo dos efeitos do acatamento parcial efetuado pelo Estado, a Corte considera pertinente abrir o capítulo relativo aos fatos do presente caso, que inclui tanto os reconhecidos pelo Estado quanto os que forem provados. Ademais, a Corte considera necessário fazer algumas precisões a respeito da maneira em que as violações ocorridas se manifestaram no contexto e circunstâncias do caso, bem como de certos alcances relacionados às obrigações estabelecidas na Convenção Americana e em outros instrumentos internacionais, para o que abrirá os capítulos respectivos.

54. Por sua vez, a Corte analisará nos capítulos seguintes os temas de mérito e as eventuais reparações a respeito das quais permanece aberta a controvérsia sobre a responsabilidade do Estado, a saber:

Os fatos e a alegada violação do direito à integridade pessoal em detrimento dos familiares das supostas vítimas, consagrado no artigo 5 da Convenção;

A suposta violação dos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana, em detrimento das supostas vítimas e seus familiares, quanto às alegações não reconhecidas pelo Estado (pars. 41 e 50 *supra*), e

⁶ Cf. *Caso Montero Arangurén e Outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, pars. 57 e 61; *Caso Baldeón García*. Sentença de 6 de abril de 2006. Série C Nº 157, par. 55, e *Caso Gutiérrez Soler*. Sentença de 12 de setembro de 2005. Série C Nº 132, par. 59.

⁷ Cf. *Caso Montero Arangurén e Outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 117; *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 56, e *Caso do Massacre de Mampiripán*, nota 2 *supra*, par. 69.

Os fatos relativos aos danos materiais e imateriais que teriam sido ocasionados às supostas vítimas e seus familiares em razão da detenção, tortura e desaparecimento forçado daquelas, bem como a determinação das reparações e custas.

VII PROVA

55. Com base no estabelecido nos artigos 44 e 45 do Regulamento, bem como na jurisprudência do Tribunal a respeito da prova e sua apreciação,⁸ a Corte procederá a examinar e avaliar os elementos probatórios documentais remetidos pela Comissão e pelo Estado em diversas oportunidades processuais, ou como prova para melhor resolver que lhes foi solicitada por instruções do Presidente.

A) PROVA DOCUMENTAL

56. A Comissão Interamericana remeteu declarações testemunhais e periciais, segundo o disposto na Resolução do Presidente de 5 de maio de 2006 (par. 18 *supra*). Além disso, a Comissão remeteu as declarações das senhoras Gladis Ester Ríos, Ana Elizabeth Mancuello Bareiro e María Magdalena Galeano e os representantes remeteram a declaração da senhora Rosa Mujica Giménez (pars. 21, 24, 26 a 30 e 34 a 38 *supra* e par. 59 *infra*). A seguir, a Corte resume estas declarações:

Testemunhas

a) *Rogelio Agustín Goiburú Benítez, filho do doutor Agustín Goiburú*

O senhor Rogelio Goiburú Benítez declarou que depois que seu pai foi expulso do hospital onde trabalhava, “teve de viver alguns meses escondido” e posteriormente se exilou em Posadas, Argentina. Expressou que o doutor Goiburú “sempre fo[i, junto com sua família,] objeto de perseguições”.

Descreveu que, desde que seu pai chegou à Argentina, “denunci[ou] e desmascar[ou] o regime tirânico de Alfredo Stroessner, [trabalhando] em [...] atividades políticas”. Além disso, seu pai foi membro fundador do Movimento Popular Colorado (MOPOCO). Declarou que seu pai e seu irmão foram sequestrados em uma ocasião; seu pai foi trasladado a Asunción e seu irmão abandonado em Encarnación. Manifestou que enquanto seu pai esteve detido em Asunción, sofreu torturas e depois de um ano conseguiu escapar e regressou à Argentina. Posteriormente, desapareceu quando se dirigia à sua casa, depois de concluído seu trabalho no Hospital San Martín. A partir de então, sua família, especialmente sua mãe, iniciou as gestões para sua busca.

O senhor Goiburú Benítez declarou que seu pai “era o pilar de [sua] família, o protetor, o irmão, o amigo [...] a lei, o chefe, o guia”. Do mesmo modo, expressou que “não se pode descrever com palavras a profunda dor, a impotência, a raiva e a infinita tristeza [...] ao não saber onde estão os ossos de [seu] pai”. Assinalou que o fato de não saber o que se passou com o doutor Goiburú causou “sentimentos de frustração, incerteza, frequentes situações de irritabilidade, nervosismo” a sua mãe e irmãos, de maneira que todos eles haviam padecido sequelas e diversas enfermidades “como consequência do estresse que [lhes] provoca diariamente o desaparecimento de [seu] ente querido”. A testemunha declarou que ele, seus irmãos e sua mãe haviam feito tratamento psicológico por vários anos.

⁸ Cf. *Caso Ximenes Lopes*. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C Nº 149, par. 42; *Casos dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 106, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 60.

A testemunha solicitou à Corte que ordene ao Estado que os indenize pelas violações das quais seu pai foi vítima, além de todos os danos físicos e psicológicos que eles continuam suportando. Indicou que, quando seu pai desapareceu, a família “esgot[ou] todas as economias.” Manifestou, também, que sua avó lhes ajudou enquanto eles trabalhavam “com salários miseráveis [e como] indocumentados.” Ele e seus irmãos tiveram de “deixar seus estudos e cancelar [seus] planos de vida por muitos anos”. Ademais, solicitou o reembolso do lucro cessante de seu pai desde seu desaparecimento até a presente data. Outrossim, manifestou que sua família se encontra “permanentemente em crise econômica”.

O senhor Goiburú Benítez manifestou, *inter alia*, que deseja que a Corte lhe ajude a criar uma Fundação e um Centro Médico Assistencial com o nome de seu pai, bem como um refeitório para as “crianças de rua”. Além disso, solicitou que uma escola leve o nome de seu pai e que se publique sua história.

Manifestou que “o Estado [deve assumir] sua responsabilidade [pelos] crimes de lesa humanidade, reconhe[cer] o que fizeram contra [seu pai, sua mãe, contra ele e seus irmãos] e [...] esclare[cer]” o ocorrido ao seu pai. Outrossim, deve localizar e identificar seus restos, “assumi[ndo] a investigação, a coleta de dados e materiais que sirvam para” este fim. Solicitou à Corte que ordene ao Estado que este obrigue quem tem conhecimento sobre o sucedido ao seu pai a “contar a verdade”. Finalmente, a testemunha solicitou à Corte que “se faça justiça, que se apliquem medidas de reparação integral [e] que não se repita esse tipo de crimes contra outros seres humanos”.

b) *Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, esposa do doutor Agustín Goiburú*

A senhora Benítez Feliu de Goiburú expressou que seu esposo se “manifestou contra os abusos e arbitrariedades do regime”, motivo pelo qual “foi perseguido com tenacidade [e] todos os dias seu domicílio estava sob cerco”. Outrossim, declarou que “quiseram indiciá-[la], com base na tortura de outros prisioneiros, como suposta criminosa terrorista, que guardava armas de guerra em [seu] domicílio”. A senhora Benítez Feliu assinalou que se dirigiu com seu esposo e filhos à Argentina, onde seu esposo trabalhou em política, conformando o MOPOCO. Declarou que, estando na Argentina, ela e sua família “fo[ram] objeto de perseguições contínuas e traiçoeiras, direta[s], por meio do cônsul paraguaio na cidade de Posadas”. Declarou que, em novembro de 1969, seu esposo e filho “foram sequestrados por uma embarcação da [M]arinha Paraguaia” e seu esposo foi levado ao Paraguai, de onde escapou meses depois e se asilou no Chile, para depois voltar à Argentina com sua família. Posteriormente, mudaram a outra província, onde seu esposo trabalhou no Hospital de San Martín, do qual acabava de sair quando desapareceu.

A testemunha assinalou que iniciou as gestões de busca de seu esposo com a apresentação de uma “denúncia perante a polícia, recorr[endo] depois aos Tribunais [...mas] os resultados [dessas gestões] foram negativos [...], as autoridades paraguaias nunca [lhe] deram resposta”. “Nunca mais pôd[e] localizá-lo ”.

A senhora Benítez Feliu de Goiburú declarou que seu esposo “era pai de família e, desse modo, o que provia o sustento familiar”. Depois de seu desaparecimento, a família esgotou “todas suas economias. [Seus] filhos tive[ram] de deixar os estudos e cancelar [seus] planos de vida por muitos anos. [Apenas seu] filho Rogelio pôde terminar a faculdade depois de um incrível sacrifício de penúrias e carências”. Além disso, manifestou que seu esposo era muito emotivo e sensível, carinhoso, e também responsável e criterioso na correta educação de seus filhos”. A testemunha manifestou que o desaparecimento do

senhor Goiburú a "afetou física e emocionalmente", tanto assim que "cheg[ou] a perder a memória e a fala". Além disso, manifestou padecer de "outros problemas físicos atribuíveis ao ocorrido". Os filhos da testemunha "perderam o apetite, abandonaram seus estudos [e] tinham dificuldades para relacionar-se com suas amizades". Ademais, expressou que está "desesper[ada] por não saber o que se passou com [seu esposo] e com seus restos". Assinalou que isso lhes gera "angústia, desespero, traumas, medos, enfermidades, depressão total".

A testemunha manifestou que deseja que o Estado os indenize pelas violações e "arbitrariedades que [sua] família sofreu, em especial [seu] esposo". Também assinalou que "quer[que se implemente] nos colégios e escolas [uma] matéria de direitos humanos", e que sejam criados hospitais para atenção médica gratuita com o nome de seu esposo. Ademais, "desej[a] que sejam pagos os gastos para que [seus] sete netos po[ssam] estudar".

c) *Julio Darío Ramírez Villalba, irmão de Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba*

O senhor Julio Darío Ramírez Villalba declarou que seus irmãos eram "democratas filiados ao Partido Colorado, e que simpatizavam com o [...] MOPOCO". Assinalou que seu irmão Benjamín foi detido quando se encontrava "visit[ando] sua companheira, María Magdalena Galeano", e que seu irmão Rodolfo foi detido na província de Formosa, na Argentina. Manifestou que ambos "foram torturados da pior forma durante o tempo de [sua] reclusão no Departamento de Investigaç[ões], com bastões elétricos, foram submersos em uma pequena banheira até perderem a consciência, eram golpeados com porretes, recebiam socos e chutes, arrancavam-lhes as unhas com pinças, [e] sofreram todo tipo de maus tratos físicos e psíquicos que um ser humano possa imaginar". Declarou que, segundo o revelado por outras testemunhas e ex-presos políticos, "a [seus] irmãos foi aplicada a 'lei de fuga', que na gíria penitenciária significa que foram assassinados ou executados".

A testemunha afirmou que "uma vez que tomou conhecimento do desaparecimento de [seus] irmãos, visitou [junto com sua mãe] várias instituições públicas [mas] nem [ele nem sua] família jamais receberam uma resposta oficial das autoridades paraguaias sobre o ocorrido com [seus] irmãos, os quais até hoje continuam desaparecidos". Afirmou que, uma vez terminada a ditadura, promoveu uma queixa judicial.

A testemunha declarou que Benjamín "colaborava com a manutenção da família, ajudava sua mãe e irmãos" e que Rodolfo colaborava com a manutenção da família com a venda dos produtos que cultivava. Posteriormente, Rodolfo viajou à Argentina "com o objetivo de estudar e trabalhar e sempre enviava [sua] contribuição [para] ajuda[r] no sustento da família no Paraguai".

O senhor Ramírez Villalba expressou que o desaparecimento de seus irmãos lhes "afetou muito [...] econômica[...], física e emocionalmente pe[la] falta de apoio afetivo e econômico". Ademais, assinalou que "utilizaram todos [seus] escassos recursos para averiguar o paradeiro de [seus] irmãos desaparecidos [...] e em gastos para tratamentos [médicos]". Afirmou que, devido ao fato que seus irmãos continuam desaparecidos, "não puderam despedir-[se] deles e dar-lhes uma sepultura". Além disso, declarou que seu irmão Benjamín tinha como companheira a senhora María Magdalena Galeano, que "esteve internada em um instituto psiquiátrico em consequência das torturas recebidas junto com [seu] irmão" e acrescentou que atualmente desconhece o paradeiro da mesma.

A testemunha solicitou que "se condene os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos, que o Estado [...] utilize todos os meios para encontrar os restos de [seus] irmãos, que se

indenize de forma justa a todos os irmãos e a todos os familiares que sofreram as consequências do desaparecimento de [seus irmãos], que o Estado publicamente assuma sua responsabilidade, que se ofereça apoio médico e psicológico gratuito a todos os familiares das vítimas e que [...] o Estado localize a companheira de [seu irmão] Benjamín [...] e a indenize”.

d) *Ana Arminda Bareiro, viúva de Mancuello, mãe do senhor Carlos José Mancuello Bareiro*

A testemunha afirmou que seu filho “era um democrata e lutador pela vigência dos direitos humanos no país [e] estava contra o regime ditatorial”. Declarou que, em 1974, seu filho foi detido por funcionários do Departamento de Investigações da Polícia da Capital, junto com sua esposa Gladis Ester Ríos de Mancuello, a qual nomomento em que ocorreram os fatos se encontrava grávida, e, também levava sua filha Claudia Anahí. A senhora Bareiro, viúva de Mancuello, declarou que, em reiteradas ocasiões, chegou a “se disfarçar de vendedora ambulante para poder entrar [no lugar onde seu filho estava detido] e recolher alguma informação sem ter êxito algum [e que] depois de dois meses [...] pôd[e falar] com o Ajudante do Chefe do Departamento de Investigações a quem pediu que [lhe] entregassem [sua neta] que se encontrava com [seu] filho e sua esposa”. Aproximadamente cinco meses depois as autoridades aceitaram entregar-lhe sua neta. A testemunha assinalou que “[l]he consta” que seu filho “foi submetido a terríveis torturas físicas e todo tipo de abusos”, já que ela via “sangue impregnado nas roupas que [ele lhe] enviava para lavar”. Posteriormente, seu filho desapareceu

A testemunha manifestou que interpôs uma queixa criminal em razão dos fatos. Também manifestou que realizou gestões para localizar o lugar onde seu filho estaria sepultado, mas que todos seus esforços foram em vão e que até hoje “t[em] a certeza de que [seu] filho foi eliminado fisicamente e o Estado [...] não fez absolutamente nada para informá-la sobre onde se encontra sepultado seu corpo”. Manifestou ter recorrido aos Arquivos do Terror, onde encontrou “fotos de [seu] filho, fichas policiais, elementos de interrogatório aos que havia sido submetido”.

A senhora Bareiro de Mancuello expressou que a ausência de seu filho a “destróçou” e que desde o dia de sua detenção está doente. Seus outros filhos também sofrem enfermidades e depois dos fatos “lhes negavam trabalho em todo lugar”. O desaparecimento de seu filho afetou a todos emocional e fisicamente. Assinalou que para a esposa de seu filho, “a ausência do marido, somada às violações cometidas contra sua pessoa, causou-lhe enormes transtornos psíquicos [...]. A seus filhos lhes afetou e lhes continua afetando, pois o sofrimento se revive dia a dia”. Declarou que seu neto Carlos Marcelo nasceu na prisão onde permaneceu com sua mãe até a data em que ambos foram libertados.

A senhora Bareiro de Mancuello disse que, antes do desaparecimento de seu filho, viviam do salário que ganhava seu esposo e da ajuda que recebiam de seu filho Carlos. Depois de seu sequestro e de seu desaparecimento deixaram de receber o que este contribuía, e seu esposo foi demitido do cargo que ocupava “em consequência da perseguição que continuou contra [sua] família, mesmo depois de perder [seu] filho”. Portanto, nem sua nora nem ela tiveram nenhum ingresso econômico durante os primeiros anos da detenção de seu filho, tendo que viver “da caridade das organizações religiosas, [...] pass[ando] muitas necessidades, tanto na alimentação, atenção à saúde e outros elementos básicos [...] para uma vida digna”.

A senhora Bareiro, viúva de Mancuello, solicitou “indenizações justas de acordo com os danos” sofridos por ela, sua nora, seus netos e seus filhos. Além disso, solicitou à Corte que

ordene ao Estado que os “repare digna e integralmente”. Ademais, solicitou outras formas de reparação, garantias de não repetição e de satisfação. Finalmente, manifestou que “desej[a] [...] encontrar [...] os restos de seu] filho para dar-lhe uma sepultura cristã”; que o Estado faça justiça, que condene os responsáveis e que “haja paz [...] e se respeitem os direitos humanos”.

e) *Gladis Ester Ríos de Mancuello, esposa do senhor Carlos José Mancuello Bareiro*

A senhora Ríos de Mancuello declarou que foi detida junto com seu esposo e sua filha Claudia Anahí, e que ela estava grávida de seu filho Carlos Marcelo, que nasceu em uma delegacia do Paraguai. Ela esteve detida por três anos.

A testemunha expressou que, depois de ser expulsa do país, chegou à Argentina, onde sofreu “muitos problemas psicológicos e emocionais pelas situações vividas e pela tortura psicológica permanentemente recebida durante [sua] detenção”. Assinalou que seus filhos “sofreram profundamente as situações vividas[, o que lhes] provocou e continua [...] provocando danos [como] o rompimento produzido no sistema de parentesco, danos psicológicos [...], privação da presença do pai [...e d]a mãe”. A testemunha assinalou que teve de proporcionar a seus dois filhos tratamentos médicos e psicológicos. No entanto, manifestou que “sua renda não [lhe] permite continuar, hoje em dia, um tratamento apropriado aos problemas de saúde dos quais pade[ce]”.

Finalmente, a senhora Ríos solicitou à Corte que exija do Estado diversas formas de reparação e garantias de não repetição e satisfação.

f) *Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, irmã de Carlos José Mancuello Bareiro*

A testemunha manifestou que seu irmão era “o que mantinha unida a família” e que depois de seu desaparecimento “nunca voltaram a ser os mesmos[. S]obreviveram, mas já não viv[em] como viv[iam] até aquele momento”.

Declarou ter sido testemunha e vítima das “humilhações e castigos físicos por parte dos diferentes encarregados dos organismos de segurança” aos que foi com sua mãe em busca de seu irmão. Expressou que sua mãe sofre “diversos padecimentos físicos [...] e que [seus] irmãos sofreram problemas [...] psicológicos que não [lhes] permitem levar [sua] vida normalmente”. Assim mesmo, a testemunha manifestou que “durante a prisão de [seu] irmão, em [sua] família nuclear todos tinham de trabalhar para [...] cobrir as necessidades básicas de [sua] sobrinha Claudia Anahí”.

Finalmente, a senhora Mancuello Bareiro solicitou outras formas de reparação, garantias de não repetição e de satisfação.

g) *Gladys Meilinger de Sannemann, ex-detida no Departamento de Investigações*

A senhora Meilinger de Sannemann manifestou que ao ter estado detida conheceu os senhores Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, que se encontravam em uma cela próxima da sua, desde onde “pôd[e] observar as cicatrizes que tinham em todo o corpo por causa das torturas que sofreram”. Além disso, expressou que lhe “consta que foram brutalmente torturados [...e que], segundo versões de outros detidos [os senhores Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba], eram submersos em banheiras de água suja com excrementos

dos anteriormente torturados até perderem a consciência”. Assinalou também que lhe “consta [...] o sequestro e desaparecimento forçado do doutor Agustín Goiburú”.

h) Ricardo Andrés Lugo Rodríguez, ex-detido no Departamento de Investigações

A testemunha declarou que conheceu os senhores Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba devido ao fato de que foram “privados d[a] liberdade [junto com ele] e fo[ram] conduzidos ao local onde funcionava o Departamento de Investigações”. Manifestou que os mencionados senhores “foram dizimados em sua resistência física [...] e psicológica pelos asseclas da ditadura, [...] depois de terem sido objeto de diversas formas de tortura”. Afirmou também “que os irmãos Ramírez e o [senhor] Carlos Mancuello foram maltratados pelo próprio Pastor Coronel com objetos contundentes, porrete e seu próprio “teyú ruguay” com o qual cada golpe produzia um corte na pele, por ter em sua ponta um objeto de metal [...], sem prejuízo do tratamento de mais de um mês na banheira, onde, além de afogá-los na água, recebia[m] golpes com cassetetes nas extremidades inferiores [...] ao que somaram o uso do magneto nos ouvidos, produzindo um ruído intenso”. Declarou “que a última vez que [os viu] com vida [...] foi no dia 13 de agosto de 1975”; depois, soube “que na véspera de 21 de setembro de 1976 [...] foram mortos no Departamento de Investigações”.

i) María Magdalena Galeano Rotela, companheira de Benjamín Ramírez Villalba

A senhora Galeano Rotela manifestou que foi companheira do senhor Benjamín Ramírez Villalba, e que “vive[ram] juntos [...] antes de que ocorressem as detenções e a invasão de [sua] casa”. Declarou que o senhor Benjamín Ramírez Villalba “foi detido na rua [por homens] fortemente armados, [que imediatamente o levaram] algemado e com uma pistola apontada até a casa onde viv[iam] juntos.” A testemunha expressou que estas pessoas “entraram [em sua casa, a] tomaram [...] pelo cabelo [...] e [a] sentaram ao lado do senhor Villalba [que se encontrava em um carro. Essas pessoas lhes] apon[tavam] armas de fogo”. Expressou que, posteriormente, foram conduzidos ao Departamento de Investigações onde escutou os gritos do senhor Benjamín Ramírez Villalba, que estava “sendo torturado”. Outrossim, a senhora Galeano Rotela declarou que “escut[ou] e vi[u] quando [...] torturavam [seu companheiro a quem] mantinham com os pés acorrentados e as mãos algemadas”. Assinalou que seis meses depois de sua detenção foi submetida, em presença do senhor Benjamín Ramírez Villalba, “a torturas com golpes de sabre, [lhe] jogaram água gelada [...] e [a] ameaçaram [de ser] estuprada”. Essa foi a última vez que viu seu companheiro.

A testemunha expressou que “sofre[u] muito, [...] sentia falta [do senhor Benjamín Ramírez Villalba], sonhava com ele, o buscava [e] nunca pôde voltar a ter uma vida [de] casal”. Além disso, expressou que “sent[e] temor [e que] viv[e] sozinha”. Assinalou também que tem “pesadelos, crise de ansiedade, angústia [e] dificuldades para comer”. Expressou que “[se] sent[e] impotente e frustrada [e que] há anos realiza um tratamento psicológico”.

A senhora Galeano Rotela manifestou que não recebeu, por parte das autoridades paraguaias, nenhuma resposta sobre o ocorrido a seu companheiro. Expressou seu desejo de que “se investiguem e esclareçam os fatos para terminar com a impunidade”. Ademais, considerou que “se deve exigir do Estado que ponha à disposição todos os recursos para investigar, esclarecer [os fatos e] localizar [...] os até hoje desaparecidos, e reivindicar que se torne pública a memória dos mesmos, em especial a do [senhor Benjamín Ramírez Villalba], incluindo a criação de um Banco de Dados genéticos”.

j) Rosa Mujica Giménez, irmã de Agustín Goiburú Giménez

A testemunha manifestou que foi detida em dezembro de 1970, "na qualidade de refém, por ser irmã do Dr. Agustín Goiburú". Assinalou que, posteriormente, "foi conduzida a uma carceragem [onde encontrou] sua mãe Olegaria Giménez[, que estava] detida e presa." A senhora Mujica Giménez disse que foi objeto de interrogatórios e tortura que duraram até o dia seguinte e continuaram dias depois, "com golpes e acusando-a de [ser] cúmplice de [seu] irmão". Além disso, manifestou que seus torturadores "punham uma rádio com o volume alto para que não se escutassem [seus] gritos de socorro durante os terríveis tormentos a que [a] submetiam".

A senhora Mujica Giménez declarou que, depois de ter sido trasladada a uma Delegacia, percebeu que "estava grávida de sua filha Yolanda [...que] nasceu com a ajuda de outras companheiras presas na carceragem [...] sem ajuda de nenhuma autoridade ou de alguém que [a] socorresse". Também declarou que "tudo o que viveu e sofreu continua provocando danos de diversas naturezas com sequelas graves à [sua] saúde física e psíquica e a de [suas] filhas Yolanda e Marión Esperanza". Alguns destes danos são: danos psicológicos a ela, suas filhas e seu neto, danos auditivos pelos golpes no ouvido e problemas nos rins "causados pelos golpes".

Finalmente, a testemunha manifestou que "a perseguição do regime de Stroessner alcançou a todos e a cada um dos membros da família de [seu] irmão". Solicitou à Corte que "se faça justiça, que se encontrem os restos de [seu] irmão Agustín Goiburú [e] que se condene os responsáveis de todos os delitos cometidos contra [ele] e contra ela". Solicitou que "se indenize de forma justa" seu irmão e "toda sua família", bem como ela e sua família. Finalmente, solicitou que o Estado ofereça desculpas oficiais "às vítimas envolvidas no caso de forma particular e [às] vítimas do regime ditatorial em geral".

Peritos

a) Alfredo Boccia Paz, especialista no contexto da ditadura de Alfredo Stroessner

O perito afirmou que durante a ditadura de Alfredo Stroessner, particularmente entre fins de 1975 e 1976, o Estado criou "um tipo de campo de concentração de detidos políticos". Além disso, referiu que "a delação mediante uma [...] rede de informantes confidenciais, as detenções prolongadas sem julgamento, a tortura a presos políticos, [...] sua execução e desaparecimento eram coordenados pelo Departamento de Investigações da Polícia da Capital". Às vítimas e a seus familiares "era impossível tornar públicos seus casos ou formular denúncias no exterior. [...] As possibilidades de recorrer a um juiz em caso de detenção ilegal eram praticamente nulas, pois os pedidos de *habeas corpus* eram sistematicamente negados sob o argumento de que regia o estado de sítio".

Ao referir-se à "Operação Condor", o senhor Boccia Paz manifestou que, no começo dos anos setenta, "o suporte ideológico d[os] regimes [ditatoriais dos países do Cone Sul] era a Doutrina de Segurança Nacional [...] que lhes permitia visualizar os movimentos de esquerda como inimigos comuns, [sem] importa[r] sua nacionalidade". Outrossim, "milhares de cidadãos do Cone Sul buscavam escapar da repressão de seus países, refugiando-se em países fronteiriços, [o que] colocava os inimigos potenciais [dos regimes] fora do alcance dos órgãos de segurança nacionais[, de maneira que] era necessário estabelecer uma estratégia comum de defesa [que] requeria a utilização de códigos comuns de informação e arquivos confidenciais sobre os detidos, bem como o livre movimento de agentes estrangeiros pelos territórios de países vizinhos".

O perito assinalou que "os chamados 'Arquivos do Terror'" constituíram um marco

significativo contra a impunidade, pois sua localização permitiu o julgamento de vários dos principais responsáveis pela repressão [e] foram abertos novos processos por crimes de lesa humanidade, e permitiu continuar com outros que estavam paralisados em tribunais por falta de provas, e além de conseguir obter a primeira sentença definitiva conhecida na história do país por assassinato político”.

O senhor Boccia Paz manifestou que “o [doutor] Goiburú havia sido um dos fundadores do [MOPOCO], um grupo contestador do Partido Colorado, [e] havia começado a denunciar publicamente as torturas e os assassinatos cometidos pelo regime”. Para escapar da perseguição do governo, o doutor Goiburú “havia sido obrigado a exilar-se na Argentina”. O senhor Goiburú foi sequestrado pela primeira vez nesse país por “funcionários da Base Naval Paraguuaia em Encarnación [...] e [foi] enviado em um voo militar para Asunción”. Depois conseguiu fugir da prisão, obtendo asilo na embaixada do Chile, e depois voltou a Posadas, Argentina, onde, desde o mês de fevereiro de 1977, “integr[ou] a lista de desaparecidos”. O perito manifestou que “uma operação como o sequestro do doutor Goiburú em território argentino apenas pode ser concebida como parte do plano de cooperação entre as ditaduras militares da época [...] e apenas pôde ser executada com a participação e as informações de inteligência dos repressores dos dois países”. Manifestou também que “o sequestro e o posterior desaparecimento do doutor Agustín Goiburú é considerado um caso paradigmático da Operação Condor”.

Em relação aos desaparecimentos dos senhores Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, o perito assinalou que os mesmos foram detidos, já que eram acusados de pertencer a uma “célula comunista argentina, doutrinada na Universidade de La Plata, onde alguns deles cursavam seus estudos”. Os “Arquivos do Terror” permitiram comprovar “que estiveram detidos [e posteriormente] foram trasladados ao Departamento de Investigações da Polícia da Capital [... onde], de acordo [com os] testemunhos de vários presos [...], foram torturados cotidianamente durante uns seis meses”. Afirmou que, “em 21 de setembro de 1976, [...] foram executados e seus corpos desaparecidos”.

O senhor Boccia Paz afirmou que “os sucessivos governos [...] desde o golpe de Estado que derrubou o general Stroessner não mostraram nenhuma vontade [...] de tentar encontrar os restos de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, [...e] seus familiares não receberam nenhum tipo de ajuda ou assistência por parte do Estado (seja jurídica, médica, psicológica, laboral ou econômica)[, de modo que] se pode concluir que o Estado [...] realizou esforços insuficientes para esclarecer estes desaparecimentos e para apoiar [os] familiares”.

b) Antonio Valenzuela Candia, jornalista especialista no contexto da ditadura de Alfredo Stroessner

O perito afirmou que, durante a ditadura de Stroessner, “as detenções de opositores e de pessoas simplesmente suspeitas de o serem, [...] passaram a ser sistemáticas”. O emprego da tortura “passou a ser sistemático contra delinquentes comuns e ativistas políticos”. À frente de todas essas violações “se encontrava o próprio Presidente da República”. O Poder Executivo, o Ministério do Interior, a Chefia de Polícia, as Forças Armadas e o Poder Judiciário “foram ferramentas decisivas para a implementação da política de Terrorismo de Estado”. Manifestou também que “o surgimento da Operação Condor [...] teve influência significativa no sequestro e no desaparecimento de opositores aos regimes militares”.

Em relação aos “Arquivos do Terror”, o perito afirmou que estes “permitiram reconstruir [...] casos emblemáticos da Operação Condor [...] que retratavam o diagrama de atuação das ditaduras de Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, e por sua vez foram base

fundamental para concluir processos abertos por desaparecimentos e abrir outros em tribunais locais e internacionais contra os ditadores da região e seus colaboradores”.

O senhor Valenzuela Candia expressou que os casos do desaparecimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba estão “estritamente ligad[os] e são produto da política sistemática da ditadura stronista de destruir os opositores de seu regime.” Acrescentou que “o sequestro do [doutor] Agustín Goiburú [...] foi [...] produto de uma operação conjunta entre forças de segurança da Argentina e do Paraguai, como prova de maneira contundente a documentação existente no Arquivo do Terror”. A respeito dos senhores Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, expressou que “existem indícios suficientes [...] de sua estada na Argentina e [das] vinculações [d]os serviços de segurança de ambos os países”.

O perito acrescentou que o Estado “deu início em 2004 ao processo de constituição de uma Comissão de Verdade e Justiça [...] que tem como um de seus objetivos o esclarecimento dos casos de detidos-desaparecidos, dos casos de execuções extrajudiciais, de vítimas de torturas graves e de exílio forçado”. A respeito dos casos dos senhores Goiburú Giménez, Mancuello Bareiro e Ramírez Villalba, mencionou que o Estado não esclareceu seus desaparecimentos, nem aceitou sua responsabilidade e que “tampouco ofereceu um ressarcimento adequado em termos materiais, psicológicos e sociais”. Afirmou que “uma razão desta inação é [que] é evidente que o partido político que acompanhou o General Stroessner na longa ditadura, o Partido Colorado, continua no poder”. Manifestou também que “a Comissão de Verdade e Justiça tropeçou em importantes obstáculos, [...] como [...] o corte orçamentário dos fundos designados pelo Estado, o que prejudicou sua capacidade investigativa”.

O senhor Valenzuela Candia manifestou que não houve avanços a respeito da investigação dos fatos e da punição dos responsáveis. Além disso, “os pedidos de extradição dos principais responsáveis, como o ex-Presidente Stroessner e o ex-ministro do Interior Sabino Augusto Montanaro, não prosperaram”.

B) APRECIÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL

57. Neste caso, como em outros,⁹ o Tribunal admite o valor probatório dos documentos apresentados pelas partes em sua oportunidade processual que não foram controvertidos nem objetados, nem cuja autenticidade foi posta em dúvida.

58. Quanto aos documentos remetidos como prova para melhor resolver, a Corte os incorpora ao acervo probatório do presente caso, em aplicação do disposto no artigo 45.2 do Regulamento (pars. 20 e 23 *supra*).

59. A respeito das declarações prestadas pelos familiares das supostas vítimas, a Corte considera que estas declarações podem contribuir na determinação, por parte do Tribunal, dos fatos no presente caso. Além disso, a Corte recorda que, por tratar-se de supostas vítimas ou de seus familiares e por terem um interesse direto neste caso, não podem ser apreciados isoladamente, mas dentro do conjunto das provas do processo, aplicando as regras da crítica sã. As declarações dos familiares das supostas vítimas são úteis quanto ao mérito e às reparações, na medida em que proporcionem maior informação sobre as

⁹ Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 48; *Casos dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 112, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 65.

consequências das supostas violações perpetradas,¹⁰ e, neste caso em particular, em razão do referido pelo Estado a respeito das manifestações dos familiares das supostas vítimas (par. 34 *supra*). Nestes mesmos termos e em razão do decidido anteriormente (pars. 25 a 30 e 34 a 38 *supra*), a Corte incorpora ao acervo probatório as declarações de Gladis Ester Ríos de Mancuello, Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Rosa Mujica Giménez e María Magdalena Galeano Rotela.

60. A respeito da documentação e da informação solicitada reiteradamente ao Estado como prova para melhor resolver que não foi apresentada por este (pars. 19 e 23 *supra*), a Corte recorda que as partes devem fazer chegar ao Tribunal as provas requeridas pelo mesmo. A Comissão, os representantes e o Estado devem facilitar todos os elementos probatórios solicitados, a fim de que o Tribunal conte com o maior número de elementos de juízo para conhecer os fatos e motivar suas decisões.

VIII FATOS PROVADOS

61. Efetuado o exame dos elementos probatórios que constam nos autos do presente caso, das manifestações das partes, bem como do reconhecimento de responsabilidade internacional efetuado pelo Estado, a Corte considera provados os seguintes fatos:

Sobre o contexto da ditadura do General Alfredo Stroessner Matiauda¹¹

61.1 A ditadura do General Alfredo Stroessner no Paraguai começou com um golpe de Estado em 1954 e se prolongou por 35 anos, até o golpe militar encabeçado por seu consogro, o General Andrés Rodríguez. Pouco depois, Stroessner fugiu para o Brasil.

61.2 Essa ditadura se caracterizou pela vigência de um “permanente estado de sítio”, já que a Constituição Nacional facultava ao Poder Executivo renová-lo a cada noventa dias. Este estado de sítio criou “um clima de insegurança e de temor que viola[va] ostensivamente o respeito a[os] direitos humanos”.

61.3 Durante a ditadura, existiu uma prática sistemática de detenções arbitrárias, de detenção prolongada sem julgamento, de torturas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, de mortes sob tortura e de assassinato político de pessoas indicadas como “subversivos” ou contrárias ao regime.

¹⁰ Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 52; *Casos dos massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 113, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 66.

¹¹ Os parágrafos 61.1 a 61.4 “sobre o contexto da ditadura do General Alfredo Stroessner Matiauda” correspondem a fatos que são considerados provados com base nos seguintes documentos: livros *Testimonio contra el Olvido; Reseña de la Infamia y el Terror, Paraguay 1954-1989*, Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia & CDyA – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos, material autorizado pela Corte Suprema de Justiça, 1999; livro *Es mi informe. Los archivos secretos de la Policía de Stroessner*, Alfredo Boccia, Myrian A. González e Rosa Palau Aguilar, Centro de Documentación y Estudios, Asunción, 1994; relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos no Paraguai, OEA/Ser.L/V/II.43 doc. 13 corr. 1, 31 de janeiro de 1978; relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 1979-1980, OEA/Ser.L/V/II.50, Doc. 13, rev. 1, 2 de outubro de 1980, Capítulo V, B.3 e Recomendação a); relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 1981-1982, OEA/Ser.L/V/II.57, doc. 6, rev. 1, 20 de setembro de 1982, Capítulo I e Capítulo V, Paraguai, 1 e 2; relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos no Paraguai, OEA/Ser.L/V/II.71 Doc. 19 rev. 1, 28 de setembro de 1987, Capítulo I, B.3 e Capítulo II, e Decisão relativa ao Paraguai no âmbito do procedimento estabelecido com base na resolução 1503 (XLVIII) do Conselho Econômico e Social. E/CN.4/2004/127.

61.4 Com respeito às garantias do devido processo para investigar e punir as violações de direitos humanos durante a ditadura no Paraguai, os tribunais de justiça normalmente se negavam a receber e tramitar recursos de *habeas corpus* em relação a medidas decretadas pelo Poder Executivo sob o estado de sítio. A vigência, por quase 33 anos, do estado de sítio, a violação de direitos inderrogáveis e a ausência de recursos judiciais dos indivíduos diante dos poderes do Presidente faziam com que esta medida não funcionasse como um instrumento para enfrentar situações excepcionais. As instituições e garantias judiciais que existiam durante a ditadura do General Stroessner eram ineficientes e propiciavam a impunidade generalizada das violações de direitos humanos.

Sobre a "Operação Condor"¹²

61.5 A maioria dos governos ditatoriais da região do Cone Sul assumiu o poder ou estava no poder durante a década dos anos setenta,¹³ o que permitiu a repressão contra pessoas denominadas como "elementos subversivos" no âmbito interestatal. O suporte ideológico de todos estes regimes era a "doutrina de segurança nacional", por meio da qual identificavam os movimentos de esquerda e outros grupos como "inimigos comuns", sem importar sua nacionalidade. Milhares de cidadãos do Cone Sul buscaram escapar da repressão de seus países de origem, refugiando-se em países fronteiriços. Diante disso, as ditaduras criaram uma estratégia comum de "defesa".

61.6 Neste âmbito, teve lugar a chamada "Operação Condor", nome chave dado à aliança que unia as forças de segurança e os serviços de inteligência das ditaduras do Cone Sul em sua luta e repressão contra pessoas designadas como "elementos subversivos". As atividades realizadas como parte desta Operação eram basicamente coordenadas pelos militares dos países envolvidos. Esta Operação sistematizou e tornou mais efetiva a coordenação clandestina entre "forças de segurança e militares e serviços de inteligência" da região. Esta operação havia sido apoiada pela CIA, a agência de inteligência, entre outras agências, dos Estados Unidos da América.¹⁴ Para que a Operação Condor funcionasse, era necessário que o sistema de códigos e comunicações fosse eficaz, de tal forma que as listas de "subversivos buscados" eram geridas com fluidez pelos distintos Estados.¹⁵

61.7 A respeito da dinâmica da Operação Condor, documentos do "Arquivo do Terror" dão conta das diferentes reuniões de autoridades políticas, militares e de inteligência dos países envolvidos e a maneira como a mesma foi se articulando:¹⁶

¹² Os parágrafos 61.5 a 61.8 "sobre a 'Operação Condor'" correspondem a fatos que se consideram provados com base nos seguintes documentos: livros *Es mi informe. Los archivos secretos de la Policía de Stroessner*, nota 11 *supra*; livro *Testimonio contra el Olvido; Reseña de la Infamia y el Terror*, nota 11 *supra*; livro *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del Operativo Cóndor*, Alfredo Boccia Paz, Miguel H. López, Antonio V. Pecci e Gloria Jiménez Guanes, Ed. Expolibro e Servilibro, 2002, e declaração juramentada prestada pelo perito Alfredo Boccia Paz em 25 de maio de 2006 (expediente de declarações prestadas ou autenticadas perante agente dotado de fé pública).

¹³ Uruguai, 1973; Chile, 1973; Argentina, 1976; Brasil, 1964; Bolívia, 1971; Paraguai, 1954 e Peru, 1968 e 1975.

¹⁴ Cf. declaração juramentada prestada pelo perito Alfredo Boccia Paz, nota 12 *supra*, folhas 6313 e 6314.

¹⁵ Cf. declaração juramentada prestada pelo perito Alfredo Boccia Paz, nota 12 *supra*, folha 6316.

¹⁶ Esta citação se extrai em sua totalidade da publicação *Es mi Informe*, nota 11 *supra*, págs. 253 a 276. *Es mi Informe* se trata do primeiro estudo completo publicado depois da localização dos documentos do "Arquivo do Terror" preparado por especialistas do Centro de Documentação e Estudos do Paraguai. Esta organização era a encarregada da classificação e organização dos documentos e seu trabalho fez possível o estabelecimento do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos, guardião oficial do "Arquivo do Terror" na

O documento [com o selo de "SECRETO" sobre a apresentação] da delegação paraguaia no programa da VII Conferência Bilateral de Inteligência entre os Exércitos do Paraguai e da Argentina, [...] expressava que:

(...) Não se pode negar a necessidade de uma eficiente coordenação de atividades de inteligência, entre os Exércitos do Paraguai e da Argentina, como o melhor meio de limitar o êxito dos planos elaborados pelos grupos subversivos (...). Pese a inegável eficácia dos Organismos de Segurança de cada país, tampouco se pode negar os indubitáveis empenhos realizados por estas forças negativas, para ampliar sua margem de possibilidades, não encontrando melhor instrumento para isso que coligar-se com forças subversivas de outros países, atravessando as fronteiras nacionais e tentando o que poderia ser um movimento continental. Circunstâncias que desde logo através de informações disponíveis, já tiveram plena confirmação sobre as conexões e apoios entre grupos subversivos de CHILE, PARAGUAI, ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, URUGUAI e outros (...)¹⁷

Ao formular um convite ao Superintendente de Segurança Federal para que visitasse Asunción, em 1976, Pastor Coronel [Chefe de Investigações da Polícia da Capital Paraguaia naquela época], expressava:

[...] Com referência à sua apreciada visita, cumpro em expressar-lhe a opinião de que redundaria em resultados úteis para nossas Instituições, nossos países e nossos Governos, sobretudo se tivermos em conta a natureza similar dos compromissos que assumimos, como atitude de luta diante de desafios que no Paraguai e na Argentina reconhecem igual origem e também propósitos comuns de deteriorar e destruir as Instituições em que se funda o modo nacional de vida de cada país.

Nesse sentido, já não é um segredo a internacionalização da delinquência e a violência com fins políticos que aparecem estreitamente ligadas, e obriga a pensar também na internacionalização dos métodos de defesa que a Constituição e as leis põem em nossas mãos (...)¹⁸

Uma suposta Junta Coordenadora Revolucionária (JCR) seria o organismo que reuniria os movimentos revolucionários de esquerda destes países. Segundo a apresentação paraguaia, a JCR se organizou em Paris, no fim de 1973, e mudou sua sede à Argentina em fevereiro de 1974. (...) Um documento não assinado analisava as possíveis respostas em face da associação da guerrilha esquerdista na citada "Junta":

(...) 3. CONCLUSÕES

a. Estamos diante de um fato irreversível, real e em pleno funcionamento.

b. Elementos guerrilheiros de quatro países já integrados, organizações interessadas e comprometidas a agir contra países de reconhecida militância antiextremista, como o caso do PARAGUAI, onde buscam inserir-se através de ressentimentos políticos e vulnerabilidades de nível social que habilmente exploram ainda sem motivo real.

atualidade. Em vários extratos de *Es mi Informe* se faz referência a "arquivistas", ou há referência ao espaço físico do "Arquivo do Terror" do qual se extrai o documento respectivo.

¹⁷ Cf. Arquivo 1008 do "Arquivo do Terror", pág. 1344, transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 253.

¹⁸ *Cfr* documento não classificado de 28 de maio de 1976 que se encontra no Armário 1 do "Arquivo do Terror", transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 254.

c. Carência de um sistema integrado, unificado e programado no mais alto nível governamental que permita contar com as armas suficientes para combater em profundidade as organizações extremistas. (...)

e. Compreender que a luta que hoje devemos combater é para inteligentes, quer dizer, combater em todos os aspectos da missão nacional (política-econômica-religiosa-intelectual-sindical e psicológica) (sistemas massivos de comunicação social) com o claro conceito de que o êxito se baseará em 80% de inteligência veraz e oportuna e apenas 20% de ação (execução).¹⁹

Depois de fazer uma longa análise sobre a situação da guerrilha no continente, o documento exalta as virtudes do tradicionalismo e do nacionalismo paraguaio, com profusão de expressões relativas ao "ser e existir nacional", "supremos valores da paraguaidade", "alma da raça autóctona", "concepção da terra e da Pátria". Finalmente, estabelece estas "recomendações":

1. Intercâmbio direto de informação.
2. Contatos técnicos e pessoais.
3. Programar reuniões conjuntas para tratar questões de segurança das áreas de YACYRETAPIPE e CORPUS, em particular com a participação de elementos de segurança da Empresa.
4. Intercâmbio de doutrina, organização e instrução.
5. Possibilidade de ampliar o caráter bilateral das Conferências de Inteligência (...).²⁰

As recomendações da delegação paraguaia não ficaram na mera expressão de desejos. Nos meses seguintes –sobretudo nos dois anos posteriores– os agentes multinacionais da Condor vigiariam, sequestrariam e executariam em todo o sul do continente sem terem as fronteiras como obstáculos.

Em outubro de 1975, foi realizada, em Santiago do Chile, a "PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO DE INTELIGÊNCIA NACIONAL", com a participação de representantes de vários exércitos sul-americanos.

Um documento de trabalho produzido pelo Departamento de Inteligência Nacional (DINA) chileno, dirigido pelo Coronel Manuel Contreras Sepúlveda, permaneceu guardado nos arquivos. Nesse documento –marcado como "SECRETO"– os donos da casa propõem materializar o intercâmbio de informação criando um escritório de Coordenação e Segurança que se sustentaria em três elementos básicos:

(...) A. Banco de Dados

Estabelecer em um dos Países que aqui se encontram representados um Arquivo Centralizado de Antecedentes de Pessoas, Organizações e outras Atividades, conectadas direta ou indiretamente com a Subversão.

Em linhas gerais, algo similar ao que tem a INTERPOL, em Paris, mas dedicado à Subversão. (...)

B. Central de Informações

¹⁹ Cf. Arquivo 245 do "Arquivo do Terror", pág. 1612, transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 255.

²⁰ Cf. Arquivo 1008 do "Arquivo do Terror", pág. 1377, transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 256.

(...) Como exemplo, o sistema poderia se conformar com base em:

1. Transmissão por Telex
2. Meios de Criptografia
3. Telefones com transmissores de voz
4. Correios

Este sistema deve ser administrado, financiado e alimentado pelos Serviços de Segurança dos Países interessados, de acordo com um Regulamento.

C. Reunião de Trabalho

Com o fim de ir avaliando os serviços prestados pelo Escritório de Coordenação de Segurança, tratar problemas específicos; realizar contatos de coordenação ou de conhecimento pessoal, deve-se programar Reuniões de Trabalho nos Países cujos Serviços de Segurança serão parte deste Sistema.

Também devem ser estimuladas Reuniões de trabalho bilaterais ou extraordinárias quando a situação exigir (...).²¹

Em outro [documento do "Arquivo do Terror"], é possível encontrar o rascunho da conferência de [Francisco Alcibíades] Brítez Borges, [que era Chefe da Polícia da Capital Paraguaia naquela época]. Ali, depois de fazer um resumo dos "movimentos subversivos" que atuavam no país, a Polícia paraguaia volta a insistir sobre as vantagens da cooperação internacional:

(...)

Minhas palavras finais são para chamar a atenção sobre uma conclusão importante. Repentinamente, os efeitos destes movimentos, nós os paraguaios os sentimos em escala nacional. Mas não ignoramos que a conspiração é de escala internacional. O Paraguai, por sua posição tradicionalmente anti-comunista e por sua estratégica posição geográfica, é o país objetivo do momento. Instalado aqui o marxismo, as costas de nossos vizinhos ficam expostas.

Daí a necessidade de uma colaboração estreita, franca e fluida, que não é ajuda de ninguém a ninguém, mas autodefesa compartilhada por todos, na necessidade comum de defender nossas instituições e nosso modo de vida.

De repente, ainda que batalhando com nossas próprias forças, nossa confiança é completa. Não acreditamos que existam forças capazes de romper a sólida coesão de 84% do povo ligado ao Partido Colorado, com os alertas e as bem disciplinadas Forças Armadas da Nação.²²

Um documento originado das forças argentinas de segurança propunha as seguintes linhas de ação:

TEMA PARA A ENTREVISTA COM O G2 PARAGUAIO

A realizar-se em Asunción de 27 a 28 JUN/78

(...)

- Coordenar e propor uma ficha de antecedentes para o reconhecimento e registro de pessoas implicadas.
- Coordenar normas de procedimentos diante do aparecimento de grupos políticos antagonicos que operam na zona de fronteira. (...)

²¹ Cf. Arquivo 245 do "Arquivo do Terror", pág. 156, transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 257.

²² Cf. Arquivo 147 do "Arquivo do Terror", ano 1976, documento de 13 páginas com timbre do Departamento de Investigações, transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, págs. 258 e 259.

- Fixar data provisória para a próxima reunião bilateral em Buenos Aires.
- Estabelecer uma provável evolução da situação subversiva e coordenar medidas de contrainteligência para a ação conjunta de ambos os exércitos.²³

61.8 Em um documento de setembro de 1976, qualificado como um dos primeiros relatórios relativos a esta operação, o adido em Buenos Aires do "Federal Bureau of Investigation" ("FBI" por suas siglas em inglês) dos Estados Unidos da América, Robert Scherrer, enviou um telegrama à direção dessa agência em Washington D.C., no qual realiza uma síntese do funcionamento da operação:

CHILBOM/CONDOR

Classificado e estendido por (assinaturas não legíveis)

Data de revisão para desclassificação: 28/09/1996

(O original contém várias anotações, selos e linhas apagadas)

P281030 SKP 76

DE BUENOS AIRES AO DIRETOR

Matéria política estrangeira – Argentina

Matéria política estrangeira – Chile

[...]

"Operação Condor" é o nome chave de um acordo de cooperação para coleta, intercâmbio e armazenamento de dados de inteligência relativos aos chamados "esquerdistas", comunistas e marxistas, estabelecido recentemente em cooperação entre os serviços de inteligência da América do Sul, para eliminar as atividades terroristas marxistas na área. Adicionalmente, a "Operação Condor" mantém operações conjuntas contra alvos terroristas nos países membros da "Operação Condor". O Chile é o centro da "Operação Condor" e, além do Chile, inclui como membros a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

O Brasil também está de acordo, provisoriamente, em proporcionar informações para a "Operação Condor". Os países membros que demonstram maior entusiasmo até agora são Argentina, Uruguai, e Chile. Os últimos três países se comprometeram a operar em conjunto, principalmente na Argentina, contra alvos terroristas [...]

A terceira fase, a mais confidencial da "Operação Condor", inclui a formação de equipes especiais dos países membros, preparadas para trasladar-se a qualquer parte do mundo, a países não membros do acordo, para levar a cabo sanções e até assassinatos contra terroristas ou partidários de organizações terroristas dos países membros da "Operação Condor". Por exemplo, se em um país europeu se detectou um terrorista de um país membro ou um partidário de uma organização terrorista de um país membro da "Operação Condor", uma equipe especial será enviada para localizar e reconhecer o alvo. Quando a operação de vigilância tivesse terminado, uma segunda equipe da "Operação Condor" viajaria para levar a cabo a verdadeira punição contra o alvo. Equipes especiais, que usariam documentação falsa dos países membros da "Operação Condor", poderiam estar formadas exclusivamente por indivíduos de um único país membro ou poderiam estar compostas por um grupo misto proveniente de vários países membros da "Operação Condor".²⁴

²³ Cf. livro D6, pág. 1055, documento sem timbre nem data, localizado no "Arquivo do Terror", transcrito em *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 260.

²⁴ Cf. livro *En los sótanos de los generales*, nota 12 *supra*, pág. 173, e declaração juramentada prestada pelo perito Alfredo Boccia Paz, nota 12 *supra*, folha 6316. O perito se refere a este relatório como um documento desclassificado do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

*Sobre as manifestações da Operação Condor no Paraguai*²⁵

61.9 No caso paraguaio, o Departamento de Inteligência Militar esteve sob responsabilidade da coordenação operativa da Operação Condor, cujo responsável era o então coronel Benito Guanes Serrano. Os serviços policiais de inteligência apoiavam as ordens recebidas deste departamento, ficando a função operativa a cargo do Chefe de Investigações da Polícia, Pastor Milciades Coronel. O Departamento de Investigações era o "centro nervoso da inteligência política". A coleta de dados era realizada por funcionários policiais infiltrados em organizações políticas, sociais, sindicais, centros estudantis e todo tipo de organismos públicos ou privados.

61.10 Sobre os passos a seguir, ao deter um suposto "elemento subversivo", o Chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milciades Coronel, manifestou que havia três caminhos: 1) Aplicação da Lei, 2) Desaparecimento Físico e 3) a Alternativa Aplicada.

61.11 Na metade da década de setenta, iniciou-se um processo repressivo sumamente duro, por um período de três anos. Posteriormente, em abril de 1976, a polícia revelou a existência de um suposto movimento político-militar subversivo e clandestino, chamado "Organização Política Militar" (O.P.M.), operando em Asunción e em alguns pontos do interior. A partir daquele momento, "se desencadearia a mais ampla operação policial antissubversiva documentada". Em poucos meses, milhares de pessoas foram privadas de sua liberdade para "averiguações" sobre sua vinculação com a O.P.M.

61.12 A respeito dos desaparecimentos ocorridos no marco da Operação Condor, as forças armadas e policiais do Cone Sul, unidas em sua "cruzada anticomunista", detinham cidadãos de outros países sem julgá-los, os submetiam a constrangimentos físicos, os deixavam ser interrogados por policiais de sua nacionalidade e os enviavam clandestinamente a prisões de seu país de origem, ou os "desapareciam" diretamente. Mais de meia centena de paraguaios desapareceram depois de terem sido detidos na Argentina.

61.13 Nas décadas de setenta e oitenta, ocorreram várias modalidades de desaparecimentos no Paraguai:

- a) as vítimas eram detidas por pessoas vestidas de civil e não voltavam a ser vistas;
- b) as pessoas eram detidas abertamente, depois as retiravam das prisões e penitenciárias, e elas desapareciam de todos os registros oficiais das autoridades que realizaram as detenções. As investigações sobre seu paradeiro se caracterizavam pelo silêncio, a surpresa ou a negativa oficial de que as vítimas tivessem estado alguma vez detidas, e
- c) cidadãos paraguaios desapareceram na Argentina durante a ditadura militar neste país. Em alguns casos, tratava-se de paraguaios que se exilaram na Argentina. Em outros, as vítimas paraguaias foram expulsas de seu país pelas autoridades paraguaias e depois desapareceram enquanto estavam na Argentina.

61.14 Os desaparecimentos forçados dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba têm características

²⁵ Os parágrafos 61.9 a 61.14 "sobre as manifestações da Operação Condor no Paraguai" correspondem a fatos que se consideram provados com base nos seguintes documentos: livros *Es mi informe. Los archivos secretos de la Policía de Stroessner*, nota 11 *supra*; livro *Testimonio contra el Olvido; Reseña de la Infamia y el Terror*, nota 11 *supra*; declaração juramentada prestada pelo perito Antonio Valenzuela Candia em 25 de maio de 2006 (expediente de declarações prestadas ou autenticadas perante agente dotado de fé pública), e relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos no Paraguai de 1987, nota 11 *supra*, Capítulo II, C e Introdução, B.

similares e se referem a um único contexto, no qual agentes do Estado paraguaio detiveram ilegalmente, mantiveram sem comunicação, torturaram e fizeram desaparecer pessoas cujas atividades políticas se opunham ao regime de Stroessner ou eram designados como inimigos deste regime.

*Detenção, tortura e desaparecimento forçado do doutor Agustín Goiburú e os efeitos sobre seus familiares*²⁶

61.15 O doutor Agustín Goiburú era médico cirurgião traumatologista paraguaio,²⁷ casado com a senhora Elva Elisa Benítez, nascido em 28 de agosto de 1930, e formava parte da dissidência ao ditador Stroessner dentro do Partido Colorado, e um dos fundadores²⁸ do Movimento Popular Colorado ("MOPOCO") em 1958, um grupo político opositor a Stroessner. Apresentou denúncias públicas sobre torturas e tratamentos cruéis e degradantes cometidos contra cidadãos paraguaios pelo regime em seu lugar de trabalho, o Hospital da Polícia "Rigoberto Caballero".²⁹ Em consequência, foi objeto de uma campanha de perseguição, razão pela qual teve de abandonar o Paraguai em setembro de 1959, quando decidiu exilar-se na Argentina. Estabeleceu-se em Posadas, cidade argentina fronteiriça com Encarnación, no sul do Paraguai. De acordo com os documentos encontrados no "Arquivo do Terror", o doutor Goiburú seguiu sob vigilância paraguaia em território argentino. Foi "um dos mais conhecidos inimigos públicos do stronismo até seu sequestro e desaparecimento em fevereiro de 1977".

61.16 O senhor Agustín Goiburú Giménez e a senhora Elva Elisa Benítez Feliú tinham três filhos: Rogelio Agustín Goiburú Benítez, nascido na cidade de Asunción, Paraguai, em 4 de março de 1956; Rolando Agustín Goiburú Benítez, nascido na cidade de Asunción, Paraguai, em 8 de janeiro de 1958; e Patricia Jazmín Goiburú Benítez, nascida na cidade de Posadas, Argentina, em 18 de outubro de 1967, durante seu exílio.

61.17 O pai e a mãe do senhor Agustín Goiburú Giménez haviam falecido antes de seu desaparecimento. A senhora Rosa Mujica Giménez era irmã do doutor Goiburú Giménez.

61.18 Em novembro de 1969, o doutor Goiburú foi sequestrado quando se encontrava pescando, junto com seu filho de 11 anos,³⁰ no rio Paraná, Argentina, de onde foi levado a Asunción. Permaneceu desaparecido por vários meses, sabendo-se posteriormente que

²⁶ Os parágrafos 61.15, e 61.18 a 61.28 sobre a "Detenção, tortura e desaparecimento forçado do doutor Agustín Goiburú e seus efeitos sobre seus familiares" da presente Sentença são fatos não controvertidos, que este Tribunal considera estabelecidos com base no reconhecimento de responsabilidade efetuado pelo Estado. Alguns destes fatos foram completados com outros elementos probatórios, em cujo caso são indicados nas respectivas notas de rodapé. Da mesma forma, os parágrafos 61.16, 61.17 e 61.29 sobre seus familiares correspondem a fatos que se consideram provados com base na seguinte prova: documentos oficiais (certidões de nascimento, matrimônio e óbito), declarações testemunhais prestadas perante agente dotado de fé pública pelos familiares e documentos apresentados como prova para melhor resolver.

²⁷ Cf. declaração juramentada prestada pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez em 22 de maio de 2006 (expediente de *affidavit* apresentados pela Comissão, folha 6254).

²⁸ Cf. declaração juramentada prestada pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez, nota 27 *supra*, folha 6249.

²⁹ Cf. declaração juramentada prestada pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez, nota 27 *supra*, folha 6246.

³⁰ Cf. declaração juramentada prestada pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez, nota 27 *supra*, e pela senhora Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú em 19 de maio de 2006 (expediente de *affidavit* apresentados pela Comissão, folhas 6249).

esteve detido em distintas delegacias policiais de Asunción. Conseguiu escapar e exilar-se no Chile,³¹ para depois regressar à Argentina, em dezembro de 1970.

61.19 Em dezembro de 1974, a família do doutor Goiburú percebeu a presença de um estranho que fotografava a casa de Posadas, Argentina, onde viviam. Conseguiram capturar um indivíduo, posteriormente identificado como Bernardo Cocco, que declarou perante a polícia argentina que a tentativa frustrada de sequestro do doutor Goiburú havia sido planejada pelo Chefe de Investigações da Polícia Paraguaia, Pastor Milciades Coronel.

61.20 No começo de 1975, houve outro plano para sequestrar o doutor Goiburú, conforme a declaração de uma das pessoas encarregadas de realizá-lo, supostamente sob o comando do general paraguaio Guanes Serrano. No entanto, esse plano não foi levado a cabo, porque os encarregados de realizá-lo exigiram uma grande quantia de dinheiro.

61.21 Posteriormente, o doutor Goiburú decidiu mudar-se, por razões de segurança, da cidade fronteiriça de Posadas, em Misiones, à Província de Entre Ríos, Argentina. No entanto, a vigilância sobre ele e sua família continuou.

61.22 No começo de 1977, foi cuidadosamente elaborado um novo plano para sequestrar o doutor Goiburú, que era objeto de uma vigilância constante de suas atividades cotidianas. A pessoa encarregada de coordenar a operação se hospedou no Hotel Guarani, de Asunción. O Arquivo do Terror inclui uma nota em papel timbrado desse hotel, na qual se encontra escrito:

GOIBURÚ, depois da tentativa de sequestro sofrida há pouco tempo, toma medidas extraordinárias de segurança pessoal e familiar [...] em seu consultório possui armas longas e a mesma coisa em seu domicílio. No domicílio, a operação é praticamente impossível [...]

O atentado se realizará no trajeto entre a Clínica e seu domicílio. Foram marcados os possíveis lugares e está tudo organizado para sua volta de férias, que ocorrerá em meados de fevereiro [...] Intervirá um grupo de apenas 4 homens, com dois veículos e armas adequadas, cujo manuseio e prática estão ensaiando.

61.23 O doutor Agustín Goiburú foi sequestrado em 9 de fevereiro de 1977, à saída do Hospital San Martín, onde se encontrava de plantão. Perto do meio-dia, um automóvel Ford Falcon verde-oliva, sem placa, havia batido no automóvel do doutor Goiburú, que se encontrava estacionado na esquina do hospital. O doutor saiu do hospital, ao perceber o estrondo, para verificar o dano, e então foi rendido com uma arma e colocado em um veículo. Um documento da inteligência militar argentina relata a operação do seguinte modo:

No dia 9[...] -Feb-77, pessoas desconhecidas, sequestraram da propriedade localizada na rua Nogoyá nº 572, desta capital, o Dr. AGUST[Í]N GOIBUR[Ú], nascido em 1930 [...] nas circunstâncias do fato, vestia jaqueta branca, calça cinza claro e sapatos negros com cadarço. Segundo informação obtida, uma pessoa do sexo masculino, moreno, alto, que conduzia um automóvel Ford Falcon, cor verde-oliva, bateu no veículo da vítima: um Fiat 128 L, que se encontrava estacionado [na] rua Nogoyá nº 572, encontrando-se seu dono em um quarto localizado nos fundos da propriedade indicada nesse endereço. Ao acudir o nomeado ao lugar onde estava seu automóvel, foi rendido por meio de armas de fogo de cano curto pelo condutor do Ford Falcon, ajudado por outra pessoa do sexo masculino, loiro, alto, e apoiados por uma Pick-Up de cor verde escura que circulava na contramão. O Profissional citado foi introduzido no automóvel Ford Falcon, desaparecendo com rumo desconhecido [...]

³¹ Cf. declarações juramentadas oferecidas pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez e pela senhora Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, notas 27 e 30 *supra*, folhas 6248 e 6263 a 6265.

61.24 A esposa do doutor Goiburú, Elva Elisa Benítez de Goiburú, tomou conhecimento do sequestro de seu marido na mesma manhã, por meio de dois policiais provinciais de Entre Ríos que lhe comunicaram a notícia. A senhora Benítez de Goiburú realizou a busca de seu marido, mas as autoridades argentinas negaram oficialmente ter conhecimento sobre o sequestro ou tê-lo detido. Posteriormente, a senhora Benítez de Goiburú tomou conhecimento de que teria sido levado ao Paraguai.

61.25 As ações levadas a cabo para sequestrar o doutor Goiburú foram de conhecimento das mais altas autoridades do Estado, segundo demonstram vários documentos, a saber:

- a) o relatório secreto número 62, de outubro de 1975, do Departamento de Inteligência do Estado Maior Paraguaio, solicitava a localização e detenção urgente do doutor Goiburú, através do adido militar na Embaixada Paraguaia em Buenos Aires;
- b) um memorando de 30 de dezembro de 1975, do Chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milciades Coronel, dirigido ao General Alfredo Stroessner, informa sobre as atividades e hábitos do doutor Goiburú em Paraná, dados fornecidos por seu informante, o guardacostas pessoal do doutor Goiburú, e
- c) um documento do Ministério do Interior argentino, de 8 de fevereiro de 1977 –um dia antes do sequestro do doutor Goiburú– dirigido ao Chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milciades Coronel, pelo Capitão do Exército argentino, informa que a pessoa encarregada de localizar, seguir e prender o “doutor Paraguaio” havia recebido todos os meios para sua mobilização e transporte.

61.26 No Paraguai, o doutor Goiburú era publicamente acusado de ser o cérebro de um complô para matar o General Stroessner. No entanto, não foram feitas acusações formais contra ele, nem o governo reconheceu que estava sob custódia do Estado.

61.27 Segundo alguns relatos, depois de ter sido sequestrado, o doutor Goiburú teria estado privado de sua liberdade em um quartel da Força Aérea de Entre Ríos, Argentina. Dali teria sido levado, em avião, a Formosa e entregue às autoridades paraguaias em Puerto Falcon. Não há provas escritas de sua suposta presença no Departamento de Investigações. Seu nome não figura no livro “Entrada e saída de Detidos” do ano de 1977. Entretanto,³² há testemunhos que afirmam ter visto o doutor Goiburú, com vida, em prisões paraguaias. Domingo Rolón Centurión, um ex-presos no Departamento de Investigações do Paraguai, reconheceu o doutor Goiburú através de uma foto e afirmou que o havia visto sendo torturado nessas instalações. Afirmou:

Às 22, de um dia que não recordo, eu o vi em um corredor, jogado com a boca para cima, totalmente golpeado. Três horas depois, obrigaram-me a entrar na sala de tortura, onde me perguntaram se o conhecia, ao que respondi que não. Ele (Goiburú) estava inconsciente e completamente molhado. [A]cabavam de colocá-lo na banheira [...].

61.28 O desaparecimento do doutor Goiburú é um caso que mostra uma ação coordenada entre as forças de segurança paraguaia e argentina, dentro da Operação Condor. Seu desaparecimento se enquadra no *modus operandi* através do qual paraguaios desapareciam na Argentina, durante a ditadura militar naquele país.

61.29 A senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú, bem como seus filhos Rogelio Agustín, Rolando Agustín e Patricia Jazmín, todos de sobrenome Goiburú Benítez, e a senhora Rosa

³² Cf. *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 320.

Mujica Giménez, irmã do doutor Goiburú Giménez, padeceram de intensos sofrimentos devido à detenção ilegal e ao desaparecimento do senhor Agustín Goiburú Giménez. Além disso, apresentam sequelas físicas e psicológicas, ocasionadas pelos referidos fatos. A dinâmica econômica da família também se viu afetada como consequência dos fatos deste caso, já que a esposa do senhor Agustín Goiburú Giménez e seus filhos dependiam dele.

*Detenção, tortura e desaparecimento forçado do senhor Carlos José Mancuello Bareiro e os efeitos sobre seus familiares*³³

61.30 O senhor Carlos José Mancuello Bareiro era cidadão paraguaio, nascido em 19 de março de 1951. Estudava engenharia eletromecânica em La Plata, Argentina, e trabalhava como empregado da empresa representante da marca Mercedes Benz, no Paraguai. Era casado com a senhora Gladis Ester Ríos de Mancuello, com quem teve uma filha, nascida em 18 de março de 1974, e um filho, nascido em 10 de agosto de 1975. Seus pais são o senhor Mario Mancuello (que faleceu em 1994) e a senhora Ana Arminda Bareiro de Mancuello. Seus irmãos são: Hugo Alberto, Ana Elizabeth, Mario Andrés e Emilio Raúl, todos de sobrenome Mancuello Bareiro.

61.31 O senhor Carlos José Mancuello Bareiro foi detido em 25 de novembro de 1974, na alfândega paraguaia, quando ingressava ao país, vindo da Argentina, com sua esposa Gladis Ester Ríos de Mancuello e sua filha Claudia Anahí Mancuello Ríos, que nesse momento tinha oito meses de idade.

61.32 A senhora Gladis Ester Ríos de Mancuello estava grávida e também foi detida e levada para a prisão, junto com sua filha Claudia Anahí Mancuello Ríos, a qual foi posteriormente entregue a seus avós paternos. A senhora Gladis Ester Ríos de Mancuello permaneceu na prisão de 25 de novembro de 1974, junto com seu filho Carlos Marcelo Mancuello Ríos, que nasceu na prisão em 1975,³⁴ até 12 de novembro de 1977, data na qual foram liberados e expulsos do país até a derrocada do regime ditatorial.

61.33 O senhor Mancuello era acusado de pertencer "a um grupo terrorista que preparava um atentado contra Stroessner", supostamente liderado pelo doutor Goiburú.

61.34 O senhor Carlos José Mancuello Bareiro esteve detido em uma pequena cela do Departamento de Investigações da Polícia, onde também estavam Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba, Amilcar Oviedo, María Magdalena Galeano, sua esposa Gladis Ester Ríos de Mancuello e seu pai Mario Mancuello.³⁵ Posteriormente, foi levado à "Guarda de Segurança", onde esteve detido em 1975, e em meados desse ano voltou às dependências do

³³ Os parágrafos 61.31 a 61.41 sobre a "detenção, tortura e desaparecimento forçado do senhor Carlos José Mancuello Bareiro e seus efeitos sobre seus familiares" da presente Sentença são fatos não controvertidos, que este Tribunal considera estabelecidos com base no reconhecimento de responsabilidade efetuado pelo Estado. Alguns destes fatos foram completados com outros elementos probatórios, em cujo caso se indicam as respectivas notas de rodapé. Além disso, os parágrafos 61.31 e 61.42, sobre seus familiares, correspondem a fatos que se consideram provados com base na seguinte prova: documentos oficiais (certidões de nascimento, matrimônio e óbito), declarações testemunhais prestadas perante agente dotado de fé pública pelos familiares e documentos apresentados como prova para melhor resolver.

³⁴ Cf. declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pela senhora Gladis Esther Ríos em 17 de maio de 2006 (expediente de declarações prestadas ou autenticadas perante agente dotado de fé pública, folhas 6340, 6341 e 6343).

³⁵ Cf. declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo senhor Julio Darío Ramírez Villalba em 18 de maio de 2006 (expediente de declarações prestadas ou autenticadas perante agente dotado de fé pública, folha 6275).

Departamento de Investigações. Desde então e até setembro de 1976, seu nome "figuraria em todas as listas de detidos do Departamento de Investigações".

61.35 O senhor Carlos José Mancuello Bareiro foi submetido a intensos interrogatórios e torturas, especialmente nos primeiros meses de sua detenção ilegal, tais como golpes, chicotadas com o chamado "teyuruguay" e também submetido à prática denominada "pileteada" (consistente na submersão do detido em uma banheira (pileta) com água, sangue e dejetos humanos,³⁶ em muitas ocasiões, até o afogamento).

61.36 O senhor Carlos José Mancuello Bareiro permaneceu detido por 22 meses. Com respeito às torturas às quais foi submetido, o senhor Jorge Pane Zárate, que era oficial no Departamento de Investigações da Polícia da Capital na época dos fatos, viu-o enquanto esteve detido nestas instalações e constatou pessoalmente que "tinha[...] marcas físicas de ter sofrido constrangimentos ilegais, pois [...] a chamada 'Constituição e Teyú-yuruguai', um chicote curto de couro trançado, [de] um metro de comprimento ... deixava marcas muito visíveis, que inchavam com hematomas".

61.37 A senhora Gladys Meilinger de Sanneman esteve detida nas dependências do Departamento de Investigações, em 1976, e viu os senhores Carlos José Mancuello Bareiro e Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba durante esse período, já que os observava todos os dias de madrugada quando iam ao banheiro. A última vez que os viu com vida foi no dia 21 de setembro de 1976, quando foi levada dessas dependências para a prisão de Emboscada.

61.38 A senhora Bareiro de Mancuello, mãe do senhor Carlos José Mancuello Bareiro, periodicamente lhe enviava roupas, alimentos e medicamentos. Encarregava-se de receber das mãos da polícia suas roupas sujas para lavá-las e voltava a enviá-las. A partir de 21 de setembro de 1976, a senhora Bareiro de Mancuello já não recebeu de parte da polícia as roupas de seu filho Carlos José Mancuello Bareiro, com a explicação de que este já não se encontrava no Departamento de Investigações da Polícia ou que havia fugido dali.

61.39 O livro de "Guarda e Novidades" do Departamento de Investigações de 1976, indica que, ao ser feita a revisão das celas, à noite no dia 21 de setembro de 1976, constatou-se "a evasão de quatro detidos". No livro de "Entrada e saída de Detidos", do Departamento de Investigações, Carlos José Mancuello Bareiro foi apontado como "foragido" e, a respeito dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba e de Amílcar Oviedo, o espaço de "Saída" correspondente a eles foi deixado em branco.³⁷ Da mesma forma, um documento oficial do Departamento de Investigações, Escritório de Guarda, dirigido ao Chefe do Departamento de Investigações, Pastor Milciades Coronel, informou sobre a suposta fuga dos senhores Carlos José Mancuello e Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba. Isso foi posteriormente confirmado pelas declarações de vários oficiais de investigações presentes aquela noite e que foram intimados a declarar nos julgamentos sobre o caso, iniciados depois de 1989.³⁸

61.40 No entanto, com base nas declarações de vários ex-funcionários policiais, a Vara nº 1 de Liquidação e Sentença concluiu o seguinte (par. 69 *infra*):

Aproximadamente às 22h30min [do dia 21 de setembro de 1976] [...], exigiu-se dos detidos MANCUELLO, OVIEDO e dos irmãos RAMIREZ VILLALBA, que se preparassem,

³⁶ Cf. declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pela senhora Gladys Meilinger de Samerman em 22 de maio de 2006 (expediente de declarações prestadas ou autenticadas perante agente dotado de fé pública, folha 6271).

³⁷ Cf. *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 228 e 229.

³⁸ Cf. *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 228 e 229.

porque seriam levados a outro lugar [...]; e, em seguida, procedeu-se a trasladar os quatro detidos até eles abordarem um veículo tipo VW Kombi [...] que esperava fora do prédio, [...] sem terem conhecimento algum sobre o destino dos mesmos. Desde então não se tem notícia deles, até nossos dias; no entanto, os comentários apresentados a esta Magistratura pelas testemunhas nos autos, revelam que tiveram relatórios extraoficiais de que Carlos MANCUELLO BAREIRO, AMILCAR OVIEDO e os irmãos RAMÍREZ VILLALBA haviam sido assassinados [...].

[N]essa ocasião, por ordem direta de PASTOR CORONEL, fez-se constar a suposta fuga dos mencionados detidos no livro de novidades do Depto. de Investigações [...], quando, em realidade, os eventos aconteceram principalmente do modo precedentemente indicado [...] essa era uma prática comum, utilizada para fazer ver e encobrir os desaparecimentos dos detidos que eram executados, ato que entre os presos foi denominado 'lei de fuga'.

61.41 O desaparecimento do senhor Carlos José Mancuello Bareiro corresponde ao *modus operandi* de desaparecimentos forçados existentes no Paraguai à época.

61.42 Os familiares do senhor Carlos José Mancuello Bareiro sofreram em consequência da detenção ilegal e do desaparecimento forçado desta pessoa. Além disso, padeceram de danos psicológicos relacionados com tais fatos. Esses familiares também foram afetados materialmente, pois o senhor Carlos José Mancuello Bareiro representava uma fonte de renda para a subsistência desse núcleo familiar. Os fatos do presente caso perturbaram significativamente a dinâmica da família do senhor Carlos José Mancuello Bareiro.

*Detenção, tortura e desaparecimento forçado dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba e os efeitos sobre seus familiares*³⁹

61.43 O senhor Rodolfo Ramírez Villalba nasceu na cidade de Mayor Martínez, em 9 de junho de 1940, e seu irmão Benjamín Ramírez Villalba, nasceu na cidade de Desmochados, em 15 de outubro de 1950, ambos na República do Paraguai. Sua mãe era Fabriciana Villalba de Ramírez, que faleceu aproximadamente em 2001. Seus irmãos eram Lucrecia Francisca Ramírez de Borba, que faleceu em 2005; Mario Artemio Ramírez Villalba, que faleceu em 2003; Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza, que faleceu em 1980. Seus irmãos, que ainda se encontram com vida, são Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Herminio Arnoldo Ramírez Villalba e Julio Darío Ramírez Villalba. Além disso, os filhos de Julio Darío Ramírez Villalba, sobrinhos das supostas vítimas são: Mirtha Haydee Ramírez de Morinigo, Ana María Ramírez de Mellone, Julio César Ramírez Vázquez, Rubén Darío Ramírez Vázquez e Héctor Daniel Ramírez Vázquez.

61.44 Os irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba eram solteiros. Não obstante isso, este último tinha como companheira María Magdalena Galeano, que foi detida no mesmo dia que ele e permaneceu na prisão por mais de três anos.

61.45 O senhor Rodolfo Ramírez Villalba trabalhava numa "chácara" e, com a venda dos produtos cultivados, colaborava com a manutenção da família. Posteriormente, viajou à

³⁹ Os parágrafos 61.46 a 61.49 sobre a "detenção, tortura e desaparecimento forçado dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba e seus efeitos sobre seus familiares" da presente Sentença são fatos não controvertidos, que este Tribunal considera estabelecidos com base no reconhecimento de responsabilidade efetuado pelo Estado. Alguns destes fatos foram completados com outros elementos probatórios, em cujo caso se indicam as respectivas notas de rodapé. Além disso, os parágrafos 61.43, 61.44, 61.45 e 61.50, sobre seus familiares, correspondem a fatos que se consideram provados com base na seguinte prova: documentos oficiais (certidões de nascimento, matrimônio e óbito), declarações testemunhais prestadas perante agente dotado de fé pública pelos familiares e documentos apresentados como prova para melhor resolver.

Argentina com o objetivo de estudar e trabalhar, onde obteve emprego em uma companhia de perfurações de petróleo e trabalhou como técnico em instalação de poços petrolíferos. Por sua vez, o senhor Benjamín Ramírez Villalba se graduou como contador público quando ainda vivia com sua família na cidade de Pilar, Paraguai, trabalhou no âmbito de sua profissão e também colaborava com a manutenção de sua família.

61.46 Em 25 de novembro de 1974, os irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba foram detidos. O senhor Benjamín Ramírez Villalba, que vivia em Buenos Aires, Argentina, foi detido ao entrar no Paraguai, na cidade de Fernando de la Mora, quando ia visitar sua companheira María Magdalena Galeano.⁴⁰ Por sua vez, nessa mesma data, o senhor Rodolfo Ramírez Villalba foi detido na cidade de Asunción.⁴¹ Ambos foram trasladados ao Departamento de Investigações, onde permaneceram detidos.

61.47 Era atribuído aos irmãos Ramírez Villalba seu pertencimento "a um grupo terrorista que preparava um atentado contra Stroessner", supostamente liderado pelo doutor Goiburú.

61.48 Os senhores Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba estiveram detidos em uma pequena cela do Departamento de Investigações da Polícia, onde também estavam detidos Carlos José Mancuello Bareiro, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Amilcar Oviedo, María Magdalena Galeano e o senhor Mario Mancuello, pai de Carlos José Mancuello Bareiro (par. 61.34 *supra*). Posteriormente, foram levadas à "Guarda de Segurança", onde estiveram detidos em 1975, e em meados desse ano voltaram às dependências do Departamento de Investigações. Desde então e até setembro de 1976, seus nomes "figurariam em todas as listas de detidos do Departamento de Investigações". Já em 1977, o Estado reconheceu oficialmente a detenção de Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba perante a Comissão Interamericana.

61.49 Os senhores Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba permaneceram detidos por 22 meses, durante os quais foram submetidos a torturas e desaparecidos em circunstâncias similares às do senhor Carlos José Mancuello Bareiro (pars. 61.35 a 61.40 *supra*). Seu desaparecimento também corresponde ao *modus operandi* de desaparecimentos forçados existentes no Paraguai à época.

61.50 Os familiares dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba também sofreram um forte impacto emocional e psicológico devido ao desaparecimento dessas pessoas. Ademais, padeceram dificuldades de ordem material, devido ao fato que os irmãos Ramírez Villalba destinavam parte de seus ingressos econômicos à ajuda e à manutenção de sua família.

*Sobre o processo penal aberto em relação ao caso do senhor Agustín Goiburú Giménez*⁴²

⁴⁰ Cf. declaração prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo senhor Julio Darío Ramírez Villalba, nota 35 *supra*, folha 6275.

⁴¹ Cf. *Es mi informe*, nota 11 *supra*, pág. 222. Segundo a declaração do senhor Julio Darío Ramírez Villalba, o senhor Rodolfo Ramírez Villalba foi detido na cidade de Clorinda, província de Formosa, Argentina, por policiais do Departamento de Investigações do Paraguai e policiais argentinos, e depois foi trasladado a esse Departamento. Não obstante isso, nos termos do reconhecimento estatal, considera-se provado o modo e lugar da detenção do senhor Rodolfo Ramírez Villalba segundo os fatos indicados na demanda da Comissão.

⁴² Os parágrafos 61.51 a 61.120 da presente Sentença, relativos aos três processos penais iniciados nos casos das vítimas, são fatos que este Tribunal considera estabelecidos com base no reconhecimento de responsabilidade efetuado pelo Estado e nos elementos probatórios dos autos dos processos penais internos, os quais foram apresentados em sua maioria pela Comissão como anexos à demanda e prova para melhor resolver apresentada pelo Estado.

61.51 Em 5 de maio de 1989, a senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú e outros interpuseram uma denúncia penal perante a Promotoria do Primeiro Turno, pelos supostos delitos de Sequestro, Torturas e Homicídio sofridos pelo senhor Agustín Goiburú Giménez. Da mesma forma, manifestaram que as pessoas que podiam ter conhecimento dos fatos eram o General Alfredo Stroessner, ex-Presidente da República; o senhor Sabino Augusto Montanaro, ex-Ministro de Interior; o senhor Pastor Milciades Coronel, ex-Chefe de Investigações da Polícia da Capital; o General Francisco Alcibiades Brítez Borges, ex-Chefe da Polícia da Capital; o General Benito Guanes Serrano, ex-Chefe da Inteligência Militar e o senhor Oscar Gómez, Diretor da Policlínica Policial "Rigoberto Caballero".

61.52 Em 26 de junho de 1989, a Vara de Primeira Instância Criminal do Terceiro Turno resolveu instruir o correspondente inquérito a respeito de Pastor Milciades Coronel e Benito Guanes Serrano. Em 1º de abril de 1993, essa Vara resolveu ampliar o inquérito, de modo que incluiu como processados os senhores Sabino Augusto Montanaro, Francisco Ortiz Téllez e o General Francisco Alcibiades Brítez Borges, ordenou a detenção preventiva de Sabino Augusto Montanaro, Pastor Milciades Coronel e Francisco Alcibiades Brítez Borges e ordenou a declaração indagatória de Sabino Augusto Montanaro, Pastor Milciades Coronel, Francisco Ortiz Téllez e Francisco Alcibiades Brítez Borges.

61.53 No início de 1990, o General Rafael Benito J. Guanes Serrano e o senhor Francisco Alcibiades Brítez Borges prestaram declaração informativa através da resposta a um questionário enviado pela Vara de Primeira Instância Criminal do Terceiro Turno a seu lugar de reclusão. Além disso, em julho de 1990 e em abril de 1993, o senhor Pastor Milciades Coronel e o senhor Francisco Ortiz Téllez prestaram, respectivamente, suas declarações informativas e indagatórias.

61.54 Em 1991, o Promotor Criminal do Quinto Turno insistiu com o Juiz de Primeira Instância Criminal do Terceiro Turno na necessidade de avanços na investigação do caso.

61.55 Em 28 de junho de 1993, depois de ser proposta uma recusa contra o titular da Vara de Primeira Instância Criminal do Terceiro Turno, este ordenou remeter os autos à Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno.

61.56 Em 9 de setembro de 1996, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno dispôs a elevação do inquérito à fase de julgamento em plenário, em relação ao senhor Pastor Milciades Coronel, pelos supostos delitos contra a vida, integridade orgânica, a saúde e as garantias constitucionais. Da mesma forma, deixou aberto o inquérito em relação aos acusados Sabino Augusto Montanaro e Francisco Ortiz Téllez com relação aos mesmos delitos.

61.57 Em 2 de julho de 1997, a senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú se apresentou perante o Juiz de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno com o fim de "realizar queixa criminal contra o General Alfredo Stroessner Matiauda, Pastor Milciades Coronel, Sabino Augusto Montanaro, Francisco Ortiz Téllez e Benito Guanes Serrano e contra os que forem cúmplices e acobertadores dos delitos de lesa humanidade como, sem dúvida, são o desaparecimento forçado de pessoa, o homicídio com suas agravantes e a privação ilegítima de liberdade, com abuso de autoridade, por questões políticas", em prejuízo de seu esposo Agustín Goiburú Giménez. Em 14 de julho de 1997, a referida autoridade admitiu a queixa criminal. Em 13 de agosto do mesmo ano, a denúncia anterior foi ampliada e foi admitida a queixa criminal contra Alfredo Stroessner e Benito Guanes Serrano pelos supostos delitos contra a vida, a integridade orgânica, a saúde e as garantias constitucionais.

61.58 Em agosto de 1998, foram realizadas diferentes atos judiciais, tais como declarações testemunhais, informativas e de ratificação.

61.59 Em 23 de outubro de 1998, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno resolveu “não continuar incluindo no julgamento os processados Benito Guanes Serrano e Francisco Alcibíades Brítez Borges”, devido ao fato de que era “de conhecimento público a morte” dos mesmos.

61.60 Em 9 de novembro de 1998, a mencionada Vara de Primeira Instância ordenou citar e publicar a notificação 15 vezes, em dois jornais, aos réus fugitivos, Sabino Augusto Montanaro e Alfredo Stroessner Matiauda, para que se apresentassem “para responder ao juízo” que tramitava contra eles. Em 9 de maio de 2000, essa Vara resolveu tornar efetiva a mencionada intimação judicial e declarou essas pessoas “revéis em relação aos mandados da justiça [...] até que se apresent[em] em juízo”.

61.61 Em 25 de junho de 1999, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno, considerando o pedido do reclamante, resolveu ordenar a “abertura da causa à prova”, pelo período disposto em lei.

61.62 Em 21 de setembro de 2000, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número três resolveu concluir o inquérito e, em consequência, passar o caso à fase de julgamento em plenário contra Francisco Ortiz Téllez, por supostos delitos contra a vida, “a integridade orgânica”, a saúde e as garantias constitucionais. Em 22 de dezembro de 2000, essa Vara ordenou a abertura da causa à prova em relação ao senhor Ortiz Téllez, “por todo o prazo previsto em lei”. O período probatório foi concluído em 26 de novembro de 2001. Em 15 de fevereiro e em 8 de maio de 2002, o Ministério Público e a defesa do acusado Ortiz Téllez apresentaram, respectivamente, seus escritos de conclusões. Em 29 de maio de 2002, a mencionada Vara considerou apresentado o escrito de conclusão de Ortiz Téllez e “passou os autos” à fase de emissão de sentença.

61.63 Em 2 de março de 2002, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três declarou a extinção dos delitos e das penas do senhor Pastor Milciades Coronel e do General Francisco Alcibíades Brítez Borges, já que teve conhecimento do falecimento dos mesmos.

61.64 Em 29 de julho e 26 de agosto de 2003, a representante de Elva Elisa Benítez de Goiburú pediu que fosse proferida decisão nos autos, em razão de que já se haviam levado a cabo todas as diligências solicitadas como medida para melhor decidir e por ter transcorrido em excesso o prazo para fazê-lo.

Atuações dirigidas a obter uma declaração e a eventual extradição de Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro dentro do processo penal aberto no caso do senhor Agustín Goiburú

61.65 Em 13 de julho de 1989, a Vara de Primeira Instância Criminal do Terceiro Turno ordenou receber as declarações informativas do General Alfredo Stroessner e do senhor Sabino Augusto Montanaro, via mandado, através das autoridades judiciais do Brasil e de Honduras, já que se tinha notícias de que essas pessoas gozavam de asilo político nos países mencionados.

61.66 Em 1º de agosto de 1989, essa Vara enviou as mencionadas cartas rogatórias ao Presidente da Corte Suprema de Justiça para tramitação e remissão aos respectivos juízes nas jurisdições hondurenha e brasileira, solicitando a declaração informativa dos “réus fugitivos”, Sabino Augusto Montanaro e Alfredo Stroessner. Em 24 de novembro de 1989, a

mencionada Vara solicitou ao Ministério de Relações Exteriores que informasse se havia sido cumprida ou não a diligência das cartas rogatórias e, se fosse o caso, que indicasse a data em que foram remetidas, bem como qualquer notícia que tivesse.

61.67 Em 18 de dezembro de 1989, o Ministério de Relações Exteriores manifestou que, em 20 de novembro de 1989, havia remetido a carta rogatória ao Encarregado de Negócios da República de Honduras no Paraguai, de modo que se encontrava à espera de notícias sobre a mesma. Além disso, em 30 de dezembro de 1989, o mencionado Ministério manifestou que, em 2 de dezembro de 1989, havia tramitado a carta rogatória através da Embaixada do Paraguai no Brasil e se encontrava, naquele momento, no Ministério de Relações Exteriores do Brasil, aguardando notícias adicionais sobre a mesma.

61.68 Em maio de 1990, dezembro de 1997 e novembro de 1998, a Vara de Primeira instância voltou a solicitar ao Ministério de Relações Exteriores informação sobre o cumprimento das cartas rogatórias.

61.69 Não consta na informação apresentada nos autos do presente caso se as declarações informativas do General Alfredo Stroessner e do senhor Sabino Augusto Montanaro, solicitadas via cartas rogatórias a autoridades do Brasil e de Honduras, foram efetivamente realizadas ou recebidas nos tribunais paraguaios.

61.70 Em novembro e dezembro de 1997, e em julho de 1998, a senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú apresentou diversos pedidos para que fossem emitidos ofícios ao Ministério de Relações Exteriores, com o fim de solicitar informação referente à extradição. Da mesma forma, em novembro de 1998, solicitou que fosse emitido ofício à INTERPOL e à Polícia Nacional, para comunicar a detenção preventiva decretada contra Sabino Augusto Montanaro. Em fevereiro de 1999, reiterou seus pedidos.

61.71 Em 26 de fevereiro de 1999, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno comunicou ao Comando da Polícia Nacional que havia resolvido decretar a detenção preventiva de Sabino Augusto Montanaro. Em 24 de junho e em 4 de agosto de 1999, o Chefe de Departamento da INTERPOL, em Asunción, solicitou, *inter alia*, o envio de vários dados pessoais, fotografias e fichas dactiloscópicas, um breve resumo do delito do qual era acusado, bem como uma cópia da decisão judicial que ordenava sua detenção preventiva com fins de extradição. Esse pedido foi reiterado em 10 de setembro de 1999.

61.72 Em 12 de abril de 1999, a senhora Benítez de Goiburú solicitou à Vara que expedisse ofício ao Brasil e a Honduras para que informassem sobre a data de vencimento dos prazos dos asilos concedidos.

61.73 Em 9 de março de 2000, a senhora Benítez de Goiburú pediu à Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Um que declarasse a revelia de Alfredo Stroessner e de Sabino Augusto Montanaro e que decretasse a prisão preventiva, com fins de extradição. Ademais, solicitou que se ordenasse a extradição dos mesmos. Em 13 de novembro de 2000, pediu que se decretasse a prisão de Alfredo Stroessner e pediu, uma vez mais, que se ordenasse sua extradição e a de Sabino Augusto Montanaro. Em julho de 2000, julho de 2001 e abril de 2002, reiterou seu pedido de que se decretasse a extradição respectiva. Em dezembro de 2000, solicitou reiteradamente à Vara que enviasse ofício à INTERPOL, para dar cumprimento às ordens de prisão decretadas.

61.74 Em 20 de novembro de 2000, o Ministério Público aconselhou a decretação da prisão preventiva dos acusados, Sabino Augusto Montanaro e Alfredo Stroessner, por ser este

“requisito essencial para a viabilidade de um pedido de extradição, a ser tramitado através dos meios diplomáticos correspondentes”.

61.75 Em 7 de dezembro de 2000, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três, depois de ter declarado, em maio do mesmo ano, “revéis” a Alfredo Stroessner e Sabino Augusto Montanaro, resolveu decretar sua prisão preventiva “para efeitos de sua extradição”, baseando-se na qualificação de sua conduta processual, a saber, ter “instigado eficaz e apropriada[mente]” a cometer delitos, neste caso, homicídio e privação ilegítima da liberdade. Nas considerações desta decisão, a Vara indicou, *inter alia*, que “o terrorismo organizado desde o próprio Estado é uma forma de crime ocorrida em vários países e, em especial, na América Latina” (par. 70 *infra*).

61.76 Em 2 de fevereiro de 2001, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três solicitou ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai informação sobre tratados de extradição existentes entre este país e Honduras e o Brasil. Outrossim, solicitou relatórios a respeito da situação jurídica e legal de Alfredo Stroessner, para que pudesse determinar a possibilidade de dar trâmite ao pedido de extradição.

61.77 Em 2 de março de 2001, o Ministério de Relações Exteriores informou à Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três:

que não possui tratados assinados com Honduras sobre extradição, ainda que pelas normas de cortesia e reciprocidade internacionais, igualmente se pode dar trâmite a um pedido de extradição sem tratados assinados.

Quanto a tratados com a República Federativa do Brasil, transmite [...] cópia autenticada do Tratado de Extradicação de criminosos entre o Paraguai e o Brasil, assinado entre este país e o nosso no ano de 1922.

Sobre a situação jurídica e legal do cidadão paraguaio Alfredo Stroessner Matiauda, que se encontra asilado no Brasil, esta chancelaria tem conhecimento de que o mesmo goza da condição de asilado na República Federativa do Brasil.

61.78 Em 21 de fevereiro de 2005, o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai solicitou ao Presidente da Corte Suprema de Justiça do Paraguai informação sobre pedidos de extradição formulados em relação a Alfredo Stroessner e Sabino Montanaro. Em 15 de março de 2005, o escrivão da Corte Suprema de Justiça informou ao Presidente da mesma que a Secretaria Geral havia recebido um pedido de extradição de Alfredo Stroessner, o qual havia sido emitido pela Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três, em 29 de novembro de 2001.

61.79 Não consta na documentação apresentada perante a Corte que a extradição de Alfredo Stroessner ou de Sabino Augusto Montanaro tenha sido efetivamente solicitada no marco deste processo penal.

61.80 No momento da emissão da presente sentença, os acusados Pastor Milciades Coronel, Francisco Alcibíades Brítez Borges e Benito Guanes Serrano haviam falecido, de maneira que a ação penal foi extinta a seu respeito; e a respeito do acusado Francisco Ortiz Téllez não havia sido proferida sentença. Por outro lado, o procedimento de instrução continuava aberto contra Sabino Augusto Montanaro e Alfredo Stroessner Matiauda, que haviam sido declarados “revéis”. O primeiro deles se encontrava asilado em Honduras e é de conhecimento público que o acusado Alfredo Stroessner Matiauda faleceu em 16 de agosto de 2006, na cidade de Brasília, Brasil.

Sobre o processo penal aberto no caso do senhor Carlos José Mancuello Bareiro

61.81 Em 27 de março de 1990, a senhora Ana Arminda Bareiro de Mancuello interpôs uma queixa criminal formal pelos supostos delitos de sequestro, privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, torturas e homicídio sofridos pelo senhor Carlos José Mancuello Bareiro. Da mesma forma, a senhora Bareiro de Mancuello pediu que fosse decretada a detenção preventiva dos acusados Alfredo Stroessner e Sabino Augusto Montanaro, domiciliados respectivamente nas cidades de Brasília, Brasil, e Tegucigalpa, Honduras; do General Francisco Alcibíades Brítez Borges, que estava recluso no Hospital Militar Central; dos senhores Pastor Milcíades Coronel, Alberto Buenaventura Cantero, que era datilógrafo e posteriormente diretor da Seção Política e Afins do Departamento de Investigações, Lucilo Benítez, que trabalhava como encarregado de segurança e escolta do Chefe do Departamento Investigações, Pastor Milcíades Coronel, Camilo Almada Morel, que era integrante da segurança Presidencial a dignatários estrangeiros, Agustín Belotto Vouga, que era oficial de reserva da polícia da capital, responsável por "tarefas de segurança externa" e Eusebio Torres. Todos eles estavam detidos no Grupamento Especializado, dependência da Polícia da Capital, ex-guarda de segurança.

61.82 Em 3 de dezembro de 1990, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno instruiu o inquérito correspondente e admitiu a queixa criminal. Em 17 de agosto de 1993, resolveu concluir o inquérito em relação aos acusados Pastor Milcíades Coronel, Alberto Buenaventura Cantero, Lucilo Benítez, Camilo Almada Morel e Agustín Belotto Vouga e a elevação da causa à fase de plenário (julgamento), deixando aberta a mesma em relação aos senhores Eusebio Torres, Alfredo Stroessner, Sabino Augusto Montanaro, Francisco Alcibíades Brítez Borges, Ramón Saldívar, que era inspetor geral de Delegacias e Salvador Mendoza, que era diretor de identificações.

61.83 Durante dezembro de 1990, fevereiro, março, maio e junho de 1991, bem como em abril e maio de 1993, foram recebidas declarações testemunhais, indagatórias e informativas. Durante março de 1993, recebeu-se uma declaração indagatória de ampliação. Posteriormente, durante outubro, novembro e dezembro de 1997, foram prestadas mais declarações testemunhais.

61.84 Em 5 de fevereiro de 1993, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno decretou a detenção dos senhores Pastor Milcíades Coronel, Alberto Buenaventura Cantero, Lucilo Benítez, Camilo Almada Morel e Agustín Belotto Vouga. Da mesma forma, em 30 de março de 1993, essa Vara ordenou a detenção dos senhores Ramón Saldívar e Salvador Mendoza.

61.85 Em 2 de novembro de 1993 e em 22 de fevereiro de 1994, a referida Vara foi informada sobre o falecimento do General Francisco Alcibíades Brítez Borges e do oficial Ramón Saldívar, ocorridos em 14 de setembro de 1993 e em 11 de junho de 1992, respectivamente.

61.86 Em 19 de junho de 1995, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno ordenou a abertura da fase probatória da causa pelo "prazo disposto em lei". Posteriormente, em 21 de dezembro de 1995, o juiz titular dessa Vara considerou-se impedido de continuar conhecendo do caso. Por isso, a Vara de Primeira Instância Criminal do Sexto Turno assumiu o conhecimento da causa e, em 1º de abril de 1998, considerou que o período probatório se encontrava vencido em excesso e deu vista às partes por "sua ordem e pelo prazo previsto em lei", para que apresentassem suas respectivas alegações.

61.87 No fim de 1998, a denunciante e o Ministério Público apresentaram suas conclusões. O mesmo fizeram os acusados Lucilo Benítez e Alberto Buenaventura Cantero, Agustín Belotto Vouga e Camilo Almada Morel em 23 de novembro e 1º de dezembro de 1998, e em 19 de julho de 1999.

61.88 Em 17 de abril de 2000, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Um resolveu, *inter alia*:

- 1) Qualificar a conduta antijurídica do acusado Pastor Milciades Coronel Almada, dentro do previsto e disposto nas disposições compreendidas nos artigos 337, incisos 2º e 3º [homicídio agravado por traição e crueldade], em concordância com os artigos 3º, primeiro parágrafo [os delitos são puníveis não apenas quando consumados, mas também em caso de frustração ou tentativa] e 37 [associação ou concerto para delinquir] do Código Penal; os artigos 341 [lesões], inciso 1º [agravadas], 280 [violência ou ameaças], e 174 [abuso de autoridade]; e o artigo 37 [associação ou concerto para delinquir], do Código Penal do ano 1914, graduando-se a pena com base nos artigos 94 [os autores intelectuais e materiais sofrerão integralmente as penas estabelecidas por este Código para a infração cometida], e 95 [a pena do delito frustrado será de dois terços da que corresponderia ao delito consumado], do mesmo corpo legal.
- 2) Qualificar as condutas antijurídicas dos acusados Nicolás Lucilo Benítez Santacruz e Camilo Federico Almada Morel, dentro do previsto e disposto nas disposições compreendidas nos artigos 337, inc. 2º [homicídio agravado por traição], 341, inciso 1º [lesões agravadas], 280 [violência ou ameaças] e [174 abuso de autoridade] do ordenamento jurídico mencionado, em concordância com o artigo 37 [associação ou concerto para delinquir] do mesmo corpo legal.
- 3) Não dar lugar ao pedido de prescrição alegado nos autos, por ser notoriamente improcedente, conforme o considerando da presente resolução.
- 4) Fazer notar que fica aberta a via correspondente perante a jurisdição ordinária pertinente para requerer a responsabilidade civil emergente pelo delito de Francisco Alcibíades Brítez Borges, em virtude do disposto no artigo 1865 do Código Civil.
- 5) Absolver de culpa e pena Alberto Buenaventura Cantero Domínguez [...] Emitir ofício à Polícia Nacional (Grupamento Especializado), ordenando a liberdade do citado cidadão.
- 6) Absolver de culpa e pena Agustín Belotto Vouga [...] Emitir ofício à Polícia Nacional (Grupo Especializado), ordenando a liberdade do citado cidadão.
- 7) Condenar Pastor Milciades Coronel [...] à pena de dezessete anos de privação de liberdade, a qual será cumprida a partir do dia 3 de fevereiro de 2008. Emitir ofício à Polícia Nacional (Grupamento Especializado) para sua execução.
- 8) Condenar Camilo Federico Almada Morel [...] à pena de treze anos e nove meses de privação de liberdade, a qual será cumprida no dia 3 de outubro de 2004. Emitir ofício à Polícia Nacional para sua execução.
- 9) Condenar Nicolás Lucilo Benítez Santacruz [...] à pena de treze anos e nove meses de privação de liberdade, a qual será cumprida no dia 3 de outubro de 2004. Emitir ofício à Polícia Nacional para sua execução. [...]
- 11) Declarar civilmente responsáveis os citados condenados. [...]

61.89 Em 12 de dezembro de 2002, em vista dos recursos de apelação e nulidade interpostos por Camilo Almada Morel e Lucilo Benítez, bem como pela senhora Ana Arminda

Bareiro de Mancuello, a Segunda Sala do Tribunal Criminal de Apelações, além de considerar improcedente o recurso de nulidade, resolveu, *inter alia*:

Oficiar o Departamento do Registro de Estado Civil das Pessoas a fim de que remetam ao Juízo de origem a Certidão de Óbito de Pastor Milciades Coronel, para proceder ao arquivamento da causa com respeito ao mesmo.

Revogar os pontos 5º e 6º da resolução apelada.

Modificar a Sentença nº 12, de 17 de abril de 2000 [...], no sentido de qualificar a conduta dos acusados Alberto Buenaventura Cantero Domínguez e Agustín Belotto Vouga, incluindo-as dentro das previsões estabelecidas no artigo 337, inc 2 e 3 [homicídio agravado por traição e crueldade], artigo 174 [abuso de autoridade] do Código Penal, devendo graduar-se a pena com base no disposto no artigo 94 [os autores intelectuais e materiais sofrerão integralmente as penas estabelecidas por este Código para a infração cometida] do Código Penal e, em consequência,

Condenar os acusados Alberto Buenaventura Cantero [...] e Agustín Belotto Vouga à pena privativa de liberdade de quinze anos, em virtude das argumentações expressas na presente decisão. Emitir ofício à Polícia Nacional para sua execução.

Confirmar os demais pontos da sentença apelada. [...]

61.90 Em 11 de fevereiro de 2003, a Segunda Sala do Tribunal Penal de Apelações concedeu os recursos de apelação e nulidade interpostos contra a sentença de 12 de dezembro de 2002 e remeteu os autos à Corte Suprema de Justiça, a qual decidiu, em 2004, "passar os autos à fase de sentença".

61.91 No momento da emissão da presente sentença, os acusados Francisco Alcibíades Brítez Borges e Ramón Saldívar e o condenado Pastor Milciades Coronel já haviam falecido. A respeito dos outros quatro acusados que haviam sido detidos e condenados, as sentenças condenatórias foram transitadas em julgado em relação a Agustín Belotto Vouga e Alberto Buenaventura Cantero, sobre os quais não há informação de que gozem de liberdade condicional. Por outro lado, a defesa de Camilo Almada Morel e Lucilo Benítez havia apresentado recursos de nulidade e de apelação, que se encontram pendentes perante a Corte Suprema de Justiça. A causa se encontrava aberta em relação a Eusebio Torres, Salvador Mendoza, Sabino Augusto Montanaro e Alfredo Stroessner Matiauda, ainda que seja de conhecimento público que este último faleceu em 16 de agosto de 2006, na cidade de Brasília, Brasil.

Sobre o processo penal iniciado no caso dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba

61.92 Em 8 de novembro de 1989, o senhor Julio Darío Ramírez Villalba interpôs queixa criminal pelos supostos delitos de sequestro, privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, torturas e duplo homicídio, em prejuízo de Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba. Da mesma forma, pediu que a queixa criminal fosse admitida contra os senhores Sabino Augusto Montanaro, Francisco Albiades Brítez Borges, Pastor Milciades Coronel, Alberto Buenaventura Cantero, Lucilo Benítez, Camilo Almada Morel, Juan Aniceto Martínez, Eusebio Torres e "um tal Belotto", e demais autores intelectuais e materiais, cúmplices e acobertadores.

61.93 Em 23 de novembro de 1989, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno resolveu instruir o inquérito para averiguação e comprovação dos fatos, decretando a detenção de Francisco Alcibíades Brítez Borges, Pastor Milciades Coronel e Lucilo Benítez, os

quais continuariam presos, e a detenção de Sabino Augusto Montanaro, Alberto Buenaventura Cantero, Camilo Almada Morel, Juan Aniceto Martínez, Eusebio Torres e "um tal Belotto". Em 8 de março de 1990, essa Vara decidiu converter a detenção preventiva de Pastor Milciades Coronel, Alberto Buenaventura Cantero, Camilo Almada Morel, Juan Aniceto Martínez, Eusebio Torres e Agustín Belotto Vouga "em prisão de igual caráter, que dever[iam] continuar presos". A mesma decisão foi adotada em 7 de fevereiro de 1991, a respeito de Francisco Alcibíades Brítez Borges.

61.94 Durante fevereiro, novembro e dezembro de 1990, fevereiro, março e maio de 1992, e maio e agosto de 1993, a citada Vara recebeu declarações indagatórias e testemunhais.

61.95 Em outubro de 1992, ordenou a publicação de edital em um jornal, por 15 vezes, para que o "réu fugitivo Sabino Augusto Montanaro" se apresentasse perante a autoridade judicial, para que "fosse notificado de que era processado pelos supostos delitos de sequestro, tortura, privação ilegítima de liberdade, duplo homicídio, abuso de autoridade". Em setembro de 1993, novamente ordenou-se a publicação de editais.

61.96 Em 15 de janeiro de 1993, a mencionada Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno resolveu ampliar o inquérito contra Benito Guanes Serrano e Alfredo Stroessner Matiauda, pelos "supostos delitos de sequestro, privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, torturas e duplo homicídio" e decretou a prisão preventiva dos mesmos.

61.97 Depois que o titular da Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno foi considerado impedido, em janeiro de 1993, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno resolveu, em março do mesmo ano, incluir no inquérito o General Benito Guanes Serrano, em caráter de processado, e decretou sua detenção preventiva. Além disso, incluiu no inquérito o General Alfredo Stroessner, em caráter de processado, e decretou sua detenção preventiva, com fins de extradição (par. 61.111 *infra*).

61.98 Em 25 de junho de 1993, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno resolveu converter a detenção preventiva de Benito Guanes Serrano "em prisão de igual caráter, o qual deveria continuar preso." Ademais, ordenou o embargo preventivo de seus bens.

61.99 Em 28 de julho de 1993, depois de ter intimado, por via de edital, sem que o processado tivesse se apresentado, a mencionada Vara declarou "Alfredo Stroessner Matiauda revel em relação aos mandados da Vara, acusado de supostos delitos de homicídio e outros".

61.100 Em 12 de novembro de 1993, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno revogou o auto de prisão de Benito Guanes Serrano e decretou sua liberdade.

61.101 Em outubro de 1995, o Ministério Público solicitou à Vara de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno que ordenasse a prisão preventiva de Sabino Augusto Montanaro.

61.102 Em 9 de outubro de 1996, a Vara dispôs a conclusão do inquérito e a elevação da causa a julgamento.

61.103 Em 19 de maio e 4 de junho de 1998, o denunciante e o Ministério Público apresentaram, respectivamente, seus escritos de conclusões. Durante 1998 e 1999, Lucilo Benítez, Alberto Buenaventura Cantero, Juan Aniceto Ramírez, Camilo Almada Morel, Pastor

Milciades Coronel e Agustín Belotto Vouga apresentaram seus respectivos escritos de conclusões.

61.104 Em 2 de julho de 1998, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno ordenou a captura de Eusebio Torres e, em 27 de março de 2002, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três declarou a "revelia".

61.105 Em 1º de setembro de 1999, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno considerou, *inter alia*, que "é fácil concluir que, conforme o regime político policial imperante na época dos fatos, [...] a Pastor Milciades Coronel é atribuída a qualificação de instigador, tendo em conta sua notória e conhecida função de "temível" chefe do Departamento de Investigações daquela época". E resolveu, *inter alia*:

Qualificar a conduta delitativa do processado Pastor Milciades Coronel dentro do artigo 30 [instigador] do Código Penal vigente e dos processados Alberto Buenaventura Cantero Cañete, Camilo Almada Morel, Nicolás Lucilo Benítez, Agustín Belotto Vouga e Juan Aniceto Martínez, dentro das disposições do artigo 31 [cumplicidade] do Código Penal vigente, em concordância com o artigo 105 inciso 2 [a pena do homicídio doloso poderá ser aumentada até 25 anos] e o artigo 67 [marcos penais em caso de circunstâncias atenuantes especiais] do Código Penal vigente.

Condenar [...] Pastor Milciades Coronel [...] à pena privativa de liberdade pelo prazo de 25 (vinte e cinco) [anos], a qual cumprirá em seu atual lugar de reclusão penitenciária até o dia 22 de novembro do ano de 2014, data na qual terá computada sua pena, e igualmente os acusados Alberto Buenaventura Cantero Cañete, Camilo Almada Morel, Nicolás Lucilo Benítez, Agustín Belotto Vouga e Juan Aniceto Martínez, a sofrer, individualmente cada um dos nomeados, pena privativa da liberdade pelo prazo de 12 (doze) anos 6 (seis) meses, a qual cumprirão no atual lugar de reclusão penitenciária, até o dia 22 de maio de 2002 [...]

Declarar os condenados, citados precedentemente, civilmente responsáveis pelos fatos cometidos. [...]

61.106 Em 10 de setembro e 29 de dezembro de 1999 e em 9 de agosto de 2000, Alberto Buenaventura Cantero e Lucilo Benítez, Camilo Almada Morel, Juan Aniceto Martínez, e Pastor Milciades Coronel apelaram e alegaram, respectivamente, a nulidade da sentença. Em 25 de outubro de 1999, o senhor Alberto Buenaventura Cantero desistiu expressamente do recurso de apelação e nulidade interposto e solicitou sua liberdade condicional.

61.107 Em 20 de julho de 2000, a Sala Penal da Corte Suprema de Justiça concedeu a liberdade condicional a Agustín Belotto Vouga.

61.108 Em 19 de novembro de 2002, a Segunda Sala do Tribunal de Apelação Criminal "avocou os autos para resolver".

61.109 Em 22 de junho de 2004, a Primeira Sala do Tribunal de Apelações Criminal considerou a renúncia dos recursos de apelação interpostos em 1º de setembro de 1999 pelo condenado Lucilo Benítez e pelo denunciante Julio Darío Ramírez Villalba. Além disso, declarou extinta a ação penal em relação ao condenado Pastor Milciades Coronel "por ter ocorrido seu óbito".

Ações dirigidas a uma eventual extradição de Alfredo Stroessner Matiauda dentro do processo penal iniciado no caso dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba

61.110 Em 22 de janeiro de 1993, o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, a pedido da Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno, remeteu a este cópia certificada do Tratado de Extradicação entre o Paraguai e o Brasil e afirmou que o processo jurídico-legal de Alfredo Stroessner no Brasil foi tramitado na esfera do Ministério de Justiça daquele país, onde os antecedentes permaneciam em "pasta reservada". Ademais, informou que "o Ministério de Relações Exteriores brasileiro ha[via] recebido pouca informação a respeito, limitando-se à decisão do então Ministro de Justiça [...] concedendo asilo político ao ex-Presidente Stroessner" a partir de 24 de maio de 1989. Por último, afirmou que, de acordo com o relatório proporcionado pela Embaixada do Paraguai no Brasil, o asilo havia sido concedido pelo prazo de quatro anos, os quais se cumpriam em 1993.

61.111 Em 4 de agosto de 1993, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno decretou a prisão preventiva, com fins de extradição, de Alfredo Stroessner, devido ao fato de que "exist[iam] indícios suficientes de responsabilidade contra o processado [...] tendo em consideração a circunstância de ter o mesmo sido informado detalhadamente das operações de repressão executadas pelos organismos policiais e militares".

61.112 Em 16 de fevereiro de 2001, o denunciante solicitou que, já que consideravam reunidos todos os requisitos necessários para conseguir a extradição de Alfredo Stroessner, fosse expedido ofício e carta rogatória de extradição ao Brasil contra ele. Esse pedido foi reiterado em 6 de março e 29 de maio de 2001. O Ministério Público realizou o mesmo pedido em 23 de março de 2001.

61.113 Em 7 de março de 2001, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três solicitou ao Ministério de Relações Exteriores que informasse sobre a situação jurídica do acusado Alfredo Stroessner Matiauda, em sua condição de asilado político no Brasil.

61.114 Em 5 de junho de 2001, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três, a cargo do juiz Carlos Escobar, resolveu pedir a extradição de Alfredo Stroessner, nos seguintes termos:

Que, depois da análise da documentação apresentada aos autos e do resultado das investigações, por A.I. nº 67 de 15 de janeiro de 1993, a Vara resolveu ampliar o inquérito correspondente à averiguação dos fatos de sequestro, privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, torturas e duplo homicídio por parte de ALFREDO STROESSNER MATIAUDA. Além disso, foram expedidas medidas cautelares e provisórias consistentes na detenção preventiva do acusado e no embargo de igual caráter, a fim de assegurar que o acusado seja colocado à disposição da Vara e o êxito do procedimento. [...]

Que [...] obra no A.I nº 2351 de novembro de 1993, de modo que a Vara, em atenção ao estado atual da causa e aos elementos de juízo agregados a este processo, à valoração processual, conforme as regras da crítica são do julgador e as disposições de nossos códigos de mérito e de forma, procede a qualificar os delitos atribuídos ao processado ALFREDO STROESSNER MATIAUDA, deixando-os incursos dentro das disposições dos Art. 274, 278, 334 e 337 do Código Penal anterior, em concordância com os art. 36 inc. 3 e 47 do mesmo corpo legal, artigos que tipificam os fatos puníveis de SEQUESTRO, PRIVAÇÃO ILEGÍTIMA DE LIBERDADE, ABUSO DE AUTORIDADE, TORTURA e DUPLO HOMICÍDIO, os quais têm caráter ordinário e comum, correspondente à LEGISLAÇÃO e FORO ORDINÁRIO; estas figuras puníveis, tipificadas nos artigos presentes, têm expectativas de penas que superam um ano de pena privativa de liberdade e ainda não foi operada sua prescrição.

Que esta Vara, diante da certeza de que o fugitivo ALFREDO STROESSNER MATIAUDA se encontra em território brasileiro, em 7 de março de 2001, por meio do ofício nº 35, dirigido ao Ministério de Relações Exteriores...solicitou a essa pasta que se informe à

Vara sobre a situação jurídica do acusado fugitivo, em sua condição de asilado político na República Federativa do Brasil. [...]

Que deste valor indiciário se deduz a incriminação do acusado ALFREDO STROESSNER MATIAUDA como autor intelectual ou moral dos fatos criminosos que custaram a vida dos irmãos RODOLFO FELICIANO RAMÍREZ VILLALBA e BENJAMÍN DE JESÚS RAMÍREZ VILLALBA, em 21 de setembro de 1976. Por outro lado, destaca-se igualmente a análise das comunicações documentais efetuadas entre os acusados PASTOR MILCIADES CORONEL, BENITO GUANES SERRANO e ALFREDO STROESSNER, este último em qualidade de instrutor.

Que o mecanismo legal previsto para este tipo de situação, apesar de que, no caso que nos ocupa, o processado fugitivo da justiça paraguaia ainda não foi detido em território nacional, como tampouco em território estrangeiro, é o instituto da EXTRADIÇÃO. Cabe uma análise de se o Estado paraguaio, através deste Juízo, encontra-se em condições de solicitar a extradição e reunir os requisitos exigidos pelo tratado vigente entre aqueles países e as leis regulamentares.

Que, de acordo com o anterior, menciona-se, em primeiro lugar, que a extradição é um ato de soberania, de um pronunciamento em virtude do qual o Estado respectivo, nos países onde impera este sistema, e através do Poder Judiciário, dá cumprimento ao dever ou à obrigação moral, contraídos com o propósito de cooperar, com as demais nações, na tarefa da repressão da delinquência e, ajustado às regras incluídas nos tratados que possam ter celebrado sobre o particular, às disposições de suas próprias leis ou aos princípios do Direito Internacional. Mas tais decisões não possuem resoluções de nenhum tipo sobre absolvição, ou resolução condenatória, posto que, quando se nega ou se concede uma extradição, não se absolve nem se condena, em razão de que a extradição não é uma pena.

Que, por isso, é prática sumamente corrente entre as nações ter acesso a pedidos de extradição, que é o que se conhece como extradição condicional, por conceder-se sob determinadas condições, como as de que a uma pessoa entregue não se aplicará a pena de morte ou não se julgará por outro delito a não ser aquele para o qual se concedeu a extradição. Tais condições se encontram, muitas vezes, nos tratados ou nas leis. [...]

Que, com efeito, o tratado de extradição foi devidamente assinado e ratificado pelos governos de Brasil e Paraguai, fazendo parte do ordenamento jurídico de ambas as nações desde 1925. Portanto, o mencionado tratado rege em matéria de extradição. [...]

Que os fatos delitivos que se atribuem ao acusado ALFREDO STROESSNER MATIAUDA são os de SEQUESTRO, PRIVAÇÃO ILEGÍTIMA DE LIBERDADE, ABUSO DE AUTORIDADE, TORTURAS e DUPLO HOMICÍDIO, previstos e punidos pelos Art. 274, 278, 334 e 337 do Código Penal anterior, em concordância com os Art. 36 inc. 3 e 47 do mesmo corpo legal, fatos puníveis que são de natureza COMUM e EXTRADITÁVEL, dadas as penas que corresponderiam ao acusado em caso de uma eventual condenação, cumprimento da garantia de juízo prévio.

Que o sequestro seja condenado pelo Art. 7 do Pacto de San José de Costa Rica, proclamando os Art. 1 e 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos à liberdade e igualdade dos humanos; a PRIVAÇÃO ILEGÍTIMA DE LIBERDADE tem menção no Art. 7 a 9 da Declaração dos Direitos do Homem de 1789, nos artigos 5 e 7 do Pacto San José de Costa Rica, nos Art. 59 a 64 da Constituição Nacional e no Art. 274 do Código Penal anterior, prevendo este último uma pena de três a seis meses de detenção; a DETENÇÃO INDEVIDA e o ABUSO DE AUTORIDADE pelo Art. 278, idêntico corpo legal, com uma pena igual à do Art. 274, além de suspensão de até seis meses; a TORTURA aparece condenada pelo Art. 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo Art. 5 do Pacto San José de Costa Rica e pelo Art. 65 da Constituição Nacional,

existindo igualmente uma Convenção Interamericana sobre Tortura, Lei 56/89, que em seu Art. 3 a 5 estabelece a responsabilidade penal dos autores pelo delito de tortura; o HOMICÍDIO pelo Art. 4 do Pacto de San José de Costa Rica e pelo Art. 334 do Código Penal anterior, estabelecendo este último uma pena de seis a doze anos de detenção; o HOMICÍDIO QUALIFICADO pelo Art. 337, com pena de quinze a vinte e cinco anos de detenção. Nesse sentido, o Art. 10 do Tratado de Extradução de 1992 diz: "a extradição ou a detenção provisória não terá lugar: 1. Quando a pena máxima aplicável ou já aplicada for menor de um ano, compreendidas a tentativa e a cumplicidade; 2: Quando, pelo mesmo fato, o indivíduo cuja extradição se pede se encontre processado ou já tenha sido condenado ou absolvido no país requerido; quando a infração ou pena estiver presente segundo a lei do país requerente, perante tribunal ou juízo de exceção; 5: quando a infração for de natureza militar ou política, contra a religião ou de imprensa. No entanto, sua alegação de fim ou motivo político não impedirá a extradição se o fato constituir um delito comum, mas o fim ou motivo político não concorrerá para agravar a pena. [...]"

Que devemos destacar que a ação penal não se encontra prescrita nem extinta, a pessoa reclamada não pode ser considerada inimputável e o Poder Judiciário paraguaio se encontra em condições de conceder amplas seguranças ao requerido, com as garantias de um devido processo, permitindo ao mesmo o pleno exercício do direito à defesa, condições que tornam viável solicitar a extradição do acusado. [...]"

Que, conseqüentemente, conclui-se que se encontram cumpridos todos os requisitos essenciais para a viabilidade de um pedido de extradição: existência do tratado de extradição, ratificado e assinado entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil; o decreto de detenção e inclusive o de prisão com fins de extradição do réu STROESSNER MATIAUDA; conduta do acusado qualificada, segundo registros nos autos, estes fatos puníveis são de natureza comum e os mesmos não estão prescritos, encontrando-se o inquérito instruído em pleno trâmite. [...]"

RES[OLVEU]:

SOLICITAR a EXTRADIÇÃO do acusado revel ALFREDO STROESSNER MATIAUDA, de nacionalidade paraguaia, nascido em 3 de novembro de 1912, na cidade de Encarnación, casado, maior de idade, filho de HUGO STROESSNER e de HERIBERTA MATIAUDA, com documento de identidade nº V082094-T e carnê nº 0387H8-SPMAF/SR/DF, expedido em 8 de junho de 1993, sobre quem pesa atualmente ordem de prisão preventiva e que reside atualmente em Brasília, República Federativa do Brasil. Acompanham os requisitos exigidos pelo Tratado de Extradução, em vigência entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, para seu envio, pelas vias competentes, ao Supremo Tribunal Federal, competente em jurisdição e matéria.

REMETER ao Ministério de Relações Exteriores da República do Paraguai a carta rogatória pertinente, através da Corte Suprema de Justiça, com prévia tradução à língua oficial do país requerido, a fim de que, por via diplomática, proceda ao envio dos documentos pertinentes ao Supremo Tribunal Federal da República Federativa do Brasil.

ANOTAR, registrar, notificar e remeter cópia à EXCELENTÍSSIMA CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA.

No mesmo dia, essa Vara Penal remeteu ao Ministério de Relações Exteriores a carta rogatória para que procedesse ao envio dos documentos pertinentes ao Supremo Tribunal Federal do Brasil e expedisse carta rogatória ao Supremo Tribunal Federal do Brasil para que este procedesse à extradição e solicitou "seu pronto diligenciamento".

61.115 Em 7 de setembro de 2001, o denunciante solicitou que, em vista da decisão de 5 de junho de 2001, fosse remetida carta rogatória de extradição contra Alfredo Stroessner, o

que reiterou em 16 de novembro de 2001. Em 7 de maio de 2002, o denunciante pediu que fosse expedido um ofício ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai para que informasse se havia remetido o pedido de extradição às autoridades brasileiras e, em caso afirmativo, informasse a situação em que se encontravam os trâmites respectivos no Brasil. Este pedido foi reiterado em 30 de agosto de 2002, nos mesmos termos.

61.116 Em 29 de novembro de 2001, a mencionada Vara Penal expediu ofício ao Supremo Tribunal Federal do Brasil e o enviou ao Presidente da Corte Suprema de Justiça do Paraguai para que, por sua vez, este o remetesse às autoridades brasileiras, de acordo com as normas do Tratado de Extradicação de Direito Penal de 1992 e a Lei Brasileira nº 6815, de 19 de agosto de 1980.

61.117 Em 9 de setembro de 2002, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três expediu ofício ao Ministério de Relações Exteriores do Paraguai, mediante o qual solicitou que informasse se o pedido de extradição de Alfredo Stroessner feito ao Brasil havia sido, ou não, remetido à justiça brasileira, e o estado atual em que se encontravam os trâmites de extradição.

61.118 Em 22 de junho de 2004, o Tribunal de Apelação Criminal de Primeira Instância declarou "mal concedido" os recursos de apelação e nulidade interpostos pela defesa de Stroessner contra a decisão da Vara Penal que rejeitou o pedido de reconhecimento de personalidade do profissional em direito como defensor desse processado, considerando que "mal pode nenhum representante do réu revel solicitar diligências ou acolher-se a benefícios que concede a lei sem cumprir o requisito de colocar-se à disposição da autoridade judicial", a qual "não devia conceder os recursos interpostos".

61.119 Não consta na documentação apresentada à Corte se os pedidos de extradição foram efetivamente remetidos às autoridades brasileiras nem, em caso afirmativo, a situação em que se encontrariam estes trâmites no Brasil. Não obstante isso, em sua contestação da demanda, o Estado manifestou que, a respeito de "Alfredo Stroessner, beneficiado com o asilo político no Brasil, existe um pedido de extradição em trâmite perante a justiça da República Federativa do Brasil".

61.120 No momento da emissão da presente sentença, seis dos acusados haviam sido detidos e condenados. Destes, Pastor Milciades Coronel havia morrido. A sentença se encontra transitada em julgado em relação a Alberto Buenaventura Cantero, que desistiu do recurso de apelação que havia interposto e solicitou sua liberdade provisória, e Agustín Belotto Vouga, a quem havia sido concedida liberdade condicional. Por sua vez, as defesas de Lucilo Benítez, Camilo Almada Morel e Juan Aniceto Martínez apresentaram recursos de apelação e nulidade contra a sentença condenatória, os quais se encontram pendentes perante o Tribunal de Apelações Criminal, Primeira Sala, que ainda não havia proferido sentença. Por outro lado, o inquérito continuava aberto em relação a Alfredo Stroessner Matiauda, declarado "revel", Sabino Augusto Montanaro, que se encontrava asilado em Honduras e cuja ordem de detenção não havia sido executada, e Eusebio Torres, declarado "revel". É de conhecimento público que o acusado Alfredo Stroessner Matiauda faleceu em 16 de agosto de 2006, na cidade de Brasília, Brasil.

Fatos posteriores a 1989

61.121 Em 22 de dezembro de 1992, foram revelados uma série de documentos que posteriormente constituiriam o Centro de Documentação para a Defesa dos Direitos Humanos, melhor conhecido como o "Arquivo do Terror", o qual é uma das fontes de provas mais importante e inegável dos graves abusos cometidos durante a ditadura do General

Stroessner. Esses documentos retratam um panorama do regime de Stroessner e contêm provas abundantes de violações dos direitos humanos, incluindo a detenção arbitrária, a tortura, as execuções extrajudiciais e os desaparecimentos, bem como a cooperação internacional repressiva.⁴³

61.122 Em 20 de junho de 1992, foi promulgada a nova Constituição Nacional do Paraguai, a qual derogou a Constituição de 25 de agosto de 1967 e a emenda a esta de 25 de março de 1977.⁴⁴

61.123 Em 12 de setembro de 1996, o Estado promulgou a Lei nº 838/96 para "indenizar as vítimas de violações de direitos humanos durante a ditadura de 1954 a 1989, a saber, os desaparecimentos forçados, as execuções extrajudiciais ou sumárias, a tortura e a detenção arbitrária."⁴⁵

61.124 Em 6 de outubro de 2003, o Estado aprovou a Lei nº 2225, "através da qual se cria a Comissão da Verdade e Justiça" para "investigar fatos que constituem ou possam constituir violações aos direitos humanos cometidos por agentes estatais ou paraestatais entre maio de 1954 até a promulgação da Lei", em especial sobre: a) desaparecimentos forçados; b) execuções extrajudiciais; c) torturas e outras lesões graves; d) exílios; e e) outras graves violações de direitos humanos.⁴⁶

Representação dos familiares das supostas vítimas perante a jurisdição interna e o sistema interamericano de proteção de direitos humanos

61.125 Os familiares das supostas vítimas realizaram várias gestões, tanto perante as autoridades nacionais, quanto no âmbito dos processos penais, para determinar o paradeiro de seus entes queridos. Foram representados por vários advogados e foram apoiados pelo Comitê de Igrejas Para Ajuda de Emergência (CIPAE) e por *Global Rights* na jurisdição interna e perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

IX

A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO NO CONTEXTO DO PRESENTE CASO

62. O presente caso possui uma particular transcendência histórica: os fatos ocorreram em um contexto de prática sistemática de detenções arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos, perpetrados pelas forças de segurança e inteligência da ditadura de Alfredo Stroessner, no marco da Operação Condor, cujas características e dinâmica foram esboçadas nos fatos provados (pars. 61.1 a 61.14 *supra*). Isto é, os graves fatos se enquadram no caráter flagrante, massivo e sistemático da repressão a que foi submetida a população em escala interestatal, pois as estruturas de segurança estatais foram coordenadamente desencadeadas contra as nações, em âmbito transfronteiriço, por parte dos governos ditatoriais envolvidos.

⁴³ Cf. declaração juramentada prestada pelo perito Alfredo Boccia Paz, *supra* nota 12; *Es mi informe*, nota 11 *supra*, págs. 25-30, e livro *Testimonio contra el Olvido; Reseña de la Infamia y el Terror*, nota 11 *supra*.

⁴⁴ Cf. Constituição Nacional da República do Paraguai.

⁴⁵ Cf. Lei nº 838 "Que indeniza as vítimas de violações de direitos humanos durante a ditadura de 1954 a 1989" de 12 de setembro de 1996 (expedientes de anexos à demanda, anexo 5, folhas 6130, 6131 e 6133).

⁴⁶ Cf. Artigo 3 da Lei 2225/03, "Através da qual se cria a Comissão da Verdade e Justiça" de 6 de outubro de 2003 (expedientes de anexos à demanda, anexo 5, folhas 6133 e 6136).

63. A Corte considerou adequado abrir o presente capítulo, por considerar que o contexto em que ocorreram os fatos impregna e condiciona a responsabilidade internacional do Estado, em relação à sua obrigação de respeitar e garantir os direitos consagrados nos artigos 4, 5, 7, 8 e 25 da Convenção, tanto nos aspectos reconhecidos por aquele quanto nos que estão por determinar-se nos próximos capítulos relativos ao mérito e às eventuais reparações.

64. Segundo foi indicado (pars. 61.5, 61.6 e 61.9 *supra*), durante a década de setenta, uma maioria de regimes ditatoriais detinha o poder na região e compartilhavam a “doutrina de segurança nacional” como suporte ideológico, o que permitiu que a repressão contra pessoas consideradas como “elementos subversivos” adquirisse um caráter transfronteiriço através da Operação Condor. Este é o nome chave que foi dado à “aliança das forças de segurança e serviços de inteligência” das ditaduras do Cone Sul. No Paraguai, o Departamento de Inteligência Militar foi responsável pela coordenação da Operação Condor e o Departamento de Investigações da Polícia se encarregava da função operacional.

65. A esse respeito, tribunais nacionais da Argentina, Chile e Espanha, entre outros, que iniciaram causas penais contra pessoas envolvidas na Operação Condor, caracterizaram o desenvolvimento da mesma em termos similares. Por exemplo, esta operação foi qualificada como uma “relação ilegítima estabelecida entre governos e serviços de inteligência” dos distintos países, distinta de outros fenômenos de perseguição política colocados em prática no continente nas décadas de 1970 e 1980, em razão do elemento da cooperação que existia entre aqueles, o que lhes permitiu “realizar operações de inteligência e militares fora da competência territorial”.⁴⁷ Além disso, esta “organização delinquente [...] fomentada pelas próprias estruturas institucionais” tinha por finalidade “alcançar uma série de objetivos político-econômicos que reafirmassem as bases da conspiração e conseguir instaurar o terror nos cidadãos”.⁴⁸ Nesse sentido, considerou-se a Operação Condor como “uma espécie de ‘internacional do terror’ [ou uma] ação criminal terrorista organizada e coordenada no interior e no exterior”.⁴⁹ Inclusive, afirmou-se que esta “organização criminal político-militar de âmbito internacional” estava dirigida “contra a ordem constitucional de cada um dos Estados membros, ao coordenar ações dirigidas a suprimir e/ou manter a supressão -no território de cada um deles- das instituições representativas, tendo apoiado para isso, de maneira recíproca, a continuidade de regimes usurpadores [...] sustentada pelo poder exercido por autoridades hierárquicas militares, civis e policiais dos países que teriam integrado a mesma”.⁵⁰

66. A Corte considera que a preparação e execução da detenção e posterior tortura e desaparecimento das vítimas não teriam podido ocorrer sem as ordens superiores das chefias de polícia, de inteligência e mesmo do Chefe de Estado daquela época, ou sem a

⁴⁷ Cf. Sala I da Câmara Federal, Resolução sobre o Plano Condor de 23 de maio de 2002, Causa nº 33714 “Videla, Jorge R. s/processamento”, Juízo 7 - Secretaria 14, Buenos Aires, Argentina, Vistos e considerando 11, par. 2.

⁴⁸ Cf. Juízo Central de Instrução número cinco, Audiência Nacional da Espanha, Auto pelo qual se amplia o processamento de A. Pinochet Ugarte e se ratifica a prisão provisória do processado, bem como as ordens internacionais de detenção, de 16 e 18 de outubro de 1998. Procedimento: Inquérito 19/97-J Peça Separada III. Chile-Operação Condor, 30 de abril de 1999, Madri, pág. 2.

⁴⁹ Cf. Juízo Central de Instrução número cinco, Audiência Nacional da Espanha, Processamento de Miguel Angel Cavallo. Procedimento: Inquérito 19/97. Delito Terrorismo e Genocídio, 1º de setembro de 2000, Madri, págs. 17, 18 e 146.

⁵⁰ Cf. Ordem de detenção com fins de extradição do ex-Presidente da Bolívia Hugo Banzer, Secretaria nº 14, a cargo do Dr. Oscar Isidro Aguirre, pertencente ao Juízo Nacional Criminal e Correccional Federal nº 7, Argentina, 26 de dezembro de 2001, Causa nº 13.445/1999, “Videla Jorge Rafael e outros s/ Privação Ilegal da Liberdade Pessoal”, Considerando pars. 11 e 10, ponto 10, inciso h, par. 3.

colaboração, aquiescência e tolerância, manifestadas em diversas ações realizadas de forma coordenada ou concatenada, de membros das polícias, serviços de inteligência e inclusive diplomatas dos Estados envolvidos. Os agentes estatais não apenas faltaram gravemente com seus deveres de prevenção e proteção dos direitos das supostas vítimas, consagrados no artigo 1.1 da Convenção Americana, mas utilizaram a investidura oficial e recursos outorgados pelo Estado para cometer as violações. Como Estado, suas instituições, mecanismos e poderes deveriam funcionar como garantia de proteção contra a ação criminal de seus agentes. Não obstante, verificou-se uma instrumentalização do poder estatal como meio e recurso para cometer a violação dos direitos que deveriam respeitar e garantir, executada mediante a colaboração interestatal indicada. Isto é, o Estado se constituiu em fator principal dos graves crimes cometidos, configurando-se uma clara situação de "terrorismo de Estado".

67. No Paraguai, esta situação foi reconhecida em uma convergência de decisões adotadas pelos três poderes do Estado. Tanto o Poder Executivo reconheceu a responsabilidade internacional do Estado neste foro internacional quanto, anteriormente, seus poderes Legislativo e Judicial.

68. Assim, em 12 de setembro de 1996, o Poder Legislativo do Estado promulgou a Lei nº 838/96 para indenizar as vítimas das violações de direitos humanos por questões políticas ou ideológicas, ocorridas durante a ditadura.⁵¹ Nessa mesma linha, em 6 de outubro de 2003, o Estado aprovou a Lei nº 2225, "através da qual cria a Comissão da Verdade e Justiça", para "investigar fatos que constituem ou possam constituir violações aos direitos humanos cometidos por agentes estatais ou paraestatais entre maio de 1954 até a promulgação da Lei e recomendar a adoção de medidas para evitar que aqueles se repitam, para consolidar um estado democrático e social de direito com plena vigência dos direitos humanos e para fomentar uma cultura de paz, de solidariedade e de concordância entre os paraguaios".⁵² Essas leis refletem uma vontade de investigar e reparar determinadas consequências prejudiciais que o Estado reconhece como graves violações de direitos humanos, perpetradas de forma sistemática e generalizada. Deve-se reconhecer, neste mesmo sentido, que o Estado tenha se absterido de aprovar leis de anistia e que reconheceu, em sua própria Constituição Nacional de 1992, a não aplicação da prescrição aos crimes contra a humanidade.

69. Por outro lado, no âmbito do Poder Judiciário, alguns trechos da sentença de 17 de abril de 2000, da Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Um, proferida em primeira instância no processo penal aberto em relação ao caso de Carlos José Mancuello (par. 61.88 *supra*), dão uma ideia do alcance da participação e responsabilidade de altos mandatários do Governo da época na comissão dos delitos que se atribuíam a alguns dos processados:

[...] os comentários oferecidos a esta Magistratura pelas testemunhas dos autos, que tiveram relatórios extraoficiais de que Carlos Mancuello Bareiro, Amilcar Oviedo e os irmãos Ramírez Villalba haviam sido assassinados, atribuindo ao Presidente Stroessner a ordem, e a funcionários do Departamento de Investigações a execução da mesma.

⁵¹ O artigo 2 da Lei nº 838 estabelece que: "as violações de direitos humanos por questões políticas ou ideológicas, que serão indenizadas por meio desta Lei, são as seguintes: a) Desaparecimento forçado de pessoas; b) Execução sumária ou extrajudicial; c) Tortura com seqüela física e psíquica grave e manifesta; e d) Privação ilegítima da liberdade, sem ordem de autoridade competente, ou em virtude de processo ou condenação por aplicação das Leis nº 294, de 17 de outubro de 1955 e nº 209, de 18 de setembro de 1970, por mais de um ano".

⁵² A Comissão da Verdade estaria encarregada de investigar, em especial: a) desaparecimentos forçados; b) execuções extrajudiciais; c) torturas e outras lesões graves; d) exílios; e e) outras graves violações de direitos humanos. Cf. Artigo 3 da Lei 2225/03, "através da qual se cria a Comissão da Verdade e Justiça" de 6 de outubro de 2003 (expedientes de anexos à demanda, anexo 5, folhas 6133 e 6136).

[N]esta ocasião, por ordem direta de PASTOR CORONEL, se fez constar a suposta fuga dos mencionados detidos do Depto. de Investigações no livro de novidades [...], quando em realidade os fatos aconteceram principalmente do modo anteriormente indicado [...] essa era uma prática comum utilizada para fazer ver e encobrir os desaparecimentos dos detidos que eram executados, ato que entre os presos foi chamado de 'lei de fuga'.

Nesse contexto, a Vara, ao considerar como provados os fatos de que, no dia 25 de novembro de 1974, Carlos José Mancuello Bareiro foi privado ilegitimamente de sua liberdade, com abuso de autoridade, por parte de funcionários policiais, trasladando-o a dependências policiais, especificamente ao Departamento de Investigações da Polícia da Capital, tudo isso sem ordem de autoridade judicial competente; uma vez ali, foi submetido a torturas físicas e psicológicas, desaparecendo por um longo tempo, sem que ninguém pudesse dar sinais comprovados de seu estado ou do seu paradeiro, desde o dia 21 de setembro de 1976, tendo estado detido por aproximadamente um ano e dez meses, em caráter de preso político, em uma cela apertada, compartilhada com Amilcar Oviedo e os irmãos Ramírez Villalba, Rodolfo e Benjamín, tendo sido proporcionado a eles um "tratamento especial", algemados e acorrentados durante todo o dia, livres apenas durante a madrugada quando podiam tomar banho, e à disposição "única e exclusiva" dos designios do Presidente Alfredo Stroessner e do acusado Pastor Miliciades Coronel. [...]

"Alfredo Stroessner assume o poder em 1954 e em seguida, no ano seguinte, consegue que os representantes aprovem a lei nº 294/55 de "Defesa da democracia", entenda-se da "democracia stronista", isto é, do modelo de governo representado por ele e onde qualquer tentativa "de suplantar total ou parcialmente a organização democrática republicana da nação, pelo sistema comunista ou qualquer outro regime totalitário "será considerado delito (Art.1).

Como se vê, os rostos dos "inimigos" da sociedade nessa época eram outros. A guerra fria "entre o bloco ocidental e o soviético, operando depois da segunda guerra mundial, também chegou ao sul da América, através das estratégias da "doutrina da segurança nacional", emanada dos Colégios de Guerra estadunidenses (Panamá e Porto Rico) e subsidiariamente da "Escola de Guerra" brasileira, de onde Stroessner (casualmente) era graduado.

Anos mais tarde, o Poder Executivo decreta a Lei nº 238/60, pela qual se reforma o capítulo III da parte especial do Código Penal, o qual entrou em vigor, com algumas modificações introduzidas pelo parlamento, agravando ostensivamente as penas atribuídas aos delitos contra a segurança interna do Estado: Rebelião, Sedição, Motim e Revolta; estabelecendo penas de prisão para tais delitos.

Então, o "inimigo" já não era subversivo ou comunista, mas qualquer dissidente político da democracia stronista.

Por último, em 1970, é promulgada a Lei nº 290/70 de "Defesa da Paz pública e liberdade das pessoas", na qual se legisla sobretudo contra delitos sem vítimas, de personalidade objetiva, de periculosidade ou conduta de vida, e outras hipóteses que, de maneira particular, afetam a estabilidade da estrutura hierárquica do Estado e suas instituições.

Essas leis formaram parte do pacote penal que regeu a conduta dos paraguaios durante os 35 anos do regime militar. A política criminal estatal determinava a identidade entre: delinquente=antissocial=subversivo=comunista, estendendo, também, à criminalização das liberdades públicas como o direito de expressão, de reunião, de associação, de petição, de greve, de trânsito, e outros, censurando a liberdade de imprensa e descriminalizando certas atividades executivas de organismos governamentais que operavam com justificações privilegiadas". ("Política de la

Verdad" José Ignacio González Macchi, em "Casas de la Violencia". Pag. 38, Asunción, Paraguai, 1996).

Os critérios até aqui expostos não fazem esquecer a esta Magistratura a irrefutável realidade dos tempos dos regimes ditatoriais existentes na América Latina, que determinou penúrias em nosso país.

Desconhecimentos nefastos, por parte das autoridades públicas, de direitos inerentes e inalienáveis ao ser humano, em matéria de sequestros, torturas, desaparecimentos, e execuções que violavam extraordinariamente um sem número de Direitos Humanos Fundamentais, que naquela época eram matéria de esforços internacionais por seu reconhecimento e defesa.

Nesse sentido, é indubitável que na causa que nos ocupa nesta oportunidade, foi prejudicada totalmente a liberdade ambulatoria, de pensamento e de expressão das pessoas que simpatizavam com ideologias políticas diferentes à dos detentores do poder estatal, cujos princípios afrontavam, supostamente, o sistema de governo Democrático Representativo com base em um Estado de Direito, consagrado –ainda que apenas formalmente– nas Constituições de 1870 e posteriormente na de 1967; enquanto que, apesar delas, operava a Ditadura com perseguições, agressões e detenções ilegítimas, e outros delitos, desonrando e pisoteando a dignidade dos princípios promulgados na "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS" e na "DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM".

[...]

O plano de ação comum, no caso particular, consistia em averiguar, investigar ou obter a maior informação possível sobre as operações ou atividades "subversivas" dos membros do Exército Revolucionário Popular; nesse sentido, tácita ou expressamente, facultava-se aos funcionários policiais encarregados invadir e registrar domicílios, deter e interrogar pessoas suspeitas, torturá-las até extrair a "confissão", nos casos necessários, e até eliminar aqueles "elementos subversivos indomáveis". Especificamente, quanto a Carlos JOSÉ MANCUELLO BAREIRO, que supostamente junto com AMILCAR OVIEDO e os irmãos RODOLFO e BENJAMIN RAMIREZ VILLALBA, seriam os encarregados diretos de atentar contra a vida do Presidente da República, membros do Gabinete e representantes do Congresso da Nação, para cujo objeto recebiam apoio do E.R.P, através, dos contatos assumidos na cidade de La Plata, República Argentina, com o Dr. Agustín Goiburú, buscando terminar com o governo então imperante e apoderar-se do controle do país. O plano consistia em localizá-lo, detê-lo, interrogá-lo, torturá-lo se fosse necessário, e tentar dominá-lo.⁵³

70. Por sua vez, o auto de 7 de dezembro de 2000, que decreta a prisão preventiva dos processados Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro, para posteriormente pedir sua extradição (par. 61.75 *supra*), indica:

[...] existem indícios veementes da responsabilidade que liga os acusados Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro [...] ao sequestro e desaparecimento do Dr. Agustín Goiburú. Também se deve ter em conta a circunstância de que à época dos fatos se vivia no Paraguai uma ditadura, conforme declara a Lei nº 838/96 onde entende e declara que na época de Alfredo Stroessner Matiauda imperava um verdadeiro Terrorismo de Estado segundo o qual foram violados os direitos fundamentais do ser humano. [...]

O terrorismo organizado a partir do próprio Estado é uma forma de crime organizado ocorrida em vários países e, em especial, na América Latina, na qual os corpos de Polícias, Diplomatas, funcionários ou militares do governo de fato coordenaram e realizaram "tarefas de limpeza" e "voos especiais de morte". Este tipo de organização criminal inclusive chegou a se

⁵³ Cf. sentença de 17 de abril de 2000, proferida pelo Juízo Penal de Liquidação e Sentença Número Um (expediente de anexos à demanda, anexo 2.1, tomo I, folhas 112, 113 e 119).

transnacionalizar, tendo Agentes nos países limítrofes, como ocorreu nesta causa na qual o Cônsul paraguaio Francisco Ortiz Téllez, nomeado por decreto com a assinatura do ditador Alfredo Stroessner, atuava como Agente controlador e informante no país limítrofe com e entre os quais se planejaram e executaram inúmeros atos ilícitos, que incluíram homicídios, sequestros e torturas. A "Operação Condor" foi o nome chave dessa organização criminal internacional.⁵⁴

71. Da mesma forma, no auto proferido em 4 de agosto de 1993, pela Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno, decretou-se a prisão preventiva, com fins de extradição, de Alfredo Stroessner devido a que "exist[iam] indícios suficientes de responsabilidade contra o processado [...] levando em conta a circunstância de ser o mesmo informado detalhadamente sobre as operações de repressão executadas pelos organismos policiais e militares". Esta Vara considerou, ademais:

[...] Que a prova semi-plena da existência de um fato delitivo que mereça pena corporal se encontra corroborada em autos [...] neles, com efeito, encontra-se documentada a participação do ESMAGENFA nas supostas operações de repressão realizadas nos anos 70 sobre dirigentes e ativistas políticos de oposição ao governo imperante na época e igualmente nos relatórios periodicamente remetidos ao então Presidente da República e Comandante Chefe das Forças Armadas da Nação, dando conta das operações de perseguição, captura, apreensão e detenção de pessoas, sem ordem judicial alguma, em dependências do Departamento de Investigações da Polícia da Capital.

Que em relação aos indícios suficientes de responsabilidade na conduta de Alfredo Stroessner Matiauda a respeito da investigação em desenvolvimento através deste inquérito criminal, devemos mencionar que contra o mesmo foram apresentadas numerosas provas de indícios que demonstram o controle que tinha o governo sobre as atividades daquelas pessoas consideradas por eles perigosas. Há relatórios sobre um controle estrito das pessoas com relação às distintas atividades por elas cumpridas. O processado Alfredo Stroessner exercia pessoalmente uma dura repressão e um férreo controle sobre os sindicatos e estudantes opositores em seus domicílios ou em seus lugares de trabalho, isso conforme os memorandos agregados aos autos. Surge dos autos, também, que o Chefe de Investigações informava constantemente ao Presidente da República todas as atividades consideradas subversivas incluindo assim todos os âmbitos sociais do país. Durante a perpetração do suposto ilícito investigado nesta causa –ano setenta e seis- se encontra documentado o mecanismo de repressão e a falta de disponibilidade do direito constitucional da liberdade e da livre expressão das pessoas exercido ativamente pela população em geral, camponeses, trabalhadores e estudantes, pela Polícia da Capital, através do Departamento de Investigações, e pelo Exército, através do ESMAGENFA. Existem, a este respeito, indícios suficientes de responsabilidade contra o agora processado STROESSNER MATIAUDA tendo em conta a circunstância de ser o mesmo informado detalhadamente sobre as operações, sobre a repressão executada pelos organismos policiais e militares destacados. [...] ⁵⁵

72. A Corte observa que, em absoluta contradição com os principais fins e propósitos da organização da comunidade internacional, estabelecidos no âmbito universal na Carta de Nações Unidas⁵⁶ e regional, na Carta da OEA⁵⁷ e na própria Convenção Americana, durante

⁵⁴ Cf. decisão de 7 de dezembro de 2000 proferida pelo Juízo Penal de Liquidação e Sentença Número três (expediente de anexos à demanda, anexo 1.2, tomo I, folha 82 e anexo 1.3, tomo III, folha 2197).

⁵⁵ Cf. decisão judicial de 4 de agosto de 1993 proferida pelo Juízo de Primeira Instância Criminal de Quinto Turno (expediente de anexos à demanda, anexo 3.3, tomo IV, folhas 4530 e 4531).

⁵⁶ Os "povos das Nações Unidas resolvidos [...] a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas [...] a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito [...] possam ser mantidos". (Preâmbulo)

a década de setenta, os serviços de inteligência de vários países do Cone Sul do continente americano conformaram uma organização interestatal com fins criminosos, de articulação complexa, cujos alcances continuam sendo revelados hoje em dia. Isto é, ocorreu uma prática sistemática de "terrorismo de Estado" de âmbito interestatal.

73. Esta operação se viu favorecida pela situação generalizada de impunidade das graves violações dos direitos humanos que existia então, propiciada e tolerada pela ausência de garantias judiciais e pela ineficácia das instituições judiciais para enfrentar ou conter as sistemáticas violações de direitos humanos. Isso tem estreita relação com a obrigação de investigar os casos de execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras graves violações aos direitos humanos (pars. 80 a 85 e 111 a 122 *infra*).

X

ARTIGOS 4, 5 E 7 DA CONVENÇÃO AMERICANA, EM RELAÇÃO AO ARTIGO 1.1 DA MESMA (DIREITOS À VIDA, À INTEGRIDADE PESSOAL E À LIBERDADE PESSOAL)

*Alegações da Comissão*⁵⁸

74. Em relação ao artigo 5 da Convenção, a Comissão argumentou que os desaparecimentos forçados geram sofrimento e angústia aos familiares da vítima, além de um sentimento de insegurança, frustração e impotência diante da abstenção das autoridades públicas de investigar os fatos. A violação da integridade física e moral dos familiares é uma consequência direta, precisamente, do desaparecimento forçado. Os familiares das vítimas sofreram ao carecer de informação sobre o paradeiro de seus entes queridos e empreenderam esforços para obter justiça, conseguir que os responsáveis fossem punidos e que a sociedade paraguaia conhecesse a verdade sobre o ocorrido. Além disso, informou que os representantes haviam remetido informação à Comissão sobre cinco sobrinhos dos irmãos Ramírez Villalba, filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba, e solicitou que, no caso de ser demonstrada sua qualidade de parte lesada, fossem considerados como beneficiários pela Corte.

Alegações do Estado

75. Segundo foi indicado (par. 54 *supra*), o Estado não acatou as pretensões da Comissão quanto à violação do artigo 5 da Convenção, em detrimento dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba.

Considerações da Corte

76. O artigo 4.1 da Convenção dispõe que

⁵⁷ "Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência." (Artigo 1)

⁵⁸ Com base no reconhecimento estatal, este Tribunal não incluirá as alegações da Comissão Interamericana relativa à violação dos artigos 4, 5 e 7 da Convenção, em detrimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, os quais se afirmam no capítulo de "Introdução da causa" e se baseiam nos fatos reconhecidos. Por esta razão, apenas se incluem as alegações relativas à suposta violação do artigo 5 da Convenção, a respeito dos familiares das supostas vítimas, posto que o Estado não acatou esta pretensão.

[t]oda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

77. O artigo 5.1 e 5.2 da Convenção estabelece:

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

78. O artigo 7 da Convenção dispõe:

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.

2. Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.

3. Ninguém pode ser submetido a detenção ou encarceramento arbitrários.

4. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção e notificada, sem demora, da acusação ou acusações formuladas contra ela.

5. Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.

6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais. Nos Estados Partes cujas leis prevêm que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça, tal recurso não pode ser restringido nem abolido. O recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa. [...]

79. Sem prejuízo do mencionado anteriormente sobre o acatamento do Estado a respeito da violação dos artigos 4, 5 e 7 da Convenção, em razão das graves circunstâncias e do contexto em que aconteceram os fatos (pars. 46 a 49 *supra*), o Tribunal considera pertinente analisar e precisar certos aspectos relativos a estas violações. Nesse sentido, a Corte analisará: a) o reconhecimento do caráter continuado dos desaparecimentos forçados de pessoas; b) a responsabilidade internacional do Estado agravada pelos fatos ocorridos no âmbito da Operação Condor e pelas faltas à obrigação de investigá-los efetivamente; e c) a alegada violação do direito à integridade pessoal dos familiares das supostas vítimas.

a) *Reconhecimento do caráter continuado ou permanente dos desaparecimentos forçados de pessoas.*

80. Segundo foi indicado anteriormente (pars. 41, 48 e 49 *supra*), o Estado reconheceu a competência da Corte "para conhecer do presente caso", em razão de ter ratificado a Convenção e reconhecido a competência contenciosa da Corte. Mas além da questão processual e da competência formal da Corte, ao reconhecer sua responsabilidade, o Estado não se limitou a considerar os fatos como violações aos direitos à vida, liberdade e

integridade pessoais, mas expressamente as qualificou como desaparecimento forçado de pessoas de caráter continuado. Isso decorre claramente dos termos de seu acatamento pela violação dos artigos 4, 5 e 7 da Convenção, em prejuízo das vítimas, por seu "desaparecimento forçado até a presente data", bem como da referência que o Estado fez à competência do Tribunal para este caso, "em razão do disposto no artigo XIII da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas",⁵⁹ bem como no artigo III da mesma, o qual estabelece que este delito "será considerado continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima".

81. A Corte aprecia a boa-fé do Estado ao realizar seu acatamento. Além de contribuir para a definição de sua própria memória histórica, o Estado impulsiona assim a consolidação de uma perspectiva da comunidade internacional, e em particular do sistema interamericano, compreensiva da gravidade e do caráter continuado ou permanente e autônomo do delito de desaparecimento forçado de pessoas. A necessidade de tratar o desaparecimento forçado integralmente, como uma forma complexa de violação de direitos humanos, leva este Tribunal a analisar de forma conjunta os artigos 4, 5 e 7 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 da mesma, no presente capítulo.

82. A este respeito, em sua jurisprudência constante sobre casos de desaparecimento forçado de pessoas, a Corte reiterou que este constitui um fato ilícito que produz uma violação múltipla e continuada de vários direitos protegidos pela Convenção Americana e coloca a vítima em um estado de completa desproteção, gerando outros delitos conexos. A responsabilidade internacional do Estado se vê agravada quando o desaparecimento forma parte de um padrão sistemático ou de uma prática aplicada ou tolerada pelo Estado. Trata-se, em suma, de um delito de lesa humanidade que implica um crasso abandono dos princípios essenciais em que se fundamenta o sistema interamericano.⁶⁰ Apesar de a comunidade internacional ter adotado a primeira declaração e o primeiro tratado, empregando a qualificação de desaparecimento forçado de pessoas em 1992 e 1994, respectivamente, já na década de setenta o tema era analisado como tal no Direito Internacional dos Direitos Humanos e foi desenvolvido a partir da década de oitenta no âmbito do sistema de Nações Unidas.⁶¹ Por sua vez, no sistema regional interamericano se

⁵⁹ Este artigo estabelece que, "[p]ara os efeitos desta Convenção, a tramitação de petições ou comunicações apresentadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que se alegar o desaparecimento forçado de pessoas, estará sujeita aos procedimentos estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e nos Estatutos e Regulamentos da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, inclusive as normas relativas a medidas cautelares."

⁶⁰ Cf. *Caso Gómez Palomino*, nota 5 *supra*, par. 92; *Caso das Irmãs Serrano Cruz. Exceções preliminares*. Sentença de 23 de novembro de 2004. Série C Nº 118, par. 100 a 106; *Caso Molina Theissen. Reparações* (art. 63.1 Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Sentença de 3 de julho de 2004, Série C Nº 108, par. 41, e *Caso 19 Comerciantes*. Sentença de 5 de julho de 2004. Série C Nº 109, par. 142.

⁶¹ A criação do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, por meio da resolução 20 (XXXVI) de 29 de fevereiro de 1980, constitui uma atitude concreta de censura e repúdio generalizados, por uma prática que já havia sido objeto de atenção no âmbito universal por parte da Assembleia Geral (resolução 33/173 de 20 de dezembro de 1978), pelo Conselho Econômico e Social (resolução 1979/38 de 10 de maio de 1979) e pela Subcomissão de Prevenção de Discriminações e Proteção das Minorias (resolução 5 B (XXXII) de 5 de setembro de 1979). Os relatórios dos relatores ou enviados especiais da Comissão de Direitos Humanos mostram a preocupação pelo fim dessa prática, pelo aparecimento das pessoas afetadas e pela aplicação de sanções aos responsáveis" (*Caso Velásquez Rodríguez*. Sentença de 29 de julho de 1988. Série C Nº 4, par. 151. Em igual sentido, Cf. *Caso Godínez Cruz*, nota 60 *supra*, par. 159, e *Caso Fairén Garbí e Solís Corrales*. Sentença de 15 de março de 1989. Série C Nº 6, par. 146). Além disso, cabe citar as seguintes resoluções emitidas pela Assembleia Geral da ONU: Resolução 3450 (XXX), de 9 de dezembro de 1975, 30º período de sessões, relativa aos desaparecimentos no Chipre como resultado do conflito armado; Resolução 32/128, de 16 de dezembro de 1977, 32º período de sessões, propondo a criação de um órgão encarregado de investigar os desaparecimentos no Chipre "de forma imparcial, eficaz e rápida", e Resolução 33/173, de 20 de dezembro de 1978, 33º período de sessões, denominada "Pessoas desaparecidas", mediante a qual a Assembleia Geral expressou sua preocupação pelos "relatórios procedentes de diversas partes do mundo,

havia utilizado frequentemente esta qualificação para referir-se a esse conjunto de fatos e violações como um delito contra a humanidade.⁶² Inclusive, é caracterizado como tal pelo artigo 7(1)(i) do Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998, quando seja cometido como parte de uma prática generalizada ou sistemática contra os membros de uma população civil.⁶³ Esta caracterização do delito de referência foi reiterada no texto dos artigos 5 e 8 (1)(b) da Convenção Internacional de Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, aprovada em junho de 2006, pelo recém criado Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.⁶⁴

83. A necessidade de considerar integralmente o delito de desaparecimento forçado de forma autônoma e com caráter continuado ou permanente, com seus múltiplos elementos complexamente interconectados e fatos delitivos conexos, decorre não apenas da própria tipificação do referido artigo III na Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, dos *travaux préparatoires* a esta,⁶⁵ seu preâmbulo e normativa, mas também do artigo 17.1 da Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados de 1992, que inclusive agrega um elemento adicional, ligado ao dever de investigação, ao indicar que o delito de referência deve ser considerado “um crime continuado enquanto os seus autores continuarem a esconder o destino e o paradeiro das pessoas desaparecidas e estes fatos não ficarem esclarecidos”. A jurisprudência internacional reflete também este entendimento⁶⁶ e em termos similares se referem os artigos 4 e 8 (1)(b) da indicada Convenção Internacional das Nações Unidas na matéria.

em relação ao desaparecimento forçado ou involuntário de pessoas, em razão de excessos cometidos por autoridades encarregadas de fazer cumprir a lei, ou encarregadas da segurança, ou por organizações análogas”, bem como sua preocupação pelos “relatórios relativos às dificuldades para obter, das autoridades competentes, informação fidedigna sobre o paradeiro dessas pessoas”, e assinalou que existe um “perigo à vida, à liberdade e à segurança física dessas pessoas[,] resultante de que estas autoridades ou organizações persistem em não reconhecer que elas estão sob sua custódia, ou dar conta delas de alguma outra maneira”.

⁶² Cf. Resolução AG/RES. 666 (XIII-0/83) de 18 de novembro de 1983 e Resolução AG/RES. 742 (XIV-0/84) de 17 de novembro de 1984 da Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos. Ademais, Cf. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 1983-1984. Capítulo IV, pars. 8, 9 e 12 e Capítulo V, I.3, OEA/Ser.L/V/II.63 Doc. 10 de 28 de setembro de 1984; Relatório Anual de 1986-1987. Capítulo V.II, OEA/Ser.L/V/II.71 Doc. 9 rev. 1 de 22 de setembro de 1987; Relatório Anual de 1987-1988. Capítulo IV, OEA/Ser.L/V/II.74 Doc. 10 rev. 1 de 16 de setembro de 1988; Relatório Anual 1990-1991. Capítulo V, OEA/Ser.L/V/II.79, Doc. 12 Rev. 1 de 22 de fevereiro de 1991, e Relatório Anual de 1991. Capítulo IV, OEA/Ser.L/V/II.81 Doc. 6 Rev. 1 de 14 de fevereiro de 1992.

⁶³ Cf. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, aprovado em 17 de julho de 1998 pela Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas sobre o estabelecimento de uma Corte Penal Internacional, A/CONF.183/9.

⁶⁴ Cf. Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Projeto de Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados. 1º período de sessões, tema 4 do programa, A/HRC/1/L.2, 22 de junho de 2006.

⁶⁵ Cf. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos 1987-1988, Capítulo V.II. Este delito “é permanente porquanto se consuma não de forma instantânea, mas permanente e se prolonga durante todo o tempo em que a pessoa permanece desaparecida” (OEA/CP-CAJP, Relatório do Presidente do Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar o Projeto de Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, doc. OEA/Ser.G/CP/CAJP-925/93 rev.1, de 25.01.1994, p. 10).

⁶⁶ Cf. *European Court of Human Rights, Cyprus v. Turkey, judgment of 10 May 2001*, Application no. 25781/94, paras. 136, 150 and 158; Comitê de Direitos Humanos de Nações Unidas, *Caso de Ivan Somers v. Hungria*, Comunicação nº 566/1993, 57º período de sessões, CCPR/C/57/D/566/1993 (1996), 23 de julho de 1996, par. 6.3; *Caso de E. e A.K. v. Hungria*, Comunicação nº 520/1992, 50º período de sessões, CCPR/C/50/D/520/1992 (1994), 5 de maio de 1994, par. 6.4, e *Caso de Solorzano v. Venezuela*, Comunicação nº 156/1983, 27º período de sessões, CCPR/C/27/D/156/1983, 26 de março de 1986, par. 5.6.

84. Em definitivo, a Corte considera que, tal como decorre do preâmbulo da Convenção Interamericana indicada,⁶⁷ diante da particular gravidade destes delitos e da natureza dos direitos lesados, a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correlativo dever de investigá-los e punir seus responsáveis alcançou o caráter de *jus cogens*.

85. As considerações anteriores sobre o delito de desaparecimento forçado de pessoas obedecem, definitivamente, às necessidades de prevenção e proteção contra este tipo de atos. De tal maneira, o tratamento dos fatos do presente caso, nesta Sentença, como um conjunto de fatores que integram o desaparecimento forçado das vítimas, ainda que qualificados como violações aos direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, é conseqüente com o caráter continuado ou permanente daquele fenômeno e com a necessidade de considerar o contexto no qual ocorreram, analisar seus efeitos prolongados no tempo e enfocar integralmente suas conseqüências.

b) A responsabilidade internacional agravada do Estado pelos fatos ocorridos no âmbito da Operação Condor e pelas faltas à obrigação de investigá-los efetivamente

86. Como foi estabelecido nos fatos provados (pars. 61.15 a 61.50 *supra*), ao abandonar o Paraguai em 1959 e exilar-se na Argentina, a vigilância sobre o doutor Agustín Goiburú e sua família continuou. Vários documentos descobertos no "Arquivo do Terror" demonstram claramente que as ações levadas a cabo para sequestrá-lo foram de conhecimento das mais altas autoridades do país. Depois de ser sequestrado em Entre Ríos, Argentina, o doutor Goiburú teria estado privado de sua liberdade em um quartel da Força Aérea desse país, desde onde teria sido levado em avião a Formosa, e entregue às autoridades paraguaias em Puerto Falcon, para ficar a cargo do Departamento de Investigações. Por outro lado, as detenções dos senhores Carlos José Mancuello Bareiro e Benjamín Ramírez Villalba foram levadas a cabo por policiais do Departamento de Investigações do Paraguai e por policiais argentinos. Antes de desaparecerem, as vítimas foram submetidas a graves condições de detenção, intensos interrogatórios e torturas brutais, entre as quais destacam a aplicação de chicotadas com o chamado "teyuruquay" e a denominada "pileteada".

87. As detenções ilegais e arbitrárias, o sequestro, torturas e desaparecimentos forçados dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba foram produto de uma operação de inteligência policial, planejada e executada, de forma encoberta, por membros da polícia paraguaia, com o conhecimento e por ordens das mais altas autoridades do governo do General Stroessner e, ao menos nas fases prévias de planejamento das detenções ou sequestros, em estreita colaboração com autoridades argentinas. Isso é consistente com o *modus operandi* da prática sistemática de detenções ilegais, torturas e desaparecimentos forçados verificada na época dos fatos, no âmbito da Operação Condor (pars. 61.3 a 61.14 e 62 a 72 *supra*).

88. Ademais, foi verificada uma situação generalizada de impunidade das graves violações dos direitos humanos existente nessa época (pars. 61.2 a 61.4 e 73 *supra*), que condicionava a proteção dos direitos em questão. Nesse sentido, a Corte entende que da obrigação geral de garantir os direitos humanos consagrados na Convenção, contida no artigo 1.1 da mesma, deriva a obrigação de investigar os casos de violações do direito substantivo que deve ser amparado, protegido ou garantido. Assim, em casos de execuções

⁶⁷ CONSIDERANDO que o desaparecimento forçado de pessoas viola múltiplos direitos essenciais da pessoa humana, de caráter irrevogável, conforme consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, preâmbulo).

extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras graves violações aos direitos humanos, o Tribunal considerou que a realização de uma investigação *ex officio*, sem dilação, de maneira séria, imparcial e efetiva, é um elemento fundamental e condicionante para a proteção de certos direitos que são afetados ou anulados por essas situações, como os direitos à liberdade pessoal, à integridade pessoal e à vida.⁶⁸

89. Foi apenas depois de 1989, ao cair o regime ditatorial de Stroessner, quando se iniciaram as investigações em relação aos fatos do presente caso. Entretanto, as condições do país, sem importar o quão difíceis sejam, não liberam um Estado-parte da Convenção Americana de suas obrigações estabelecidas nesse tratado.⁶⁹ Ademais, o desaparecimento forçado supõe o desconhecimento do dever de organizar o aparato do Estado para garantir os direitos reconhecidos na Convenção e reproduz as condições de impunidade para que este tipo de fatos voltem a se repetir;⁷⁰ daí a importância de que aquele adote todas as medidas necessárias para evitar estes fatos, investigue e puna os responsáveis e, além disso, informe os familiares sobre o paradeiro do desaparecido e os indenize, caso seja pertinente.⁷¹

90. Neste caso, a falta de investigação desse tipo de fatos constituía um fator determinante da prática sistemática de violações aos direitos humanos e propiciava a impunidade dos responsáveis. Ainda que a avaliação sobre a obrigação de proteger os direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, pela via de uma investigação séria, completa e efetiva sobre o ocorrido, será feita à luz do disposto nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, no próximo capítulo desta Sentença, é relevante destacar aqui outros aspectos da obrigação de garantia a estes direitos, à parte da maneira em que devem ser investigados.

91. Segundo foi estabelecido (pars. 61.51 a 61.64, 61.81 a 61.90, 61.92 a 61.109 *supra*), no âmbito interno os processos penais foram instruídos, e em alguns casos os acusados foram condenados, sob tipos penais tais como sequestro, privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, associação ou concerto para delinquir, lesões, coação ou ameaças e homicídio, contidos no Código Penal do ano de 1914 ou no atualmente vigente, de 1998, quando isto fosse mais benéfico ao acusado. Certamente não existiam tipos penais de tortura ou de desaparecimento forçado de pessoas no direito paraguaio no momento em que ocorreram os fatos nem quando se iniciaram os processos. A Constituição da República do Paraguai de 1992 faz referência a estes delitos⁷² e o Estado ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 9 de março de 1990, e a Convenção

⁶⁸ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 60 *supra*, pars. 63-66; *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, pars. 127-131; *Caso da Comunidade Indígena Sawhoyamaya*. Sentença de 29 de março de 2006. Série C Nº 146, pars. 150-154, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, pars. 143 a 146.

⁶⁹ Cf. *Casos dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 300; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 238, e *Caso García Asto e Ramírez Rojas*. Sentença de 25 de novembro de 2005. Série C Nº 137, par. 170.

⁷⁰ Cf. *Caso do Massacre de Mampiripán*, nota 2 *supra*, par. 238; *Caso dos Irmãos Gómez Paquiyauri*, nota 68 *supra*, par. 130, e *Caso Myrna Mack Chang*. Sentença de 25 de novembro de 2003. Série C Nº 101, par. 156.

⁷¹ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, pars. 399 a 401; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, pars. 265 a 273, e *Caso Gómez Palomino*, nota 5 *supra*, pars. 100, 103 e 104.

⁷² A Constituição Nacional da República do Paraguai de 1992 estabelece:

Da tortura e outros delitos

Artigo 5. Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. O genocídio e a tortura, bem como o desaparecimento forçado de pessoas, o sequestro e o homicídio, por razões políticas, são imprescritíveis.

Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, em 26 de novembro de 1996. No entanto, a tortura e o desaparecimento de pessoas somente foram tipificados de alguma forma com a entrada em vigor, em 1998, do atual Código Penal paraguaio.⁷³ Ao avaliar positivamente os esforços realizados pelo Paraguai para a tipificação dessas condutas, deve-se destacar que neste processo internacional os fatos do caso foram qualificados como desaparecimento forçado e tortura, tanto pelo Estado quanto por este Tribunal.

92. A disparidade na qualificação dos fatos nos âmbitos interno e internacional foi refletida nos mesmos processos penais.⁷⁴ Não obstante, a Corte reconhece que a detenção ilegal e arbitrária, a tortura e o desaparecimento forçado das vítimas não ficou na impunidade total, levando em consideração a aplicação de outras figuras penais. Por outro lado, em relação à obrigação geral estabelecida no artigo 2 da Convenção e às obrigações específicas incluídas nas Convenções Interamericanas sobre a matéria indicadas, o Estado se obrigou a tipificar as condutas de tortura e de desaparecimento forçado de pessoas de maneira consoante com as definições ali incluídas. Todavia, o Tribunal considera que, apesar de que os tipos penais vigentes no Código Penal paraguaio sobre tortura e “desaparecimento forçado” permitiriam a penalização de certas condutas que constituem atos dessa natureza, uma análise dos mesmos permite observar que o Estado as tipificou de maneira menos compreensiva que a normativa internacional aplicável. O Direito Internacional estabelece um padrão mínimo para uma correta tipificação deste tipo de

⁷³ O atual Código Penal Paraguai (Lei nº 1.160/97), que entrou em vigor em 1998, tipifica os delitos de desaparecimento de pessoas, em seu artigo 236 (dentro do capítulo relativo a “Fatos puníveis contra a segurança da convivência das pessoas”), e o de tortura, em seu artigo 309 (dentro do capítulo relativo a “Fatos puníveis contra o exercício das funções públicas”), da seguinte maneira:

Artigo 236.- Desaparecimento forçado.

1º O que com fins políticos realizar os fatos puníveis indicados nos artigos 105 [homicídio doloso], 111, inciso 3º [lesão qualificada], 112 [lesão grave], 120 [coação] e 124, inciso 2º [privação de liberdade], para atemorizar a população, será castigado com pena privativa de liberdade não menor a cinco anos.

2º O funcionário que ocultar ou não fornecer dados sobre o paradeiro de uma pessoa ou de um cadáver será castigado com pena privativa de liberdade de até cinco anos ou com multa. Isso se aplicará mesmo quando sua qualidade de funcionário careça de validade legal.

Artigo 309.- Tortura

1º Aquele que com a intenção de destruir ou causar dano grave à personalidade da vítima ou de um terceiro, e trabalhando como funcionário ou em acordo com um funcionário:

1. Realizar um fato punível contra,
 - a) a integridade física, conforme os artigos 110 e 112,
 - b) a liberdade, de acordo com os artigos 120 ou 122 e 124,
 - c) a autonomia sexual, segundo os artigos 128, 130 e 131,
 - d) menores, conforme os artigos 135 e 136,
 - e) a legalidade do exercício de funções públicas, de acordo com os artigos 307, 308, 310 e 311, ou

2. Submeter a vítima a graves sofrimentos psíquicos, será castigado com pena privativa de liberdade não menor a cinco anos.

2º. O inciso 1º se aplicará mesmo que a qualidade de funcionário:

1. careça de um fundamento jurídico válido, ou
2. tenha sido avocada indevidamente pelo autor.

⁷⁴ Por exemplo, a sentença proferida em primeira instância, no processo aberto no caso de Carlos José Mancuello, qualifica determinados atos como “tortura e tratamentos desumanos e degradantes”, ainda que no momento de determinar a adequação típica dessas condutas o tenha feito sob os delitos de lesões, coação e abuso de autoridade, pela aplicação da norma penal mais favorável diante da inexistência do delito de tortura. Outrossim, ainda que se fale de desaparecimentos das vítimas, entrou-se à análise da existência do cadáver, como prova da morte, e isso teve incidência na qualificação do delito. Esta disparidade também aparece no conteúdo do pedido de extradição, feito pelo Juízo de instrução, no processo aberto no caso dos irmãos Ramírez Villalba.

condutas e os elementos mínimos que a mesma deve observar, no entendimento de que a persecução penal é uma via fundamental para prevenir futuras violações de direitos humanos. Isto é, os Estados podem adotar uma maior severidade no tipo específico para efeitos de uma melhor persecução penal destes delitos, em função do que considerem uma maior ou melhor tutela dos bens jurídicos protegidos, com a condição de que, ao fazê-lo, não violem essas outras normas às quais estão obrigados. Ademais, a subtração de elementos que se consideram irredutíveis na fórmula persecutória estabelecida no âmbito internacional, bem como a introdução de modalidades que lhes façam perder sentido ou eficácia, podem levar à impunidade de condutas que os Estados estão obrigados a prevenir, erradicar e sancionar de acordo com o Direito Internacional.

93. Certamente, nesta Sentença se está determinando a responsabilidade internacional do Paraguai, que é o Estado demandado perante a Corte, pelos fatos do presente caso, e a isso se limita o Tribunal. A Corte não pode, contudo, deixar de indicar que a tortura e o desaparecimento forçado das supostas vítimas, cuja proibição tem caráter de normas inderrogáveis de Direito Internacional ou *jus cogens* (pars. 84 e 85 *supra* e pars. 128 e 131 *infra*), foram perpetrados com a colaboração de autoridades de outros Estados do continente e que se encontram parcialmente na impunidade ante as faltas à obrigação de investigá-los. A gravidade dos fatos não pode se desvincular do contexto em que ocorreram e é dever desta Corte destacá-lo, em atenção à preservação da memória histórica e à imperante necessidade de que fatos similares não se repitam.

94. Em razão das considerações anteriores, e nos termos do acatamento efetuado pelo Estado, cabe declarar que este é responsável pela detenção ilegal e arbitrária, tortura e desaparecimento forçado dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, o que constitui uma violação dos artigos 4.1, 5.1 e 5.2 e 7 da Convenção, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento dos mesmos. A responsabilidade internacional do Estado se configura de maneira agravada, em razão das considerações incluídas no capítulo anterior e na seção (b) deste capítulo.

c) *Alegada violação do direito à integridade pessoal dos familiares das vítimas*

95. O Estado reconheceu sua responsabilidade pela violação do artigo 5 da Convenção Americana em relação aos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e os irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba (par. 49 *supra*). No entanto, não o reconheceu no mesmo sentido a respeito de seus familiares, o que foi alegado pela Comissão e pelos representantes. Portanto, tendo permanecido aberta a controvérsia a esse respeito (par. 54 *supra*), no presente capítulo a Corte determinará se o Estado é responsável pela alegada violação do direito à integridade pessoal destes familiares.

96. A Corte indicou, em reiteradas oportunidades,⁷⁵ que os familiares das vítimas de violações dos direitos humanos podem ser, por sua vez, vítimas. Nesta linha, a Corte considerou violado o direito à integridade psíquica e moral dos familiares das vítimas, com motivo do sofrimento adicional que estes padeceram como produto das circunstâncias particulares das violações perpetradas contra seus entes queridos e por causa das posteriores ações ou omissões das autoridades estatais em relação aos fatos.⁷⁶

⁷⁵ Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 156; *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 289, e *Caso López Álvarez*. Sentença de 1º de fevereiro de 2006. Série C Nº 141, par. 119.

⁷⁶ Cf. *Caso Gómez Palomino*, nota 5 *supra*, par. 60; *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, pars. 144 e 146, e *Caso das Irmãs Serrano Cruz*, nota 68 *supra*, párr 113 e 114.

97. No presente caso, a Corte recorda sua jurisprudência quanto a que, em casos que envolvem o desaparecimento forçado de pessoas, é possível entender que a violação do direito à integridade psíquica e moral dos familiares da vítima é uma consequência direta, precisamente, desse fenômeno, que lhes causa um severo sofrimento pelo próprio fato, que se aprofunda, entre outros fatores, pela constante negativa das autoridades estatais de proporcionar informação sobre o paradeiro da vítima ou de iniciar uma investigação eficaz para esclarecer o ocorrido.⁷⁷

98. Sem prejuízo do anterior, a Corte considera pertinente analisar as situações que, segundo seus testemunhos e os fatos provados (pars. 56 e 61 *supra*), foram vividas por alguns destes familiares no contexto anterior, simultâneo e posterior à detenção ilegal e desaparecimento forçado dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba, que poderiam agravar as lesões ao direito à integridade pessoal.

99. A seguir a Corte exporá as situações vividas pelos familiares antes da detenção e do desaparecimento das vítimas mencionadas:

- a) a família do doutor Agustín Goiburú Giménez viveu junto com ele durante vários anos no exílio, devido às ameaças, assédio vigilância e perseguição sofridas por ele em função de sua oposição ao regime ditatorial;
- b) antes que a família Goiburú Benítez saísse do Paraguai, o governo stronista quis incriminar a senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú, esposa do doutor Goiburú, “como suposta criminosa, terrorista, que guardava armas de guerra” em sua casa, “com base em torturas de outros prisioneiros”;
- c) no momento em que a família foi para o exílio na Argentina, Rogelio e Rolando, os filhos mais velhos da casal, ainda eram crianças. Sua filha mais nova, Patricia Jazmín, nasceu no exílio. A família do doutor Goiburú sofreu constantes mudanças de casa, de cidade e até de país, em uma ocasião, em razão das ameaças recebidas. A este respeito, seu filho mais velho manifestou: “Sempre fomos objeto de perseguições. Com apenas 10 anos de idade já nos havíamos mudado 15 vezes de casa, três vezes de cidade e 7 vezes de bairro”;
- d) em novembro de 1969, Rolando, filho do doutor Goiburú, com 11 anos de idade naquele momento, e seu pai, foram sequestrados enquanto pescavam no rio Paraná, na Argentina, e levados ao Paraguai, com armas de fogo apontadas ao peito. Rolando esteve encarcerado e “chorou e gritou toda a noite.” Além disso, “viu seu pai algemado e com a cabeça coberta.” Posteriormente, foi deixado à sua própria sorte na cidade de Encarnación. Com base nestes fatos, a senhora Elva Elisa Benítez de Goiburú realizou várias gestões pessoais perante organismos internacionais para saber o paradeiro de seu esposo. Uma vez que soube onde estava, conseguiu permissão para entrar no Paraguai para vê-lo, e o encontrou em graves condições físicas;
- e) a senhora Rosa Mujica Giménez foi detida em 1970, por ser irmã do senhor Goiburú. Passou a maior parte de sua gravidez na prisão e deu à luz em uma Delegacia. Uma

⁷⁷ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 340; *Caso Gómez Palomino*, nota 5 *supra*, par. 61, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 143.

vez que foi liberada, sofreu prisão domiciliar por oito meses. Anos mais tarde, voltou a ser detida pelas mesmas razões, e

- f) a família Goiburú Benítez vivia “permanentemente em alerta”, de maneira que todas as noites alguém da família devia ficar de guarda “pois eram frequentes as intimidações, passavam carros que disparavam com armas de fogo sobre o teto da casa, cortavam a luz, o telefone, gritavam com megafones, acendiam refletores e [os] intimavam a sair à rua. A perseguição e o assédio já eram insuportáveis, [e por isso o doutor Goiburú e seus dois filhos homens] decidi[ram] se esconder na selva Misionera [...por] dois meses”. Além disso, a filha mais nova do doutor Goiburú sofreu uma tentativa de sequestro na casa da família em Posadas.

100. Da mesma forma, a Corte considera verificadas as situações vividas pelos familiares durante a detenção e desaparecimento dos senhores Goiburú Giménez, Mancuello Bareiro e Ramírez Villalba:

- a) quando os senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e os irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba desapareceram de maneira forçada, as senhoras Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, Ana Arminda Bareiro de Mancuello e Fabriciana Villalba de Ramírez, bem como os senhores Julio Darío, Herminio e Mario Ramírez Villalba, empreenderam sua busca, e lhes foi negado constantemente o paradeiro de seus entes queridos;
- b) a senhora Gladis Ester Ríos de Mancuello, esposa de Carlos José Mancuello Bareiro, foi detida junto com seu esposo e sua filha de oito meses, Claudia Anahí Mancuello Ríos. Ademais, encontrava-se grávida no momento de sua detenção. Esteve detida em diversos lugares de 25 de novembro de 1974 até 12 de novembro de 1977. Posteriormente à detenção, “retiraram” dela sua filha de meses de idade, e apenas mais tarde, teve conhecimento de que havia sido entregue à sua sogra. Meses depois, quando sua sogra levou a sua filha à visita carcerária, a bebê não reconheceu a sua mãe. Enquanto esteve detida no Departamento de Investigações, não lhe permitiam comunicar-se com seu esposo, mas periodicamente trocavam olhares. Em maio de 1975, quando tinha aproximadamente seis meses de gravidez, foi trasladada deste departamento e não o viu nunca mais. A senhora Ríos de Mancuello passou a maior parte de sua segunda gravidez na prisão e deu à luz a seu filho Carlos Marcelo Mancuello Ríos em uma delegacia custodiada por oficiais de polícia. Ele foi criado por sua mãe na prisão onde nasceu, em um ambiente de insegurança e desproteção, durante seus primeiros dois anos e meio de vida, até que ela foi expulsa do Paraguai, depois de ter feito uma greve de fome, reclamando notícias de seu esposo;
- c) a mãe de Carlos José Mancuello Bareiro, a senhora Ana Arminda Bareiro de Mancuello, ao ter a notícia da detenção de seu filho Carlos, dirigiu-se ao Departamento de Investigações e à Central de Polícia, mas a expulsaram em várias ocasiões. Apenas um mês depois lhe informaram que seu filho, sua nora e sua neta estavam em uma prisão do Departamento de Investigações. Solicitou que lhe entregassem a sua neta de meses de idade, Claudia Anahí, e foi ela quem a criou enquanto sua nora esteve presa por quase três anos. A senhora Bareiro de Mancuello realizou sozinha todas as gestões, enquanto seu filho Carlos estava detido, posto que seu esposo, Mario Mancuello, e seu outro filho, Hugo Alberto, também foram detidos. Ela lavava a roupa suja de seu filho Carlos, e pôde ver as manchas de sangue, produto da tortura do mesmo. Meses depois de estar levando comida para seu filho, recebeu a notícia de que “havia fugido”;

- d) a irmã de Carlos José Mancuello Bareiro, Ana Elizabeth, acompanhou a sua mãe na busca por seu irmão e foi objeto de humilhações e castigos físicos por parte dos diferentes agentes de segurança aos quais recorreram, “chegando inclusive vários deles a solicitar favores sexuais de [sua] parte em troca de que [as] deixassem ver [seu] irmão , ou prometendo à [sua] mãe que o deixariam em liberdade”;
- e) o irmão mais novo de Carlos José Mancuello Bareiro, Emilio Raúl, de 12 anos de idade no momento dos fatos, era o encarregado de levar diariamente a comida a seu irmão Carlos e foi objeto de castigos e ofensas, e
- f) a senhora María Magdalena Galeano Rotela, companheira do senhor Benjamín Ramírez Villalba, esteve detida junto com ele, escutou e viu quando o torturavam, enquanto aquele estava acorrentado nos pés e algemado. Permaneceu na prisão durante mais de três anos.

101. Por sua vez, a Corte constatou as situações vividas pelos familiares posteriormente à detenção e ao desaparecimento das vítimas:

- a) a esposa e os filhos do doutor Goiburú tiveram que permanecer no exílio até a caída da ditadura do General Stroessner. A esposa do senhor Carlos José Mancuello Bareiro foi expulsa do Paraguai. Ao sair do país, levou consigo seus dois filhos de aproximadamente quatro e dois anos de idade. Não regressou ao Paraguai até a caída da ditadura;
- b) depois do desaparecimento do doutor Goiburú, seus filhos tiveram que deixar seus estudos e trabalhar em distintos ofícios e sua esposa trabalhou como costureira. Dos três filhos, apenas Rogelio concluiu a universidade com “um incrível sacrifício de penúrias e carências.” Os outros dois filhos não puderam fazê-lo, devido às “vicissitudes econômicas”;
- c) depois de ser liberado, o pai de Carlos José Mancuello Bareiro foi obrigado a ir diariamente, de 1975 até a caída da ditadura, a assinar um livro. Além disso, “ninguém queria dar-lhe trabalho”, nem a ele nem aos irmãos de Carlos José Mancuello Bareiro;
- d) como se mencionou e será analisado adiante, no presente caso existia uma impossibilidade de fato para apresentar recursos a favor dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba no momento de sua detenção e desaparecimento (par. 61.4 *supra*). Em outros casos, tal ausência de recursos efetivos foi considerada pela Corte como fonte de sofrimento e angústia adicionais para as vítimas e seus familiares.⁷⁸ Depois do fim da ditadura e diante da ausência de uma investigação oficial, alguns dos familiares apresentaram as respectivas denúncias. A demora das investigações, muito incompletas e ineficazes para a punição de todos os responsáveis pelos fatos, exacerbou os sentimentos de impotência nos familiares (pars. 111 a 133 *infra*), e
- e) por outro lado, posto que as quatro vítimas mencionadas ainda se encontram desaparecidas, os familiares não contaram com a possibilidade de honrar

⁷⁸ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 385; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 158, e *Caso do Massacre de Mpiripán*, nota 2 *supra*, par. 145.

apropriadamente os seus entes queridos. A este respeito, a Corte recorda que a privação contínua da verdade sobre o destino de um desaparecido constitui uma forma de tratamento cruel, desumano e degradante para os familiares próximos.⁷⁹

102. A respeito dos sobrinhos dos irmãos Ramírez Villalba, filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba, a saber, Mirtha Hayde Ramírez de Morinigo, Ana María Ramírez de Mellone, Julio César Ramírez Vásquez, Rubén Darío Ramírez Vásquez e Héctor Daniel Ramírez Vásquez (pars. 25 e 31 *supra*), este Tribunal considera que não consta nos autos prova suficiente para considerá-los vítimas da violação do artigo 5 da Convenção.

103. Os fatos do presente caso permitem concluir que a violação da integridade pessoal dos familiares das vítimas, em consequência do desaparecimento forçado, foi agravada pelas situações e circunstâncias analisadas, vividas por alguns deles, antes, durante e posteriormente ao desaparecimento. Muitas destas situações e seus efeitos, compreendidas integralmente na complexidade do desaparecimento forçado, subsistem enquanto persistam alguns dos fatores verificados. Os familiares apresentam sequelas físicas e psicológicas, ocasionadas pelos referidos fatos, que continuam se manifestando, e os fatos impactaram suas relações sociais e laborais e alteraram a dinâmica de suas famílias. Estas situações continuadas se evidenciam nas próprias palavras de alguns dos familiares destas pessoas que prestaram sua declaração no processo perante este Tribunal:

Rogelio Agustín Goiburú Benítez:

Há 29 anos, 3 meses e 13 dias que [...] sinto falta [do meu pai] e o busco e preciso dele. [...] Não se pode descrever com palavras a profunda dor, a impotência, a raiva e a infinita tristeza que tenho e sinto ao não saber onde estão os ossos de meu pai. [...] Nos vemos impossibilitados de nos despedirmos dele, pela incerteza de não saber onde está. Para nós ele pode estar em qualquer lugar, [...] pode aparecer a qualquer momento [...].

O ocorrido com meu pai não se conjuga com o verbo apenas no tempo passado. Sequestraram-no há 29 anos, mas até o dia de hoje está desaparecido, para mim todos os dias o estão sequestrando e desaparecendo, é um presente de dor e de impunidade. Até quando?

[Minha mãe, meus irmãos e eu] temos sequelas [...] como consequência do estresse que [nos] provoca o desaparecimento diário de [meu] ente querido.⁸⁰

Elva Elisa Benítez de Goiburú:

[É] desesperador [...] não ver [os] restos [de meu esposo], não dar-lhe sepultura conforme as nossas crenças, com a esperança de encontrá-lo com vida a cada dia, não nos resignamos com sua morte.

[Meus filhos] perderam o apetite, abandonaram seus estudos, não podiam, tinham dificuldades para se relacionar com seus amigos. [Além disso,] cresceram com a angústia de ter vivido tudo o que foi relatado, com tão pouca idade, e ter tido de crescer sem saber o paradeiro de seu pai, nem poder se despedir dignamente [dele]. [Eu me encontro] em estado de depressão constante, escuto ainda seus cantos e

⁷⁹ Cf. *Caso 19 Comerciantes*, nota 60 *supra*, par. 267; *Caso Trujillo Oroza. Reparaciones* (art. 63.1 Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C Nº 92, par. 114, e *Caso Bámaca Velásquez*. Sentença de 25 de novembro de 2000. Série C Nº 70, pars. 160 e 165.

⁸⁰ Cf. declaração testemunhal prestada perante agente dotado de fé pública (*affidavit*) pelo senhor Rogelio Agustín Goiburú Benítez, nota 27 *supra*, folhas 6251 e 6252.

assovios, como costumava fazer. [...Perdi] a fala[.] Tudo isto não se supera nunca, tento aguentar a carga da melhor maneira.⁸¹

104. Em razão do anteriormente exposto, a Corte considera que o Estado violou o direito à integridade pessoal consagrado no artigo 5.1 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1. da mesma, em detrimento de Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú; Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Rosa Mujica Giménez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Mario Mancuello, Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro, Fabriciana Villalba de Ramírez, Lucrecia Ramírez de Borba, Eugenia Adolfina Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Mario Artemio Ramírez Villalba, Herminio Arnoldo Ramírez Villalba, Julio Darío Ramírez Villalba e María Magdalena Galeano.

XI
ARTIGOS 8.1 E 25 DA CONVENÇÃO AMERICANA, EM RELAÇÃO AO ARTIGO 1.1 DO MESMO
INSTRUMENTO
(GARANTIAS JUDICIAIS E PROTEÇÃO JUDICIAL)

Alegações da Comissão

105. Em relação à suposta violação dos artigos 8 e 25 da Convenção, em detrimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba e seus familiares, a Comissão Interamericana argumentou que:

- a) transcorreram mais de 27 anos sem que os processos tenham sido concluídos e sem que as famílias das pessoas mencionadas tenham conhecimento, através de sentenças definitivas e transitadas em julgado, que incluam a todos os autores materiais, intelectuais e acobertadores sobre o que ocorreu às mencionadas pessoas, onde estão seus restos, quem foram os responsáveis por seu desaparecimento forçado, qual foi a sanção imposta e que reparação corresponde a cada um por parte da justiça. Isso conforma um quadro de impunidade que afeta os direitos dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba;
- b) a obrigação de investigar e punir todo fato que implique violação dos direitos protegidos pela Convenção requer que se sancione não apenas os autores materiais, mas também os autores intelectuais de tais fatos e os acobertadores;
- c) o Estado incorre em responsabilidade internacional quando seus órgãos judiciais não investigam seriamente e não punem os responsáveis;
- d) o Estado tem a obrigação de promover o processo interno até sua finalização e, em casos como o presente, atuando de ofício e não por meio da iniciativa dos familiares. No presente caso, o Estado não demonstrou nenhuma circunstância convincente que justifique seu atraso, pois se bem alguns dos processos estejam concluídos em relação a alguns dos responsáveis, continuam abertos a respeito de outras pessoas. Inclusive, algumas das pessoas acusadas originalmente faleceram. O Estado é responsável pela impunidade parcial em que se encontram estes casos;

⁸¹ Cf. declaração testemunhal prestada perante agente dotado de fé pública (affidavit) pela senhora Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, nota 30 *supra*, folhas 6263 a 6265.

- e) em relação aos senhores Alfredo Stroessner e Sabino Augusto Montanaro, apenas em 7 de dezembro de 2000 foram emitidas ordens de prisão preventiva, com fins de extradição contra eles. A demora em expedir as ordens de prisão preventiva demonstra uma falta de adoção de medidas sérias por parte do Estado para cumprir suas obrigações internacionais. Ainda que o juiz da causa tenha requerido que o governo pedisse a extradição de Stroessner, o Estado não fez efetiva esta solicitação nem informou a respeito dos trâmites que teria eventualmente efetuado para impulsionar tal pedido de extradição;
- f) o Estado alegou que os recursos interpostos pelos acusados dilataram os processos, mas não especificou as datas e particularidades destes recursos. O Estado não demonstrou nenhuma circunstância convincente para justificar que, depois de mais de 27 anos depois de ocorridos os fatos, não existam resultados efetivos da investigação e dos respectivos processos judiciais e não se tenha materializado a extradição de Alfredo Stroessner, ordenada no processo;
- g) a demora em iniciar as investigações e de não tê-las feito de ofício, bem como as dificuldades que se alega enfrentar o sistema judicial paraguaio são imputáveis ao próprio Estado, de modo que não se pode desculpar pelo descumprimento das obrigações que assumiu ao ratificar a Convenção Americana, e
- h) quanto à alegação do Estado de que as vítimas não utilizaram as vias estabelecidas na jurisdição civil e na Lei nº 838/96, entendeu que este argumento não questiona a admissibilidade do presente caso, mas o direito dos familiares de obter reparações que a Corte eventualmente ordenaria, e advertiu que em seu Relatório de Admissibilidade e Mérito 75/04, emitido no presente caso, já se havia referido a esta alegação. Ademais, considerou que os familiares teriam graves dificuldades para interpor ações civis no âmbito interno, provenientes de delitos a respeito dos quais não existe sentença definitiva e transitada em julgado que determine as correspondentes responsabilidades. Por sua vez, ressaltou que, apesar de a Constituição Paraguaia de 1992 ter criado a figura do Defensor do Povo e de a Lei nº 838/96 contemplar o procedimento perante a Defensoria, a primeira pessoa que ocupou este cargo foi nomeada no ano 2001.

Alegações dos representantes

106. Em suas alegações finais escritas, os representantes tomaram como seus os argumentos expressados pela Comissão em relação aos artigos 8 e 25 da Convenção, em conexão com o artigo 1.1 da mesma. A respeito da alegação do Estado de que as vítimas não utilizaram as vias estabelecidas na jurisdição civil e na Lei nº 838/96, consideraram "exíguo o acesso que esta lei permite a certas vítimas e familiares" e, além disso, que o juízo de "presunção de falecimento" e o juízo sucessório para provar a qualidade de herdeiro, que os familiares de desaparecidos devem realizar antes de recorrer à Defensoria do Povo, podem durar muitos anos.

Alegações do Estado

107. Em relação à suposta violação dos artigos 8 e 25 da Convenção em detrimento dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e os irmãos Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba, o Estado reconheceu parcialmente sua responsabilidade internacional (pars. 41, 50 e 54 *supra*) e afirmou, *inter alia*, que:

a. Com respeito ao caso do senhor Agustín Goiburú:

existe uma demora judicial para proferir sentença no caso, e isso se deve às falências próprias do antigo sistema penal sob o qual se iniciou o juízo. Este processo se rege pelas regras do citado sistema penal, cujas formas processuais se caracterizam por um sistema inquisitivo, processo escrito, longo, complicado, que já não representa garantias nem muito menos soluções aos cidadãos, razão pela qual o Paraguai modificou seu sistema penal e estabeleceu um processo de transição entre ambos os sistemas;

devido a que o sistema processual não permite o julgamento à revelia (como no caso do General Alfredo Stroessner e do senhor Sabino Augusto Montanaro) e tendo em conta o falecimento de dois dos processados, os autos se encontram paralisados;

acatou a pretensão do peticionário de que o Estado deve acelerar o trâmite do processo judicial interno a fim de concluí-lo definitivamente com a punição dos responsáveis;

os familiares tiveram, em todo momento, a disponibilidade de acesso à justiça e às garantias judiciais e proteção judicial, sem que nenhum órgão ou agente do Estado os tenha impedido. Portanto, o fato de que não tenham feito uso dos recursos judiciais e administrativos não é imputável ao Estado, e

não se impediu aos familiares das supostas vítimas ou a seus representantes o acesso à jurisdição civil ordinária para o reclamo de indenização por danos e prejuízos, nem o acesso a outras instâncias como a Defensoria do Povo, para requerer a indenização correspondente, em virtude da Lei nº 836/96 (*sic*).

b. Com respeito ao caso do senhor Carlos José Mancuello Bareiro:

a justiça paraguaia cumpriu a obrigação de investigar e sancionar os fatos puníveis;

acatou a pretensão do peticionário de que o Estado deve acelerar o trâmite do processo judicial interno a fim de concluí-lo definitivamente com a punição dos responsáveis, e

os familiares do senhor Mancuello têm à sua disposição a via judicial para reclamar, através da via civil, uma indenização por danos e prejuízos, e, através da via administrativa, a indenização correspondente, conforme a Lei nº 838/96, perante a Defensoria do Povo. Ademais, o Estado não obstruiu o acesso a estas instâncias e não consta que estes familiares tenham recorrido às mesmas para reclamar uma justa reparação, o que não é imputável ao Paraguai.

c. Com respeito ao caso de Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba:

os autos se encontram em fase de apelação perante o Tribunal Criminal, Primeira Sala, para resolver os recursos de apelação e nulidade interpostos pela defesa;

em relação a Alfredo Stroessner, beneficiado com asilo político no Brasil, existe um pedido de extradição em trâmite perante a justiça do Brasil desde 5 de junho de 2001;

Sabino Augusto Montanaro se encontra asilado em Honduras, país com o qual o Paraguai não possui tratado de extradição, e

os familiares dos irmãos tiveram, na esfera interna, acesso aos recursos para que recebessem uma adequada e pronta reparação, seja por via civil ou administrativa, entretanto não recorreram aos mesmos.

Considerações da Corte

108. O artigo 8.1 da Convenção Americana estabelece:

Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

109. O artigo 25 da Convenção dispõe:

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

2. Os Estados Partes comprometem-se:

- a. a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpusse tal recurso;
- b. a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e
- c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

110. De acordo com a posição da Corte, segundo a Convenção Americana, os Estados Partes estão obrigados a disponibilizar recursos judiciais efetivos às vítimas de violações dos direitos humanos (artigo 25), recursos que devem ser fundamentados de acordo com as regras do devido processo legal (artigo 8.1), tudo isso dentro da obrigação geral, de responsabilidade dos mesmos Estados, de garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos pela Convenção a toda pessoa que se encontre sob sua jurisdição (artigo 1.1).⁸² Cabe, no presente capítulo, analisar, em primeiro lugar, a devida diligência na condução das ações oficiais de investigação, bem como outros elementos adicionais, para determinar se os processos foram desenvolvidos com apego às garantias judiciais, em um prazo razoável, e se constituíram um recurso efetivo para assegurar os direitos de acesso à justiça, à investigação da verdade dos fatos e à reparação dos familiares. Em segundo lugar, dadas as características do presente caso, faz-se também imprescindível referir-se à figura da extradição *vis-à-vis* casos de violações graves aos direitos humanos.

⁸² Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 175; *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 287, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 169.

a) *Efetividade dos recursos para a condução das ações oficiais de investigação e para assegurar, em um prazo razoável, os direitos de acesso à justiça, à verdade dos fatos e à reparação dos familiares*

111. A Corte observa que, para determinar a devida diligência na condução das ações oficiais de investigação e a efetiva observância do direito de acesso à justiça, em um prazo razoável,⁸³ a análise deve ser realizada em dois períodos: em um primeiro momento, desde a detenção das vítimas até 1989, quando cai a ditadura, e, a partir de então, quando são iniciados três processos penais em relação aos fatos do presente caso.

112. Em primeiro lugar, certamente transcorreram quase 32 anos desde a detenção dos senhores Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba e quase 30 anos desde seu desaparecimento e o do senhor Agustín Goiburú Giménez. Ainda que não haja informação de que tenham sido interpostas ações de *habeas corpus* ou de outro caráter a favor das vítimas, no momento de sua detenção ilegal ou sequestro e posterior desaparecimento, foi verificada a falta de efetividade desse tipo de ações nesse primeiro período (par. 57.4 *supra*). Como uma situação de fato, nesse período não existia no Paraguai um recurso efetivo para amparar a ilegalidade ou arbitrariedade das detenções, pois uma das características da ditadura governante era a vigência de um “permanente estado de sítio”, renovado a cada 90 dias pelo Poder Executivo (pars. 57.2 e 57.4 *supra*). Os tribunais de justiça normalmente se negavam a receber e a tramitar recursos de *habeas corpus* em relação às medidas decretadas pelo Poder Executivo sob este estado de sítio, medida que não funcionou como um instrumento para enfrentar situações excepcionais, mas como uma ferramenta a serviço de uma ditadura. Isto é, a falta de investigação dos fatos constituía parte da prática sistemática de violações aos direitos humanos e contribuía à impunidade dos responsáveis, de maneira que a proteção judicial devida às vítimas e seus familiares tornou-se ilusória a partir de sua detenção até o final da ditadura.

113. Em um segundo período, foram iniciados três processos penais em relação aos fatos do caso, cujo desenvolvimento e resultados é necessário observar:

a) no caso de Agustín Goiburú Giménez, o processo foi iniciado em 1989, por denúncia apresentada por sua esposa, senhora Elba Benítez de Goiburú, e instruído contra as pessoas que atuavam na época dos fatos como Chefe de Estado, Ministro do Interior, Chefe da Inteligência Militar, Chefe da Polícia da Capital, Chefe de Investigações da Polícia da Capital e Cônsul do Paraguai em Posadas, Argentina. Durante o trâmite do processo, morreram três dos seis acusados, motivo pelo qual a ação penal foi declarada extinta a respeito dessas três pessoas. Os processados Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro se encontravam asilados no Brasil e em Honduras, respectivamente, de modo que o Juízo de instrução os declarou “em revelia em relação aos mandados da justiça até que não se apresentassem ao juízo” e ordenou a prisão preventiva com fins de extradição (par. 124 *infra*). Neste processo não houve sentença alguma e no último ato processual relevante, em 29 de maio de 2002, a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três “passou os autos” à fase de emissão de sentença a respeito do acusado Francisco Ortiz Téllez, a qual ainda não foi proferida. Diante desta situação, o Estado afirmou que, posto “que o sistema processual paraguaio não permitia o julgamento à revelia” a respeito dos processados Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro, “e tendo em consideração o falecimento de dois dos processados nos autos, [o mesmo] se

⁸³ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 287; *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 139, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 216.

enc[ontrava] paralisado". Tal como foi mencionado, o acusado Stroessner morreu recentemente.

- b) A respeito do caso de Carlos José Mancuello Bareiro, o processo foi iniciado em 1990, com a apresentação de denúncia penal por parte de sua mãe, a senhora Ana Arminda Bareiro de Mancuello e instruído contra as pessoas que atuavam no momento dos fatos como Chefe de Estado, Ministro do Interior, Chefe da Polícia da Capital, Chefe de Investigações da Polícia da Capital e outras cinco pessoas que trabalhavam em diversos postos e hierarquias na Polícia da Capital paraguaia. Neste processo morreram quatro dos acusados, um dos quais -o ex-Chefe de Investigações da Polícia da Capital- havia sido condenado em primeira instância, e foram condenados em primeira ou segunda instância outros quatro ex-oficiais. Os condenados foram declarados civilmente responsáveis. Em 11 de fevereiro de 2003, a Segunda Sala do Tribunal de Apelação concedeu os recursos de apelação e nulidade interpostos por dois dos processados e pela denunciante contra o acórdão de sentença de apelação, e remeteu os autos à Corte Suprema de Justiça, onde se encontram pendentes de decisão em última instância. A causa encontra-se aberta, em fase de inquérito, a respeito de três pessoas.
- c) Quanto ao caso dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, o processo foi iniciado em 1989, por seu irmão Julio Darío Ramírez Villalba, e instruído contra 11 pessoas, 10 das quais coincidem com os culpados nos dois processos anteriores; o processado restante é outro ex-oficial da Polícia. Em 1º de setembro de 1999, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno condenou, em primeira instância, cinco ex-oficiais e o ex-Chefe de Investigações da Polícia da Capital, que posteriormente faleceu. Neste processo, foi ordenada a detenção de um dos processados, Eusebio Torres, que se encontrava foragido, e foi declarada sua revelia. Depois de ter decretado sua detenção preventiva com fins de extradição, em julho de 1993, a Vara de Primeira Instância de Quinto Turno declarou o processado Alfredo Stroessner Matiauda "revel em relação aos mandados do Juízo". Posteriormente, em junho de 2001, pediu a sua extradição (par. 126 *infra*). Atualmente, o processo penal se encontra perante a Primeira Sala do Tribunal Criminal para que decida três recursos de apelação e nulidade interpostos; o inquérito continuava aberto em relação aos acusados Alfredo Stroessner Matiauda, Sabino Augusto Montanaro e Eusebio Torres, e o pedido de extradição do primeiro, em trâmite perante a justiça do Brasil, ainda que aquele tenha falecido recentemente, e o senhor Montanaro se encontra asilado em Honduras.

114. A partir do anterior, decorre claramente que os processos penais se encontram abertos cerca de 17 anos após terem sido iniciados. A este respeito, o Estado aceitou a existência de um "grave atraso judicial" ou "a existência de uma demora judicial para proferir sentença" e manifestou que "acata parcialmente [a alegação de] violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial" nos três casos de referência (par. 41 *supra*).

115. Apesar disso, o Paraguai argumentou que aquele atraso judicial "obedece às falências próprias do antigo sistema penal sob o qual se iniciou o juízo" e que, a partir de 1989, com a caída do General Stroessner e o restabelecimento da democracia, deu passos constantemente progressivos para respeitar e garantir de maneira efetiva os direitos humanos", entre os quais considerou "de grande importância para o caso em análise" [...] a reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal em 1997 e 1998, respectivamente, que qualificou como "naturalmente lenta, por sua complexidade". Nos termos do acatamento parcial do Estado, a Corte já decidiu que cessou a controvérsia a respeito da violação das

normas supracitadas quanto à duração dos processos (par. 50 *supra*). Deste modo, a alegação do Estado de atribuir a duração dos processos à sua tramitação sob as normas processuais penais do sistema anterior não é aceitável para este Tribunal. O Estado tampouco demonstrou se essas reformas foram aplicadas ou de que maneira os supostos benefícios das mesmas refletiram nestes processos penais, de maneira que não corresponde à Corte avaliar os alcances e efeitos gerais das reformas processuais penais. As carências do sistema processual penal aplicado aos processos deste caso são igualmente imputáveis ao Estado e isso não lhe exime de cumprir suas obrigações contraídas de acordo com a Convenção Americana.

116. Cabe, então, analisar e precisar se estes processos penais constituíram um recurso efetivo para assegurar os direitos de acesso à justiça, à verdade dos fatos e à reparação dos familiares, ou se existia outro tipo de recursos para estes efeitos.

117. No capítulo anterior, foi indicada a obrigação que possuem os Estados-Parte, na Convenção Americana, de investigar os fatos violatórios dos direitos reconhecidos na mesma, derivada de sua obrigação de garanti-los, bem como as características que devem possuir as investigações em casos de execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras graves violações aos direitos humanos (pars. 88 a 94 *supra*). Além disso, é preciso reiterar que esta investigação deve ser realizada por todos os meios legais disponíveis e estar orientada à determinação da verdade e à persecução, captura, julgamento e castigo de todos os responsáveis intelectuais e materiais pelos fatos, especialmente quando estão ou possam estar envolvidos agentes estatais. Durante a investigação e o trâmite judicial, as vítimas ou seus familiares devem ter amplas oportunidades para participar e serem ouvidos, tanto no esclarecimento dos fatos e na punição dos responsáveis, quanto na busca de uma justa compensação, de acordo com a lei interna e a Convenção Americana. Não obstante isso, a investigação e o processo devem ter um propósito e ser assumidos pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples gestão de interesses particulares, que dependa da iniciativa processual das vítimas ou de seus familiares ou da apresentação de elementos probatórios por parte de particulares.⁸⁴

118. A Corte observa que, no presente caso, apesar de que os processos penais não puderam ser iniciados antes da queda do regime ditatorial, o Estado não demonstrou diligência nas ações oficiais de investigação, as quais, apesar da natureza dos fatos, não foram ativadas de ofício, mas por denúncia ou queixa interpostas pelos familiares das vítimas. Não há constância, ademais, sobre ações adotadas no âmbito dos processos penais, ou através de outras instâncias, para determinar o paradeiro das vítimas ou para buscar seus restos mortais.

119. A respeito da efetividade destes processos penais para a determinação da verdade e a persecução, captura, julgamento e castigo de todos os responsáveis intelectuais e materiais pelos fatos, a Corte reconhece que aqueles foram abertos contra os mais altos mandatários do governo ditatorial, desde o então Chefe de Estado até os postos mais altos do Ministério do Interior, dos serviços de Inteligência Militar e da Polícia da Capital e seu Departamento de Investigações, além de vários ex-oficiais da Polícia da Capital que ocupavam postos médios e de hierarquia inferior. No entanto, tal como foi indicado, por diversas razões os resultados do processo são bastante parciais no que se refere às cinco pessoas efetivamente condenadas e, destas, as que cumpriram a pena imposta, pois vários dos acusados faleceram no transcurso dos processos. A falta de devida diligência do Estado resultou em que nenhum dos três processos penais tenha culminado e determinado as

⁸⁴ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 287-289; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, pars. 143 a 146, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, pars. 137, 219, 223, 232 e 237.

correspondentes responsabilidades penais. A ausência de dois dos principais processados, o ex-ditador Alfredo Stroessner Matiauda e o ex-Ministro do Interior Sabino Augusto Montanaro, asilados no Brasil e em Honduras, respectivamente, declarados "revéis em relação aos mandados da justiça", somada à falta de concretização de um pedido de extradição a respeito do primeiro daqueles, determinam em parte importante a impunidade dos fatos. Este último aspecto, por sua relevância, será analisado em profundidade mais adiante (pars. 123 a 132 *infra*).

120. Em relação à existência de um recurso efetivo para reparar as consequências das violações cometidas, o Estado argumentou que "os familiares das vítimas tiveram [pleno] acesso à justiça, [tanto à] jurisdição civil ordinária para o reclamo da indenização por danos e prejuízos, como à Defensoria do Povo [para] requerer de maneira independente e autônoma as demandas judiciais e indenização correspondente[s ...] em virtude da Lei nº 836/96 [(sic). Apesar disso,] os familiares não fizeram uso destes recursos judiciais ou administrativos, o que não é imputável ao Estado". Apesar de este argumento ter incidência nas reparações, a Corte considera que cabe também analisá-lo junto com o mérito do caso, na medida em que a efetividade dos recursos internos deve ser avaliada integralmente, tomando em conta, também, se no caso particular existiam vias internas que garantissem um verdadeiro acesso à justiça para reclamar a reparação da violação.

121. Em outros casos, a Corte tomou em conta os resultados alcançados em procedimentos administrativos ou de outro caráter levados a cabo no âmbito interno, ao avaliar a efetividade dos recursos e, inclusive, no momento de fixar as reparações por danos materiais e imateriais. Assim, no *Caso do "Massacre de Mapiripán"*, a Corte considerou que a reparação integral de uma violação a um direito protegido pela Convenção não pode ser reduzida ao pagamento de compensação aos familiares da vítima. De tal maneira, tomou em conta alguns dos resultados alcançados nos processos contencioso-administrativos iniciados por familiares das vítimas, nesse caso, por considerar que as indenizações fixadas nessas instâncias por danos patrimoniais e morais podiam entender-se incluídas nos mais amplos conceitos de reparações por danos materiais e imateriais. Deste modo, o Tribunal afirmou que estes resultados podiam ser considerados no momento de fixar as reparações pertinentes, "com a condição de que o resolvido nestes processos tenha transitado em julgado e que seja razoável nas circunstâncias do caso."⁸⁵

122. A Corte considera que a responsabilidade do Estado, por não ter reparado as consequências das violações neste caso, não se vê anulada ou diminuída pelo fato de que os familiares das vítimas não tenham tentado utilizar as vias civis ou administrativas indicadas pelo Estado. A obrigação de reparar os danos é um dever jurídico próprio do Estado que não deve depender exclusivamente da atividade processual das vítimas. Em dois dos processos penais nos quais foram iniciadas ações civis, alguns dos condenados foram declarados civilmente responsáveis, ainda que não conste que os demandantes civis na esfera penal tenham tentado executar essas condenações na via correspondente. Por outro lado, certamente a existência desta Lei nº 838/96 (par. 61.123 *supra*) pode contribuir a reparar determinadas consequências das violações de direitos humanos, ocasionadas a determinadas vítimas durante a ditadura. No entanto, na medida em que os possíveis efeitos dessa lei não incluem uma reparação integral das violações cometidas, o Estado não pode se amparar no fato de que os familiares não tenham tentado essa via para dar por satisfeita sua obrigação de reparar. De tal maneira, não cabe pronunciar-se sobre os alcances e características da jurisdição civil ou do procedimento a cargo da Defensoria do Povo, estabelecido na Lei nº 838/96 mencionada.

⁸⁵ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 339; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 206, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 214.

b) *Obrigações derivadas do Direito Internacional em matéria de extradição em relação a casos de graves violações de direitos humanos*

123. Ainda que a responsabilidade do Estado tenha sido declarada, é necessário tomar em conta o expressado pelo Paraguai em relação à sua obrigação de investigar os fatos, identificar e punir os responsáveis. A respeito da causa aberta no caso do senhor Agustín Goiburú Giménez, o Estado afirmou que “o sistema processual paraguaio não permit[ia] o julgamento à revelia, [dos processados Alfredo Stroessner Matiauda e Sabino Augusto Montanaro, motivo pelo qual] tendo em conta [ainda] o falecimento de dois dos processados nos autos, o mesmo se encontrava paralisado”. Em relação ao processo penal do caso dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, o Estado afirmou que “o inquérito continuava aberto em relação aos acusados Alfredo Stroessner Matiauda, Sabino Augusto Montanaro e Eusebio Torres; [que] existe um pedido de extradição em trâmite perante a justiça do Brasil [...] [a respeito do senhor Stroessner e que o senhor] Montanaro [...] se encontra asilado em Honduras, país com o qual o Paraguai não possui tratado de extradição”.

124. No caso do doutor Agustín Goiburú Giménez, apesar de que em 1989 houve tentativas iniciais por parte da Vara responsável pela investigação, mediante a expedição de cartas rogatórias expedidas através da Chancelaria paraguaia, para que os processados prestassem “declarações informativas” perante autoridades judiciais brasileiras e hondurenhas, essas gestões não alcançaram resultados concretos (pars. 61.65 a 61.69 *supra*). Em face de reiterados pedidos da denunciante, em 1997, 1998 e 1999 a Vara solicitou ao Ministério de Relações Exteriores informação a respeito do resultado das cartas rogatórias, sem que conste resultado algum a respeito. Em 1999, a Vara de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno comunicou ao Chefe de Departamento do Comandante da Polícia Nacional em Asunción que havia resolvido decretar a detenção preventiva de Sabino Augusto Montanaro, o que gerou posteriores comunicações da INTERPOL, mas não resultados concretos. Depois de várias petições da denunciante, senhora Elva Benítez de Goiburú, e de que em maio de 2000 a Vara Penal de Liquidação e Sentença Número Três declarasse “os acusados revéis em relação aos mandados da justiça”, em dezembro do mesmo ano este Juízo “decretou a prisão preventiva com fins de extradição” daqueles processados, ou seja, cerca de 11 anos depois de iniciado o processo. Apesar desta ordem, não consta na documentação apresentada perante a Corte que a extradição de Alfredo Stroessner ou de Sabino Augusto Montanaro tenha sido efetivamente solicitada no marco deste processo penal. A respeito de Alfredo Stroessner Matiauda, este Tribunal não pode ignorar o fato de público conhecimento de que faleceu em 16 de agosto de 2006 na cidade de Brasília, Brasil, país onde esteve desde o final da ditadura no Paraguai. A respeito de Sabino Augusto Montanaro, o Estado afirmou a este Tribunal que ele “se encontra asilado em Honduras, país com o qual o Paraguai não possui tratado de extradição”, permanecendo pendente a emissão do auto de extradição e seu diligenciamento; em 2 de março de 2001, o Ministério de Relações Exteriores informou a este Juízo que, apesar de “não posuir tratados assinados com Honduras sobre extradição, [...] em função de normas de cortesia e reciprocidade internacionais se poderia dar igualmente trâmite a um pedido de extradição, sem tratados assinados” (pars. 61.71 a 61.73 *supra*).

125. No processo penal aberto em relação ao caso de Carlos José Mancuello, não foram iniciados procedimentos de extradição.

126. Em relação ao caso dos irmãos Ramírez Villalba, depois de algumas comunicações entre o Juízo de Primeira Instância Criminal do Quarto Turno e o Ministério de Relações Exteriores, em 4 de agosto de 1993, o Juízo de Primeira Instância Criminal do Quinto Turno decretou a prisão preventiva, com fins de extradição, do processado Alfredo Stroessner

Matiauda. A partir desse momento, não constam maiores diligências até que, em 5 de junho de 2001, o Juízo resolveu “pedir a extradição do acusado Alfredo Stroessner” através da Corte Suprema de Justiça e do Ministério de Relações Exteriores. Não consta na documentação apresentada à Corte se os pedidos de extradição foram efetivamente remetidos às autoridades brasileiras e tampouco, nesse caso, o estado atual destes trâmites no Brasil. Apesar de ter sido solicitado como prova para melhor resolver, o Paraguai não remeteu maior informação a respeito. No entanto, em sua contestação da demanda, o Estado manifestou que, a respeito de “Alfredo Stroessner, beneficiado com o asilo político no Brasil, existe um pedido de extradição em trâmite perante a justiça da República Federativa do Brasil”. A respeito de Sabino Augusto Montanaro, não consta que a ordem de detenção emitida contra ele tenha sido executada, nem que sua extradição tenha sido efetivamente solicitada a Honduras por autoridades judiciais paraguaias, no marco deste processo penal.

127. Isto é, além de não constar razões que expliquem a demora das autoridades judiciais em expedir as ordens de prisão preventiva com fins de extradição, ou em solicitar a própria extradição, a ausência destas pessoas no Estado que pretende processá-las, pela falta de concretização de sua extradição, constitui um sério obstáculo para a efetividade dos processos e determina em parte importante a impunidade dos fatos (par. 119 *supra*). Por um lado, a declaração de revelia e a ordem de prisão preventiva do acusado Sabino Augusto Montanaro, que não foi acompanhada de um pedido de extradição por parte das autoridades judiciais paraguaias à República de Honduras. Por outro lado, não consta que o pedido de extradição de Alfredo Stroessner tenha sido efetivamente apresentado à República Federativa do Brasil, que tenha sido impulsionado através de medidas adicionais por parte das autoridades judiciais ou diplomáticas paraguaias. Ambos os processados gozaram da condição de asilados políticos nestes Estados. No momento de proferir esta Sentença, não consta na informação apresentada aos autos ações de autoridades judiciais paraguaias no sentido de formular outros pedidos de extradição, nem consta se existem ou existiram investigações ou causas penais abertas contra essas pessoas em Honduras ou no Brasil.

128. Segundo foi indicado anteriormente (par. 93 *supra*), os fatos do presente caso violaram normas inderrogáveis de Direito Internacional (*jus cogens*), em particular as proibições da tortura e dos desaparecimentos forçados de pessoas. Estas proibições são contempladas na definição de condutas que se considera que afetam valores ou bens transcendentais da comunidade internacional, e fazem necessária a ativação de meios, instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais para a persecução efetiva de tais condutas e a punição de seus autores, com o fim de preveni-las e evitar que permaneçam na impunidade. É assim que, diante da gravidade de determinados delitos, as normas de Direito Internacional consuetudinário e convencional estabelecem o dever de julgar seus responsáveis. Em casos como o presente, isto adquire especial relevância, pois os fatos se deram em um contexto de violação sistemática de direitos humanos –constituindo ambos crimes contra a humanidade– o que gera para os Estados a obrigação de assegurar que estas condutas sejam perseguidas penalmente e seus autores punidos.

129. Uma vez estabelecido o amplo alcance das obrigações internacionais *erga omnes* contra a impunidade das graves violações aos direitos humanos, a Corte reitera que, nos termos do artigo 1.1 da Convenção Americana, os Estados estão obrigados a investigar as violações de direitos humanos e a julgar e punir os responsáveis.

130. A plena realização da justiça, nesse tipo de casos, impunha-se ao Paraguai como um dever inescusável de ter solicitado, com a devida diligência e oportunidade, a extradição dos processados. Deste modo, segundo a obrigação geral de garantia estabelecida no artigo 1.1 da Convenção Americana, o Paraguai deve adotar todas as medidas necessárias, de caráter

judicial e diplomático, para julgar e punir todos os responsáveis pelas violações cometidas, inclusive promovendo por todos os meios a seu alcance os pedidos de extradição que correspondam. A inexistência de tratados de extradição não constitui uma base ou justificativa suficiente para deixar de impulsionar um pedido nesse sentido.

131. Do mesmo modo, diante da natureza e da gravidade dos fatos, mais ainda em se tratando de um contexto de violação sistemática de direitos humanos, a necessidade de erradicar a impunidade se apresenta perante a comunidade internacional como um dever de cooperação interestatal para estes efeitos. A impunidade não será erradicada sem a consequente determinação das responsabilidades gerais –do Estado– e de particulares –penais de seus agentes ou particulares–, complementares entre si. O acesso à justiça constitui uma norma imperativa de Direito Internacional e, como tal, gera obrigações *erga omnes* para os Estados de adotar as medidas que sejam necessárias para não deixar na impunidade essas violações, seja exercendo sua jurisdição para aplicar seu direito interno e o Direito Internacional para julgar e, se for o caso, punir os responsáveis, ou colaborando com outros Estados que o façam ou procurem fazê-lo.

132. Nestes termos, a extradição se apresenta como um importante instrumento para estes fins, de modo que a Corte considera pertinente declarar que os Estados Partes na Convenção devem colaborar entre si para erradicar a impunidade das violações cometidas neste caso, através do julgamento e, se for o caso, da punição de seus responsáveis. Ademais, em virtude dos princípios mencionados, um Estado não pode conceder proteção direta ou indireta aos processados por crimes contra os direitos humanos através da aplicação indevida de figuras legais que atentem contra as obrigações internacionais pertinentes. Em consequência, o mecanismo de garantia coletiva estabelecido de acordo com a Convenção Americana, em conjunto com as obrigações internacionais regionais⁸⁶ e universais⁸⁷ na matéria, vinculam os Estados da região a colaborar de boa fé nesse sentido, seja mediante a extradição ou o julgamento em seu território dos responsáveis pelos fatos do presente caso.

⁸⁶ Cf. Carta da Organização de Estados Americanos, Preâmbulo e artigo 3.e; Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura; Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoa e Resolução nº 1/03 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre julgamento de crimes internacionais.

⁸⁷ Cf. Carta das Nações Unidas aprovada em 26 de junho de 1945, Preâmbulo e artigo 1.3; Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 217 A (iii) de 10 de dezembro de 1948; Pacto Internacional de Direitos Civis Políticos das Nações Unidas, resolução 2200 A (XXI) da Assembleia Geral de 16 de dezembro de 1966; Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e seus Protocolos; Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes de Lesa Humanidade, resolução 2391 (XXIII) da Assembleia Geral de 26 de novembro de 1968; Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio, resolução 260 A (III) da Assembleia Geral de 9 de dezembro de 1948; Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, resolução 39/46 da Assembleia Geral de 10 de dezembro de 1984; Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado, G.A. Res. 47/133, 47 U.N. GAOR Supp. (nº 49) at 207, U.N. Doc. A/47/49 (1992), artigo 14; Princípios das Nações Unidas sobre a efetiva prevenção e investigação de execuções extra-legais, arbitrárias e sumárias, E.S.C. Res. 1989/65, U.N. Doc. E/1989/89 para. 18 (24 de maio de 1989); Princípios das Nações Unidas de Cooperação Internacional na Detecção, Prisão, Extradicação e Sanção de Pessoas Culpáveis por Crimes de Guerra e Crimes de Lesa Humanidade, G.A. Res. 3074, U.N. Doc. A/9030 (1973); Resolução sobre a questão do castigo dos criminosos de guerra e das pessoas que tenham cometido crimes de lesa humanidade, G.A. Res. 2840, U.N. Doc. A/Res/2840 (1971); Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade da Comissão de Direito Internacional de 1996; Projeto de Convenção Internacional para a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados, Conselho de Direitos Humanos de Nações Unidas, 1º período de sessões, tema 4 do programa, A/HRC/1/L.2, 22 de junho de 2006; Declaração sobre o Asilo Territorial, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 2312 (XXII) de 14 de dezembro de 1967, e Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, 189 U.N.T.S. 150, adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência de Plenipotenciários sobre o estatuto dos refugiados e dos apátridas (Nações Unidas), convocada pela Assembleia Geral em sua Resolução 429 (V), de 14 de dezembro de 1950.

133. Foi demonstrado que, apesar de terem sido iniciados estes processos penais com o fim de esclarecer os fatos, aqueles não foram eficazes para julgar e, se fosse o caso, punir todos os seus responsáveis. Houve condenações em primeira e segunda instância, mas os processos não foram concluídos, de maneira que o Estado não puniu todas as pessoas responsáveis penalmente pelos fatos antijurídicos objeto da demanda. No marco da impunidade verificada, os recursos judiciais não foram efetivos e o transcurso do tempo possui um papel fundamental em apagar todos os rastros do delito, tornando desta maneira ilusória a proteção judicial consagrada nos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana. A Corte considera, deste modo, que o Estado é responsável pela violação dos direitos consagrados nestas normas, em relação ao artigo 1.1 desta Convenção, em detrimento de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, bem como de seus familiares Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú, Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Rosa Mujica Giménez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Mario Mancuello; Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro, Fabriciana Villalba de Ramírez, Lucrecia Ramírez de Borba, Eugenia Adolfina Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Mario Artemio Ramírez Villalba, Herminio Arnoldo Ramírez Villalba, Julio Darío Ramírez Villalba e María Magdalena Galeano.

XII REPARAÇÕES (Aplicação do Artigo 63.1 da Convenção Americana)

Alegações da Comissão

134. Em relação aos beneficiários, a Comissão:

- a) manifestou em sua demanda que, em função da natureza do presente caso, os beneficiários das reparações que a Corte ordene como consequência das violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado são o doutor Agustín Goiburú Giménez, sua esposa, seus dois filhos e sua filha; o senhor Carlos José Mancuello Bareiro, sua mãe, sua esposa, sua filha e seu filho; os irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, duas irmãs e dois irmãos;
- b) em suas alegações finais escritas acrescentou a 11 pessoas adicionais às mencionadas na demanda como "vítimas das violações estabelecidas";
- c) informou à Corte que os peticionários haviam remetido informação sobre cinco sobrinhos dos irmãos Ramírez Villalba, filhos do senhor Julio Darío Ramírez Villalba. A este respeito, solicitou que, no caso de que fosse determinada sua qualidade de parte lesada, fossem considerados como beneficiários pela Corte.

135. Em relação aos danos materiais e imateriais, a Comissão:

- a) solicitou à Corte que ordene ao Estado indenizar os danos materiais e imateriais causados às vítimas e a seus familiares;
- b) solicitou que a Corte fixe em equidade o montante da indenização correspondente ao dano emergente e ao lucro cessante. A este respeito, solicitou ao Tribunal que tenha em conta que os familiares sofreram múltiplas consequências, incluindo a perda de

seus filhos, pais, esposos ou irmãos, os quais constituíam, em muitos casos, o sustento econômico do núcleo familiar. Além disso, manifestou que, como consequência dos fatos, os familiares assumiram perdas materiais consideráveis e determinantes, já que deixaram de receber seus ingressos habituais e necessários para sua subsistência e realizaram gastos relacionados com a busca do paradeiro destes e na obtenção de justiça;

- c) manifestou que os familiares das vítimas não receberam nenhuma indenização por parte do Estado, motivo pelo qual seu direito a uma reparação como consequência do ilícito internacional subsiste integralmente e corresponde à Corte Interamericana e não aos tribunais nacionais determiná-la conforme os princípios da equidade;
- d) manifestou que não considera que o salário recebido por um filho do doutor Agustín Goiburú por seu trabalho no Ministério de Relações Exteriores do Paraguai possa ser utilizado como reparação que deve ser paga pelo Estado aos familiares de Agustín Goiburú;
- e) solicitou à Corte que fixe em equidade o montante da compensação a título de danos imateriais em atenção à natureza do caso e devido aos sofrimentos padecidos pelos familiares das vítimas como consequência, *inter alia*, da falta de uma investigação diligente dos fatos e da consequente punição dos responsáveis. Os testemunhos dos familiares das vítimas permitem à Corte apreciar a magnitude do dano sofrido;
- f) considerou procedente a aplicação da presunção do dano imaterial a respeito de filhos, cônjuges ou companheiras, pais e irmãos;
- g) manifestou que uma medida essencial de satisfação é concluir uma investigação séria, completa e efetiva para determinar a responsabilidade intelectual e material de todos os autores pela detenção e posterior desaparecimento forçado das supostas vítimas;
- h) solicitou que os familiares das supostas vítimas tenham pleno acesso e capacidade de atuar em todas as etapas e instâncias destas investigações, de acordo com a lei interna e as normas da Convenção Americana. Além disso, o Estado deverá assegurar o cumprimento efetivo da decisão que os tribunais internos venham a adotar, em acatamento desta obrigação. O resultado do processo deverá ser publicamente divulgado, para que a sociedade paraguaia conheça a verdade;
- i) argumentou que o Estado deve adotar as medidas necessárias para localizar e fazer a entrega dos restos dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, que ainda não foram localizados, a fim de que seus familiares completem o luto pelo desaparecimento de seus entes queridos;
- j) solicitou que o Estado reconheça publicamente sua responsabilidade internacional mediante a realização de um ato público, em presença de suas mais altas autoridades, em relação aos fatos deste caso e em desagravo de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareriro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, e
- k) tomando em conta os pedidos dos familiares das vítimas formulados em suas declarações testemunhais, considerou que o Estado deve, *inter alia*:

oferecer desculpas oficiais às vítimas do caso, de forma particular, e às vítimas do regime ditatorial, em geral;

implementar a matéria de direitos humanos em colégios e escolas, bem como estabelecer no currículo escolar um espaço dedicado à história das vítimas, em particular, e do processo ditatorial, em geral;

estabelecer uma data escolar de comemoração das vítimas;

declarar como feriado nacional o dia 3 de fevereiro como a data em que se deu fim à ditadura;

dispor de mecanismos de controle e acompanhamento e estabelecer as garantias de cumprimento das disposições emanadas da Corte Interamericana;

construir um monumento em homenagem aos desaparecidos do regime na praça do Congresso;

oferecer apoio médico e psicológico gratuito a todos os familiares das vítimas;

assumir a investigação, a coleta de dados e materiais que sirvam para a localização e identificação dos restos do doutor Goiburú. Além disso, tomar as ações necessárias para encontrar os restos de Carlos José Mancuello Bareiro, entregá-los aos familiares e esclarecer seu processo de morte. Ademais, o Estado deve se envolver e utilizar todos os seus meios para encontrar os restos de Rodolfo e Benjamín Mancuello Bareiro;

adotar os trâmites necessários para conseguir a extradição de Alfredo Stroessner para que seja julgado e cumpra a pena determinada no processo, ou estabelecer os trâmites necessários para que o Brasil, se não conceder extradição, submeta o caso a suas autoridades competentes como se o delito tivesse sido cometido no âmbito de sua jurisdição, para efeitos de sua investigação e processamento penal, de acordo com sua legislação nacional, tal como estabelece o artigo VI da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas;

dispor, por meio de uma lei, que se reconheça dentro do Código Civil a figura do "ausente por desaparecimento forçado" às pessoas que tenham sido privadas de sua liberdade e posteriormente desaparecidas de 1954 até 1989;

criar uma fundação e, conseqüentemente, um centro médico assistencial com o nome do doutor Goiburú com atenção gratuita para as vítimas da ditadura e seus familiares;

criar um refeitório para as crianças em situação de rua em Asunción, na rua que leva o nome do doutor Goiburú;

nomear um colégio "doutor Goiburú" e outro "Carlos José Mancuello";

publicar, em um meio de grande difusão, a história completa do doutor Goiburú com as desculpas correspondentes à família, à comunidade e à classe médica;

acelerar os processos penais contra os envolvidos nos fatos de Carlos José Mancuello Bareiro e verificar o cumprimento das penas, facilitando os trâmites e financiando o acompanhamento dos casos;

elaborar e executar programas de atenção primária à saúde que levem o nome de Carlos José Mancuello;

designar alguma avenida principal com o nome Carlos Mancuello, e

localizar a senhora María Magdalena Galeano, companheira de Benjamín Ramírez Villalba, e indenizá-la.

Alegações dos representantes

136. Em suas alegações finais escritas, os representantes fizeram suas a maioria das alegações expressadas pela Comissão em sua demanda, em relação às reparações. Da mesma forma, retomaram vários dos pedidos incluídos nas declarações juramentadas por parte dos familiares. A este respeito, solicitaram à Corte que tome em conta todas as medidas de satisfação e não repetição que os familiares das vítimas solicitaram em seus testemunhos. Finalmente, manifestaram que, em relação aos beneficiários, além das pessoas mencionadas pela Comissão em sua demanda, "igualmente devem ter acesso à indenização todos os familiares, se as circunstâncias assim o justificarem."

137. Outrossim, os representantes solicitaram à Corte que ordene ao Estado que reembolse os gastos e custas realizados pelos familiares das vítimas e seus representantes no âmbito nacional. A este respeito, indicaram que tanto o Comitê de Igrejas para Ajuda de Emergência, como *Global Rights*, teriam incorrido em gastos ao longo de mais de 16 anos.

Alegações do Estado

138. O Estado manifestou ter feito importantes esforços para ressarcir as vítimas de graves violações de direitos humanos durante a ditadura, ou de seus familiares, em particular no âmbito do procedimento amistoso ou, em geral, através de reparações de tipo moral. Além disso, denominou a praça localizada ao lado do Palácio de Governo como a "Praça dos Desaparecidos" e criou o Centro de Documentação e Arquivo para a defesa dos Direitos Humanos, onde se encontra o "Arquivo do Terror". Finalmente, mencionou que, em 6 de outubro de 2003, aprovou-se a Lei 2225, "através da qual se cria a Comissão da Verdade e Justiça" (par. 41 *supra*).

Considerações da Corte

139. À luz do reconhecimento de responsabilidade efetuado pelo Estado (par. 41 a 51 *supra*), e de acordo com as considerações sobre o mérito expostas nos capítulos anteriores, a Corte declarou que o Estado é responsável pela violação dos artigos 4.1 (Direito à Vida), 5.1 e 5.2 (Direito à Integridade Pessoal) e 7 (Direito à Liberdade Pessoal) da Convenção, em relação ao artigo 1.1 (Obrigação de Respeitar os Direitos) da mesma, em detrimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba (par. 94 *supra*). Ademais, o Estado violou os direitos consagrados nos artigos 5.1 (Direito à Integridade Pessoal), 8.1 (Garantias Judiciais) e 25 (Proteção Judicial) da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 (Obrigação de Respeitar os Direitos) da mesma, em detrimento deles e de seus familiares (par. 133 *supra*).

140. É um princípio de Direito Internacional que toda violação de uma obrigação internacional que tenha produzido dano implica o dever de repará-lo adequadamente.⁸⁸ Em suas decisões a este respeito, a Corte se baseou no artigo 63.1 da Convenção Americana, segundo o qual:

[q]uando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.

141. O artigo 63.1 da Convenção Americana recepciona uma norma consuetudinária que constitui um dos princípios fundamentais do Direito Internacional contemporâneo sobre a responsabilidade dos Estados. Ao produzir-se um fato ilícito imputável a um Estado, surge sua responsabilidade internacional, com o conseqüente dever de reparar e fazer cessar as conseqüências da violação.⁸⁹ A obrigação de reparar é regulamentado pelo Direito Internacional, e não pode ser modificada ou descumprida pelo Estado invocando, para tanto, disposições de seu direito interno.⁹⁰

142. A reparação do dano ocasionado pela infração de uma obrigação internacional requer, sempre que seja possível, a plena restituição (*restitutio in integrum*), a qual consiste no restabelecimento da situação anterior. Caso isso não seja possível, cabe ao tribunal internacional determinar uma série de medidas para, além de garantir os direitos violados, reparar as conseqüências que as infrações produziram, bem como estabelecer o pagamento de uma indenização como compensação pelos danos ocasionados.⁹¹ É necessário acrescentar as medidas de caráter positivo que o Estado deve adotar para assegurar que não se repitam fatos lesivos como os ocorridos no presente caso.⁹²

143. As reparações são medidas dirigidas a fazer desaparecer os efeitos das violações cometidas. Sua natureza e seu montante dependem das características da violação e do dano ocasionado nos planos material e imaterial. Não podem implicar enriquecimento nem empobrecimento para a vítima ou seus sucessores, e devem possuir relação com as violações declaradas na Sentença.⁹³

144. À luz dos critérios anteriores e das circunstâncias do presente caso, a Corte procederá a analisar as pretensões apresentadas pela Comissão e pelos representantes a respeito das reparações, com o objetivo de ordenar as medidas dirigidas a reparar os danos no presente caso.

⁸⁸ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 115; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 208, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 174.

⁸⁹ Cfr. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 209; *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 346, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 175.

⁹⁰ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 117; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 209, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 347.

⁹¹ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 117; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 209, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 347.

⁹² Cf. *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 176; *Caso López Álvarez*, nota 6 *supra*, par. 182; *Caso Blanco Romero e outros*. Sentença de 28 de novembro de 2005. Série C Nº 138, par. 69; e *Caso García Asto e Ramírez Rojas*, nota 69 *supra*, par. 248.

⁹³ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 118; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 210, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 348.

A) *BENEFICIÁRIOS*

145. A Corte procederá agora a determinar quais pessoas devem ser consideradas como "parte lesada" nos termos do artigo 63.1 da Convenção Americana e conseqüentemente credoras das reparações que o Tribunal venha a determinar. Em primeiro lugar, a Corte considera como "parte lesada" os senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, em seu caráter de vítimas das violações estabelecidas em seu prejuízo (par. 139 *supra*), de modo que serão credores das reparações que o Tribunal venha a fixar a título de dano material e imaterial.

146. Além disso, este Tribunal considera como "parte lesada" os familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, em seu próprio caráter de vítimas da violação aos direitos consagrados nos artigos 5.1, 8.1 e 25 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 da mesma (par. 139 *supra*).

147. Os familiares das vítimas serão credores das reparações que o Tribunal venha a fixar a título de dano imaterial e/ou material, em seu próprio caráter de vítimas das violações à Convenção declaradas, bem como daquelas reparações que a Corte fixe em seu caráter de herdeiros dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba. Portanto, considera-se como "parte lesada", além das quatro vítimas mencionadas, as seguintes pessoas:

- a) familiares do doutor Agustín Goiburú Giménez: Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú (esposa); Rogelio Agustín, Rolando Agustín e Patricia Jazmín, todos Goiburú Benítez (filhos e filha), e Rosa Mujica Giménez (irmã);
- b) familiares de Carlos José Mancuello Bareiro: Gladis Ester Ríos de Mancuello (esposa); Claudia Anahí e Carlos Marcelo, ambos Mancuello Ríos (filha e filho); Ana Arminda Bareiro viúva de Mancuello (mãe); Mario Mancuello (pai); Ana Elizabeth, Hugo Alberto, Mario Andrés e Emilio Raúl, todos Mancuello Bareiro (irmã e irmãos), e
- c) familiares de Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba: Fabriciana Villalba de Ramírez (mãe); Lucrecia Francisca Ramírez de Borba, Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora, Mario Artemio, Herminio Arnoldo e Julho Darío, todos Ramírez Villalba (irmãs e irmãos) e María Magdalena Galeano (ex-companheira de Benjamín Ramírez Villalba).

148. A distribuição das indenizações entre os familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, a título de dano material e imaterial correspondente a eles, será feita da seguinte maneira:⁹⁴

- a) Cinquenta por cento (50%) da indenização será dividida em partes iguais entre os filhos das vítimas e os cinquenta por cento (50%) restantes da indenização deverão ser entregues a quem foi cônjuge, ou companheira da vítima no momento da privação da vida ou desaparecimento;
- b) Caso a vítima não tenha filhos ou filhas, nem cônjuge ou companheira, a indenização se distribuirá da seguinte maneira: cinquenta por cento (50%) será entregue a seus pais. Caso um deles tenha falecido, a parte que lhe corresponde

⁹⁴ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 122; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 218, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 182.

será acrescida à do outro. Os cinquenta por cento (50%) restantes serão divididos em partes iguais entre as irmãs e os irmãos da vítima, e

c) Caso não existam familiares em nenhuma ou em algumas das categorias definidas nos incisos anteriores, o que tiver correspondido aos familiares localizados nessa ou nessas categorias, será acrescido, proporcionalmente, à parte que corresponda aos demais.

149. No caso dos familiares das vítimas, credores das indenizações que se estabelecem na presente Sentença, que tiverem falecido ou que venham a falecer antes de que lhes seja entregue a respectiva indenização, serão aplicados os mesmos critérios de distribuição da indenização indicados no parágrafo anterior.

B) *DANO MATERIAL*

150. A Corte se referirá nesta seção ao dano material, o qual supõe a perda ou redução da renda das vítimas, os gastos efetuados com motivo dos fatos e as consequências de caráter pecuniário que tenham um nexo causal com os fatos do caso *sub judice*, para o que, quando corresponde, o Tribunal fixa um montante indenizatório que busca compensar as consequências patrimoniais das violações que foram declaradas na presente Sentença,⁹⁵ tomando em conta o acatamento realizado pelo Estado, as circunstâncias do caso, a prova oferecida, a jurisprudência do Tribunal e as alegações das partes.

151. No presente caso se provou que o senhor Agustín Goiburú tinha 46 anos no momento de seu desaparecimento, era médico cirurgião traumatologista e constituía o sustento econômico de sua família, conformada por sua esposa e seus três filhos (pars. 61.15 a 61.17 e 61.29 *supra*).

152. Por outro lado, está provado que o senhor Carlos José Mancuello Bareiro tinha 25 anos no momento de seu desaparecimento, era empregado da empresa representante da marca Mercedes Benz no Paraguai e também era estudante de engenharia eletromecânica. Era o sustento econômico de sua família, conformada, até o momento de sua detenção, por sua esposa e sua filha. Além disso, apoiava economicamente a seus pais e irmãos (pars. 61.28 e 61.40 *supra*).

153. Foi provado, também, que o senhor Benjamín Ramírez Villalba tinha 26 anos no momento de seu desaparecimento, era contador público, ajudava economicamente a sua família e tinha como companheira a María Magdalena Galeano (pars. 61.43 e 61.45 *supra*).

154. Por sua vez, o senhor Rodolfo Ramírez Villalba tinha 36 anos no momento de seu desaparecimento, era trabalhador em uma "chácara", e posteriormente trabalhou em uma companhia de perfurações de petróleo como técnico em instalação de poços petrolíferos. Assim como seu irmão, ajudava economicamente a sua família (par. 61.43 e 61.44 *supra*).

155. Este Tribunal observa que nos autos não constam comprovantes idôneos para determinar com exatidão a renda que os senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba recebiam no momento dos fatos. Entretanto, tomando em consideração as atividades que as vítimas realizavam como meio de subsistência, bem como as circunstâncias e particularidades do presente caso, a Corte fixa em equidade as seguintes quantias a título de perda de renda: US\$ 100.000,00 (cem

⁹⁵ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 126; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 220, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 370.

mil dólares dos Estados Unidos da América) a favor do senhor Agustín Goiburú; US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) a favor do senhor Carlos José Mancuello Bareiro; US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) a favor do senhor Benjamín Ramírez Villalba, e US\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) a favor do senhor Rodolfo Ramírez Villalba. Estas quantias deverão ser entregues de acordo com o parágrafo 148 da presente Decisão.

C) *DANO IMATERIAL*

156. O dano imaterial pode compreender tanto os sofrimentos e as aflições causados à vítima direta e a seus familiares próximos, a deterioração de valores muito significativos para as pessoas, bem como as alterações, de caráter não pecuniário, nas condições de existência da vítima ou de sua família. Dado que não é possível atribuir ao dano imaterial um equivalente monetário preciso, apenas pode ser objeto de compensação, para os fins da reparação integral à vítima, mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro ou da entrega de bens ou serviços apreciáveis em dinheiro, que o Tribunal determine em aplicação razoável do arbítrio judicial e em termos de equidade, bem como mediante a realização de atos ou obras de alcance ou repercussão públicos, que tenham como efeito o reconhecimento da dignidade da vítima e evitar que voltem a ocorrer violações aos direitos humanos.⁹⁶ O primeiro aspecto da reparação do dano imaterial será analisada nesta seção e o segundo, na seção D) deste capítulo.

157. Tal como a Corte indicou em outros casos,⁹⁷ o dano imaterial imposto aos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba é evidente, pois é próprio da natureza humana que toda pessoa submetida a detenção arbitrária, incomunicação, torturas e desaparecimento forçado experimente um profundo sofrimento, angústia, terror, impotência e insegurança, de modo que este dano não requer provas.

158. Como foi estabelecido, antes de desaparecerem, os senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba foram privados ilegalmente de sua liberdade e foram sujeitos à tortura enquanto estiveram detidos. A este respeito, o doutor Goiburú viveu por vários anos a perseguição por parte da ditadura do General Stroessner, o que o havia levado a viver no exílio. Inclusive, antes de sua última detenção e posterior desaparecimento, foi objeto de diversos atentados e, também, de um sequestro. Posteriormente, uma vez detido, o doutor Goiburú foi trasladado da Argentina ao Paraguai onde permaneceu detido e sujeito a torturas, tais como a "pileteada". Por sua vez, os senhores Carlos José Mancuello Bareiro e Benjamín e Rodolfo Ramírez Villalba permaneceram detidos por vinte e dois meses, durante os quais foram submetidos a torturas, inclusive com o "teyurugay" e a "pileteada". Por sua vez, os familiares destas pessoas sofreram danos como consequência do desaparecimento forçado das mesmas, pela falta de apoio das autoridades estatais na busca efetiva dos desaparecidos, pela estigmatização ao serem vistos como familiares de "subversivos" e pelo medo de iniciar as buscas de seus familiares. Posto que os senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba ainda se encontram desaparecidos, os familiares não contaram com a possibilidade de honrar apropriadamente os seus entes queridos. A ausência de uma investigação completa e efetiva sobre os fatos e a impunidade constituem uma fonte de sofrimento e angústia

⁹⁶ Cfr. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 130; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 227, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 383.

⁹⁷ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 384; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 255, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 283.

adicionais para os familiares. Além disso, alguns familiares tiveram de viver no exílio como consequência dos fatos. Todo o anterior, além de ter afetado sua integridade psíquica, teve impacto nas suas relações sociais e laborais e alterou a dinâmica de suas famílias (pars. 95 a 104 *supra*).

159. Quanto aos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, a Corte reitera que o sofrimento ocasionado à vítima “se estende aos membros mais íntimos da família, em especial àqueles que estiveram em contato afetivo estreito com a vítima”.⁹⁸ Ademais, o Tribunal considerou que os sofrimentos ou morte –neste caso, o desaparecimento forçado– de uma pessoa acarretam a suas filhas, filhos, cônjuge ou companheira, mãe, pai, e irmãs e irmãos um dano imaterial, razão pela qual não é necessário demonstrá-lo.⁹⁹ Do mesmo modo, foram estabelecidas outras circunstâncias que agravaram a violação ao direito à integridade pessoal dos familiares, anterior e posteriormente à detenção e ao desaparecimento daqueles.

160. A jurisprudência internacional estabeleceu reiteradamente que a sentença constitui *per se* uma forma de reparação.¹⁰⁰ Não obstante isso, devido à gravidade dos fatos do presente caso e da situação de impunidade, a intensidade do sofrimento causado às vítimas, as alterações de suas condições de existência e as demais consequências de ordem não material ou não pecuniária produzidas, a Corte considera necessário ordenar o pagamento de uma compensação a título de dano imaterial, conforme o princípio de equidade,¹⁰¹ a qual deverá ser entregue segundo o estipulado nos parágrafos 147 a 149 da presente Sentença, e de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) para cada um dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, a Corte fixa a quantia de US\$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);
- b) para os familiares imediatos dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, que são por sua vez vítimas, a Corte considera que o dano correspondente deve ser compensado mediante o pagamento a seu favor dos montantes que se indicam a seguir:
 - i. US\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) no caso da mãe, do pai, da cônjuge ou da companheira permanente e de cada filha e filho dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba;
 - ii. US\$ 10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) no caso de cada irmã ou irmão dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba;

⁹⁸ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 132.b; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 257, e *Caso das Irmãs Serrano Cruz*, nota 68 *supra*, par. 159.

⁹⁹ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 386; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 257, e *Caso 19 Comerciantes*, nota 60 *supra*, par. 229.

¹⁰⁰ Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 131; *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 387, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 189.

¹⁰¹ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 390; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, *supra* nota par. 258, e *Caso Blanco Romero e outros*, nota 92 *supra*, par. 87.

iii. a quantia mencionada no inciso i) será acrescida do pagamento de US\$5.000,00 (cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) para Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos e Emilio Raúl Mancuello Bareiro, que eram menores de idade no momento do desaparecimento forçado de seus pais e irmão, respectivamente, já que estes sofrimentos aumentaram por sua condição de menores de idade e a desproteção à que se viram submetidos por causa do Estado;

iv. a quantia mencionada no inciso i) e ii) será acrescida do pagamento de US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América) para as senhoras Ana Arminda Bareiro de Mancuello e Elva Elisa Benítez de Goiburú, bem como ao senhor Julio Darío Ramírez Villalba, que promoveram o processo penal e enfrentaram as irregularidades do processo a respeito de seus familiares;

v. a quantia mencionada no inciso i) será acrescida do pagamento de US\$ 10.000 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) para Gladis Esther Ríos de Mancuello, que foi detida junto com seu esposo e permaneceu na prisão por quase três anos; retiraram-lhe sua filha de meses de idade sem informar-lhe, por um tempo, a quem a haviam entregado; passou a maior parte de sua gravidez na prisão e criou seu bebê na prisão durante mais de dois anos. Finalmente, a Corte toma em consideração que, depois de ser expulsa do Paraguai, a senhora Ríos de Mancuello viveu fora de seu país até o fim da ditadura;

vi. a quantia mencionada no inciso i) será acrescida do pagamento de US\$ 8.000,00 (oito mil dólares dos Estados Unidos da América) para María Magdalena Galeano, que foi detida no mesmo dia de seu companheiro e permaneceu na prisão por mais de três anos;

vii. a quantia mencionada no inciso ii) será acrescida do pagamento de \$8.000,00 (oito mil dólares dos Estados Unidos da América) para Rosa Mujica Giménez, que foi detida por ser irmã do senhor Goiburú. Além disso, deu à luz em uma Delegacia. Uma vez liberada, sofreu prisão domiciliar e, dois anos mais tarde, voltou a ser detida por dois meses, e

viii. a quantia mencionada no inciso i) será acrescida do pagamento de US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América) para Carlos Marcelo Mancuello Ríos, que nasceu em uma delegacia enquanto sua mãe estava privada da liberdade e a acompanhou na prisão durante seus primeiros dois anos e meio de vida, data na qual foram libertados e expulsos do Paraguai, depois de que sua mãe fez uma greve de fome reclamando notícias de seu esposo. Ele foi com sua mãe para o exílio.

161. Com base no anterior, a Corte fixa em equidade os seguintes valores a título de compensação dos danos imateriais ocasionados pelas violações declaradas no presente caso, a favor das pessoas desaparecidas, bem como de seus familiares:

Agustín Goiburú Giménez		US \$ 50.000,00
Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú	Esposa	US \$ 28.000,00
Rogelio Agustín Goiburú Benítez	Filho	US \$ 25.000,00
Rolando Agustín Goiburú Benítez	Filho	US \$ 25.000,00

Patricia Jazmín Goiburú Benítez	Filha	US \$ 30.000,00
Rosa Mujica Giménez	Irmã	US \$ 18.000,00
Carlos José Mancuello Bareiro		US \$ 50.000,00
Gladis Ester Ríos de Mancuello	Esposa	US \$ 35.000,00
Claudia Anahí Mancuello Ríos	Filha	US \$ 30.000,00
Carlos Marcelo Mancuello Ríos	Filho	US \$ 33.000,00
Ana Arminda Bareiro de Mancuello	Mãe	US \$ 28.000,00
Mario Mancuello	Pai	US \$ 25.000,00
Hugo Alberto Mancuello Bareiro	Irmão	US \$ 10.000,00
Ana Elizabeth Mancuello Bareiro	Irmã	US \$ 10.000,00
Mario Andrés Mancuello Bareiro	Irmão	US \$ 10.000,00
Emilio Raúl Mancuello Bareiro	Irmão	US \$ 15.000,00
Rodolfo Ramírez Villalba		US \$ 50.000,00
Benjamín Ramírez Villalba		US \$ 50.000,00
Fabriciana Villalba de Ramírez	Mãe	US \$ 25.000,00
Lucrecia Francisca Ramírez de Borba	Irmã	US \$ 10.000,00
Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza	Irmã	US \$ 10.000,00
Sotera Ramírez de Arce	Irmã	US \$ 10.000,00
Sara Diodora Ramírez Villalba	Irmã	US \$ 10.000,00
Mario Artemio Ramírez Villalba	Irmão	US \$ 10.000,00
Herminio Arnoldo Ramírez Villalba	Irmão	US \$ 10.000,00
Julio Darío Ramírez Villalba	Irmão	US \$ 13.000,00
María Magdalena Galeano	Companheira de Benjamín	US \$ 33.000,00

162. A compensação determinada no parágrafo anterior a favor dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba será entregue de acordo com o parágrafo 148 da presente Sentença. A compensação determinada no quadro anterior será entregue diretamente a cada beneficiário. Caso algum deles tiver falecido ou venha a falecer antes de que lhe seja entregue a indenização respectiva, o montante que lhe teria correspondido se distribuirá conforme o direito interno aplicável.¹⁰²

*D) OUTRAS FORMAS DE REPARAÇÃO
(Medidas de satisfação e garantias de não repetição)*

163. Nesta seção, o Tribunal determinará as medidas de satisfação que buscam reparar o dano imaterial, que não possuem alcance pecuniário, e também ordenará medidas de alcance ou repercussão pública (par. 156 *supra*).

- a) *Obrigação de investigar os fatos que geraram as violações do presente caso, e de identificar, julgar e punir os responsáveis*

164. O Estado está obrigado a combater a situação de impunidade que impera no presente caso por todos os meios disponíveis, já que esta propicia a repetição crônica das violações de direitos humanos e a total desproteção das vítimas e de seus familiares,¹⁰³ os

¹⁰² Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 240; *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 192, e *Caso López Álvarez*, nota 75 *supra*, par. 203.

¹⁰³ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 399; *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 195, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 266.

quais têm o direito de conhecer a verdade dos fatos.¹⁰⁴ Este direito à verdade, ao ser reconhecido e exercido em uma situação concreta, constitui um meio importante de reparação e dá lugar a uma justa expectativa das vítimas, que o Estado deve satisfazer.¹⁰⁵

165. Do mesmo modo, a Corte recorda que os familiares das vítimas têm o direito, e os Estados a obrigação, de que o ocorrido a elas seja efetivamente investigado pelas autoridades do Estado, que seja instaurado um processo contra os supostos responsáveis por estes ilícitos e, se for o caso, que sejam impostas as sanções pertinentes.¹⁰⁶ À luz do anterior, o Estado deve realizar imediatamente as devidas diligências para ativar e concluir eficazmente, em um prazo razoável, a investigação para determinar as correspondentes responsabilidades intelectuais e materiais dos autores dos fatos cometidos em prejuízo dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba; e deve concluir os processos penais já iniciados. Para isso, deve remover todos os obstáculos, *de facto* e *de jure*, que mantenham a impunidade, e utilizar todos os meios disponíveis para acelerar a investigação e os procedimentos respectivos e assim evitar a repetição de fatos tão graves como os presentes. O Estado deve informar à Corte a cada seis meses sobre as medidas adotadas a este respeito e, em particular, sobre os resultados obtidos. Ademais, estes resultados deverão ser publicamente divulgados pelo Estado, de maneira que a sociedade paraguaia possa conhecer a verdade sobre os fatos do presente caso.

166. Em particular, de acordo com o indicado anteriormente (pars. 123 a 132 *supra*), nos termos da obrigação geral de garantia estabelecida no artigo 1.1 da Convenção Americana, o Paraguai deve adotar todas as medidas necessárias, de caráter judicial e diplomático, para julgar e punir todos os responsáveis pelas violações cometidas, impulsionando por todos os meios a seu alcance os pedidos de extradição que correspondam sob as normas internas ou de Direito Internacional pertinentes. Outrossim, em função da efetividade do mecanismo de garantia coletiva estabelecido de acordo com a Convenção, e como foi declarado, o Paraguai, assim como os Estados Partes na Convenção, devem colaborar entre si para erradicar a impunidade das violações cometidas neste caso, mediante o julgamento e punição de seus responsáveis, e colaborar de boa fé entre si, seja mediante a extradição ou o julgamento em seu território destes responsáveis.

167. A respeito do pedido dos representantes relativo a que o Estado aprove uma lei para que se reconheça dentro do Código Civil a figura do "ausente por desaparecimento forçado" às pessoas que tenham sido privadas de sua liberdade como consequência de seu desaparecimento de 1954 até 1989, o Tribunal considera que esta petição não foi suficientemente fundamentada tanto nas alegações de mérito, como nas de reparações, de maneira que a Corte não conta com elementos suficientes para se pronunciar a respeito.

168. Os representantes solicitaram que a Corte ordene ao Estado "realizar as reformas penais e processuais penais necessárias no Paraguai para permitir o julgamento a revelia",

¹⁰⁴ Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 245; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 266, e *Caso Gómez Palomino*, nota 5 *supra*, par. 76.

¹⁰⁵ Cf. *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 266; *Caso Blanco Romero e outros*, nota 92 *supra*, par. 95, e *Caso do Massacre de Mapiripán*, nota 2 *supra*, par. 297.

¹⁰⁶ Cf. *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 246; *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 197, e *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, par. 219.

com base no fato de que atualmente “isso parece ser um problema que impediu iniciar processos penais contra Stroessner e Montanaro”. A este respeito, a Corte observa que não existe um consenso claro nem na doutrina, nem nas legislações nacionais dos Estados da região, sobre a regulamentação deste instituto processual. Além disso, há casos nos quais as condenações a revelia não são executadas por não terem sido feitas efetivas as ordens de captura expedidas contra as pessoas condenadas, o que termina convertendo-se em um fator de impunidade, e em um benefício a seu favor, pela ação da justiça que os condena, mas não faz efetiva a sanção imposta.¹⁰⁷ Deste modo, a Corte não se pronunciará a respeito.

169. A Corte aprecia, como um início de reparação, a aprovação da Lei 2225, “através da qual se cria a Comissão da Verdade e Justiça” para “investigar fatos que constituem ou possam constituir violações aos direitos humanos cometidas por agentes estatais ou paraestatais entre maio de 1954 até a promulgação da Lei”. A este respeito, o Tribunal considera que o trabalho desta Comissão poderia contribuir com a busca da verdade de um período histórico do Paraguai, razão pela qual constitui um esforço muito importante realizado por parte do Estado. A este respeito, o Tribunal insta o Estado a continuar o desenvolvimento da mesma.

170. A Corte avalia positivamente a criação do Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos, conhecido como “Arquivo do Terror”, o qual contribuiu com a busca da verdade histórica não apenas do Paraguai, mas de toda a região. A preservação, classificação e sistematização destes documentos constitui um importante esforço para o estabelecimento e reconhecimento da verdade histórica dos fatos vividos no Cone Sul durante várias décadas.

b) Busca e enterro dos restos dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba

171. O direito dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba de conhecer onde se encontram os restos mortais de seus familiares,¹⁰⁸ constitui uma medida de reparação e, portanto, uma expectativa que o Estado deve satisfazer aos familiares das vítimas.¹⁰⁹ Outrossim, o Tribunal indicou que os restos mortais de uma pessoa merecem ser tratados com respeito diante de seu luto, pela significação que têm para estes.¹¹⁰

172. A Corte considera indispensável que, para efeitos das reparações, o Estado proceda de imediato à busca e localização dos restos mortais dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba. Caso sejam

¹⁰⁷ Cf. *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 293 e 312; *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, pars. 187 e 211, e *Caso do Massacre de Mpiripán*, nota 2 *supra*, par. 240.

¹⁰⁸ Cf. *Caso do Massacre de Pueblo Bello*, nota 5 *supra*, pars. 270-273; *Caso 19 Comerciantes*, nota 60 *supra*, par. 265, e *Caso Juan Humberto Sánchez*. Sentença de 7 de junho de 2003. Série C Nº 99, par. 187.

¹⁰⁹ Cf. *Caso 19 Comerciantes*, nota 60 *supra*, par. 265; *Caso Juan Humberto Sánchez*, nota 109 *supra*, par. 187, e *Caso do Caracazo. Reparaciones* (art. 63.1 Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Sentença de 29 de agosto de 2002. Série C Nº 95, par. 122.

¹¹⁰ Cf. *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 208; *Caso Acevedo Jaramillo e outros*, nota 2 *supra*, par. 315, e *Caso López Álvarez*, nota 75 *supra*, par. 214.

encontrados estes restos mortais, o Estado deverá entregá-los com a brevidade possível a seus familiares, mediante prévia comprovação genética de filiação. Ademais, o Estado deverá cobrir os gastos de enterro, de comum acordo com os familiares das vítimas.

c) Ato público de reconhecimento de responsabilidade e de desagravo

173. Para que o acatamento efetuado pelo Paraguai e o estabelecido por este Tribunal surtam plenos efeitos de reparação à preservação da memória dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba e em desagravo de seus familiares, bem como para que sirvam de garantia de não repetição, a Corte considera que o Estado deve realizar um ato público de reconhecimento de sua responsabilidade pelo desaparecimento forçado dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba e pedir uma desculpa pública a seus familiares. Este ato deverá ser realizado em presença dos familiares das mencionadas pessoas e também deverão participar altas autoridades do Estado. Este ato deverá celebrar-se dentro de um prazo de seis meses contados a partir da notificação da presente Sentença.

174. A respeito da petição sobre a criação de uma praça pública, a Corte observa que o Estado já nomeou um local público como "Praça dos Desaparecidos", o que constitui um importante reconhecimento público, de caráter geral, aos desaparecidos forçadamente durante a ditadura do General Alfredo Stroessner Matiauda.

d) Publicação da sentença

175. Como medida de satisfação ordenada em outros casos,¹¹¹ o Estado deverá publicar no Diário Oficial e em outro jornal de ampla circulação nacional, por uma única vez, os parágrafos 39 a 41 e 48 a 54 do capítulo relativo ao acatamento parcial; os fatos provados desta Sentença, sem as notas de rodapé correspondentes; o capítulo denominado "Responsabilidade internacional do Estado no contexto do presente caso", os parágrafos considerativos 80 a 104 e 111 a 113, e a parte resolutiva da mesma. Para estas publicações se fixa o prazo de seis meses, a partir da notificação da presente Sentença.

e) Tratamento físico e psicológico para os familiares

176. A Corte considera que é preciso dispor uma medida de reparação que busque reduzir os padecimentos físicos e psíquicos dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba. Para tal fim, o Tribunal dispõe a obrigação do Estado de oferecer, sem custo algum e por meio dos serviços nacionais de saúde, o tratamento adequado que requeiram estas pessoas, mediante prévia manifestação de seu consentimento para estes efeitos, a partir da notificação da presente Sentença, e pelo tempo que seja necessário, incluindo o fornecimento de medicamentos. Ao prover o tratamento psicológico se devem considerar as circunstâncias e necessidades particulares de cada pessoa, de maneira que lhes sejam oferecidos tratamentos coletivos, familiares e individuais, segundo o que seja acordado com cada um deles, e depois de uma avaliação individual.

f) Monumento em memória das vítimas desaparecidas

¹¹¹ Cfr. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 151; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 249, e *Caso Baldeón García*, nota 6 *supra*, par. 194.

177. O Estado deve construir um monumento em memória dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba em um lugar central e destacado da cidade de Asunción. Este monumento deverá ter uma placa que faça constar o nome dessas vítimas e faça alusão ao contexto dos desaparecimentos forçados ocorridos durante a Operação Condor. Tal monumento deverá ser construído dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação da presente Sentença.

g) Educação em direitos humanos

178. Considerando que o desaparecimento dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba foi perpetrado por membros da Polícia Nacional do Paraguai, em violação de normas imperativas de Direito Internacional, o Estado deverá adotar medidas dirigidas a formar e capacitar os membros de seus corpos policiais sobre os princípios e normas de proteção dos direitos humanos. Para isso, o Estado deverá implementar, em um prazo razoável, programas de educação em direitos humanos permanentes dentro das forças policiais paraguaias, em todos os níveis hierárquicos. Dentro destes programas deverá ser feita menção especial à presente Sentença e aos instrumentos internacionais de direitos humanos e, especificamente aos relativos ao desaparecimento forçado de pessoas e tortura.

i) Adequação dos delitos de tortura e desaparecimento forçado de pessoas ao Direito Internacional

179. Segundo o indicado a respeito do caráter dos tipos penais de tortura e de desaparecimento forçado de pessoas contidos no Código Penal Paraguai vigente (pars. 91 a 93 *supra*), e em atenção às obrigações do Estado derivadas da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas e do artigo 2 da Convenção Americana, a Corte considera pertinente ordenar ao Estado que, como uma garantia de não repetição dos fatos do presente caso, adeque em um prazo razoável a tipificação dos delitos de "desaparecimento forçado" e de tortura incluídos nos artigos 236 e 309 do atual Código Penal às disposições aplicáveis do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

E) CUSTAS E GASTOS

180. Como a Corte já indicou em oportunidades anteriores, as custas e gastos estão incluídos dentro do conceito de reparação consagrado no artigo 63.1 da Convenção Americana, posto que a atividade realizada pelas vítimas com o fim de obter justiça, tanto no âmbito nacional quanto internacional, implica gastos que devem ser compensados quando a responsabilidade internacional do Estado é declarada mediante uma sentença condenatória. Quanto ao seu reembolso, corresponde ao Tribunal apreciar prudentemente seu alcance, o qual compreende os gastos gerados perante as autoridades da jurisdição interna, bem como aqueles gerados no curso do processo perante o sistema interamericano, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto e a natureza da jurisdição internacional da proteção dos direitos humanos. Esta apreciação pode ser realizada com base no princípio de equidade e tomando em conta os gastos indicados pelas partes, sempre que seu *quantum* seja razoável.¹¹²

181. A Corte toma em conta que alguns dos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba atuaram

¹¹² Cf. *Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia)*, nota 3 *supra*, par. 152; *Caso Ximenes Lopes*, nota 8 *supra*, par. 252, e *Caso dos Massacres de Ituango*, nota 1 *supra*, par. 414.

através de representantes, tanto no âmbito interno, quanto perante a Comissão e perante a Corte. Neste caso foi estabelecido que alguns familiares prestaram testemunho no processo penal e se constituíram em denunciante neste processo penal.

182. Além disso, é necessário tomar em conta que os representantes dos familiares das vítimas não apresentaram suas petições, argumentos e provas de forma autônoma, apesar de terem tido a oportunidade de fazê-lo. De tal maneira, sua participação no processo perante a Corte se limitou a certa assistência oferecida à Comissão para tomar as declarações juramentadas requeridas e à apresentação das alegações finais escritas. Ademais, ainda que os representantes tenham feito pedidos de reembolso das custas e gastos, não apresentaram perante o Tribunal nenhum documento de respaldo dos mesmos.

183. Em razão do anterior, o Tribunal considera equitativo ordenar ao Estado que reembolse a quantia de US\$10.000,00 (dez mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em moeda paraguaia, às senhoras Elva Elisa Benítez de Goiburú e Ana Arminda Bareiro de Mancuello e ao senhor Julio Darío Ramírez Villalba, que entregarão ao Comitê de Igrejas para Ajuda de Emergência (CIPAE) a quantia de US\$8.000,00 (oito mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em moeda paraguaia e a *Global Rights* a quantia de US\$2.000,00 (dois mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em moeda paraguaia, para compensar os gastos realizados por estes perante as autoridades da jurisdição interna, bem como os gerados no curso do processo perante o sistema interamericano.

F) MODALIDADE DE CUMPRIMENTO

184. Para dar cumprimento à presente Sentença, o Estado deverá construir um monumento em memória das vítimas, e deverá realizar o pagamento das indenizações a título de dano material e imaterial, bem como o reembolso de custas e gastos dentro do prazo de um ano contado a partir da notificação da presente Sentença (pars. 155, 160, 161 e 183 *supra*). Quanto à publicação da presente Sentença, bem como ao ato público de reconhecimento de responsabilidade e de desagravo (pars. 173 e 175 *supra*), o Estado dispõe de um prazo de seis meses, contado a partir da notificação da Sentença, para cumprir o ordenado. Quanto ao tratamento adequado devido aos familiares das vítimas desaparecidas, este deverá ser oferecido a partir da notificação da presente Sentença, e pelo tempo que seja necessário (par. 176 *supra*). Por sua vez, o Paraguai deverá realizar imediatamente as devidas diligências para ativar e completar, de maneira eficaz, em um prazo razoável, a investigação para determinar a responsabilidade intelectual e material dos autores dos desaparecimentos das vítimas e deve concluir os processos penais iniciados (pars. 165 e 166 *supra*). O Estado deve informar à Corte a cada seis meses sobre as medidas adotadas a respeito e, em particular, sobre os resultados obtidos (par. 165 *supra*). O Estado deverá proceder de imediato à busca e localização dos restos das vítimas e se estes forem encontrados, o Estado deverá entregá-los com a brevidade possível a seus familiares (pars. 171 e 172 *supra*). No caso das outras reparações ordenadas, deverá cumpri-las em um prazo razoável (pars. 178 e 179 *supra*).

185. O pagamento das indenizações estabelecidas a favor das vítimas será feito diretamente a elas. Caso tenham falecido, o pagamento será feito conforme os parágrafos 149 e 162.

186. Se por causas atribuíveis aos beneficiários das indenizações não for possível que estes as recebam dentro do prazo indicado no parágrafo anterior, o Estado depositará estes montantes a favor dos beneficiários em uma conta ou certificado de depósito em uma instituição financeira paraguaia solvente, em dólares estadunidenses e nas condições

financeiras mais favoráveis que permitam a legislação e a prática bancária. Se ao fim de dez anos a indenização não for reclamada, as quantias serão devolvidas ao Estado com os juros acumulados.

187. O pagamento destinado a reembolsar as custas e gastos gerados pelas gestões realizadas pelos familiares e pelos representantes nos procedimentos interno e internacional, segundo seja o caso, serão feitos às senhoras Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú e Ana Arminda Bareiro de Mancuello, e ao senhor Julio Darío Ramírez Villalba (par. 183 *supra*), os quais realizarão os pagamentos correspondentes.

188. O Estado pode cumprir suas obrigações mediante o pagamento em dólares dos Estados Unidos da América ou em uma quantia equivalente em moeda paraguaia, utilizando para o cálculo respectivo o tipo de câmbio entre ambas as moedas que esteja vigente na praça de Nova York, Estados Unidos da América, no dia anterior ao pagamento.

189. As quantias determinadas, na presente Sentença, a título de indenizações e por reembolso de custas e gastos não poderão ser afetadas ou condicionadas por motivos fiscais atuais ou futuros. Deste modo, deverão ser entregues aos beneficiários de forma íntegra conforme o estabelecido nesta Sentença.

190. Caso o Estado incorra em mora, deverá pagar juros sobre a quantia devida, correspondente ao juro bancário moratório no Paraguai.

191. Conforme sua prática constante, a Corte se reserva a faculdade inerente a suas atribuições e derivada, também, do artigo 65 da Convenção Americana, de supervisionar o cumprimento integral da presente Sentença. O caso se dará por concluído uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na presente decisão. Dentro do prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, o Paraguai deverá apresentar à Corte um relatório sobre as medidas adotadas para dar cumprimento à mesma.

XIII PONTOS RESOLUTIVOS

192. Portanto,

A CORTE,

DECIDE:

Por unanimidade,

1. Admitir o reconhecimento de responsabilidade internacional efetuado pelo Estado pela violação dos direitos à liberdade pessoal, à integridade pessoal e à vida, consagrados nos artigos 7, 5.1 e 5.2 e 4.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação à obrigação geral de respeitar e garantir os direitos e liberdades estabelecida no artigo 1.1 deste tratado, em detrimento de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, nos termos dos parágrafos 40, 41, 48 e 49 da presente Sentença.

2. Admitir o reconhecimento parcial de responsabilidade internacional efetuado pelo Estado pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, consagrados nos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana, em relação à obrigação geral de respeitar e

garantir os direitos estabelecida no artigo 1.1 deste tratado, nos termos dos parágrafos 40, 41 e 50 da presente Sentença.

DECLARA:

Por unanimidade, que:

1. O Estado violou os direitos à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, consagrados nos artigos 4.1, 5.1, 5.2 e 7 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação à obrigação geral de respeitar e garantir os direitos e liberdades estabelecida no artigo 1.1 deste tratado, em detrimento de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, nos termos dos parágrafos 62 a 73 e 80 a 94 da presente Sentença.

2. O Estado violou o direito à integridade pessoal, consagrado no artigo 5.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação à obrigação geral de respeitar e garantir os direitos e liberdades estabelecida no artigo 1.1 deste tratado, em prejuízo de Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Rosa Mujica Giménez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Mario Mancuello; Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro, Fabriciana Villalba de Ramírez, Lucrecia Francisca Ramírez de Borba, Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Mario Artemio Ramírez Villalba, Herminio Arnoldo Ramírez Villalba e Julio Darío Ramírez Villalba, e María Magdalena Galeano, nos termos dos parágrafos 95 a 104 da presente Sentença.

3. O Estado violou os direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, consagrados nos artigos 8.1 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação à obrigação geral de respeitar e garantir os direitos e liberdades estabelecida no artigo 1.1 deste tratado, em detrimento de Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba, Benjamín Ramírez Villalba, bem como de seus familiares Elva Elisa Benítez Feliu de Goiburú, Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Rosa Mujica Giménez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Mario Mancuello; Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro, Fabriciana Villalba de Ramírez, Lucrecia Francisca Ramírez de Borba, Eugenia Adolfinia Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Mario Artemio Ramírez Villalba, Herminio Arnoldo Ramírez Villalba, Julio Darío Ramírez Villalba e María Magdalena Galeano, nos termos dos parágrafos 111 a 133 da presente Sentença.

4. Esta Sentença constitui *per se* uma forma de reparação, nos termos dos parágrafos 139 a 144, 156 a 160 e 163 da mesma.

E DISPÕE:

Por unanimidade, que:

5. O Estado deve realizar, imediatamente, as devidas diligências para ativar e concluir efetivamente, em um prazo razoável, a investigação para determinar as correspondentes responsabilidades intelectuais e materiais dos autores dos fatos cometidos em prejuízo dos

senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, bem como concluir os processos penais iniciados. Ademais, estes resultados deverão ser publicamente divulgados pelo Estado em um prazo razoável. Nesse sentido, nos termos dos parágrafos 123 a 132 e 164 a 166 da Sentença, o Estado deve adotar todas as medidas necessárias, de caráter judicial e diplomático, para julgar e punir todos os responsáveis pelas violações cometidas, impulsionando por todos os meios a seu alcance os pedidos de extradição que correspondam sob as normas internas ou de Direito Internacional pertinentes. Além disso, o Paraguai, assim como os demais Estados Partes na Convenção, devem colaborar entre si para erradicar a impunidade das violações cometidas neste caso mediante o julgamento e, se for o caso, a punição de seus responsáveis e colaborar de boa fé entre si, seja mediante a extradição ou o julgamento em seu território dos responsáveis pelos fatos.

6. O Estado deve proceder de imediato à busca e localização dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba e, caso sejam encontrados seus restos, deverá entregá-los com a brevidade possível a seus familiares e cobrir os eventuais gastos de enterro, nos termos do parágrafo 172 da Sentença.

7. O Estado deve realizar, no prazo de seis meses, um ato público de reconhecimento de responsabilidade e de desagravo, nos termos do parágrafo 173 da Sentença.

8. O Estado deve publicar, no prazo de seis meses, no Diário Oficial e em outro jornal de ampla circulação nacional, por uma única vez, os parágrafos 39 a 41 e 48 a 54 do capítulo relativo ao acatamento parcial, os fatos provados desta Sentença sem as correspondentes notas de rodapé; o capítulo denominado "Responsabilidade internacional do Estado no contexto do presente caso"; os parágrafos considerativos 80 a 104 e 111 a 113, e a parte resolutiva da mesma, nos termos do parágrafo 175 da mesma.

9. O Estado deve prover um tratamento médico adequado, incluindo o fornecimento de medicamentos, a todos os familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, mediante prévia manifestação de seu consentimento para estes efeitos, a partir da notificação da presente Sentença e pelo tempo que seja necessário, sem custo algum e por meio dos serviços nacionais de saúde, nos termos do parágrafo 176 da Sentença.

10. O Estado deve construir, no prazo de um ano, um monumento em memória dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, nos termos do parágrafo 177 da presente Sentença.

11. O Estado deve implementar, em um prazo razoável, programas permanentes de educação em direitos humanos dentro das forças policiais paraguaias, em todos os níveis hierárquicos, nos termos do parágrafo 178 da Sentença.

12. O Estado deve adequar, em um prazo razoável, a tipificação dos delitos de tortura e de desaparecimento forçado de pessoas, incluídos nos artigos 236 e 309 do atual Código Penal, às disposições aplicáveis do Direito Internacional dos Direitos Humanos, nos termos do parágrafo 179 da Sentença.

13. O Estado deve pagar, em dinheiro, aos familiares dos senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello, Rodolfo Ramírez Villalba e Benjamín Ramírez Villalba, no prazo de um ano, a título de indenização por dano material, as quantias fixadas no parágrafo 155 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 147 e 149 da mesma.

14. O Estado deve pagar, em dinheiro, a Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro, Rodolfo Ramírez Villalba, Benjamín Ramírez Villalba, Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú, Rogelio Agustín Goiburú Benítez, Rolando Agustín Goiburú Benítez, Patricia Jazmín Goiburú Benítez, Rosa Mujica Giménez, Gladis Ester Ríos de Mancuello, Claudia Anahí Mancuello Ríos, Carlos Marcelo Mancuello Ríos, Ana Arminda Bareiro de Mancuello, Mario Mancuello, Ana Elizabeth Mancuello Bareiro, Hugo Alberto Mancuello Bareiro, Mario Andrés Mancuello Bareiro, Emilio Raúl Mancuello Bareiro, Fabriciana Villalba de Ramírez, Lucrecia Ramírez de Borba, Eugenia Adolfini Ramírez de Espinoza, Sotera Ramírez de Arce, Sara Diodora Ramírez Villalba, Mario Artemio Ramírez Villalba, Herminio Arnaldo Ramírez Villalba, Julio Darío Ramírez Villalba e María Magdalena Galeano, no prazo de um ano, a título de indenização por dano imaterial, as quantias fixadas no parágrafo 161 da presente Sentença, nos termos dos parágrafos 147 a 149 e 162 da mesma.

15. O Estado deve pagar em dinheiro, no prazo de um ano, a título de custas e gastos gerados no âmbito interno e no processo internacional perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, a quantia fixada no parágrafo 183 da presente Sentença, a qual deverá ser entregue às senhoras Elva Elisa Benítez Feliú de Goiburú e Ana Arminda Bareiro de Mancuello, e ao senhor Julio Darío Ramírez Villalba, nos termos dos parágrafos 183 e 187 da mesma.

16. Supervisionará o cumprimento íntegro desta Sentença e dará por concluído o presente caso uma vez que o Estado tenha dado cabal cumprimento ao disposto na mesma. Dentro do prazo de um ano, contado a partir da notificação desta Sentença, o Estado deverá apresentar à Corte um relatório sobre as medidas adotadas para dar-lhe cumprimento.

Os Juízes Sergio García Ramírez e Antônio Augusto Cançado Trindade deram a conhecer à Corte seus Votos Fundamentados, os quais acompanham a presente Sentença.

Redigida em espanhol e em inglês, fazendo fé o texto em espanhol, em San José, Costa Rica, no dia 22 de setembro de 2006.

Sergio García Ramírez
Presidente

Alirio Abreu Burelli

Antônio A. Cançado Trindade

Cecilia Medina

Manuel E. Ventura Robles

Diego García-Sayán

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

Comunique-se e execute-se,

Sergio García Ramírez
Presidente

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

**VOTO FUNDAMENTADO DO JUIZ SERGIO GARCÍA RAMÍREZ
À SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
NO CASO GOIBURÚ E OUTROS VS. PARAGUAI
DE 22 DE SETEMBRO DE 2006**

1. Concordo com o parecer de meus colegas manifestado na *Sentença* deste caso, sem prejuízo de estabelecer --ou reiterar-- algumas preocupações em relação a certos conceitos, cujo sentido e alcance requerem comentário. Desde logo, esta precisão --na qual deixo a salvo a opinião de quem tem pontos de vista diferentes-- não modifica minha participação concordante no voto unânime que sustenta a decisão da Corte quanto ao mérito e às reparações.

2. Na *Sentença* que agora examino, utilizou-se o conceito "responsabilidade agravada" do Estado, que convém reexaminar. Há vários anos me referi a esse ponto, como se observa em meu *Voto Fundamentado* com respeito à *Sentença* proferida pela Corte Interamericana no *Caso Myrna Mack Chang* em 25 de novembro de 2003. Certamente, não desconheço nem questiono a carga de desaprovação útil que pode ter essa expressão quando se emprega para apreciar publicamente determinados fatos e favorecer seu repúdio.

3. A expressão "responsabilidade agravada" sugere que haveria um catálogo de responsabilidades de diversos graus de importância ou profundidade: desde leves até graves, talvez passando por categorias intermediárias. Se não fosse assim, perderia sentido a referência a responsabilidades "agravadas", expressão que deveria ter, por outro lado, uma correspondência na ordem descendente de supostas responsabilidades: "responsabilidade atenuada", que nunca figurou na jurisprudência da Corte.

4. No meu modo de ver, não existe tal responsabilidade "agravada", como tampouco uma responsabilidade "atenuada", porque a responsabilidade apenas implica, sem considerações de intensidade ou matiz, a possibilidade ou necessidade de "responder" por determinados fatos em virtude de um título jurídico de imputação que vincula determinada conduta com certa pessoa que há de responder por ela através do estabelecimento de certas consequências juridicamente.

5. Evidentemente, isso não significa que as violações de direitos humanos careçam de "tom próprio" e se revistam invariavelmente da mesma gravidade. O que é uniforme é a responsabilidade --vínculo lógico jurídico entre um fato, um responsável e suas consequências--, não os fatos dos quais aquela deriva nem os efeitos que o tribunal lhes atribui. Em outros termos, os fatos podem ser qualificados como leves, graves ou gravíssimos, e as consequências, como ordinárias, severas ou severíssimas. Por sua vez, a responsabilidade é apenas responsabilidade.

6. Bastam alguns exemplos para esclarecer o que pretendo dizer. A violação do direito à integridade é gravíssima --pela relevância dos bens jurídicos afetados e a importância dos fatos nos quais essa violação consiste-- quando se submete a vítima a torturas. A violação do direito à vida adquire a mais notória e intensa gravidade quando se traduz na privação da vida de um conjunto de pessoas às quais se executa de maneira brutal. É muito grave a violação do direito à liberdade, entre outros, quando se pratica de maneira arbitrária, prolonga-se durante algum tempo ou se torna um desaparecimento forçado nos termos do Direito Internacional. Também se pode sustentar que os fatos são mais graves quando seus autores são altos funcionários do Estado, depositários de uma maior expectativa de garantia --garantes, pois, qualificados--, de quem se espera uma conduta exemplar e que estão chamados a velar pela legitimidade dos atos dos servidores públicos

em seu conjunto. Também são particularmente graves as violações quando as perpetraram quem tem a seu cargo, precisamente, obrigações específicas de respeito e garantia dos direitos humanos, ou quando se desenvolvem em circunstâncias nas quais se exacerba a lesividade da conduta e que inclusive passam a formar parte dos próprios fatos. Tudo isso nutre a "gravidade dos fatos".

7. Por outro lado, a ordem jurídica responde racional e proporcionalmente à gravidade dos fatos, através da seleção de consequências previstas nos ordenamentos e aplicadas pelos tribunais. Não é admissível sancionar fatos gravíssimos com medidas levíssimas, como sucede através de processos a "modo" ou fraudulentos, rejeitados pelos órgãos penais internacionais, e também pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito de sua própria competência material. Tampouco seria admissível adotar medidas da maior severidade quando os fatos não se revestem de tão elevada gravidade. Em ambas as hipóteses contrariariam-se os princípios de necessidade, racionalidade e proporcionalidade que governam a previsão e a aplicação de consequências jurídicas das condutas ilícitas.

8. Enfim, um tribunal pode estabelecer que os fatos ilícitos tiveram natureza grave ou se viram agravados pela concorrência de determinados elementos ou condições, e que, por isso as consequências correspondentes devem revestir-se de maior severidade. No exame total de um caso e na decisão que se adote, essas qualificações --não apenas possíveis, mas também indispensáveis-- concorrerão com uma definição lógico-jurídica na qual desemboca a prova sobre os fatos e a partir da qual se estabelecem seus efeitos. Essa definição se refere à responsabilidade do Estado, nem grave nem leve, apenas responsabilidade, por determinados fatos, estes sim mais ou menos graves, que justificarão a natureza, o rigor e o alcance da medida adotada.

9. Quando me ocupei deste assunto em meu *Voto* para a *Sentença* do *Caso Myrna Mack Chang*, sinalizei que naquele caso existiu "um agravamento objetivo dos fatos, na medida em que é notório, ao amparo dos elementos de conhecimento disponíveis (...), que não se tratou de um crime isolado, produto da vontade de um indivíduo, mas existiu um elaborado plano para privar a vida da vítima em função das atividades desta (...) e de que nesse plano intervieram presumivelmente tanto operadores quanto funcionários responsáveis pela área de segurança. Este aparato, que contava com importantes recursos de poder, colocou-se à serviço de ações que implicaram a violação do mais relevante direito da vítima, a vida (...)" (*Voto cit.*, par. 44)

10. "Um aspecto destacado da gravidade que revestiu o caso sujeito a juízo reside nos obstáculos para a devida investigação dos fatos e a persecução penal dos responsáveis (...). A maior gravidade dos fatos deverá ser tomada em conta, certamente, para a formulação da reprovação que significa uma sentença sobre violação de direitos humanos, como ocorreu nesta decisão final, e terá de sopesar nas decisões que adote, em seu momento, a jurisdição penal doméstica" (*id.*, pars. 45-46).

11. A reserva que expresse sobre o conceito "responsabilidade agravada" não me leva a dissentir do juízo formulado por meus colegas e constante na *Sentença* adotada por unanimidade. A referência a uma responsabilidade agravada do Estado, que se constrói sobre a gravidade objetiva dos fatos e aponta à severidade das medidas sancionadoras, não modifica a razão e a pertinência do juízo condenatório. Neste caso, as palavras não influem na estrutura do juízo e na determinação do resultado.

12. Além da pura expressão, é evidente, ao final, que houve fatos sumamente graves, que existe responsabilidade internacional do Estado por tais fatos, considerando quem os realizou, e que é pertinente dispor medidas adequadas a estes extremos. É claro que não se

perde de vista --e assim o faz a *Sentença*-- o reconhecimento de responsabilidade formulado pelo próprio Estado, através de atos caracterizáveis tecnicamente como confissões e acatamentos. No demais, observo que a Comissão Interamericana emprega em sua apresentação do caso esses conceitos que possuem --como também sustentei em diversos *Votos*-- conotações técnico-jurídicas próprias, e não se limita a aludir a um reconhecimento de responsabilidade estatal.

13. Sobre esse último ponto, compartilho a apreciação, exposta na *Sentença*, sobre o valor jurídico, ético e político dos atos de reconhecimento, confissão e acatamento. Expressam uma atitude saudável para o império dos direitos humanos, que permitirá construir --assim esperamos-- novas e melhores etapas. Reconheço que estes atos correspondem a decisões dos próprios Estados, nas quais não pode nem deve intervir a Corte, que se limita a recebê-las e analisá-las para os fins de sua própria competência. Mas, ao mesmo tempo, celebro, como manifestei em diversas circunstâncias, que se tenha incrementado o número de reconhecimentos, confissões e acatamentos, que trazem consigo, por definição, um melhor acesso à verdade dos fatos, que a todos interessa. Por isso destaquei este fato em meus relatórios, como Presidente da Corte, perante a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos e a Assembleia Geral da OEA.

14. Também observo que na ordem interamericana de proteção dos direitos humanos -- e dentro desta, no julgamento perante a Corte Interamericana--, o reconhecimento formulado pelo Estado, que contribui ao estabelecimento da verdade e à solução do litígio, não necessariamente resume aquela e esgota este. Nunca constitui, pois, um obstáculo insuperável que oculte alguns fatos em troca de revelar outros.

15. A Corte mantém a faculdade, que costuma exercer, de levar adiante o processo, uma vez que ocorreu o ato de admissão por parte do Estado, para avançar na definição dos acontecimentos e abrir um espaço de satisfação às vítimas. Houve testemunhos e pareceres, coleta novas provas, refere-se na sentença aos fatos provados. Jamais se limita a declarar que cessou a controvérsia e arquivar o caso. Com grande frequência contou com a boa vontade do Estado para dar ao julgamento sobre direitos humanos este sentido garantista que pode parecer desnecessário em outras ordens de julgamento, mas é congruente com a finalidade a que serve o sistema interamericano, do qual formam parte os próprios Estados, como garantes, e a Corte Interamericana.

16. Na *Sentença* se fala de "terrorismo de Estado". Em outra decisão proferida no mesmo período de sessões da Corte Interamericana ao que corresponde o *Caso Goiburú*: a sentença relativa ao *Caso Almonacid Arellano e outros* alude a uma "política de Estado" consistente na repressão generalizada contra opositores. Não tenho reserva alguma --e sim, plena concordância-- com as considerações formuladas pela Corte e as decisões às quais esta chega com respeito à violação de direitos em ambas as hipóteses e às características que aquela revestiu. Assim mesmo, elaborei este *Voto* com referência ao caso mencionado em primeiro lugar, não ao indicado em segundo lugar.

17. Sem prejuízo da declaração precedente, desejo expressar a preocupação que suscita o alcance de certos conceitos --como os indicados no parágrafo anterior e outros vizinhos-- e suas eventuais consequências. Essa preocupação obedece a que aqueles conceitos e outros semelhantes, particularmente o relativo a "crime de Estado", implicam, se analisados literalmente, a atribuição de condutas ao Estado, a concentração de responsabilidades neste e a qualificação de ações criminosas como políticas atribuíveis ao Estado, como consequência do comportamento dos que ocuparam altos cargos públicos e tiveram e

exerceram poderes desmesurados, e a reunião de responsabilidades no próprio Estado.

18. Em textos penais e criminológicos esclarecedores, que buscam “pelos pingos nos is”, mostrar os graves crimes ocultos por uma montanha de “justificações”, “negações” e “neutralizações”, e retirar os perpetradores da sombra, alguns daqueles termos ocupam uma posição central e foram objeto de cuidadoso exame. Neste marco de observações há de se recordar os ilustrativos desenvolvimentos de Stanley Cohen e, muito recentemente, a exposição de Raúl Zaffaroni no Simpósio de Criminologia de Estocolmo e no Congresso Internacional de Direito Penal, no México (2006), sobre os crimes de Estado.

19. Obviamente, não questiono as denúncias, cujas razões compartilho, mas chamo a atenção para o emprego que pode ser feito de termos sujeitos a diversas interpretações, até levá-los a uma encruzilhada que recolha justificações e pretenda, por esta via, abrir a porta para a impunidade. Não falo, pois, de um erro, mas de um risco.

20. Terrorismo de Estado significa que o *Estado* se converte em terrorista, planta medo e alarma na população, causa a angústia que perturba gravemente a paz no seio da sociedade. Política de Estado implica que *este mesmo* --um ente complexo e diverso, que certamente não é uma pessoa física, um indivíduo, nem se resume a uma quadrilha criminosa-- assuma um plano e o desenvolva através de certas condutas que se disciplinam ao fim e à estratégia desenhados pelo próprio Estado. Igualmente, a noção de um crime de Estado, se nos atemos ao significado literal da expressão, instala-se na hipótese de que o *Estado* comete crimes.

21. A expressão crime de Estado --e em seu próprio âmbito, muito similar, o conceito de terrorismo de Estado e a expressão política de Estado, aplicado a esta matéria-- possui o notável e plausível valor de que recolhe e exhibe condutas da mais reprovável natureza: teratologia da criminalidade, entrincheirada em discursos que procuram ser persuasivos, e em algumas ocasiões conseguiram se infiltrar em alguns setores da população. Em seu nome foram vitimados milhões de seres humanos, no interesse de uma soma de propósitos entre os quais figuram a segurança, o respeito à tradição, a preservação de valores culturais, a paz social. Por isso reconheço a eficácia das expressões fulminantes chamadas a descobrir a identidade destes eventos criminosos e a deter os argumentos feitos por seus autores.

22. É evidente que as violações, isoladas ou massivas, são cometidas por agentes do Estado ou por outros indivíduos cuja conduta compromete a responsabilidade internacional daquele, parte material e processual nos julgamentos internacionais sobre direitos humanos, que pode receber, sob esse título e conforme a responsabilidade que se demonstre, a declaração e a condenação que formula o Tribunal. As violações a direitos humanos, particularmente as que afetam de maneira mais intensa bens jurídicos fundamentais --vida, integridade, liberdade--, encontram-se catalogadas como crimes ou delitos na normativa nacional e internacional, e geram, além daquela responsabilidade do Estado, uma responsabilidade penal específica dos indivíduos.

23. Por isso prefiro falar de “crimes *desde o Estado*” ou “terrorismo *desde o Estado*”, isto é, crimes e terrorismo através do emprego do poder e dos meios e instrumentos com que contam os que o detêm, organizados para delinquir. De forma semelhante se pode examinar a expressão “política de Estado”, que supõe um consenso, uma participação social e política, uma admissão generalizada, ou talvez unânime, gerada através de fins, metas e acordos democráticos, que não possuem e que jamais tiveram as conspirações criminosas, os pactos de associação disfarçados com razões de Estado, considerações de bem comum, motivos de unidade e paz pública que apenas teriam sentido moral em uma sociedade

democrática.

24. Sendo assim, quando se invoca a imputação internacional em matéria de direitos humanos (outra coisa é a justiça penal internacional) se faz referência à responsabilidade do Estado, e quando se alude à imputação pessoal se analisa uma responsabilidade criminal ou penal. Ainda que a responsabilidade internacional --e alguns extremos da responsabilidade interna-- concerne ao Estado, a responsabilidade penal corresponde aos indivíduos autores ou participantes no delito, sob o conceito de "criminosos", "delinquentes" ou "infratores", quando assim o resolve a sentença respectiva. Em suma, são os indivíduos que cometem crimes ou delitos; e em determinadas hipóteses o Estado responde por aqueles, sem prejuízo da responsabilidade direta dos sujeitos ativos.

25. Os que pretenderam subverter a carga de denúncia e reprovação depositada nas expressões "crime de Estado", "terrorismo de Estado" ou "política de Estado" consistente na violação de direitos dos cidadãos, procurariam pelo crime, o terror ou o cumprimento dessa política na conta do Estado, e não na dos indivíduos que incorrem neles, ainda quando, como disse --e sublinho, para evitar interpretações errôneas--, a intensidade desta expressão, empregada em muitos casos, contribui a evidenciar o emprego de meios e instrumentos do Estado por parte de funcionários e subalternos para levar adiante suas atividades delitivas.

26. Estas confabulações, manifestadas em decisões e atuações ilícitas, desencadearam alguns dos fenômenos criminosos mais graves de que se tem notícia. Implicam, em essência, uma traição radical do funcionário aos fins do Estado e aos compromissos morais e jurídicos que deve honrar e que, em contraste, ignora e desonra. A qualificação de condutas delitivas como "crimes de Estado" procura um fim plausível. E mais, isto não cancela a necessidade e a conveniência de precisar com rigor o alcance de cada termo em função das responsabilidades atribuídas e das sanções aplicáveis, justamente para fechar a porta às constantes tentações de evasão ou impunidade.

27. É inquietante a possibilidade de que depois da noção do crime, do terrorismo ou da política de Estado pretendam amparar-se precisamente os que devem responder por gravíssimos delitos pessoais, subtraindo-os de sua responsabilidade individual e pretendendo justificar-se ou desculpar-se com o argumento de que apenas serviram a um desígnio criminoso que superava e condicionava sua própria vontade. Rondam os argumentos assentados na "obediência hierárquica", e até se poderia sugerir, em uma nova aplicação dos conceitos, que "todo o mundo é culpado, exceto o criminoso".

28. Por isso acredito que é preferível "por cada coisa em seu lugar" e dar a cada sujeito a qualificação que lhe corresponde, para que absorva, em consequência, sua responsabilidade. Esta pode recair em um extenso conjunto: desde os mais altos funcionários públicos, até o último executor de atos notoriamente delituosos ou de iniciativas criminosas próprias, que não deveriam se refugiar no argumento de que esse crime não é *seu* crime, mas *do Estado*. Nenhum funcionário, por mais elevado que seja seu cargo e por mais determinante que seja sua autoridade, pode concentrar em sua pessoa "todo o Estado" --independentemente das experiências históricas do absolutismo-- e inscrever seus crimes na conta daquele.

29. Por certo, quando se adverte --como ocorre no *Caso Goiburú*-- a participação delituosa de funcionários de diversos Estados, que atuam concertadamente e perseguem fins comuns ilegítimos, através de atividades previamente discutidas e executadas conforme um plano compartilhado, seria adequado referir-se a "crimes de Estados"? Isso diluiria ainda mais a responsabilidade delituosa ou a ampliaria extraordinariamente, até incluir um

número indeterminado de sujeitos que formam parte da estrutura de vários Estados, mas são alheios à execução de atividades delituosas, e inclusive à própria notícia de sua existência.

30. As reflexões anteriores vão na mesma linha que informou uma parte de meu *Voto Fundamentado* no citado *Caso Myrna Mack Chang* (par. 34).

Sergio García Ramírez
Juiz

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

VOTO FUNDAMENTADO DO JUIZ A.A. CANÇADO TRINDADE

1. Finalmente chegou ao conhecimento de um tribunal internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a sinistra *Operação Condor*, na medida em que o presente caso Goiburú e outros *versus Paraguai* se enquadra nela, e da qual é um microcosmo. Na presente Sentença, a Corte valorou o acatamento do Estado como "contribuição positiva ao desenvolvimento deste processo" (par. 52), e acrescentou que "proferir uma Sentença na qual se determine a verdade dos fatos e todos os elementos do mérito do assunto, bem como as correspondentes consequências, constitui uma forma de contribuir com a preservação da memória histórica, com a reparação para os familiares das vítimas e, por sua vez, contribuir para evitar que se repitam fatos similares" (par. 53).

2. Em razão da transcendência histórica do presente caso, vejo-me na obrigação de deixar constância, no presente Voto Fundamentado, de minhas reflexões sobre a matéria tratada na Sentença que a Corte acaba de adotar, como fundamento de minha posição a este respeito. Neste Voto Fundamentado no caso Goiburú e outros, abordarei os seguintes pontos: a) a criminalização das graves violações dos direitos humanos; b) o contexto de terrorismo de Estado: a "*Operação Condor*"; c) o crime de Estado revisitado; d) a responsabilidade internacional agravada pelo crime de Estado; e) elementos para uma aproximação à complementariedade entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional; f) a ocultação dos crimes de Estado na *Operação Condor*; g) *Condor redivivus*: a história se repete; e h) a ampliação do conteúdo material do *jus cogens*.

I. A Criminalização das Graves Violações dos Direitos Humanos

3. Os fatos do presente caso Goiburú e outros, enquadrados na *Operação Condor*, que caracterizou uma época da mais cruel repressão e de trevas em toda a história da América Latina, em geral, e do Cone Sul, em particular, revestem-se da maior *gravidade*. Na presente Sentença (pars. 40 e 41), a Corte recorda que, em seu escrito de contestação da demanda, ao acatar "as considerações de fato" formuladas, "com relação ao mérito" do caso, o próprio Estado demandado afirmou que

"(...) Reconhece que, no passado, especificamente durante o regime de Alfredo Stroessner (1954-1989), foram perpetradas graves violações dos direitos humanos (...). Não restam dúvidas de que [a] obrigação de garantir direitos foi descumprida pelo Estado durante o regime de 1954-1989, pois em lugar de organizar um aparato governamental, de maneira tal que fosse capaz de assegurar juridicamente o livre exercício dos direitos humanos, o mesmo foi se consolidando sob um sistema repressor e executor de violações sistemáticas dos direitos humanos.

Mas é importante mencionar que o Paraguai, diferentemente de outros países do [C]one [S]ul, nunca aprovou leis de anistia e reconhece a não aplicação da prescrição das graves violações de direitos humanos. O Estado afirma que esses são exemplos de medidas preventivas orientadas a conter a reiteração de abusos tais como os registrados durante a ditadura de 1954-1989".

4. A Corte, por sua vez, estabeleceu, como fatos provados no *cas d'espèce*, que

"Os desaparecimentos forçados dos Senhores Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e dos irmãos Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba (...) têm características similares e se referem a um único contexto, no qual agentes do Estado paraguaio detiveram ilegalmente, mantiveram sem comunicação, torturaram e fizeram

desaparecer a pessoas cujas atividades políticas se opunham ao regime de Stroessner ou eram designados como inimigos de tal" (par. 61(14)).

Estas violações eram perpetradas de forma sistemática, e em um plano *interestatal*. Assim, como comprovou a Corte, "o desaparecimento do Dr. Goiburú é um caso que mostra uma ação coordenada entre as forças de segurança paraguaia e argentina, dentro da Operação Condor. Seu desaparecimento se enquadra no *modus operandi*, através do qual paraguaios eram desaparecidos na Argentina durante a ditadura militar neste país" (par. 61.27).

5. No dia 22 de dezembro de 1992, foram revelados muitos documentos que se encontram hoje guardados no assim chamado "Arquivo do Terror", em Asunción, o qual constitui "uma das fontes de provas mais importante e inegável dos graves abusos cometidos durante a ditadura do General Stroessner", incluindo "a detenção arbitrária, a tortura, as execuções extrajudiciais e os desaparecimentos, bem como a cooperação internacional repressiva" (par. 61(121)). Em realidade, os fatos do presente caso *Goiburú e outros* falam por si mesmos. Ao determinar a responsabilidade internacional do Estado no contexto do presente caso, esta Corte afirma na Sentença que acaba de adotar:

"O presente caso reveste uma particular transcendência histórica: os fatos ocorreram em um contexto de prática sistemática de detenções arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos, perpetrados pelas forças de segurança e inteligência da ditadura de Alfredo Stroessner, no marco da Operação Condor, cujas características e dinâmica foram esboçadas nos fatos provados (...). Isto é, os graves fatos se enquadram no caráter flagrante, massivo e sistemático da repressão a que foi submetida a população em escala interestatal, pois as estruturas de segurança estatais foram coordenadamente desencadeadas contra as nações, no âmbito transfronteiriço, por parte dos governos ditatoriais envolvidos" (par. 62).¹

6. No ordenamento jurídico internacional, a partir da consagração das *graves* violações nas quatro Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário de 1949 (e nos dois Protocolos Adicionais de 1977), gradualmente se deu início ao processo histórico corrente - intensificado nos últimos anos - de *criminalização* dessas *graves* violações dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário. Os fatos da *Operação Condor* confirmam o acerto de buscar uma hierarquia, tanto normativa quanto de ilícitos internacionais, para determinar suas consequências jurídicas, e evitar que as *graves* violações de direitos se repitam. Assim como, no plano normativo, e além disso, no plano do direito material, consagraram-se as proibições do *jus cogens* (cf. *infra*), também se vem buscando estabelecer uma graduação das violações do direito (algumas sendo particularmente graves, e constituindo, a meu juízo, verdadeiros crimes de Estado - *infra*), para determinar suas consequências jurídicas.

7. Com efeito, os avanços recentes da *criminalização* de *graves* violações de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário² acompanharam *pari passu* a evolução do

¹ A Corte observa em seguida que, "na década dos anos setenta, uma maioria de regimes ditatoriais detinha o poder na região, e compartilhava a "doutrina de segurança nacional" como suporte ideológico, o que permitiu que a repressão contra pessoas consideradas como "elementos subversivos" adquirisse um caráter transfronteiriço através da Operação Condor. Esse é o nome chave que foi dado à "aliança das forças de segurança e serviços de inteligência" das ditaduras do Cone Sul." (par. 64).

² Cf. G. Abi-Saab, "The Concept of 'International Crimes' and Its Place in Contemporary International Law", in *International Crimes of State - A Critical Analysis of the ILC's Draft Article 19 on State Responsibility* (eds. J.H.H. Weiler, A. Cassese and M. Spinedi), Berlin, W. de Gruyter, 1989, pp. 141-150; B. Graefrath, "International Crimes - A Specific Regime of International Responsibility of States and Its Legal Consequences", in *ibid.*, pp. 161-169; P.-M. Dupuy, "Implications of the Institutionalization of International Crimes of States", in *ibid.*, pp. 170-185; M. Gounelle, "Quelques remarques sur la notion de 'crime international' et sur l'évolution de la responsabilité internationale de

Direito Internacional contemporâneo: o estabelecimento de uma jurisdição penal internacional é vista em nossos dias como um elemento que fortalece o próprio Direito Internacional, superando insuficiências básicas do passado quanto à incapacidade de julgar e punir perpetradores de crimes contra a humanidade.³ Esses avanços, em nossos dias, devem-se à intensificação do clamor de toda a humanidade, - à consciência jurídica universal como fonte *material* última de todo o Direito, - contra as atrocidades que, nas últimas décadas, vitimaram milhões de seres humanos em todas as partes, - atrocidades estas que não podem mais ser toleradas e que devem ser combatidas com determinação.

8. É preciso voltar a atenção aos *valores* universais superiores, subjacentes a todo o tema, da recente criação de uma jurisdição penal internacional com base permanente. A cristalização da responsabilidade penal internacional dos indivíduos (juntamente com a responsabilidade do Estado) e o processo corrente de criminalização de *graves* violações dos direitos humanos e do Direito Humanitário constituem elementos de crucial importância para a luta contra a impunidade e para o tratamento a ser dado a violações passadas, na salvaguarda dos direitos humanos.

II. O Contexto de Terrorismo de Estado: a 'Operação Condor'

9. Apesar da gravidade dos fatos do presente caso, nem tudo foi suficientemente esclarecido até a presente data (*cf. infra*) sobre os detalhes da *Operação Condor* (no marco da qual se situa o caso Goiburú e outros). Através desta Operação, as forças de segurança dos Estados do Cone Sul se coordenaram, no mais alto nível de comando, para prender ilegal ou arbitrariamente, sequestrar, torturar, assassinar ou fazer desaparecer milhares de pessoas. Ainda que alguns detalhes de tal Operação permaneçam nebulosos até a presente data, contudo, como afirma um estudo sobre a matéria,

"(...) Há suficientes e irrefutáveis provas de que se praticou o terrorismo de Estado em escala internacional. A documentação encontrada e os testemunhos de vários dos agentes implicados demonstram a cumplicidade da polícia e do governo do Paraguai com a brutal repressão exercida pelas ditaduras da Argentina e do Chile, bem como a do Brasil e da Bolívia. Também demonstra como o general Augusto Pinochet apoiou a prática do terrorismo de Estado dentro e fora de seu país. Há evidência de que tanto Pinochet como Stroessner dedicaram especial atenção ao fortalecimento e à coordenação de seus serviços de segurança, objetivo para o qual se reuniram em diversas oportunidades".⁴

10. Com efeito, os históricos relatórios *Finais* tanto da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (do Chile, 1991, o chamado relatório *Rettig*) como da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (da Argentina, 1984) confirmam a existência da coordenação repressiva dos serviços secretos dos países do Cone Sul que veio a ser conhecida como "*Operação Condor*". O primeiro relatório *Final*, da Comissão de Verdade e Reconciliação do Chile, documenta os casos de "33 cidadãos chilenos desaparecidos depois de serem

l'État", in *Mélanges offerts à P. Reuter - Le droit international: unité et diversité*, Paris, Pédone, 1981, pp. 315-326; L.C. Green, "Crimes under the I.L.C. 1991 Draft Code", 24 *Israel Yearbook on Human Rights* (1994) pp. 19-39.

³ Os *travaux préparatoires* do Estatuto do Tribunal Penal Internacional permanente, adotado na Conferência de Roma de 1998, como era de se esperar, paralelamente à responsabilidade do Estado, contribuíram ao pronto reconhecimento, no âmbito da aplicação presente e futura do Estatuto, da responsabilidade penal internacional individual, - o que representa um grande avanço doutrinário na luta contra a impunidade pelos crimes internacionais mais graves.

⁴ E. Cujas, *op. cit. infra* n. (14), p. 6.

capturados por agentes argentinos, paraguaios ou brasileiros, e entregues à DINA, apenas entre 1975 e 1976".⁵ O relatório *Rettig* se refere expressamente à "Operação Condor":

"A origem do aparato exterior da DINA parece originar-se em abril ou maio de 1974. (...) A partir de meados de 1974, a DINA desenvolveu cada vez mais uma 'capacidade extraterritorial', que incluía vários países. (...) com vistas a esses mesmos objetivos de repressão política no exterior, a DINA se deu a tarefa de criar uma coordenação de serviços de inteligência no Cone Sul, que parece ter envolvido, além do Chile, pelo menos os serviços de segurança e/ou grupos afins da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. *Tal grupo, aparentemente coordenado pela DINA, recebeu o nome de Condor, ainda que outros pensem que o nome se aplica não ao grupo ou comunidade mesma, mas, em realidade, a um conjunto de operações coordenadas que realizaram.* A DINA também manteve relações bilaterais com distintos serviços de inteligência estrangeiros, incluindo a CIA e serviços de outros países".⁶

De igual modo, a síntese corrigida e atualizada do relatório *Rettig* (2a. ed., 1999) se refere expressamente ao "plano operacional denominado 'Condor', que incluía a eliminação de opositores políticos".⁷

11. Por sua vez, a Comissão Nacional Argentina sobre o Desaparecimento de Pessoas, em seu relatório "*Nunca Más*" (cuja 1ª edição é de novembro de 1984), relata, sobre a "coordenação repressiva na América Latina", que

"Vinculada à operatividade repressiva ilegal realizada dentro dos limites do território nacional, deve ser destacado que as atividades de persecução se verificaram sem limitação de fronteiras geográficas, contando para isso com a colaboração dos organismos de segurança de Estados limítrofes, os quais, de maneira recíproca, procediam à detenção de pessoas sem respeitar ordem legal alguma, em franca violação de tratados e convenções internacionais assinados por nosso país sobre o direito de asilo e refúgio político. Inclusive operaram dentro de nosso território agentes repressores estrangeiros, que procederam à detenção de cidadãos uruguaios, paraguaios, bolivianos e de outras nacionalidades. Esses cidadãos estrangeiros foram sequestrados na maior clandestinidade e impunidade e entregues às autoridades dos países de origem. (...)

A metodologia empregada consistiu, basicamente, na interrelação dos grupos ilegais de repressão, os quais, definitivamente, atuaram como se se tratasse de uma mesma e única força (...) operativa (...).

Lamentavelmente, o que ocorreu é demonstrativo da existência de um aparato repressivo tipicamente 'multinacional'. Em seu apoio, as forças de repressão estrangeiras passaram a integrar os chamados 'grupos de tarefa', dedicando-se a sequestrar, interrogar sob tortura, assassinar ou a proceder ao traslado de seus compatriotas aos centros clandestinos de detenção localizados em seus próprios países".⁸

⁵ *Ibid.*, p. 5.

⁶ *Cit. in* relatório *Rettig*, tomo II, Santiago de Chile, Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação, fevereiro de 1991, pp. 455-457 (ênfase acrescentada).

⁷ *Cit. in: Nunca Más en Chile - Síntesis Corregida y Actualizada Del Informe Rettig*, 2ª ed., Santiago de Chile, Comissão Chilena de Direitos Humanos/Fundação Ideias, 1999, p. 63.

⁸ *Cit. in: Nunca Más - Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, 20ª ed., Buenos Aires, EUDEBA, 1995, pp. 265-266.

12. Como, ao considerar os fatos da *Operação Condor*, ainda não inteiramente conhecida em todos os seus detalhes macabros, avaliar tamanha distorsão dos fins do Estado? No universo conceitual do Direito, tal distorsão se concretizou e se acentuou, em meu modo de ver, na medida em que os responsáveis pelo exercício do poder (e seus doutrinadores) e da atividade legiferante se afastaram dos fundamentos jusnaturalistas da ordem jurídica. A esse respeito, ponderou com acerto M. García-Pelayo que

"O Estado de Direito significa (...) uma limitação do poder do Estado pelo Direito, mas não a possibilidade de legitimar qualquer critério concedendo-lhe forma de lei (...). Ainda que a legalidade seja um componente da ideia do Estado de Direito, não é menos certo que este não se identifica com qualquer legalidade, mas com uma legalidade de determinado conteúdo e, sobretudo, com uma legalidade que não lesione certos valores por e para os quais se constitui a ordem jurídica (...) e que se expressam em normas ou princípios que a lei não pode violar. Acima de tudo, a ideia do Estado de Direito surge no seio do jusnaturalismo (...), precisamente com uma legalidade destinada a garantir certos valores (...), certos direitos imaginados como naturais (...). Apenas mais tarde, o pleno desenvolvimento do positivismo jurídico se afastou desta vinculação subjacente e conduziu à plena e consciente identificação do Direito com a lei, e do Estado de Direito com o Estado legal (...)."⁹

13. Daí o surgimento dos regimes autoritários, repressivos e fascistas. Para essa degradação contribuiu em muito, na perspectiva histórica do pensamento humano, a oposição hegeliana ao jusnaturalismo,¹⁰ com suas consequências nefastas: a "divinização" do Estado, transformado-o em um fim em si mesmo, em um repositório final das liberdades humanas, no "alfa e na omega", justificando os excessos do nacionalismo com ênfase na "segurança nacional" e do fascismo (como denunciado na análise aguda e penetrante de Ernst Cassirer¹¹ e nas ponderações de Alf Ross¹²), em meio aos quais se cometeram violações graves dos direitos humanos e sucessivas atrocidades.

14. Contudo, o renascimento do jusnaturalismo - que em realidade nunca deixou de existir - a partir de meados do século XX, deu testemunho da impossibilidade de fazer abstração da consciência humana, da consciência jurídica universal - fonte material última de todo o Direito, - que hoje se manifesta contra a indiferença e a impunidade dos responsáveis - tanto Estados quanto indivíduos - por aquelas atrocidades e crimes contra a humanidade, que vitimizaram milhares e milhares de pessoas tão apenas nos países do Cone Sul da América Latina, - aos quais se somam tantos outros crimes contra a humanidade e atos de genocídio perpetrados nas últimas décadas em outros continentes (europeu, africano e asiático).

15. A presente Sentença da Corte reconhece que os fatos provados constituem uma clara *situação de terrorismo de Estado*. A Corte reconhece também a assustadora inversão dos fins do Estado que isso implicou (configurando, uma vez mais, em meu modo de ver, a sombria *contraposição entre o Estado e a nação*). Nas próprias palavras da Corte,

"(...) na medida em que o Estado, suas instituições, mecanismos e poderes deveriam funcionar como garantia de proteção contra a ação criminosa de seus agentes. Não obstante isso, verificou-se uma instrumentalização do poder estatal como meio e recurso

⁹ M. García-Pelayo, *Las Transformaciones del Estado Contemporáneo*, 2ª ed. (10ª reimpr.), Madrid, Alianza Edit., 1996, pp. 52-53.

¹⁰ G. Radbruch, *Filosofia Del Derecho*, 4ª ed. rev., vol. I, Coimbra, A. Amado Ed., 1961, p. 77.

¹¹ E. Cassirer, *El Mito del Estado*, 2ª ed., México/Bogotá, Fondo de Cultura Económica, 1996, pp. 311-319.

¹² A. Ross, *Sobre el Derecho y la Justicia*, 2ª ed., Buenos Aires, EUDEBA, 1997, pp. 314-315.

para cometer a violação dos direitos que deveriam respeitar e garantir, executada mediante a colaboração interestatal indicada. Isto é, o Estado se constituiu em fator principal dos graves crimes cometidos, configurando-se uma clara situação de 'terrorismo de Estado'.

No Paraguai, esta situação foi reconhecida em uma convergência de decisões tomadas pelos três poderes do Estado. Tanto o Poder Executivo reconheceu a responsabilidade internacional do Estado neste foro internacional quanto, anteriormente, seus poderes Legislativo e Judiciário" (par. 66-67).

16. Nesse sentido, além da organização do "Arquivo do Terror" (a partir da revelação de seus documentos em 22.12.1992), o Estado promulgou a Lei nº 838/96, em 12.09.1996, para indenizar as vítimas de violações dos direitos humanos ocorridas no período de 1954-1989, e aprovou a Lei nº 2225, de 06.10.2003, criando a Comissão da Verdade e Justiça (par. 61.121-123). Além disso, uma Sentença de 17.04.2000 do Juízo Penal de Liquidação e Sentença nº 1 reconheceu a "prática comum", na época em questão, de "encobrir os desaparecimentos dos detidos que eram executados, ato que entre os presos foi denominado de 'lei de fuga'" (par. 69), e, significativamente, uma Decisão de 7.12.2000 do Juízo Penal de Liquidação e Sentença nº 3 afirmou que

"O terrorismo organizado desde o próprio Estado é uma forma de crime organizado (...) que se deu em numerosos países e em especial na América Latina, na qual os corpos de polícias, diplomatas, funcionários ou militares do governo *de ipso* coordenaram e realizaram 'tarefas de limpeza' e 'voos especiais de morte'. Este tipo de organização criminosa inclusive chegou a transnacionalizar-se, tendo agentes nos países limítrofes (...)" (par. 70).

17. Ou seja, no presente caso Goiburú e outros, o próprio Estado demandado reconheceu - em um louvável espírito de cooperação processual - sua responsabilidade internacional pela existência, na época em questão, de uma *política criminal*. E o fez, em momentos distintos, mediante manifestações de todos os seus poderes. Seu próprio Poder Judiciário expressamente caracterizou o terrorismo estatal como uma forma de crime organizado, ou seja, um *crime de Estado*. Os jusinternacionalistas que continuam negando a existência de crimes de Estado estão fechando os olhos a fatos historicamente comprovados, piorando o terrível sofrimento das numerosas vítimas desses crimes, e prestando um lamentável desserviço à evolução do Direito Internacional contemporâneo.

18. Os crimes de Estado existem, sim, e são muito mais frequentes do que se possa supor *prima facie*. No presente caso Goiburú e outros, foram perpetrados em uma escala transfronteiriça ou interestatal. Em um caso anterior perante esta Corte, o do Massacre Plan de Sánchez *versus Guatemala* (Sentença de mérito de 29.04.2004), sustentei em meu Voto Fundamentado que

"o crime de Estado se configura como uma violação grave do Direito Internacional peremptório (o *jus cogens*). O crime de Estado se torna ainda mais evidente na medida em que se estabelece a intenção (falta ou culpa), ou tolerância, aquiescência, negligência, ou omissão, por parte do Estado em relação a violações graves dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário perpetradas por seus agentes, inclusive em nome de uma política de Estado" (par. 35).

E em meu Voto Fundamentado no caso de *Myrna Mack Chang versus Guatemala* (Sentença de 25.11.2003) sinalisei que, como sujeitos do Direito Internacional, tanto os Estados como os

indivíduos podem ser responsáveis por crimes cometidos, coexistindo a responsabilidade internacional de um e de outro, com as correspondentes consequências jurídicas (par. 26).

19. No presente caso Goiburú e outros, crimes de Estado foram cometidos em um plano interestatal. Os Estados do Cone Sul se coordenaram para, em sua política de "contrainsurgência", torturar e exterminar segmentos de suas populações. Que ironia histórica e trágica! O Estado infligiu sofrimentos indescritíveis - que levarão décadas para cicatrizar - precisamente contra seu componente mais valioso, sua população! Como a própria Corte concluiu a respeito,

"em absoluta contradição com os principais fins e propósitos da organização da comunidade internacional, estabelecidos no âmbito universal na Carta de Nações Unidas e no regional, na Carta da OEA e na própria Convenção Americana, durante a década de setenta, os serviços de inteligência de vários países do Cone Sul do continente americano conformaram uma organização interestatal, com fins criminosos, complexamente articulada, cujos alcances continuam sendo revelados hoje em dia. Isto é, uma prática sistemática de 'terrorismo de Estado' no âmbito interestatal" (par. 72).

III. O Crime de Estado Revisitado

20. A existência de um verdadeiro *crime de Estado* - tema que forma objeto de alguns de meus Votos recentes nesta Corte - encontra-se, a meu juízo, seguramente comprovada no presente caso Goiburú e outros, e, mais que isso, em uma ampla dimensão, em uma rede verdadeiramente interestatal (ou, para usar uma caracterização que está em moda, "transnacional" ou "multinacional"). Os serviços secretos dos Estados do Cone Sul da América do Sul, treinados pelos Estados Unidos na sombria "Escola das Américas" no Panamá (Zona do Canal),¹³ articularam-se para exterminar os perseguidos políticos. Os fatos da assim chamada *Operação Condor*, - envolvendo, na chamada "luta contra a subversão (comunista)", um padrão sistemático de detenções ilegais e sequestros, torturas e maus tratos, desaparecimentos forçados e assassinatos, planejados e executados por meio de uma política de Estado sob a doutrina, de tão triste memória, da "segurança nacional", - passaram a ser gradualmente conhecidos ao longo da última década, sobretudo com a descoberta do chamado "*Arquivo do Terror*" no Paraguai (sem arquivos equivalentes preservados nos demais países do Cone Sul).¹⁴ No entanto, nem tudo o que ocorreu naquela subregião nos anos das ditaduras militares é conhecido até hoje (cf. *infra*), nem sequer no marco da própria *Operação Condor*.

21. Precisamente por isso, porque, como a própria Corte indicou, os "alcances" da *Operação Condor* "continuam sendo revelados hoje em dia" (*supra*), foi um erro não ter convocado uma audiência pública no presente caso Goiburú e outros, dada a particular gravidade e transcendência histórica do contexto em que ocorreram os fatos. A Corte Interamericana, em seu novo afã de "produção" de Sentenças em tempo recorde, - contra o qual me manifestei constantemente, e em vão, no seio do Tribunal, desde que adotou esse novo "método",¹⁵ para alimentar gráficos de "produtividade" em seus relatórios, que mais se

¹³ Chamada por alguns de "escola de assassinos", onde se estima que mais de 60 mil oficiais latino-americanos tenham sido "capacitados" (no período 1946-1984) em técnicas de torturas, sobretudo para extrair confissões de prisioneiros políticos; M. Almada, "*Terrorismo Made in USA en las Américas - las Estratégias Legales contra la Impunidad en el Paraguay*" (exposição em Bochum/Alemanha, em 14.10.2005), in www.terrorfileonline.org/es, p. 6. e Cf. A. Boccia Paz, M.H. López, A.V. Pecci e M.G. Giménez, *op. cit. infra* n. (49), pp. 78-79; J. Patrice McSherry, *op. cit. infra* n. (51), pp. 16-17.

¹⁴ Cf., v.g., E. Cujá, "*La 'Operación Cóndor': el Terrorismo de Estado de Alcance Transnacional*", 7 *Revista Ko'aga Roñe'eta* (1996) pp. 1-9; K.M. Slack, "*Operation Condor and Human Rights: A Report from Paraguay's Archive of Terror*", 18 *Human Rights Quarterly* (1996) pp. 492-506.

¹⁵ Não por consenso, mas por decisão de uma maioria de Juízes.

assemelham a um exercício de economistas do que de juristas, - deixou de convocar (em uma decisão, como de costume, ultimamente, apressada) a audiência pública que se fazia necessária, ainda diante do reconhecimento de responsabilidade por parte do Estado, o qual, em toda probabilidade, teria colaborado processualmente também nesta audiência.

22. Não posso me eximir de deixar constância de minha insatisfação quanto a esse ponto específico. Como indiquei em meu Voto Fundamentado no recente caso *Servellón e outros versus Honduras* (Sentença de ontem, 21.09.2006), no qual o mesmo ocorreu, "a audiência pública que não ocorreu, teria certamente enriquecido a presente Sentença, em três aspectos: a) teria enriquecido os autos e a instrução do caso (sobretudo diante da atitude positiva de colaboração processual assumida pelo Estado); b) teria aplicado à cabalidade o princípio do contraditório quanto ao contexto do presente caso; e c) teria servido de satisfação (como forma de reparação) aos familiares das vítimas" (par. 3). A Corte se privou de elementos adicionais de juízo que poderiam ter enriquecido esta Sentença (em particular seu capítulo IX, sobre a responsabilidade internacional do Estado no contexto do presente caso), e perdeu uma oportunidade única para trazer possíveis novas contribuições para o esclarecimento sobre a sombria *Operação Condor*, no marco do presente caso.

23. O capítulo IX da presente Sentença me parece, por isso, insatisfatório, podendo e devendo a Corte ter recolhido elementos adicionais com mais cuidado e atenção. De todo modo, foi demonstrado que o presente caso Goiburú e outros se insere em uma política de *terrorismo de Estado* que vitimou, do modo mais cruel e brutal, milhares de pessoas e seus familiares nos países que organizaram a Operação Condor, a qual inclusive se permitiu cometer graves violações dos direitos humanos "extraterritorialmente", em outros países, e outros continentes. Como, diante de uma política de extermínio do Estado, negar a existência do *crime de Estado*?

24. O crime de Estado apenas não existe dentro da cabeça dos jusinternacionalistas "iluminados" que afirmam, dogmaticamente, que o Estado não pode cometer um crime, e ponto final. Continuam ignorando episódios como os do presente caso, historicamente comprovados, e outros casos de massacres adjudicados pela Corte Interamericana (casos, v.g., do massacre de *Barrios Altos*, do massacre de *Plan de Sánchez*, dos *19 Comerciantes*, do massacre de *Mapiripán*, do massacre da *Comunidade Moiwana*, do Massacre de Pueblo Bello, dos massacres de *Ituango*), e assassinatos planejados no mais alto nível do poder estatal (casos, v.g., de *Barrios Altos*, e de *Myrna Mack Chang*), contando hoje, inclusive, com o reconhecimento de responsabilidade internacional por parte dos Estados demandados por sua ocorrência.

25. Algo não deixa de existir simplesmente porque se afirma que não pode existir. Os jusinternacionalistas não podem continuar indiferentes ao sofrimento humano, que decorre de fatos historicamente comprovados. Enquanto a doutrina jusinternacionalista contemporânea insiste em negar o historicamente comprovado - os crimes de Estado - estará eludindo um tema da maior gravidade, com suas consequências jurídicas, comprometendo sua própria credibilidade. Minha insatisfação não se limita ao plano doutrinal, incluindo igualmente, como anteriormente indiquei, o plano processual, ou seja, o procedimento seguido pela Corte no presente caso.

IV. A Responsabilidade Internacional Agravada pelo Crime de Estado

26. O crime de Estado no marco da *Operação Condor* foi bem caracterizado em um estudo recente a respeito, divulgado em distintos idiomas:

"A Operação Condor (...) representa a pior e última distorsão do Estado de Direito e da sociedade civilizada. Com efeito, as mais altas autoridades de vários países concordaram em cooperar no empreendimento do terrorismo de Estado; isto é, não apenas não protegeram os direitos humanos de seus próprios cidadãos, mas conspiraram para violar as normas internacionais de proteção: o direito de asilo, a proteção aos refugiados, o *habeas corpus* e os cuidadosamente elaborados procedimentos de extradição dos que enfrentam acusações por crimes cometidos em um país e são presos em outro.

Como um tratado secreto, a Condor elevou os crimes contra os direitos humanos ao mais alto nível de política de Estado, sob o controle direto de mandatários e ministros. E sua existência como instrumento oficial de seis nações impede que estes regimes expliquem seus crimes contra os direitos humanos como atos isolados de funcionários alterados ou de agentes corruptos."¹⁶

27. A lista das numerosas vítimas do regime Stroessner, elaborada e divulgada pelo Comitê de Igrejas para Ajuda de Emergência (CIPAE), com base no chamado "Arquivo do Terror", e com o título emblemático de *Testimonio contra el Olvido*, adverte em sua apresentação para alguns dados importantes: entre esses, em primeiro lugar, com o surgimento da consciência moral na história do pensamento humano, não há como negar o comprometimento de todo o meio social (com exceção dos oprimidos e torturados) no estabelecimento e preservação por tantos anos do regime de opressão.¹⁷ Em segundo lugar, as graves violações dos direitos humanos ocorridas durante os anos de repressão (1954-1989) se perpetraram com a aparente indiferença do meio social com a dor humana.¹⁸

28. Em terceiro lugar, o "permanente assédio repressivo estatal",¹⁹ de um verdadeiro "Estado militar totalitário",²⁰ perdurou durante o prolongado estado de sítio (1954-1987), ao longo do qual

"o Executivo dispôs de poderes discricionários para prender, torturar, expulsar, ou inclusive fazer desaparecer as pessoas".²¹

Por fim, em quarto lugar, essas graves violações sistemáticas dos direitos humanos foram perpetradas insufladas pela ilusão do "progresso" material, difundida pelo militarismo e "entendida desde a perspectiva do totalitarismo estatal".²² As vítimas no presente caso Goiburú e outros *versus Paraguai* perante a Corte Interamericana figuram efetivamente no documento *Testimonio contra el Olvido*, baseado no "Arquivo do Terror": aí estão mencionados Agustín Goiburú,²³ Carlos José Mancuello,²⁴ Rodolfo Ramírez Villalba,²⁵ e Benjamín Ramírez

¹⁶ J. Dinges, *Operación Cóndor - una Década de Terrorismo Internacional en el Cono Sur*, Santiago, Ed. B Chile, 2004, pp. 39-40; J. Dinges, *Os Anos do Condor - Uma Década de Terrorismo Internacional no Cone Sul*, São Paulo, Cia. das Letras, 2004, pp. 40-41; J. Dinges, *The Condor Years - How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents*, N.Y./London, The New Press, 2004, pp. 17-18.

¹⁷ CIPAE, *Testimonio contra el Olvido - Reseña de la Infamia y el Terror (Paraguai 1954-1989)*, Asunción, Ed. CIPAE, 1999, p. 10.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 12 e 25.

¹⁹ *Ibid.*, p. 34.

²⁰ *Ibid.*, p. 32.

²¹ *Ibid.*, p. 26.

²² *Ibid.*, p. 32.

²³ *Ibid.*, pp. 85 e 340.

²⁴ *Ibid.*, p. 392.

Villalba.²⁶ Muitas outras vítimas tiveram seus direitos violados no mesmo regime de repressão, e esse *contexto de terror*, próprio de um verdadeiro crime de Estado prolongado no tempo, e multiplicando o número de vítimas indefesas, não pode aqui ser minimizado.

29. Nos últimos anos, a Corte Interamericana tomou conhecimento de sucessivos casos de massacres, e se pronunciou sobre os mesmos (casos, v.g., massacre de *Barrios Altos*, massacre de *Plan de Sánchez*, *19 Comerciantes*, massacre de *Mapiripán*, massacre da *Comunidade Moiwana*, Massacre de *Pueblo Bello*, massacres de *Ituango*). Também resolveu casos ocorridos no contexto de violações sistemáticas de direitos humanos (casos, v.g., *Barrios Altos*, e *Myrna Mack Chang*, entre outros), planejadas (no mais alto nível hierárquico) e executadas pelo Estado. Como indiquei em meus Votos em todos esses casos, eles revelam a urgência de promover uma maior aproximação ou convergência entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional e, em particular, entre o trabalho dos tribunais internacionais de direitos humanos e dos tribunais penais internacionais.

30. Nos casos supracitados, entre outros, a Corte Interamericana estabeleceu a responsabilidade internacional estatal *agravada*, e suas consequências jurídicas, em matéria de reparações. A isso me referi em detalhe em meus Votos naqueles casos. No presente caso, de *Goiburú e Outros versus Paraguai*, estamos diante de uma situação envolta na maior gravidade, da chamada *Operação Condor*, do terrorismo de Estado em escala internacional, ou, mais precisamente, interestatal. Isso configura, a meu juízo, a responsabilidade internacional estatal *agravada* por verdadeiros *crimes de Estado*, com todas as suas consequências jurídicas.

31. A responsabilidade internacional *agravada* se configura também pelo descumprimento, por parte do Estado, tanto do dever de proteção, quanto do dever de investigação dos fatos lesivos, por sua falta de prover recursos internos eficazes para julgar e punir os perpetradores das atrocidades. Recorde-se que, em sua bem formulada demanda (de 08.06.2005) submetida a esta Corte no presente caso Goiburú e outros, a Comissão afirmou que

"Transcorreram mais de 27 anos sem que as famílias das pessoas mencionadas tivessem conhecimento, através de sentenças definitivas e executadas que incluíssem a todos os autores materiais, intelectuais e acobertadores, do que ocorreu às mencionadas pessoas, onde estão seus restos, quem foram os responsáveis por seu desaparecimento forçado, qual foi a sanção imposta e que reparação lhes corresponde por parte da justiça, conformando tudo isso um quadro de impunidade que os afeta em seus direitos fundamentais protegidos pela Convenção" (par. 152).

32. Todas estas circunstâncias agravantes levam a uma maior aproximação entre a responsabilidade internacional dos Estados e a responsabilidade penal internacional dos indivíduos (perpetradores das atrocidades), como me permiti indicar em meu Voto Fundamentado (pars. 38-40) no Caso do Massacre de Mapiripán *versus Colômbia* (Sentença de 17.09.2005). A responsabilidade dos criminosos não exime o Estado de sua própria responsabilidade agravada, por sua política criminal, porquanto o Estado, dotado de personalidade jurídica, é um centro de imputação, como qualquer outro sujeito de direito.²⁷

²⁵ *Ibid.*, pp. 120 e 462.

²⁶ *Ibid.*, pp. 120 e 462.

²⁷ Cf. A.A. Cançado Trindade, "Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility for Grave Violations of Human Rights: The Crime of State Revisited", in *International Responsibility Today - Essays in Memory of O. Schachter* (ed. M. Ragazzi), Leiden, M. Nijhoff, 2005, pp. 253-269.

33. O processo histórico corrente, ao que já me referi, da *criminalização* das graves violações dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, veio, por sua vez, a revitalizar o princípio da jurisdição universal, que já tem uma longa trajetória no domínio do Direito Internacional, e que se encontra na confluência entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos (a garantia coletiva) e o Direito Penal Internacional. Com efeito, há pontos, da maior importância e inteiramente prejudicados pela doutrina jurídica até a presente data, que indiquei em meus Votos naqueles casos, e que, a meu juízo, merecem especial atenção na atualidade, e que podem promover a aproximação ou convergência a que me refiro. A eles me refiro, em resumo, a seguir.

V. Elementos para uma Aproximação à Complementariedade entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional

34. Há elementos que implicam uma aproximação à complementariedade entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional, insuficientemente abordada pela doutrina até a presente data. Permito-me identificar, nesse sentido, cinco elementos, que passo em revista a seguir, a saber: a) a personalidade jurídica internacional do indivíduo; b) a complementariedade entre a responsabilidade internacional do Estado e a do indivíduo; c) a conceitualização dos crimes contra a humanidade; d) a prevenção e a garantia de não repetição; e e) a justiça reparatória na confluência do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Penal Internacional.

1. A Personalidade Jurídica Internacional do Indivíduo

35. Como primeiro elemento para uma aproximação à complementariedade entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional figura, a meu juízo, em primeiro plano, o próprio indivíduo em sua condição jurídica de sujeito tanto *ativo* (Direito Internacional dos Direitos Humanos) quanto *passivo* (Direito Penal Internacional) do Direito Internacional, ou seja, como titular de direitos e portador de obrigações que emanam diretamente do Direito Internacional. A condição do indivíduo como tal representa, como indiquei em numerosos escritos, o legado mais precioso da ciência jurídica a partir de meados do século XX.²⁸

36. Com efeito, em relação aos Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia e para Ruanda, o Tribunal Penal Internacional (TPI) permanente representa um avanço no que se refere, em particular, à presença e à participação das vítimas no curso de seu procedimento (Estatuto de Roma, artigos 68 e 75, e Regulamento, regras 16, 89 e 90-93).²⁹ Criou-se uma unidade de Vítimas e Testemunhas dentro do Secretariado do TPI (Estatuto, artigo 43(6), e Regulamento, regras 16-19).³⁰ Também se dispôs sobre a criação de um Fundo Fiduciário para

²⁸ Cf., inter alia, A.A. Cançado Trindade, "*International Law for Humankind: Towards a New Jus Gentium - General Course on Public International Law*", *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye* (2005) caps. IX-X (impresso); A.A. Cançado Trindade, *El Derecho Internacional de los Derechos Humanos en el Siglo XXI*, 1ª ed., Santiago, Editorial Jurídica de Chile, 2001, pp. 317-374 (2a. ed., 2006); A.A. Cançado Trindade, *El Acceso Directo del Individuo a los Tribunales Internacionales de Derechos Humanos*, Bilbao, Universidade de Deusto, 2001, pp. 9-104; A.A. Cançado Trindade, *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, tomo III, Porto Alegre/Brasil, S.A. Fabris Ed., 2003, pp. 447-497.

²⁹ ICC, *Selected Basic Documents Related to the International Criminal Court*, The Hague, ICC Secretariat, 2005, pp. 47, 52, 122 e 151-153.

³⁰ *Ibid.*, pp. 32 e 122-124.

as Vítimas (Estatuto, artigo 79, e Regulamento, regra 98),³¹ o qual acaba de ser estabelecido por decisão da Assembleia dos Estados Partes, em 3 de dezembro de 2005.³²

37. A presença das vítimas no procedimento perante o TPI representa, a meu juízo, um significativo ponto de confluência entre o Direito Penal Internacional contemporâneo e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Já não se trata de uma justiça tão apenas punitiva ou sancionadora, mas, também reparatória (Estatuto de Roma, artigo 75), e prevendo distintas formas e modalidades de reparação (Regulamento do TPI, regra 98),³³ tanto individuais quanto coletivas. Em nada surpreende que, em seus primeiros pronunciamentos, - no caso *Th. Lubanga Dyilo* e na investigação sobre a *situação na República Democrática do Congo*,³⁴ - o TPI tenha feito referência expressa à rica jurisprudência da Corte Interamericana.³⁵ O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional contemporâneo podem aqui se reforçar mutuamente, em benefício último dos seres humanos.

38. A consolidação da personalidade penal internacional dos indivíduos, como sujeitos ativos assim como passivos do Direito Internacional, fortalece a responsabilidade (*accountability*) no Direito Internacional por abusos perpetrados contra os seres humanos. Desse modo, os indivíduos também são portadores de deveres sob o Direito Internacional, o que reflete a consolidação de sua personalidade jurídica internacional.³⁶ Desenvolvimentos na personalidade jurídica internacional e na responsabilidade internacional se dão *pari passu*, e toda essa evolução dá testemunho da formação da *opinio juris communis* no sentido de que a gravidade de certas violações dos direitos fundamentais da pessoa humana afeta diretamente valores básicos compartilhados pela comunidade internacional como um todo.³⁷

2. A Complementariedade entre a Responsabilidade Internacional do Estado e do Indivíduo

39. Um elemento adicional para uma aproximação à complementariedade entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional reside no domínio da responsabilidade, incluindo, em meu entender, ao mesmo tempo, os Estados e os indivíduos (como sujeitos do Direito Internacional). Como venho afirmando a partir de meus Votos Fundamentados nos casos de *Myrna Mack Chang* (2003) e do massacre de *Plan de Sánchez* (2004), entre outros,³⁸ e em um artigo recente,³⁹ a responsabilidade internacional do Estado e a responsabilidade penal internacional do indivíduo são efetivamente complementares.

³¹ *Ibid.*, pp. 53 e 155-156.

³² A decisão foi adotada por consenso; *Cf.* ICC, *4th Assembly of the States Parties of the International Criminal Court* (The Hague, 28.11-03.12.2005), p. 2. Para o texto do Fundo Fiduciário para as Vítimas, *Cf.* ICC, *Trust Fund for Victims*, resolution ICC-ASP/4/Res.3, pp. 320-333.

³³ ICC, *Selected Basic Documents Related to the International Criminal Court*, The Hague, ICC Secretariat, 2005, pp. 52 e 155.

³⁴ *Cf.* International Criminal Court (ICC)/Pre-Trial Chamber I, doc. ICC-01/04, de 17.01.2006, pp. 14-15, 29 e 34; ICC-01/04, de 31.03.2006, p. 12; e ICC-01/04, de 31.07.2006, pp. 8-9.

³⁵ *V.g.*, referências aos casos, *v.g.*, *Blake versus Guatemala*, 1998; *Crianças de Rua versus Guatemala*, 1999; *El Amparo versus Venezuela*, 1996; *Neira Alegría versus Peru*, 1996; *Paniagua Morales versus Guatemala*, 2001; *Baena Ricardo e outros versus Panamá*, 2001, entre outros.

³⁶ H.-H. Jescheck, "The General Principles of International Criminal Law Set Out in Nuremberg, as Mirrored in the ICC Statute", 2 *Journal of International Criminal Justice* (2004) p. 43.

³⁷ *Cf.*, e.g., A. Cassese, "Y a-t-il un conflit insurmontable entre souveraineté des États et justice pénale internationale?", in *Crimes internationaux et juridictions internationales* (eds. A. Cassese and M. Delmas-Marty), Paris, PUF, 2002, pp. 15-29; and *Cf.*, generally, [Various Authors], *La Criminalización de la Barbarie: la Corte Penal Internacional* (ed. J.A. Carrillo Salcedo), Madrid, Conselho Geral do Poder Judiciário, 2000, pp. 17-504.

³⁸ *Cf.* também, *v.g.*, meus Votos Fundamentados nos casos do massacre de *Mapiripán* (2005) e dos massacres

3. A Conceitualização dos Crimes contra a Humanidade

40. Um terceiro ponto de aproximação para a intersecção entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional reside, em meu modo de ver, na própria conceitualização dos crimes contra a humanidade, que inclui um e outro. Esses crimes são perpetrados por indivíduos, mas seguindo políticas estatais, com a impotência, ou tolerância, ou conivência, ou indiferença do corpo social que nada faz para impedi-los; explícita ou implícita, a política de Estado está presente nos crimes contra a humanidade, inclusive contando com o uso de instituições, pessoal e recursos do Estado.⁴⁰ Não se limitam a uma simples ação isolada de indivíduos alucinados. São friamente calculados, planejados e executados.

41. A tipificação dos crimes contra a humanidade é uma grande conquista contemporânea, incluindo em meu entender, não apenas o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mas também o Direito Penal Internacional, ao refletir a condenação universal de violações graves e sistemáticas de direitos fundamentais e inderrogáveis, ou seja, de violações do *jus cogens*; daí a não-aplicabilidade, em casos em que ocorre, dos chamados *statutes of limitations* próprios dos sistemas jurídicos internos ou nacionais.⁴¹ A configuração dos crimes contra a humanidade é, a meu juízo, uma manifestação a mais da *consciência jurídica universal*, de sua pronta reação contra crimes que afetam a humanidade como um todo.

42. Os crimes contra a humanidade situam-se na confluência entre o Direito Penal Internacional e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Revestidos de particular *gravidade* em suas origens, os crimes contra a humanidade estiveram vinculados a conflitos armados, mas hoje dia se admite, em uma perspectiva humanista, que têm incidência no domínio também do Direito Internacional dos Direitos Humanos (v.g., em casos sistemáticos de tortura e humilhação das vítimas), denegatórios que são da humanidade em geral, ao buscar desumanizar suas vítimas.⁴² Os crimes contra a humanidade têm um caráter massivo e sistemático, são organizados e planejados como política criminal estatal, - tal como conceitualizados em sua jurisprudência pelos Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia e Ruanda,⁴³ - são verdadeiros crimes de Estado.⁴⁴

43. Organizadas e planejadas pelos Estados, em seus mais altos escalões, os crimes de Estado são executados por muitos indivíduos em cumprimento de uma política criminal do Estado em questão, constituindo verdadeiros crimes de Estado, que comprometem de imediato

de Ituango (2006), ambos relativos à Colômbia.

³⁹ A.A. Cançado Trindade, "Complementarity between State Responsibility and Individual Responsibility...", *op. cit. supra* n. (27), pp. 253-269.

⁴⁰ *Cf.*, nesse sentido, v.g., M.Ch. Bassiouni, *Crimes against Humanity in International Criminal Law*, 2nd. rev. ed., The Hague, Kluwer, 1999, pp. 252, 254-257. Este é o entendimento subjacente à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, que criminaliza, sob o Direito Internacional, a conduta de agentes do poder estatal; *ibid.*, p. 263, e *Cf.* p. 277.

⁴¹ M.Ch. Bassiouni, *op. cit. supra* n. (40), pp. 227 e 289.

⁴² Y. Jurovics, *Réflexions sur la spécificité du crime contre l'humanité*, Paris, LGDJ, 2002, pp. 21-23, 40, 52-53 e 66-67. e *Cf.* E. Staub, *The Roots of Evil – The Origins of Genocide and Other Group Violence*, Cambridge, University Press, 2005 [reprint], pp. 119, 121 e 264.

⁴³ Sobre a jurisprudência internacional contemporânea sobre crimes contra a humanidade, *Cf.* J.R.W.D. Jones, *The Practice of the International Criminal Tribunals for the Former Yugoslavia and Rwanda*, 2a ed., Ardsley/N.Y., Transnational Pubs., 2000, pp. 103-120 e 490-494; L.J. van den Herik, *The Contribution of the Rwanda Tribunal to the Development of International Law*, Leiden, Nijhoff, 2005, pp. 151-198.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 93, 183, 192, 199, 228, 278-279, 310, 329-331, 335, 360 e 375.

a responsabilidade internacional tanto do Estado em questão (no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos) quanto dos indivíduos que os executaram.⁴⁵ Daí a importância de sua prevenção, tendo em vista sua especial gravidade, bem como da garantia de sua não repetição (cf. *infra*).

4. A Prevenção e a Garantia de Não Repetição

44. Tanto o Direito Internacional dos Direitos Humanos quanto o Direito Penal Internacional buscam, cada um a seu modo, a *prevenção* e a *garantia de não repetição* dos fatos lesivos. Ambos combatem a impunidade. O primeiro, em casos de *graves* violações, determina reparações exemplares (ou danos punitivos), como consequência jurídica de verdadeiros crimes de Estados. O segundo, determina as sanções daqueles que, em nome de uma política de Estado, cometeram atos de genocídio, ou crimes contra a humanidade, ou crimes de guerra.

45. Não há *statute of limitations*, próprio do direito interno; não há imprescritibilidade, nem prescrição extintiva, em casos de graves violações dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário. A Corte Interamericana deu sua contribuição neste sentido, como exemplificam os *leading cases*, a respeito de *Barrios Altos versus Peru* (2001) e de *Bulacio versus Argentina* (2003). Para os respectivos tribunais internacionais tampouco há coisa julgada (de direito interno) que os vincule, porquanto o direito aplicável é outro, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional, respectivamente.

5. A Justiça Reparadora na Confluência entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Penal Internacional

46. Juntamente com o reconhecimento da *titularidade* de direitos da pessoa humana, emanados diretamente do Direito Internacional (*supra*), a doutrina jurídica contemporânea, ademais, tem admitido a existência de deveres atribuídos também pelo próprio Direito Internacional diretamente aos indivíduos, e, - o que é significativo, - as graves violações de tais direitos, refletidas, v.g., nos crimes contra a humanidade, comprometem a responsabilidade penal individual *internacional, independentemente* do que dispõe o direito *interno* sobre a matéria.⁴⁶ Os desenvolvimentos contemporâneos no Direito Penal Internacional têm, em efeito, uma incidência direta na cristalização tanto da responsabilidade penal internacional individual (o indivíduo como sujeito, tanto ativo como passivo, do Direito Internacional, *titulaire* de direitos, assim como portador de obrigações emanadas diretamente do direito de gentes (*droit des gens*), como do princípio da jurisdição universal.

47. Cabe agregar que as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas de criar os Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* para a Ex-Iugoslávia (1993) e para Ruanda (1994), acrescidas do estabelecimento do Tribunal Penal Internacional permanente pela Conferência de Roma de 1998, para julgar os responsáveis por graves violações dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário (por atos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra), deram um novo ímpeto à luta da comunidade internacional contra a impunidade, - como uma violação *per se* dos direitos humanos, - além de reafirmar o princípio da responsabilidade penal internacional do indivíduo⁴⁷ por tais violações, e buscar assim impedir ou prevenir crimes futuros.

⁴⁵ Cf. *ibid.*, pp. 375-377, 403, 405-407, 441 e 447-448.

⁴⁶ M.Ch. Bassiouni, *Crimes against Humanity...*, *op. cit. supra* n. (40), pp. 106 e 118.

⁴⁷ Cf., a respeito, v.g., D. Thiam, "Responsabilité internationale de l'individu en matière criminelle", in *International Law on the Eve of the Twenty-First Century - Views from the International Law Commission / Le droit international à l'aube du XXe siècle - Réflexions de codificateurs*, N.Y., U.N., 1997, pp. 329-337.

48. Há mais de meio século, o célebre Tribunal de Nuremberg criou um novo paradigma ao advertir que indivíduos podem ser sancionados por violações do Direito Internacional, porque os crimes contra o Direito Internacional são cometidos por indivíduos, e "não por entidades abstratas", e apenas pela sanção desses perpetradores as disposições de Direito Internacional podem ser implementadas.⁴⁸ Esse famoso *obiter dictum* efetivamente abriu caminho para o desenvolvimento do Direito Penal Internacional, que preencheu uma lacuna do Direito Internacional clássico, ao buscar por um fim à impunidade.

49. Por outro lado, o mesmo *obiter dictum* nunca me satisfaz plenamente, por retratar tão apenas um aspecto da realidade, um enfraquecimento do papel do Estado na comissão destes crimes. Daí o desenvolvimento *paralelo* do Direito Penal Internacional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos, quando se deveria, a meu juízo, fomentar a convergência e a complementariedade entre ambos. Ainda que os Estados pareçam efetivamente "entidades abstratas" quando se trata de prover serviços básicos, como o livre acesso à educação e à saúde públicas, bem como o acesso ao trabalho e à habitação, faltando frequentemente em seus deveres nessa área e alienando grandes segmentos da população, são, porém, *realidades muito concretas* quando se trata de punir, de sancionar, de excluir, de confinar, de torturar e de assassinar os "indesejáveis", - como revelado no caso concreto e em numerosos outros casos.

VI. A Ocultação dos Crimes de Estado na Operação Condor

50. A justiça reparadora ganha importância diante de um dos aspectos mais chocantes da *Operação Condor*: a ocultação dos crimes de Estados perpetrados no marco desta Operação, desde seu planejamento até a execução de sua política criminal. Em um estudo publicado em 2002, em Asunción, afirmou-se que

"Poucas vezes na história recente da América Latina, a verdade sobre ações e planos massivos de repressão demorou tanto para emergir à luz como no caso da Operação Condor. Apenas agora, um quarto de século depois, é possível conhecer uma parte significativa da história documentada daqueles fatos. Está ainda longe de ser uma história completa e definitiva. Isso foi assim porque os atos delitivos realizados envolviam forças repressivas de vários países e porque o pacto clandestino assinado nos anos setenta continuou depois através de laços de ocultação e impunidade. (...)

A Operação Condor, que apenas agora começa a ser reconstruída a partir das pistas documentais que começaram a florescer, é um exemplo paradigmático dos efeitos do terrorismo de Estado. (...) Apesar de ter programado meticulosamente sua aposentadoria, a Condor terminou perdendo, também, a batalha da memória".⁴⁹

51. Com efeito, a *Operação Condor* (formalmente criada em novembro de 1975, mas com antecedentes em 1973-1974, e que em 1976 alcançou o mais alto grau de repressão, e em 1980 entrou em decadência), foi planejada pelos "serviços de inteligência" dos países do Cone Sul,⁵⁰ para executar uma *política estatal de extermínio*, caracterizada pela *ocultação* das

⁴⁸ Cf., e.g., *inter alia*, Ph. Sands (ed.), *From Nuremberg to The Hague - The Future of International Criminal Justice*, Cambridge, University Press, 2003, pp. 32-33.

⁴⁹ A. Boccia Paz, M.H. López, A.V. Pecci e M.G. Giménez, *En los sótanos de los generales - los Documentos Ocultos del Operativo Condor*, Asunción, Expolivro/Servilivro, 2002, pp. 295-296. Os dados estadísticos não são ainda definitivos, estimando-se em mais de 30 mil latino-americanos os assassinados no marco da Operação Condor; *ibid.*, p. 83. e Cf. também, v.g., N.C. Mariano, *op. cit. infra* n. (52) pp. 18-19.

⁵⁰ Ademais, o envolvimento do "serviço de inteligência" dos Estados Unidos nesta Operação encontra-se hoje comprovado, com a desclassificação de parte dos documentos (não todos) dos Estados Unidos sobre a Condor, em

operações transfronteiriças de "contrainsurgência" por parte de esquadrões da morte (detenções ilegais ou arbitrárias, sequestros, tortura, assassinatos ou execuções extrajudiciais, e desaparecimentos forçados de pessoas). Os Estados participantes a dotaram de uma *estrutura paraestatal*, - seguindo uma *política criminal de Estado*, - que possibilitava aos detentores do poder público ocultar as atrocidades e evitar a aplicação do Direito Internacional e as garantias dos direitos humanos, com total irresponsabilidade e impunidade.⁵¹

52. Os relatos e testemunhos de sobreviventes, - apenas recentemente publicados, - das atrocidades cometidas nos países da Operação Condor, são arrepiantes: além dos crimes supracitados, foram perpetradas as formas mais macabras de tortura, fusilamentos coletivos, raptos de bebês e de crianças e alteração de suas identidades, confinamento em prisões clandestinas (e cemitérios clandestinos), uso de cães ferozes contra detidos em condições desumanas, microfraturas causadas por rodas de veículos que passavam sobre as mãos e pés dos detidos,⁵² - formando um quadro dantesco de suplícios espantosos. A preocupação com a ocultação dos crimes era permanente:

"Na guerra de extermínio contra os que não estavam de acordo com a ditadura, os militares trataram de ocultar os cadáveres, as provas de seus crimes. Quase dois mil presos políticos foram atirados vivos ao mar, desde aviões de carga. Outros milhares foram enterrados em cemitérios clandestinos".⁵³

53. Os macabros "voos da morte" eram semanais, levando de 15 a 20 prisioneiros de cada vez, que eram informados de que seriam transferidos a "prisões comuns", e, "acreditando que se livrariam do suplício das torturas, embarcavam aliviados nos aviões de carga" da Marinha argentina; isso porque um

"problema para os carrascos era onde esconder os milhares de mortos, porque os cemitérios clandestinos estavam repletos. A saída foi atirar os condenados em alto mar, para que fossem devorados pelos tubarões".⁵⁴

As atrocidades da *Operação Condor* revelam que a maldade humana não possui limites. No marco desta Operação, o caso do Dr. Agustín Goiburú é hoje considerado como "paradigmático da cooperação dos sistemas de inteligência" paraguaio e argentino.⁵⁵ Em nada surpreende que, frente à ocultação de sua política criminal pelos Estados participantes, a partir do descobrimento, em dezembro de 1992, do "Arquivo do Terror" no Paraguai (a principal fonte documental na América Latina sobre a sinistra Operação Condor), "centenas de *habeas data* foram apresentados por ex-presos políticos ou por seus familiares".⁵⁶

junho de 1999; a Condor foi um componente de uma mais ampla estratégia de "contrainsurgência" para impedir movimentos sociais em prol de mudanças políticas ou econômico-sociais na região; J. Patrice McSherry, *Predatory States...*, *op. cit. infra* n. (51), pp. XVIII-XIX, 241, 249-250 e 252-253; e Cf. J. Dinges, *Operação Condor...*, *op. cit. supra* n. (16), p. 22. O FBI estava perfeitamente inteirado de tudo o que se passava em meados da década de setenta nos países do Cone Sul, como indicado no parágrafo 61.8 da presente Sentença da Corte Interamericana.

⁵¹ J. Patrice McSherry, *Predatory States - Operation Condor and Covert War in Latin America*, Lanham, Rowman & Littlefield Publs., 2005, pp. 4-5, 7-11, 21-23 e 242-243.

⁵² N.C. Mariano, *Operación Cóndor - Terrorismo de Estado en el Cono Sur*, Buenos Aires, Ed. Lohlé Lumen, 1998, pp. 73, 87, 62 e 95.

⁵³ N.C. Mariano, *op. cit. supra* n. (52), p. 45.

⁵⁴ *Ibid.*, pp. 30-31.

⁵⁵ A. Boccia Paz, M.H. López, A.V. Pecci e M.G. Giménez, *op. cit. supra* n. (56), p. 205; e Cf. J. Dinges, *Operación Cóndor...*, *op. cit. infra* n. (16), p. 305.

⁵⁶ A. Boccia Paz, M.A. González e R. Palau Aguilar, *Es mi informe -los Archivos Secretos de la Policía de Stroessner*, 4ª ed., Asunción, CDE, 1994, p. 30.

VII. Condor *Redivivus*: a História se Repete

54. Os fatos repressivos da *Operação Condor*, em ampla escala interestatal, ao terem ocorrido - como historicamente comprovado - na década de setenta, podem ocorrer de novo. Se ocorrerem uma ou mais vezes, podem voltar a ocorrer; as atrocidades se repetem na história. Temo que tais fatos possam estar se repetindo hoje em dia. Assim como se passaram anos até que se viesse a conhecer (e até hoje não totalmente) os fatos da política criminal dos Estados na *Operação Condor*, talvez nos tomará muito tempo para conhecer tudo o que está ocorrendo - igualmente com ocultação estatal - em nossos dias, na atualidade.

55. Nos anos setenta, foi a "guerra [sic] contra a subversão", hoje em dia é a "guerra [sic] contra o terrorismo". Em ambas, para os perpetradores de graves violações dos direitos humanos os fins justificam os meios, e tudo está permitido, à margem do Direito. Como recém indicou um arauto da atual "guerra [sic] contra o terrorismo", "quem não está conosco está contra nós", exatamente como advertiam os militares da *Operação Condor* na década de setenta, todos os Chefes de Estado, para semear o terror e tentar justificar os crimes de Estado.

56. Em realidade, crimes de Estado existem, existiram e continuam existindo, como indicam hoje em dia relatórios recentes (v.g., para a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa) sobre práticas sistemáticas de tortura em prisões - inclusive secretas - em outros continentes, verdadeiros campos de concentração - na chamada "guerra [sic] contra o terrorismo".⁵⁷ Também hoje em dia surgem notícias dispersas sobre a prática da tortura (com o eufemismo de "interrogatórios intensivos"), de detenções ilegais ou arbitrárias, de sequestros, voos clandestinos e desaparecimentos forçados de pessoas, de possíveis execuções extrajudiciais, igualmente em escala interestatal.⁵⁸

57. Muito recentemente, em 6.07.2006, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre "*the alleged use of European countries by the CIA for the transportation and illegal detention of prisoners*".⁵⁹ Em sua extensa resolução, o Parlamento Europeu começa por advertir que

*"the fight against terrorism cannot be won by sacrificing the very principles that terrorism seeks to destroy, notably that the protection of fundamental rights must never be compromised; (...) terrorism must be fought by legal means and it must be defeated while respecting international and national law"*⁶⁰

Afirma, em seguida, que as práticas de "detenção secreta" e sequestro de pessoas suspeitas no território dos Estados membros configura a responsabilidade internacional do Estado (pars. 2 e 8). Expressa sua profunda preocupação pelo uso do espaço aéreo e de aeroportos europeus para que pessoas suspeitas "*be transferred illegally to the custody of the CIA or the US military or to other countries*" (par. 13).

⁵⁷ Cf. D. Marty (*rapporteur*), "*Alleged Secret Detentions in Council of Europe Member States*", Strasbourg, Council of Europe Parliamentary Assembly/Committee on Legal Affairs and Human Rights, doc. AS/Jur(2006)03.rev., de 22.01.2006, pp. 1-25; D. Marty (*rapporteur*), "*Alleged Secret Detentions and Unlawful Inter-State Transfers Involving Council of Europe Member States*", Strasbourg, Council of Europe Parliamentary Assembly/Committee on Legal Affairs and Human Rights, doc. AS/Jur(2006)16-II, do 07.06.2006, pp. 1-71 (circulação limitada).

⁵⁸ Cf. J. Patrice McSherry, *Predatory States...*, *op. cit. supra* n. (51), pp. XXI, 247-249 e 254; e Cf. J. Dinges, *Operación Cóndor...*, *op. cit. supra* n. (16), p. 22.

⁵⁹ European Parliament, doc. A6-0213/2006, pp. 1-6.

⁶⁰ Preâmbulo, considerando C.

58. A referida resolução "*condemns the practice of extraordinary renditions, which is aimed at ensuring that suspects are not brought before a court but are transferred to third countries to be interrogated, where they could be tortured, and detained in facilities controlled by the USA or local authorities*"; além disso, a resolução "*considers unacceptable the practices of certain governments consisting in limiting their responsibilities by asking for diplomatic assurances from countries in respect of which there is strong reason to believe they practice torture*" (par. 10). e, a seguir, a mesma resolução

"Stresses that the prohibition of torture or cruel, inhuman and degrading treatment as defined in Article 1 of the U.N. Convention against Torture, is absolute and allows no exceptions whether in times of war or threat of war, domestic political instability or any other emergency; recalls that cases of incommunicado detention, abduction or extraordinary rendition constitute violations of fundamental rights in International Law, in particular Articles 3 and 5 of the European Convention on Human Rights, especially since these acts are synonymous with torture or inhuman and degrading treatment" (par. 29).⁶¹

59. Condor *redivivus!* Seus métodos e práticas atrozes e desumanas continuam sendo seguidos e aplicados, em contexto distinto, em nossos dias! Quando aprenderá o ser humano com as lições do passado, com o terrível sofrimento das gerações anteriores? Se não aprendeu até hoje, talvez nunca aprenderá. Quando deixará o ser humano de desumanizar seus semelhantes? Se não deixou de fazê-lo até hoje, talvez nunca deixará de fazê-lo. E continuará convivendo com o mal, e submetendo-se a ele. É por isso que a luta pela primazia da *recta ratio*⁶² não possui fim, como no mito de Sísifo.

60. Em nada surpreende, pois, que o problema do mal tenha sido e siga sendo uma das grandes preocupações ao longo de toda a história do pensamento humano ao longo dos séculos, filósofos, teólogos e literatos se ocuparam do problema, sem encontrar uma resposta conclusiva ou inteiramente satisfatória. Como bem advertiu R.P. Sertillanges em uma obra magistral sobre a matéria,

"L'angoisse du mal s'impose à toutes les âmes, à tous les groupes et à toutes civilisations. (...) Le problème du mal met en cause a destinée de chacun, l'avenir du genre humain".⁶³

61. Definitivamente, não se combate o terror com o terror, mas dentro do Direito. Como me permiti advertir também em meu Voto Fundamentado no Caso dos Massacres de Ituango *versus Colômbia* (Sentença de 01.07.2006), lamentável e tragicamente os crimes de Estado continuam

"repetindo-se em distintas latitudes, em meio à manipulação, ou fabricação da assim chamada "opinião pública" (ou publicada). O ser humano "pós-moderno" parece ter

⁶¹ Além desta resolução do Parlamento Europeu, o Secretário Geral do Conselho da Europa apresentou recomendações - à luz do artigo 52 da Convenção Europeia de Direitos Humanos - em seus relatórios recentes aos governos dos Estados europeus, sobre notícias sugerindo que "*individuals, notably persons suspected of involvement in acts of terrorism, may have been arrested and detained, or transported while deprived of their liberty, by or at the instigation of foreign agencies, with the active or passive co-operation of States Parties to the Convention or by States Parties themselves at their own initiative, without such deprivation of liberty having been acknowledged*"; Cf. Council of Europe, doc. SG/Inf(2006)5, de 28.02.2006, pp. 1-15; Council of Europe, doc. SG/Inf(2006)13, de 14.06.2006, pp. 1-8.

⁶² Cf., a respeito, A.A. Cançado Trindade, *A Humanização do Direito Internacional*, Belo Horizonte/Brasil, Edit. Do Rey, 2006, pp. 3-106 e 385-409.

⁶³ R.P. Sertillanges, *Le problème du mal - l'histoire*, Paris, Aubier, 1948, p. 5.

perdido sua memória, e com isso continuam se repetindo os crimes de Estado. Assim, pouco depois da *invasão e da ocupação do Iraque* em 2003, perpetradas por uma autodesignada "coalizão de Estados" à margem da Carta das Nações Unidas, em uma das mais flagrantes violações do Direito Internacional nas últimas décadas, sucederam-se matanças de inocentes, detenções arbitrárias (inclusive em prisões secretas), práticas sistemáticas de tortura e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, de conhecimento público e notório, e seguramente comprovadas,⁶⁴ em execução - certamente equivocada - de uma política de Estado (a assim-chamada "guerra [sic]⁶⁵ ao terrorismo"). Desde suas sentenças nos casos *Cantoral Benavides versus Peru* (de 18.08.2000, pars. 95-96) e *Maritza Urrutia versus Guatemala* (de 27.11.2003, par. 89), a Corte Interamericana consistentemente sustentou a proibição absoluta da tortura e de maus tratos, em todas e quaisquer circunstâncias, inclusive de guerra, ameaça de guerra, luta contra o terrorismo, conflito interno, desestabilização ou emergências internas, entre outras" (par. 38).

VIII. A Ampliação do Conteúdo Material do *Jus Cogens*

62. Gostaria, apesar do anteriormente exposto sobre a *Operação Condor*, de concluir este Voto Fundamentado em um tom positivo. Na presente Sentença no caso *Goiburú e outros versus Paraguai*, a Corte reafirmou sua *jurisprudencia constante* no sentido de que os crimes de tortura e de desaparecimento forçado de pessoas são violações do *jus cogens*, acarretando a obrigação de investigá-los e de punir seus responsáveis (pars. 84, 93 e 128), para por fim à impunidade; no presente caso, os Estados do Cone Sul montaram um esquema de repressão para cometer de forma sistemática estas violações e encobrir os fatos, o que são circunstâncias agravantes (responsabilidade internacional *agravada*).

63. Em tais circunstâncias, a realização da justiça, para por fim à impunidade, constitui uma importante forma de reparação. A esse respeito, em meu Voto Fundamentado no caso *Bulacio versus Argentina* (Sentença de 18.09.2003), afirmei que o Direito reage frente à extrema violência com a qual os seres humanos se tratam, por ser esta inaceitável. Ponderei que

"É aqui que o Direito intervém, para frear a crueldade com que os seres humanos tratam a seus semelhantes (...), para afirmar seu próprio primado sobre a força bruta, para tentar ordenar as relações humanas segundo os ditados da *recta ratio* (o direito natural), para mitigar o sofrimento humano, e para fazer a vida, desse modo, menos insuportável, ou talvez suportável, - no entendimento de que a vida com sofrimento, e solidariedade, é preferível à não existência. (...)

Daí a importância da realização da justiça. Contra os atos de violência violatórios dos direitos humanos se erige a ordem jurídica (nacional e internacional), para assegurar a prevalência da justiça e, desse modo, estender satisfação às vítimas (diretas e indiretas). Em sua obra *L'Ordinamento Giuridico*, originalmente publicada em 1918, o jusfilósofo

⁶⁴ Cf., muito recentemente, v.g.: United Nations/Committee against Torture, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 19 of the Convention - United States of America: Conclusions and Recommendations of the Committee against Torture*, documento CAT/C/USA/CO/2, de 18.05.2006, pp. 1-11; Council of Europe/Parliamentary Assembly - Committee on Legal Affairs and Human Rights, *Alleged Secret Detentions in Council of Europe Member States - Memorandum (rapporteur D. Marty)*, documento AS/JUR/2006/03.rev, de 22.01.2006, pp. 1-25; Council of Europe/Parliamentary Assembly - Committee on Legal Affairs and Human Rights, *Alleged Secret Detentions and Unlawful Inter-State Transfers Involving Council of Europe Member States - Report (rapporteur D. Marty)*, documento AS/JUR/2006/16/Part II, do 07.06.2006, pp. 1-71.

⁶⁵ Um termo inadequadamente utilizado, com consequências nefastas.

italiano Santi Romano argumentava que a sanção não se prende a normas jurídicas específicas, mas é imanente à ordem jurídica como um todo, operando como uma "garantia efetiva" de todos os direitos subjetivos consagrados nesta ordem.⁶⁶ (...)

O Direito, emanado da consciência humana e por esta movido, vem a prover a *reparatio* (do latim *reparare*, "dispor de novo"); intervém, outrossim, para impedir que o mal volte a se repetir, ou seja, para estabelecer, como uma das formas de reparação não pecuniária dos danos resultantes das violações de direitos humanos perpetradas, a *garantia de não repetição dos fatos lesivos*. (...)

A *reparatio* não põe fim ao ocorrido, à violação dos direitos humanos. O mal já se cometeu;⁶⁷ mediante a *reparatio* se evita que se agravem suas consequências (pela indiferença do meio social, pela impunidade, pelo esquecimento). Sob esse prisma, a *reparatio* se reveste de duplo significado: provê satisfação (como forma de reparação) às vítimas, ou seus familiares, cujos direitos foram violados, ao mesmo tempo em que restabelece a ordem jurídica rompida por essas violações, - uma ordem jurídica erigida sobre o pleno respeito dos direitos inerentes à pessoa humana.⁶⁸ A ordem jurídica, assim restabelecida, requer a garantia da não repetição dos fatos lesivos. A *reparatio* dispõe de novo, reordena a vida dos sobreviventes vitimados, mas não consegue eliminar a dor que já está incorporada inescapavelmente ao cotidiano de sua existência. A perda é, desde este ângulo, rigorosamente irreparável. Ainda assim, a *reparatio* é um dever inescapável dos que têm por responsabilidade realizar a justiça. Em uma etapa de maior desenvolvimento da consciência humana, e consequentemente do próprio Direito, é indubitável que a realização da justiça se sobrepõe a todo e qualquer obstáculo, inclusive os que decorrem do exercício abusivo de regras ou institutos do direito positivo (...). A *reparatio* é uma reação, no plano do Direito, à crueldade humana, manifestada nas mais diversas formas: a violência no tratamento dos semelhantes, a impunidade dos responsáveis por parte do poder público, a indiferença e o esquecimento do meio social.

Esta reação da ordem jurídica rompida (cujo *substratum* é precisamente a observância dos direitos humanos) se move, em última instância, pelo espírito de solidariedade humana. (...) a reparação, assim entendida, comportando, no marco da realização da justiça, a satisfação às vítimas (ou seus familiares) e a garantia de não repetição dos fatos lesivos, (...) se reveste de inegável importância. A rejeição da indiferença e do esquecimento, e a garantia de não repetição das violações, são manifestações dos laços de solidariedade entre as vítimas e os potencialmente vitimáveis, no mundo violento e vazio de valores em que vivemos. Em última instância, é uma expressão eloqüente dos laços de solidariedade que unem os vivos a seus mortos.⁶⁹ (...)" (pars. 30, 33, 35 e 33-40).

64. Na presente Sentença no caso Goiburú e outros, depois de ressaltar o "caráter continuado ou permanente" do crime de desaparecimento forçado de pessoas (par. 83) e o marco de impunidade ainda prevaletente, em violação dos artigos 8(1) e 25 da Convenção Americana, a Corte deu um passo adiante quanto às proibições do *jus cogens*, no sentido em

⁶⁶ Santi Romano, *L'ordre juridique* (trad. 2a. ed., reed.), Paris, Dalloz, 2002, p. 16.

⁶⁷ A capacidade humana tanto de promover o bem como de cometer o mal não parou de atrair a atenção do pensamento humano ao longo dos séculos; Cf. F. Alberoni, *Las Razones del Bien y del Mal*, México, Gedisa Edit., 1988, pp. 9-196; A.-D. Sertillanges, *Le problème du mal...*, op. cit. supra n. (60), pp. 5-412.

⁶⁸ Como me permiti indicar em meu Voto Concordante anterior, no Parecer Consultivo nº 18 da Corte Interamericana, sobre a *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados* (de 17.09.2003), par. 89.

⁶⁹ Sobre estes laços de solidariedade, Cf. meus Votos Fundamentados no caso *Bámaca Velásquez versus Guatemala* (Sentenças da Corte Interamericana sobre o mérito, de 25.11.2000, e sobre reparações, de 22.02.2002).

que eu vinha propugnando já há algum tempo. Com efeito, em meu Voto Fundamentado no caso *Myrna Mack Chang versus Guatemala* (Sentença de 25.11.2003) argumentei que, precisamente diante da existência de um crime de Estado, impõe-se o *direito ao Direito*, ou seja, o direito a um ordenamento jurídico que efetivamente salvaguarde os direitos fundamentais da pessoa humana (pars. 9-55).

65. Este é, a meu juízo, um imperativo do *jus cogens*, ainda mais quando se comprovou que o próprio Estado planejou (no mais alto nível hierárquico) e executou crimes de forma sistemática e massiva, vitimando pessoas submetidas à sua jurisdição (e inclusive submetidas à jurisdição de outros Estados, como na Operação Condor). Em meu Voto Fundamentado no recente caso do *Massacre de Pueblo Bello versus Colômbia* (Sentença de 31.01.2006), ponderei que

"A indissociabilidade que argumento entre os artigos 25 e 8 da Convenção Americana (...) implica na caracterização do acesso à justiça como sendo parte do domínio do *jus cogens*, entendido como a *plena realização* da mesma, ou seja, como sendo do domínio do *jus cogens* a intangibilidade de todas as garantias judiciais no sentido dos artigos 25 e 8 tomados *conjuntamente*. Não pode haver dúvida de que as garantias fundamentais, comuns ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário, têm uma vocação universal ao serem aplicadas em todas e quaisquer circunstâncias, conformam um direito imperativo (pertencendo ao *jus cogens*), e acarretam obrigações *erga omnes* de proteção" (par. 64).⁷⁰

66. No mesmo Voto Fundamentado, argumentei que, assim como em seu histórico Parecer Consultivo nº 18, sobre a *Condição Jurídica e Direitos dos Migrantes Indocumentados* (de 17.09.2003), a Corte Interamericana ampliou o conteúdo material do *jus cogens*, neste incluindo o princípio básico da igualdade e de não-discriminação, era chegado o momento de dar outro salto qualitativo em sua construção jurisprudencial, passando à necessária e "contínua expansão do conteúdo material do *jus cogens*" ao reconhecer que este inclui também o direito de acesso à justiça *lato sensu*, ou seja, o direito à prestação jurisdicional plena, inclusive para por fim à impunidade.

67. Para minha grande satisfação, depois de insistir nesse ponto fundamental por três anos no seio desta Corte, esta última, ainda durante meu período de serviços como Juiz Titular do Tribunal, veio em fim a dar o novo salto qualitativo que eu vinha propugnando, ao afirmar na presente Sentença, diante da gravidade dos fatos do *cas d'espèce*:

"(...) o acesso à justiça constitui uma norma imperativa de Direito Internacional e, como tal, gera obrigações *erga omnes* para os Estados de adotar as medidas que sejam necessárias para não deixar na impunidade essas violações, seja exercendo sua jurisdição para aplicar seu direito interno e o Direito Internacional para julgar os responsáveis, ou colaborando com outros Estados que o façam ou procurem fazê-lo" (par. 131).

68. Ao afirmar corretamente que o *direito à realização da justiça* é um imperativo do *jus cogens*, a Corte, em minha percepção, dá mostras de que há razão para seguir cultivando a esperança: isto porque, ao fim e ao cabo, cedo ou tarde, ainda frente aos mais cruéis crimes de Estado, o Direito reage, - do que dá testemunho a presente Sentença da Corte Interamericana no caso Goiburú e outros. Em nossos dias, a consciência jurídica universal despertou para reconhecer judicialmente o sofrimento humano e buscar sua reparação mediante a garantia do primado da Justiça nas relações humanas.

⁷⁰ Cf. pars. 60-62 do mesmo Voto Fundamentado.

Antônio Augusto Cançado Trindade
Juiz

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário